



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LUCINDA MARIA DA ROCHA MACÊDO

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA GLOBALIZAÇÃO:
avaliação do Plano Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004 – 2005**

Recife

2007

LUCINDA MARIA DA ROCHA MACÊDO

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA GLOBALIZAÇÃO:
avaliação do Plano Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004 – 2005**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientador(a): Prof. Dr^a. Ana Cristina Brito Arcoverde

Recife

2007

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M141q Macêdo, Lucinda Maria da Rocha
A qualificação profissional na globalização: avaliação do Plano
Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004-2005 / Lucinda
Maria da Rocha Macêdo, 2007.
271 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA, 2007.
Inclui referências e anexos.

1. Avaliação. 2. Política pública. 3. Qualificações profissionais. I.
Arcoverde, Ana Cristina Brito (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2017 – 206)

LUCINDA MARIA DA ROCHA MACÊDO

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA GLOBALIZAÇÃO:
avaliação do Plano Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004 – 2005**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Aprovada em: 15/10/2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Brito Arcoverde (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Anita Aline Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria de Oliveira Almeida (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Souza Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tarcisio Patrício Araújo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Fazer este trabalho de tese foi tarefa árdua, pela especificidade e abrangência do tema e do objeto de estudo. Descobrir e ampliar conhecimentos demanda um elemento escasso: o tempo.

Explorar temas inter-relacionados: globalização, neoliberalismo, desemprego, política pública de emprego, qualificação profissional e seus contextos de desenvolvimento. Captar a vinculação entre o político, o econômico e o social, apreender suas relações e determinações para a sociedade, me pareceu tarefa hercúlea.

Ler e produzir sínteses parciais, voltar e ampliar as leituras para buscar preencher os espaços vazios, produzir aproximações sucessivas e verticalizadas do objeto, ir a campo para melhor compreendê-lo na sua expressão real e, por fim, produzir um conhecimento sobre o mesmo. A síntese desse processo denomina-se trabalho de pesquisa e também “qualificação profissional”.

Porém, este desenvolvimento jamais seria viável sem as produções dos autores que nos subsidiaram nesta construção, tampouco sem as imprescindíveis contribuições dos professores Drs. Anita Aline Costa e Tarcisio Patrício de Araújo que nos acompanharam nas sucessivas bancas avaliativas. Inestimáveis foram as contribuições da orientadora do trabalho, professora Dr^a Ana Cristina Brito Arcoverde que, com sua delicadeza e gentileza, num tempo de indelicadeza e parco em gentileza e cordialidade, soube discutir, sugerir e acompanhar esta caminhada.

De outro ângulo, também foram construtoras, junto comigo, a colega Gisele Caetano e Fátima Santos que muito contribuíram no uso dos programas computacionais, os alunos colaboradores acadêmicos da pesquisa: Ana Marina Fernandes, Andréa Oliveira Basto, Cláudia Costa dos Santos, Débora M^a Cruz Mota, Januária Barbosa da Silva, Ludmila Marins, M^a Clara Bezerra, Rafaela Soares Celestino, Solange Ferreira de Barros e Vitor Hugo Lima Teixeira, grata a Vivian Lemos Mota pela disponibilidade e competência na construção gráfica dos dendrogramas.

Agradeço, com grande reconhecimento, a três grandes amigos, os sábios conselhos e apoio pessoal: Antônio, Damião e Moacir.

Cabe ainda registrar a fundamental colaboração do Gerente Geral da Agência do Trabalho, Sr. Sérgio Pinto, cuja autorização para o acesso aos dados dos egressos, viabilizou o presente trabalho. Este registro tem especial importância, pois por um tempo longo busquei estas

informações, sem sucesso. Ressalto também o cortez tratamento e colaboração do Assessor da Gerencia Geral, Sr. Tadeu Godoy, da Secretária da Gerência Geral, Sr^a Ilma Fernandes Escobar, da Gerente do Posto da Agência do Trabalho, Sr^a Tereza Couto, da estatística Lúcia Moreira e do funcionário Bruno Maurício, todos funcionários da Agência do Trabalho. Sem estas contribuições diretas este trabalho não existiria.

Agradeço particularmente aos egressos dos PlanTeQs pela gentil e imprescindível colaboração.

Por fim, quero destacar as contribuições dos demais professores das disciplinas cursadas e aos colegas de turma, pelas inúmeras discussões e sugestões formuladas, tanto em sala de aula como em conversas nos corredores e no “cafezinho”.

Especial agradecimento devo a Tiago, André e Luísa que tiveram que ceder, dos espaços de convivência, muitas horas que seriam nossas, para a elaboração desse estudo. Grata pela paciência, compreensão e cumplicidade.

A todos, por suas diferentes parcelas de colaboração e contribuição, muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho de investigação buscou desenvolver um estudo avaliativo centrado nos impactos da qualificação profissional sobre as condições de vida dos egressos do Plano Nacional de Qualificação. Toma como objeto de pesquisa a expressão estadual do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), ou seja, os Planos Territoriais de Qualificação, PlanTeQs/PE/Recife 2004 e 2005. Tal objetivo demandou uma reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho no contexto da globalização. Para delimitar o escopo de pesquisa foi importante trabalhar o conceito de globalização e relacioná-lo à qualificação profissional e às condições de vida. O processo de globalização é entendido como histórico, social, político e cultural, tendo como um de seus principais impactos o desemprego e a precarização das relações de trabalho. A qualificação profissional é uma das respostas implementadas nacionalmente para o enfrentamento dos desafios postos por este processo. O programa de qualificação profissional, no molde do PlanTeQ, adquire configuração peculiar e está dirigido à população desfavorecida socialmente. Os objetivos centrais que orientaram a investigação foram: **a)** Investigar as mudanças nas condições de vida dos egressos do PlanTeQ/PE/Recife 2004-2005, atribuídos à qualificação profissional; **b)** Identificar que outras mudanças do Programa são indicados pelos egressos; **c)** Investigar qual a avaliação que os egressos fazem dos PlanTeQs 2004-2005. A avaliação de mudanças demonstra as condições históricas de sua emergência, a fragilidade inerente ao mesmo, principalmente, no que se refere aos resultados alcançados frente às condições políticas e econômicas do contexto em que se desenvolve. O universo da pesquisa foram 183 egressos concluintes dos cursos, nos anos indicados. Na coleta de dados privilegiou-se como instrumento o questionário. A análise lançou mão de métodos qualitativos e quantitativos na consideração da complexidade da problemática escolhida e exigiu que se recorresse à abordagem centrada na perspectiva transdisciplinar, com recursos às produções, acerca do tema, nas áreas de Serviço Social, Economia, Sociologia, Psicologia e Educação. A avaliação indica que a ênfase recai na subalternização dos programas à lógica do capital e a valorização das demandas do mercado, em nome da qualificação do trabalhador. Não há indicação de mudanças substantivas nas condições de vida dos egressos relacionadas à participação no Programa de Qualificação Profissional. Há, porém, mudanças expressas na concepção sobre si, melhoria nos relacionamentos interpessoais e

familiares, saber fazer um currículo e se apresentar em uma entrevista, além de mudanças associadas à frequência e conclusão dos cursos.

Palavras-chave: Avaliação. Políticas públicas. Qualificação profissional.

ABSTRACT

The present research sought to develop an evaluative study focused on impacts of vocational qualification on the living conditions of the graduates of the National Qualification Plan. Takes as an object of research the expression National Qualification Plan State (PNQ), i.e. the Territorial qualification Cloths, PlanTeQs/PE/Recife 2004 and 2005. This objective required a reflection about the changes in the world of work in the context of globalization. To delimit the scope of research was important to work the concept of globalization and relate it to professional qualifications and conditions of life. The process of globalization is understood as historical, social, cultural and political, having as one of its main impacts unemployment and precariousness of labour relations. The professional qualification is one of the responses implemented nationally for tackling the challenges posed by this process. The professional qualification program in the PlanTeQ mould, acquires peculiar and configuration is directed to socially disadvantaged population. The central objectives that guided this investigation were: **a)** To investigate the changes on living conditions of graduates from PlanTeQ/PE/Recife 2004-2005, assigned to the professional qualification; **b)** Identify what other changes are indicated by the program graduates; **c)** Investigate what the assessment that the graduates of PlanTeQs 2004-2005. The evaluation of changes of historical conditions demonstrates your emergency, the inherent fragility, especially with regard to the results achieved against the political and economic conditions of the context in which it develops. The universe of research were 183 graduates of the courses in the years indicated. On the major data collection as the questionnaire instrument. The analysis released hand of qualitative and quantitative methods in consideration of the complexity of the chosen problem and demanded that if he would go to the transdisciplinary perspective centred approach, with resources the productions, about the theme, in the areas of Social Services, economics, sociology, psychology and education. The evaluation indicates that the emphasis on neutralizing the logic of the capital programs and the enhancement of market demands, on behalf of the workers ' qualification. There is no indication of substantive changes in the living conditions of graduates participating in the related Professional qualification program. There are, however, changes expressed in the design itself, improved interpersonal and family relationships, know how to make a resume and introduce yourself in an interview, in addition to changes associated with the frequency and completion of courses.

Keywords: Evaluation. Public policy. Professional qualification.

RESUMEN

La presente investigación buscó desarrollar un estudio evaluativo se centró en los impactos de la cualificación profesional en las condiciones de vida de los egresados del Plan Nacional de calificación. Toma como objeto de investigación la expresión nacional calificación Plan estatal (PNQ), es decir, los paños de calificación Territorial, Recife/PE/PlanTeQs 2004 y 2005. Este objetivo requiere una reflexión sobre los cambios en el mundo del trabajo en el contexto de la globalización. Para delimitar el alcance de la investigación era importante para trabajar el concepto de la globalización y relacionarla con la cualificación profesional y las condiciones de vida. El proceso de globalización se entiende como histórico, social, cultural y político, teniendo como uno de su desempleo principales impactos y la precariedad de las relaciones laborales. La cualificación profesional es una de las respuestas implementadas a nivel nacional para hacer frente a los desafíos planteados por este proceso. El programa de calificación profesional en el molde PlanTeQ, adquiere peculiar y configuración está dirigida a la población socialmente desfavorecido. Los objetivos centrales que guiaron esta investigación fueron: **a)** para investigar los cambios sobre las condiciones de vida de los egresados de PlanTeQ/PE/Recife 2004-2005, asignado a la calificación profesional; **b)** identificar los otros cambios están indicadas por los graduados del programa; **c)** investigar lo que la evaluación que los graduados de PlanTeQs 2004-2005. La evaluación de los cambios de las condiciones históricas demuestra su emergencia, la fragilidad inherente, especialmente con respecto a los resultados obtenidos contra las condiciones políticas y económicas del contexto en el cual se desarrolla. El universo de la investigación fueron 183 egresados graduados de los cursos en los años indicaron. En la recopilación de datos importantes como el instrumento del cuestionario. El análisis había publicado mano de métodos cualitativos y cuantitativos en la consideración de la complejidad del problema elegido y exigió que si iría a la perspectiva transdisciplinar centrado en el enfoque, con recursos las producciones, sobre el tema, en las áreas de servicios sociales, economía, sociología, psicología y educación. La evaluación indica que el énfasis en la neutralización de la lógica de los programas de capital y la mejora del mercado exige, en nombre de cualificación de los trabajadores. No hay ninguna indicación de cambios sustantivos en las condiciones de vida de los graduados participan en el programa de cualificación profesional relacionada. Hay, sin embargo, los cambios expresados en el diseño, mejora de las relaciones interpersonal y familiar, saber

cómo hacer un curriculum vitae y presentarse en una entrevista, además de los cambios asociados con la frecuencia y la finalización de los cursos.

Palabras-chave: Evaluación. Política pública. Calificación profesional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCESTE	Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAD	Fundo de Assistência ao Desemprego
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FED	Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
FEM	Fórum Econômico Mundial
FGTS	Fundo de Garantia Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Formação Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
IPSA	Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de obra
PIS	Programas de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PlanSeQs	Planos Setoriais de Qualificação
PlanTeQs	Planos Setoriais de Qualificação
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
ProEsQs	Projetos Especiais de Qualificação
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENAR	Sistema de Aprendizagem Rural
SENAT	Sistema Nacional de Aprendizagem do Transporte
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNFMP	Sistema Nacional de Formação Profissional
SPE	Sistema Público de Emprego
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
SPETR	Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Sexo e situação de trabalho	176
Gráfico 2 –	Sexo e escolaridade	177
Figura 1 –	Classificação hierárquica descendente do <i>corpus</i> cursos	189
Figura 2 –	Classificação hierárquica descendente do <i>corpus</i> mudança	207
Figura 3 –	Classificação hierárquica descendente do <i>corpus</i> mudanças significativas	216
Gráfico 3 –	Renda pessoal anterior ao curso de qualificação	229
Gráfico 4 –	Renda pessoal após o curso de qualificação	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Indicadores de pobreza – Brasil	75
Tabela 2 –	Demonstrativo de execução financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): Brasil 2002-2004 (em R\$ milhões)	91
Tabela 3 –	Numero de turmas e educandos dos PlanTeQs 2004 – 2005	154
Tabela 4 –	Repasse de recursos MTE- PlanTeQs 2003 – 2005	154
Tabela 5 –	Controle dos resultados da aplicação dos questionários PNQ 2004 – 2005	159
Tabela 6 –	Taxa de desemprego, segundo faixa etária, município do Recife, 1998-2004: em percentagem	167
Tabela 7 –	Taxa de desemprego total (%) da região metropolitana e do município do Recife	168
Tabela 8 –	Renda e escolaridade em relação aos sem instrução (%)	169
Tabela 9 –	Distribuição dos egressos por sexo com relação à escolaridade	171
Tabela 10 –	Curso de qualificação	172
Tabela 11 –	Idade dos egressos	173
Tabela 12 –	Estado civil dos egressos	174
Tabela 13 –	Sexo dos egressos	174
Tabela 14 –	Escolaridade dos egressos	174
Tabela 15 –	Situação de trabalho atual dos egressos e as ações da intermediação	178
Tabela 16 –	Situação de trabalho atual X escolaridade dos egressos	179
Tabela 17 –	Rendimento mensal familiar por classe de rendimento (abril 2007)	179
Tabela 18 –	Nível de instrução dos egressos e dos pais (%)	180
Tabela 19 –	Distribuição dos egressos, segundo a fonte de acesso as informações sobre o PNQ	181
Tabela 20 –	Outras fontes de acesso a informações sobre o PNQ	181
Tabela 21 –	Trabalha em atividade relacionada ao curso de qualificação	

	realizado	182
Tabela 22 –	Curso de qualificação freqüentados	183
Tabela 23 –	Qualidade do curso	184
Tabela 24 –	Local de funcionamento do curso	185
Tabela 25 –	Adequação do horário de funcionamento do curso	185
Tabela 26 –	Carga horária dos cursos	186
Tabela 27 –	Material didático utilizado	186
Tabela 28 –	Desempenho dos professores	187
Tabela 29 –	Cursos dos PlanTeQs e intermediação	221
Tabela 30 –	Situação de trabalho atual	221

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUA BASE LIBERAL	36
3	O NOVO PADRÃO PRODUTIVO E O TRABALHO	47
3.1	Keynesianismo, Estado de Bem-Estar Social e Trabalho	47
3.2	A Inserção do Brasil no Processo de Globalização e Flexibilização Econômica - 1930-2006	56
3.2.1	Crise do Modelo de Bem-Estar Social do Brasil	61
3.2.2	Rumo ao “Brasil Novo”: <i>adesão ao neoliberalismo e autoridade global</i>	70
4	GLOBALIZAÇÃO, DESEMPREGO E POLÍTICAS DE EMPREGO	77
4.1	Desemprego e a Experiência Brasileira em Diferentes Conjunturas Históricas	77
4.1.1	Sistema Público de Emprego no Brasil	88
4.1.2	Desemprego nos Anos Recentes – Explicações e Formas de Enfrentamento	92
4.2	Políticas de Emprego	100
4.2.1	A Qualificação Profissional Como Estratégia para Enfrentamento do Desemprego	100
4.2.2	Educação Profissional Como Política de Emprego (Brasileira)	103
4.2.3	Formação Profissional, o PLANFOR e o PNQ	105
4.2.4	Plano Plurianual e PNQ 2004-2007	108
5	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NA GLOBALIZAÇÃO	112
5.1	Qualificação Profissional como Desenvolvimento de Competências para o Trabalho	112
5.2	Globalização e Qualificação Profissional no Brasil	122
5.2.1	A Trajetória da Educação Profissional	122
5.2.2	Anos 90 - A Valorização do Capital Humano para a Produção Econômica	

	126
6	PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (PLANFOR) E PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)	135
6.1	Desenhos do PLANFOR	135
6.2	Redesenhos do PLANFOR e Desenhos do PNQ	139
6.2.1	Marcos Institucionais e Diretrizes do PNQ	142
7	UM CAMINHO METODOLÓGICO: um Longo e Difícil Caminho	147
7.1	A Abordagem Avaliativa da Pesquisa: algumas considerações	147
7.2	Contexto de Realização da Pesquisa	152
7.3	Procedimento de Coleta De Dados	155
7.3.1	Construção e Aplicação do Instrumento	159
7.3.2	Configuração da Análise	162
8	O PLANTEQ EM PERNAMBUCO	165
8.1	A Demanda do Mercado de Trabalho em Pernambuco e o PlanTeQ	165
8.2	O Perfil dos Egressos	173
8.3	Avaliação dos PlanTeQs pelos Egressos	182
8.3.1	Avaliação da Qualificação Profissional	183
8.4	Avaliação dos Cursos pelos Egressos	187
8.4.1	A Qualificação Profissional e a Avaliação dos Cursos	189
8.5	A Qualificação Profissional e as Mudanças nas Condições de Vida	207
8.5.1	Avaliação das Mudanças pelos Egressos	208
8.6	Qualificação Profissional e as Mudanças nas Condições de Vida	216
8.6.1	A Avaliação das Mudanças pelos Egressos	217
9	CONDIÇÕES DE VIDA DOS EGRESSOS DOS PLANTEQS	228
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
	REFERÊNCIAS	245
	ANEXO A – Questionário da Pesquisa: qualificação profissional e	

globalização	255
ANEXO B – Codificação Numérica Utilizada para os Cursos Considerados na Pesquisa (Profissionalizantes)	265
ANEXO C – Agenda de Controle das Aplicações dos Questionários	267
ANEXO D – Dados Discriminados dos Egressos com Nível Superior	268
ANEXO E – Dados Discriminados das Diversas Situações de Trabalho dos Egressos	269

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo avaliativo centrado nos impactos da qualificação profissional sobre as condições de vida dos egressos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Toma como objeto de pesquisa a expressão estadual do PNQ, ou seja, os Planos Territoriais de Qualificação, PlanTeQs/PE/Recife 2004 e 2005. Tal objetivo demandou uma reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho no contexto da globalização.

O estudo caracteriza-se por ser avaliativo, centrado nas mudanças da qualificação profissional promovida pelo PNQ, através dos PlanTeQs/PE/ Recife 2004-2005, desenvolvidos e coordenados pela Agência do Trabalho do Recife – Posto Boa Vista. Toma como categoria central à noção de condições de vida. Para delimitar o problema de pesquisa foi importante trabalhar esse conceito e relacioná-lo à qualificação profissional e ao processo de globalização. Consideramos egressos os alunos que concluíram os cursos de qualificação profissional.

O presente trabalho é fruto de uma inquietude acalentada durante alguns anos acerca dos impactos do Programa de Qualificação Profissional nas condições de vida de seus egressos. A preocupação com a qualificação profissional reflete um cuidado tanto pessoal como profissional e de cidadã brasileira, envolta por um momento histórico complexo e desafiador, no sentido de buscar pensar a superação dos limites que nossa sociedade vive e as exigências de transformação, particularmente na área do trabalho. A experiência anterior da doutoranda com o desenvolvimento de cursos de qualificação, ainda no âmbito do PLANFOR, deixou uma interrogação básica: que mudanças ocorrem nas vidas das pessoas a partir da conclusão dos cursos? Quais os objetivos do programa que são atingidos? Foram estas questões aparentemente simples que nos orientaram e desafiaram na decisão de pesquisar o tema da qualificação profissional.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: a exposição (I parte) trata do PLANFOR/PNQ como uma das políticas de emprego e geração de renda, no contexto da globalização, chamando atenção para as contradições na implementação da política. A ênfase recai na subalternização dos programas a lógica do capital e valorização das demandas do mercado, em nome da qualificação do trabalhador. A análise crítica dos programas de qualificação profissional (II parte) colocados como uma das respostas ao desemprego nacional e a

reestruturação produtiva associada à globalização, traça um perfil dos egressos, explicita os procedimentos metodológicos utilizados e um exercício interpretativo dos dados.

A complexidade da problemática escolhida exigiu que recorrêssemos à abordagem centrada na perspectiva transdisciplinar, com recursos as produções nas áreas de Serviço Social, Economia, Sociologia e Educação. O corpo teórico do trabalho foi elaborado a partir de autores que têm um posicionamento crítico frente ao processo de globalização orientado pelo neoliberalismo e a qualificação profissional como elemento neutralizador de suas consequências.

Buscamos responder no presente trabalho a três questões essenciais para a avaliação do PlanTeQ/PE/Recife: 1- Quais as mudanças nas condições de vida dos egressos do PPlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, atribuídos a qualificação profissional? 2- Que outras mudanças do Programa são identificadas e indicadas pelos egressos? 3- Como os egressos avaliam os cursos do PlanTeQs/Recife 2004-2005?

A intenção de compreender e contribuir para o entendimento das mudanças nas condições de vida obtidas a partir dos PNQ/PlanTeQs conduziu-nos ao reconhecimento da centralidade do processo de globalização e do ideário neoliberal que orienta tanto os organismos internacionais como a macro-política nacional. As contradições desse modelo político-econômico encontram-se expressas na ampliação das desigualdades sociais, concentração das riquezas e na ampliação do desemprego.

Colocam-se como contrapontos a esse processo no Brasil, algumas ações definidas como Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda e expressas como programas sociais. Dentre estas, foi privilegiada nesta tese a qualificação profissional. Os objetivos do PNQ são qualificar a população prioritária de suas ações para o mercado de trabalho, e ampliar o acesso a bens e serviços produzidos socialmente.

O Estado (lei, governo e burocracia) é entendido como não inteiramente autônomo, mas não sendo também inteiramente confundido com os interesses do capital, o qual, em última instância, deseja a ordem e o progresso para o desenvolvimento dos seus interesses.

Assim, o Estado, por estar relacionado com o conflito entre concentração e distribuição do poder e os mecanismos de tomada de decisão, é fundamental na defesa e implementação dos interesses em confronto. Neste sentido, é “permitido” ao Estado desenvolver ações políticas para que não se exasperem os ânimos e os conflitos. Os trabalhadores têm assim pequenas concessões ao atendimento de suas necessidades, que eles reivindicam e desejam atendidas, colocando-se

como terceira força componente do tripé do poder no capitalismo, contrapondo-se aos interesses do capital e de suas associações com o Estado.

Nessa perspectiva o processo de globalização é aqui entendido como processo histórico, social, econômico, político e cultural, com suas origens no cenário de estagnação econômica e crescente desemprego, presentes nos anos 70, nos países desenvolvidos, particularmente na Europa. Portanto visa responder aos desafios postos a esses países.

Tal cenário ensejou a adoção, por diversos fatores, de um modelo político-econômico de base liberal ou neoliberalismo. Este paradigma interpreta a sociedade a partir de uma concepção individualista, cuja composição é dada pela união de indivíduos livres e distintos entre si, que perseguem o objetivo comum de obter o próprio bem-estar, tendo a liberdade e a propriedade como principais valores norteadores. Concebe o homem como ser econômico, proprietário de capacidades pessoais, que podem ser usadas em conformidade com os seus desejos. À vontade e a liberdade enquanto atributos humanos têm como limite a inviolabilidade da propriedade pessoal e do outro.

A desigualdade social entre os homens é explicada por Hayek (1994), um de seus principais representantes, como estando presente desde o nascimento, pois os potenciais de cada indivíduo são marcados por diferenças intrínsecas, postas desde o nascimento como capital inicial de cada indivíduo. Não cabe a nenhuma instância socialmente construída intervir, no sentido de buscar maior igualdade entre os membros da sociedade, pois as origens das diferenças são naturais e a sorte é um fator imponderável e importante nas trajetórias dos diferentes indivíduos. A construção do sucesso ou do fracasso, do futuro e da felicidade, depende do esforço e da sorte de cada um, em conformidade com a liberdade do mercado, definido como impessoal e imparcial. A justiça social se faria, portanto, mediada pela concorrência, apoiadas nos dons individuais, nas ambições materiais e no esforço de cada um.

A competição, nessa perspectiva, desresponsabiliza cada membro da sociedade da efetivação da justiça e, simultaneamente, põe um limite para as ações do Estado, na perspectiva de reduzir ou impedir as desigualdades sociais, pois estas são naturais.

O estabelecimento do mercado como mediador das relações sociais, expressa o esforço de cada um num sistema de livre concorrência. Porém o mercado tem por base o direito a propriedade e a herança da propriedade. Traz assim a marca da desigualdade em sua origem, que

define trajetórias de vida desde o nascimento, sobrepõe os interesses de alguns sobre os demais e favorece a construção hierarquizada da organização social.

A retomada da concepção de mundo e dos princípios liberais vai dar a conformação ao processo de globalização, foco de nossa atenção, na medida em que configura no cenário nacional a emergência da política de qualificação objeto deste trabalho. Este processo é aqui entendido como um “conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento do padrão capitalista dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p. 31).

Nesse processo as conquistas dos direitos sociais e de proteção do trabalho, em nome do crescimento e do investimento econômico, são alvo de críticas e ações de reformulação e flexibilização, pois são avaliadas como impedimentos ao processo de acumulação por ter um caráter redistributivo.

O cenário mundial sofre assim significativas mudanças, caracterizadas por: a) predominância política e econômica do modelo neoliberal, com globalização da produção, do consumo e dos mercados, sob o primado das empresas multinacionais, viabilizada pelos avanços da informática e das telecomunicações; b) novos arranjos espaciais de distribuição do poder entre países e continentes; c) crescimento da competitividade entre as empresas com base em novas formas de gestão e simultâneo movimento de concentração das empresas, formando oligopólios de caráter global; d) agravamento das diferenças de renda e de condições de vida, tanto entre países como entre pessoas, associado entre outros fatores, ao crescimento do desemprego.

O processo de globalização encerra algumas contradições ressaltadas por diversos autores como, Anderson (1996), Antunes (2000), Chesnais (1996), Gentili (2002), Pochmann (2000, 2002), dentre outros. Nesta direção destacamos o movimento simultâneo de abranger muitas pessoas nesse processo e também de excluí-las, seja pela via do desemprego ou por meio da redução das políticas de assistência social, ou ainda, pelas crescentes exigências do mercado de trabalho, intensificadas com a redução de vagas e flexibilização das relações de trabalho.

Esse contexto, associado a transformações tecnológicas e de gestão das empresas, tem colocado um novo modelo de valorização do conhecimento, orientado por um padrão, operativo, pragmático e interativo, que conduz a um impacto na valorização das capacidades comportamentais e nas exigências intelectuais.

Está reservada a educação um espaço privilegiado nesse processo, na medida em que prepara os indivíduos tanto para o local de trabalho quanto para aceitação dos referenciais do mercado, como elementos “democráticos” na regulação das oportunidades de trabalho. A educação é concebida como mercadoria a ser vendida e adquirida livremente. Tal concepção traduz uma estreita ideia de educação e formação dos indivíduos.

Neste trabalho, em oposição a esta concepção que reduz a educação a fator econômico e nos apoiando em diversos autores, consideramos a educação como processo de formação ampla dos indivíduos, compreendendo o desenvolvimento intelectual, moral, afetivo e físico do homem.

Um tema fundamental para o entendimento do processo de qualificação na globalização é o desemprego. Em conformidade com o modelo vigente de globalização este é explicado a partir do pressuposto de que o livre funcionamento do mercado possibilita a igualdade entre a oferta e a demanda por mão de obra. Esta igualdade é obtida por meio da flexibilização do preço da mão de obra e pela extinção da proteção aos salários e da resistência dos sindicatos, além da necessidade de maior qualificação por parte dos desempregados. Tais argumentos excluem a possibilidade de não haver absorção da oferta de mão de obra, negam o potencial de ação do Estado e dos sindicatos, além de responsabilizarem exclusivamente o indivíduo por não se inserir na esfera do trabalho.

A educação é atribuída um espaço de destaque, tanto à educação geral quanto à profissional. Estas são defendidas por organismos multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como contraponto ao desemprego e condição para o desenvolvimento. Recomendam para os países em desenvolvimento, como o Brasil, a universalização do ensino básico fundamental e a qualificação profissional temporalmente breve. O pressuposto é de que a educação isoladamente gera capacidade de inserção no mercado de trabalho.

Uma cadeia argumentativa e elaborada relaciona a renda que se obtém, a partir da inserção na esfera produtiva, com a produtividade que cada trabalhador consegue obter, que por sua vez se relaciona com o nível educacional. Tal encadeamento permite a inferência de que a educação, por si só, é mediadora da distribuição de renda e da harmonização da sociedade.

A disseminação internacional dessa lógica e a incorporação dessas orientações pelo Brasil, nos anos 90, fazem com que não seja possível o entendimento das Políticas Públicas de

Emprego e Renda, vigentes no País, sem a referência necessária à lógica orientadora do processo de globalização e dos seus impactos na esfera do trabalho.

As novas relações entre economia e educação geral e profissional são, em sentido amplo, o centro das atenções de variados estudiosos do tema, identificados ao longo deste trabalho. A busca do entendimento da relação entre qualificação profissional e das possíveis mudanças nas condições de vida, parece ser uma contribuição para se avaliar a qualificação proposta pelo PNQ como resposta a alguns dos impactos da globalização.

As principais características econômicas e sociais do Brasil nos últimos vinte anos são marcadas pelo crescimento do desemprego, ampliação das dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o contingente de trabalhadores sem vínculo formal. O cenário nacional foi marcado, principalmente nos anos 90, por privatizações de empresas estatais, abertura do mercado nacional para as importações, reestruturação das empresas, reforma previdenciária, redução do quadro de funcionários no serviço público, dentre outras medidas que caracterizam uma adesão aos princípios orientadores do processo de globalização. A busca da estabilidade econômica, com redução da inflação, sob orientação dos organismos multilaterais, foi o elemento norteador dos ajustes econômicos necessários à inserção do País no mercado globalizado. As questões econômicas, políticas e sociais internas, ficaram em segundo plano. Fica então a questão de quais interesses internos e externos estaria prioritariamente sendo preservados.

Como uma primeira resposta, temos que aos países em desenvolvimento, como o Brasil, restou a postura de inserção passiva no processo econômico global e de efetivar equilíbrios macroeconômicos, na perspectiva de atrair os investidores internacionais. Internamente ficou o salutar controle da inflação e os históricos desafios de gerar empregos e reduzir a pobreza, que encontram suas bases na elevada desigualdade social agudizada pelas mudanças no mercado de trabalho e orientadas pelo movimento do processo de globalização.

O Brasil pode ser caracterizado como um País de baixa capacidade de absorção da mão de obra nos setores modernos da economia, elevada ocupação da população em atividades por conta própria ou com vínculos informais, reduzidos mecanismos de seguridade social, precária atuação do sistema público de emprego e acentuadas diferenças regionais.

Mesmo com as recentes informações do governo federal de que o país reduziu a metade, de 8,8% para 4,2%, a pobreza extrema ou a população que vive com menos de R\$ 40,00 per

capta ao mês, o que é um avanço, o Brasil mantém-se como um país com grandes desigualdades sociais e com um mercado de trabalho restrito.

É a partir dos desafios propostos ao Brasil pelo processo de globalização e das persistentes e elevadas taxas de desemprego que o governo federal, na busca de neutralizar seus efeitos sociais, cria em 1995 o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR). Tal plano parte do marco conceitual de que os desajustes referentes ao processo de desemprego localizam-se no mercado de trabalho, portanto, é ao mercado de trabalho que as ações devem ser direcionadas. Desconsideram-se os aspectos relacionados à macroeconomia e, paralelamente, são atribuídos às dificuldades de inserção no trabalho ao despreparo individual do trabalhador, o qual compromete a sua “empregabilidade”, ou seja, o potencial de competitividade no mercado de trabalho.

A tal argumento contrapõe-se o entendimento de que esta explicação e ação atuam apenas no nível da oferta da mão de obra, desconsiderando o outro elemento do binômio do mercado, ou seja, a procura por mão de obra. O que parece estar pressuposto na proposta de qualificação profissional, como resposta ao desemprego é: a) orientações norteadoras, das decisões sobre as formas de enfrentamento do desemprego, devem considerar o mercado como hierarquicamente superior; b) limitações da mão de obra comprometem sua inserção no mercado de trabalho. Assim, o mercado não é o responsável pelo desemprego, e a ação necessária é qualificar a mão de obra, tanto através da priorização da educação básica fundamental, como da qualificação profissional no modelo desenvolvido pelo PLANFOR/PNQ.

O PLANFOR e sua atualização, o PNQ, faz parte da política pública de emprego. Dentre estas temos as políticas passivas que envolvem ações que objetivam “amenizar” os impactos do desemprego (seguro-desemprego), ou limitar a oferta da mão de obra (dilatação temporal da permanência na escola e a aposentadoria precoce). No Brasil temos em vigor apenas a primeira ação. As políticas de emprego ativas são marcadas por ações que tentam ampliar a quantidade de empregos, com ações que geralmente atuam sobre os trabalhadores. Compõem este conjunto: 1 - apoio às micros e pequenas empresas; 2 - subsídios à contratação de grupos específicos de trabalhadores, como o Programa Primeiro Emprego, que em função de sucessivos fracassos nos últimos quatro anos, não receberá mais verbas a partir de 2008; 3 - ampliação do emprego no setor público; 4 - intermediação da mão de obra; 5 - qualificação profissional.

A qualificação profissional busca reverter à defasagem entre o perfil buscado pelas empresas, num contexto de aceleradas mudanças de base tecnológica, ampliação do desemprego de longa duração e baixos índices de escolarização da população. Sua viabilidade financeira é assegurada pelas verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PLANFOR, depois de variadas críticas e da mudança de governo em 2003, passa a denominar-se plano PNQ, sofrendo principalmente duas mudanças significativas: ampliação da carga horária média de 60 horas para 200 horas e criação dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs).

A forma de gerenciamento do PNQ tem como elemento estruturante o processo de descentralização, que transfere, por meio de parcerias com os Estados e, mais recentemente (2006), com municípios com mais de um milhão de habitantes, a implementação das ações de qualificação profissional, devendo a execução ficar a cargo de organizações diversas (Sindicatos, Universidades, Organizações não Governamentais, etc.).

O PNQ é implementado por meio dos seguintes instrumentos: Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), que visam desenvolver novas metodologias, abordagens inovadoras e experiências para aprimoramento da qualificação profissional; Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), que estão orientados ao atendimento transversal de características emergenciais, estruturantes ou setorializadas da qualificação; Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), que visam desenvolver ações formativas denominadas cursos de qualificação profissional.

O PNQ/PlanTeQ/PE/Recife, tem como população prioritária à população ou fração da população desfavorecida. O termo desfavorecida é empregado reiteradamente nas políticas sociais guiadas pela focalização e orientadas para atender as defasagens ou falta de acesso a bens e serviços.

A população prioritária definida para atendimento pelos PlanTeQs é composta por: trabalhadores sem ocupação; cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (SINE); trabalhadores rurais, domésticos, em empresas incluídas em arranjos produtivos locais de setores considerados estratégicos, do Sistema Único de Saúde (SUS), Educação, Meio-Ambiente, Segurança e Administração Pública; trabalhadores de empresas afetadas por modernização tecnológica, privatização e redefinição de política econômica; egressos do sistema penal e jovens em medidas socioeducativas; representantes de fóruns, comissões e conselhos gestores de políticas públicas. A lista da população prioritária é muito extensa, o que traduz as carências do país nessa área. A

configuração da população prioritária nos coloca uma primeira questão acerca da ampla delimitação do público alvo e de trabalhadores empregados.

Nesta perspectiva, o conceito de condições de vida parece ser pertinente como fundamento conceitual para analisar as mudanças ocorridas, a partir da participação nos PlanTeQs da população prioritária do mesmo. Este conceito é entendido aqui a partir do referencial da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que considera que o conhecimento dos aspectos simultâneos de moradia, instrução, emprego e renda, permitem captar as condições de vida da população pesquisada.

Na presente tese, considerando os objetivos da pesquisa, o seu objeto e suas multidimensionalidades, escolhemos acrescentar aos indicadores estabelecidos pela SEADE, os indicadores referentes a acessos a serviços, nutrição, lazer, esportes, transporte e rede de sociabilidade. Assim, entendemos que avaliar mudanças nas condições de vida se refere a avaliar se as condições básicas de sobrevivência estão asseguradas, bem como o acesso ao trabalho, ao consumo de bens e serviços e a rede de sociabilidade, considerando, portanto os elementos de sobrevivência, sociais e políticos.

Nesta ótica cabe uma breve exposição acerca do município do Recife, apoiada nos estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2004) e do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005). A população total do município em 2004 foi estimada em um milhão e quatrocentos e oitenta indivíduos, sendo 210 mil (14,2%) de jovens entre 18 e 24 anos. A taxa de desemprego total em 2003 foi de 21,8%, e em 2004 teve uma ampliação de 1,4% atingindo 22,1% dos trabalhadores. A oferta de empregos assalariados e de outras formas de ocupação é insuficiente para absorver a mão de obra disponível, com o setor de serviços sendo o maior responsável pela absorção da mão de obra. Com relação ao nível de escolaridade dos jovens, entre 2003 e 2004, houve um crescimento de 3,1% para aqueles com ensino básico fundamental completo, e de 4,65% para os com nível de ensino básico médio completo.

O delineamento de alguns dados sobre o município, contribui para o entendimento do contexto no qual se insere o desenvolvimento do PlanteQ no município do Recife.

O desenvolvimento dos PlanteQs fica a cargo da Agência do Trabalho (agência Boa Vista) e sua execução é efetuada por diversas instituições: Universidades, Sindicatos e Organizações não Governamentais (ONGs). Os recursos do FAT vêm para a Secretaria de

Desenvolvimento Social e Cidadania, por convênio plurianual, para ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. As ações previstas são: financiamento de pesquisa de emprego e desemprego, intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, orientação e qualificação profissional. A Agência do Trabalho é uma unidade técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do estado. O processo de habilitação e contratação das entidades executoras dos PlanTeQs se dá por licitação pública desde 1999.

Os PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005 envolveram respectivamente um mil seiscentos e um (1.601) e um mil e sessenta e nove (1.069) educandos, correspondendo a sessenta e três (63) turmas em 2004 e a quarenta (40) turmas em 2005. Do nosso ponto de vista, após análise preliminar, alguns cursos foram considerados instrumentais e retirados dos quadros, gerando dois novos quadros que passaram a ter respectivamente um mil seiscentos e dezesseis (1.616) e novecentos e noventa e três (993) educandos. Por cursos instrumentais entendemos aqueles que contribuem para o desenvolvimento das atividades de trabalho, enriquecem o perfil do profissional, mas são instrumentos complementares a uma atividade/ocupação principal. Tais cursos foram: Informática Básica, Informática Avançada, Qualidade no Atendimento, Qualidade de Vendas, Espanhol, Inglês, Saúde e Segurança no Trânsito, Relacionamento Interpessoal, Direção Defensiva, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, e Gestão e Qualidade em Serviço. O Anexo B traz a lista dos cursos considerados na pesquisa.

Encontramos um primeiro impasse ao lidar com os dados referentes aos quadros dos cursos dos PlanteQs e a lista nominal contendo os números dos telefones dos egressos, os números eram diferentes. Tomamos a decisão de trabalhar com os dados da lista nominal, por serem os que nos permitiriam acesso aos egressos.

Por definição da Resolução nº 333 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) (2003), o número médio de alunos por turma é de 25 educandos, exceto para os cursos dirigidos a adultos apenados e jovens em medidas socioeducativas, que têm 20 educandos por turma.

A aprovação final dos cursos a serem realizados pelos PlanTeQs fica a cargo da Comissão Estadual de Emprego e são propostos pelas Comissões Municipais de Emprego, pelo Governo do Estado e Setores Organizados da Sociedade Civil.

A orientação adotada para efetuar a avaliação de mudanças dos PlanTeQs selecionados, foi dirigida pela consideração da peculiar população objeto do Programa, sua relação com a

dinâmica social e o Programa de Qualificação Profissional, com destaque para os cursos desenvolvidos e as mudanças potenciais nas condições de vida dos egressos.

No que se refere à avaliação de programas como o PNQ e os PlanTeQs, de acordo com Figueiredo M. e Figueiredo A. (1986), a preocupação apenas quantitativa e imediata, têm o mérito de resposta em curto prazo, porém contribuem pouco nas análises de políticas públicas com resultados difusos, pautados por fatores políticos e econômicos. Nessa perspectiva orientamo-nos pelos objetivos da pesquisa avaliativa a qual aprecia tanto o tempo (curto, médio e longo prazo) como variáveis de diversas ordens como o programa considerado, as condições de vida e a apropriação do saber (cognitivo e social). Aqui salientamos que na seleção dos anos dos PlanTeQs, consideramos como período de transição (2003), e as mudanças implementadas ao Programa.

As proposições explicativas contêm as possibilidades de serem vistas por diversos níveis de avaliação, aqui o nível de avaliação considerado é social ou do grupo, que abrange conceitos que demandam compreensão das instituições e de suas ações, delimitando procedimentos que superam o nível individual. Este nível de explicação parece pertinente para dar conta do entendimento tanto das ações concretas de desenvolvimento dos PlanTeQs, quanto das mudanças nas condições de vida do grupo de egressos.

Para tanto, analisamos os quadros com os dados do desenvolvimento dos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, as Resoluções de criação do Programa e suas modificações, estudos sobre o mercado de trabalho em Pernambuco e Recife, e aplicamos questionários individuais aos egressos, pois é nesta condição de sujeitos ativos que os educandos são participantes da política de qualificação, não se desconsiderando seu pertencimento à fração da população considerada como público prioritário.

As políticas públicas em geral, considerando os seus propósitos, conduzem a dois aspectos: “gerar um produto tangível e mensurável e gerar uma mudança que tanto pode ser física, tangível e mensurável, como pode ser subjetiva, alterando atitudes, comportamentos, e opiniões” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 109).

Aqui nos permitimos uma consideração relevante para o nosso trabalho. Entre o sucesso e o fracasso de uma política ou programa há muitas nuances, com resultados difusos que merecem ser analisadas, superando a mera constatação numérica de resultados e permitindo uma contribuição para possíveis transformações ou uma nova concepção da política ou do programa.

A conceituação de avaliação aqui adotada apoia-se em Belloni et al. (2001, p. 15) que a considera como “processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas”, que viabiliza a compreensão de forma contextualizada, histórica e socialmente, das suas dimensões e explicações visando o seu aprimoramento. Lícito é destacar que tanto a política pública quanto o seu aprimoramento estão mediados pelas diretrizes econômicas básicas do governo e pelas pressões da sociedade para a organização e distribuição dos bens e serviços.

Para precisar melhor nosso objetivo cabe destingir, com base em Arretch (2001) e Figueiredo M. e Figueiredo A. (1986) o que se considera avaliação política. Para tanto, é necessário inicialmente entender que avaliar envolve julgamento e atribuição de valor a uma política ou programa considerado, e que a “avaliação política é uma etapa preliminar e preparatória do que convencionalmente se chama avaliação de política” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 108).

Novamente nos permitimos uma consideração relevante para o nosso trabalho, além de uma avaliação política preliminar e necessária, esta avaliação orienta e compõe toda a avaliação de política.

Por avaliação política “entendemos a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (FIGUEIREDO M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 108). Os autores chamam atenção ainda que as razões devam ser relevantes, ou seja, referir-se a princípios que quando realizados, possivelmente, contribuirão para uma desejável ampliação das condições de vida da população alvo.

Assim, a avaliação política busca analisar os pressupostos e fundamentos políticos de uma determinada política pública “independentemente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis” (ARRETCHE, 2001, p. 30).

Na análise de políticas públicas a subárea de avaliação de políticas tem se destacado a partir dos anos 70. As primeiras abordagens acerca da avaliação de impacto encontram-se nos anos 50, a partir das condicionalidades postas pelas agências internacionais e exigência da projeção das consequências econômicas e sociais dos projetos apresentados, visando aprová-los, rejeitá-los ou acertar detalhes (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986; ROCHE, 2002).

Na avaliação de políticas públicas o singular, de acordo com Figueiredo M.; Figueiredo A. (1986), é que estas exigem a adoção de métodos e técnicas de pesquisa que viabilizem o

estabelecimento de uma relação entre um programa e um resultado, ou que sem determinado programa, não seria possível à obtenção daquele resultado. Acrescentamos que é necessário entrar no mérito dos resultados obtidos para captar as mudanças significativas, conforme o autor.

É difícil o estabelecimento dessa relação na análise de políticas e programas sociais, principalmente quando se considera que os resultados podem ser muito difusos e que outros elementos podem ter papel relevante no processo de avaliação da política. Dentre os elementos que podem influenciar tanto na trajetória ocupacional quanto nas condições de vida, temos a participação em outras políticas públicas, ajuda familiar, nível de escolaridade do egresso, dentre outras. Porém, estamos atentas para suas emergências no sentido de verificar sua influencia nas relações entre qualificação profissional e mudanças nas condições de vida.

Dentro do campo da avaliação buscamos trabalhar com a avaliação de mudanças significativas, a qual tem a definição conceitual de ser uma análise sistemática referente aos “efeitos do programa sobre a população alvo e tem subjacente, a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações das condições sociais” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 111). Por alterações nas condições sociais entendemos aquelas referentes às condições de vida, já explicitadas anteriormente. Para tanto nos apoiamos em Roche (2002) e em Figueiredo M. e Figueiredo A. (1986) e seu conceito de mudanças significativas, para traduzir a ideia de impacto, e das ferramentas propostas para captá-las. Por mudanças significativas entendemos àquelas referentes a uma situação inicial, alvo da política pública, e modificadas ou não para uma situação Y, que pode implicar em mudanças nas condições de vida para um patamar superior ao antecedente. O conceito de impacto de uma política refere-se às mudanças significativas buscadas pelo programa nas condições sociais da população prioritária e nos aspectos da vida em que ela se propunha atuar.

A avaliação das mudanças significativas das Políticas Públicas de Emprego e Geração de Renda “envolve princípios políticos”, cuja importância está referida à concepção de condições de vida. “Tal concepção, seja ela qual for, se concretiza por meio de princípios que são passíveis de questionamentos e avaliações sistemáticas e políticas, e também, do uso político dessas avaliações” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 107-113).

Dentro da avaliação de mudanças significativas, considerando a natureza das mesmas e a política ou programa, estes podem ter **mudanças objetivas** que ressaltam mudanças quantitativas nas condições de vida da população alvo da política, permitindo o conhecimento dos efeitos do

programa implementado sobre as distorções que visam corrigir, pode gerar **impactos subjetivos** modificando crenças, atitudes, comportamentos e valores, ou, ainda, causar **impactos substantivos** transformando qualitativamente as condições de vida da população alvo, conforme propõe Figueiredo M. e Figueiredo, A. (1986).

Os parâmetros conceituais que embasam o modelo de avaliação adotado referentes aos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, consideraram dois conjuntos de parâmetros: a) globalização, reestruturação produtiva e educação profissional; b) política pública de qualificação profissional como objeto de avaliação.

Dentro dessa perspectiva privilegiamos não só o sistema de conhecimentos dos indivíduos, objeto da política de qualificação profissional, a qual tem como objetivo reduzir-lhes as consequências da desorganização das estruturas social e individual e da articulação entre ambas, mas também a busca do entendimento dos propósitos das instituições envolvidas no desenvolvimento da qualificação profissional inserida na Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda, de sua execução e dos seus impactos sobre as condições de vida do seu público prioritário.

As etapas do desenvolvimento da pesquisa foram trilhadas, num primeiro momento, a partir da seguinte sequência: acesso ao campo viabilizado pela cooperação da Agência do Trabalho, através de reuniões com a Gerente de Qualificação e a Gerente da Agência, para esclarecimentos e acréscimos às informações sobre os PlanTeQs. Fornecimento pela Agência do Trabalho dos quadros síntese dos cursos dos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, contendo os cursos desenvolvidos na Região Metropolitana, nos anos considerados, e da relação nominal, com os números dos telefones dos egressos dos cursos.

Num segundo momento desenvolvemos os contatos com os egressos. O primeiro contato com os egressos foi sempre realizado por telefone e com o esclarecimento dos objetivos da pesquisa e identificação, tanto da fonte, que nos permitiu o contato, quanto do pertencimento profissional a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Informávamos ainda que haveria o fornecimento da passagem de ida e volta ao local onde o questionário seria aplicado. Inicialmente as aplicações dos questionários foram realizadas no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da (UFPE), posteriormente transferidas para a Agência do Trabalho por ser um local mais central para os deslocamentos e comparecimento para a aplicação dos questionários.

Durante os contatos telefônicos a informação de que as passagens seriam fornecidas, foi elemento relevante para assegurar os deslocamentos até o local de aplicação da pesquisa.

Aceito o convite pelos egressos, marcávamos o dia, a hora e o local. A aplicação dos questionários foi desenvolvida pela doutoranda juntamente com alunos auxiliares da pesquisa, graduandos dos cursos de Psicologia e Geografia. O tempo médio despendido na aplicação de cada questionário foi de 40 minutos.

Participaram da pesquisa 184 egressos, sendo 70 originários do PlanTeQ 2005 e 114 originários do PlanTeQ 2004, com idades entre 17 e 50 anos, de ambos os sexos. Este número de egressos foi atingido após a exploração de toda a lista nominal fornecida pela Agência do Trabalho. Essa lista continha variadas falhas, tais como: ausência dos números dos telefones (1.120), números inválidos (406), números informados errados (98), egressos que informaram não ter concluído o curso (22). Além destas falhas informacionais, tivemos um número elevado de rejeições à participação na pesquisa, indicada por diversas formas de expressão: não ter tempo (106), marcar e não comparecer (76), não desejar participar (57), trabalhar e não ter tempo (40) e não se lembrar de ter feito o curso (4). Assim, tivemos que considerar e contatar o universo da lista nominal que continha as informações suficientes para permitir os contatos, perfazendo um total de 1.154 potenciais participantes da pesquisa. Todos foram contatados.

Entendemos que o nosso objeto de pesquisa é complexo, carecendo da consideração de uma descrição adequada do seu contexto e do processo dinâmico que envolve a população prioritária do programa, além das particularidades dessa população.

Não há consenso na literatura no que se refere à metodologia empregada na avaliação de mudanças significativas. Orientamo-nos pela pertinência em aliar métodos quantitativos e qualitativos. Os métodos quantitativos privilegiam, segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), o “visível” o imediato, e os elementos qualitativos privilegiam o universo de significados, crenças, valores e atitudes, nem sempre quantificáveis. Assim, a consideração dos métodos quantitativos e qualitativos em uma análise se complementa. A implementação qualitativa da política condiciona os resultados que se deseja obter. Dentre os elementos essenciais para a qualidade da política destacamos: garantia dos recursos e atendimento ao público prioritário por ela definido.

A análise dos dados considerou os conceitos de qualificação profissional e competência, lançou mão dos programas informáticos *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), que auxilia na sistematização estatística dos dados e o *Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble*

de Segments de Texte (ALCESTE), que permite uma análise do conteúdo dos discursos dos egressos.

A análise foi estruturada seguindo os seguintes passos: a) busca de responder as seguintes questões: 1- Quais as mudanças nas condições de vida dos egressos do PNQ/PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, atribuídos a qualificação profissional? 2- Que outras mudanças do Programa são identificados e indicados pelos egressos? 3- Como os egressos avaliam os cursos dos PlanTeQs/PE/recife 2004-2005? b) compreensão contextualizada das questões formuladas considerando a globalização, o fenômeno do desemprego e as mudanças nas condições de vida dos egressos relacionadas aos cursos de qualificação.

As principais conclusões indicam que a garantia institucional de verbas para um programa de política pública não assegura o seu dispêndio. Fatores políticos e econômicos condicionam e orientam esses gastos. Para os anos dos PlanTeQs considerados, não foi possível identificar mudanças significativas nas condições de vida dos egressos, para os fatores tomados como referencia. Identificamos, porém, mudanças objetivas, expressas pela conclusão do curso e mudanças subjetivas, indicadas como relacionadas à frequência e a conclusão dos cursos. Estas mudanças são indicadas como comportamentais, na consideração de novas interpretações sobre o mercado de trabalho e sobre si mesmo, têm uma ampla gama de expressões e são assim sinteticamente descritas: ampliação da autoestima, comportamento mais ativo na busca pelo trabalho e saber se conduzir em entrevistas de emprego e no ambiente de trabalho, além de melhoria nos relacionamentos com amigos e familiares.

Entendemos que para a existência de mudanças significativas, faz-se necessário uma mudança no contexto de crescimento do País, com geração de empregos e articulada a uma política sistemática e consistente de investimentos na educação e na educação profissional.

2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUA BASE LIBERAL

O tema da globalização ou mundialização vem se tornando central nos debates políticos e científicos, particularmente a partir dos anos 80, por demarcar significativas mudanças nas relações entre países e na sociabilidade humana.

A globalização econômica é aqui considerada como categoria analítica, envolvendo o plano macro, reconhecida como influenciando e determinando a inserção das diferentes nações nesse processo e das diferentes posições que cada país pode ocupar neste contexto.

Existem várias interpretações sobre a globalização, diferentes abordagens que traduzem a diferentes visões de mundo havendo, porém, consenso no que se refere às mudanças na configuração das condições de vida real. Do ponto de vista político e socioeconômico a mesma é entendida como nova etapa de acumulação do capital, com tendência a um processo intenso e acelerado da ampliação do desemprego e da pobreza, como característica estrutural, e com redirecionamento e primazia dos investimentos para a área financeira em detrimento da área social. Por sua vez esta configuração se concretiza em uma determinada formação social em que os países periféricos, como o Brasil, sofrem de forma mais cruel o desemprego, pois este se dá sob uma base muito precária, com elevadas desigualdades em diferentes níveis da sociedade. Basta lembrar que entre nós, o desemprego total, para a Região Metropolitana do Recife, em 2003 alcançou 23,%, em 2004 atingiu a taxa de 23,1% e em 2005 atingiu 22,3%. Tal redução é lenta e complementada pela paralela situação dos ocupados em situação de trabalho vulnerável, que foi de 40,9% em 2004 e de 40,2% em 2005 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2005, 2006).

O termo globalização traduz uma forma de superação do ideário keynesiano e de bem-estar social, sendo utilizado para traduzir transformações de ordem política, ideológica, econômica e social. Neste sentido, seus princípios dirigem as interpretações acerca do presente, reinterpretem o passado e orientam o futuro. A globalização é apresentada como saída única para as contradições que atravessam as relações nas diversas sociedades e no mundo.

Neste estudo a globalização é entendida como processo histórico, social, econômico, político e cultural, que abrange todos os aspectos significativos da vida em sociedade e as transformações das condições básicas da existência social, com implicações em suas expressões filosóficas, científicas, culturais e políticas, manifestando-se também nas diretrizes educacionais

e na relação entre educação e trabalho. O predomínio dessa visão vem encontrando resistências por parte de diversos países e divergências por parte de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual passou a expressar preocupações com a realidade do desemprego crescente, a queda da renda dos trabalhadores e a ausência de emprego decente no mundo, bem como, com a omissão dos governos frente a esta realidade. Tais preocupações foram incorporadas formalmente pelo Fórum Econômico Mundial (FEM) em janeiro de 2006, como se verá na seção sobre desemprego.

Buscando ainda elucidar o conceito de globalização, incorporaremos a contribuição de Alves e Corsi (2000, p. 8), que destacam que o capital financeiro mantém a supremacia na internacionalização do capital e abrange as

regiões do mundo que apresentam abundância de recursos, desenvolvimento prévio, amplos mercados, políticas voltadas ao favorecimento de investidores externos, dentre outras medidas. Enfim, todas as facilidades para a rentabilidade da massa de capital dinheiro. As demais regiões do globo encontram-se fora desse processo ou tem participação apenas marginal.

Isto significa que a globalização, como mundialização do capital, incorpora em si, as próprias características da lógica do capital, isto é, ela é excludente, desigual e seletiva.

Para a compreensão do processo de globalização faz-se necessário o entendimento do desenvolvimento dos principais marcos do neoliberalismo, uma vez que a tendência à globalização além de ser um fenômeno inerente ao capitalismo, encontra as bases para o seu desenvolvimento na filosofia liberal predominante nos séculos XVI e XVII, sendo ampliada e aprofundada com a retomada dos princípios liberais, através do neoliberalismo emergente a partir do final da década de 60 do século XX (ALVES; CORSI, 2000; ANTUNES, 2000; BATISTA, 2001; BIANCHETTI, 2001; FIORI, 1998; MALAGUTTI; CARCANHOLO, R.; CARCANHOLO, M., 2002; POCHMANN, 2000).

Para a efetivação de uma análise mais consistente acerca dessa temática é necessário considerar os fundamentos do neoliberalismo e o contexto mundial que permitiu sua predominância, bem como das práticas dos indivíduos e das instituições que se posicionam a partir desta perspectiva, ressaltando a dimensão histórica dos processos e fatos sociais que a viabilizam.

Cabe inicialmente destacar que existem três sentidos em que o termo liberalismo é utilizado, de acordo com Bianchetti (2001). Como **concepção de mundo** ou filosófica onde no centro de todas as ações, encontra-se o indivíduo e sua liberdade para agir em defesa de seus interesses; como **teoria política** centrada no discernimento das origens e natureza do poder e, por fim, como **teoria econômica** que é concebida e organizada a partir do referencial das leis do mercado, o que fundamenta as relações de produção capitalista. O conjunto articulado destes três aspectos produz diferentes modelos de organização das sociedades com ênfases diferenciadas ao longo da história e geram diferentes propostas de sociedade.

Em suas origens, o liberalismo surge como ruptura com a organização da sociedade medieval e sua concepção hierárquica e determinística das relações sociais, apoiadas em determinações externas ao indivíduo. Por outro lado, dá continuidade ao fundamento de que as desigualdades sociais encontram suas origens na "ordem da natureza", cabendo ao poder político a ação mediadora do conflito oriundo da forma de produção capitalista. Esta forma de produção valoriza o trabalho como expressão da liberdade do homem para transformar a natureza, a sociedade e a si mesmo.

Neste sentido, há aceitação de que os teóricos do Direito Natural são os antecessores do pensamento liberal, destacando-se aqui Hobbes (1588-1679) com sua defesa de um poder absolutista, ao qual os homens deveriam se submeter em troca da paz. O custo desta paz seria a redução dos indivíduos à "condição de súditos passivos" onde as convicções íntimas são apenas opiniões privadas (ALDUNATE, 1980, p. 5); Locke (1632-1704) destacando a monarquia constitucional, a liberdade do mercado e o individualismo, afirma que a liberdade fundamental do homem era a liberdade de empreender, de transformar as coisas, cabendo ao Estado o exercício das penalidades na preservação da propriedade, a qual é a essência do indivíduo. Todo indivíduo tem a propriedade de suas capacidades, podendo usá-las em conformidade com o seu desejo, sendo este um ponto comum a todos os homens, ou seja, todos os homens são possuidores de vontade e de liberdade a qual tem por limite a impossibilidade de agredir a propriedade, tanto pessoal como a do outro.

Complementando essas bases originárias temos Tocqueville (1805-1859) com sua ênfase na questão da liberdade e da igualdade, portanto da democracia e de sua potencial ameaça para a liberdade individual (CHEVALIER, 2001; WEFFORT, 2001).

A concepção de uma ordem fundada na natureza e na história une-se ao pensamento liberal do século XVIII na afirmação da ordem natural das relações humanas que se expressa no liberalismo econômico de Adam Smith (1723-1790) através da metáfora da "mão invisível", na qual todo indivíduo em sua atividade econômica colabora na "promoção de um fim que não estava em suas intenções [...], pois na busca dos próprios interesses promove os da sociedade de maneira mais efetiva que se estes estivessem em seus intuitos" (ALDUNATE, 1980, p. 11). Assim, a defesa do mínimo de Estado e de política, junto com a liberdade de circulação dos indivíduos e do capital privado, por meio do *laissez-faire*, fica assegurada.

No início do século XIX, surge na Inglaterra a escola utilitarista de J. Bentham (1748-1832) que identifica como explicação da ordem moral, que a causa motriz da ação humana seria a busca do prazer, bem como o fim último da sociedade seria a "busca da utilidade" que se expressa na tese da "maior felicidade para o maior número". Tal tese, é avaliada pelos liberais como propiciadora de submissão e nivelamento sociais o que compromete a liberdade.

Por outro lado, J. Stuart Mill (1806-1873) defende a liberdade de iniciativa, glorifica a personalidade e a originalidade, defende o inconformismo, mas desconfia da igualdade de direito expressa na democracia.

Sendo assim, não há um único liberalismo, havendo, entretanto, diferenças de ênfases e confluência nas ideias de liberdade, mercado e individualismo. Cristalizam-se, porém algumas ideias: no liberalismo o capitalista é livre para impor as suas condições de trabalho sem interferência do Estado, cabendo a este último assegurar o cumprimento do contrato ou a sua ruptura apenas a partir da concordância recíproca das partes envolvidas, sendo a desigualdade social interpretada como originária das diferenças naturais e inevitáveis entre os homens, uma vez que nem todos têm as mesmas ambições materiais, nem os mesmos dons, sendo a sorte um fator imponderável, mas relevante na determinação das trajetórias dos indivíduos. A desigualdade, portanto, é calcada nas diferenças intrínsecas dos potenciais dos indivíduos, não cabendo ao Estado intervir para buscar maior igualdade entre indivíduos e grupos sociais. Cabe ainda destacar que a liberdade é entendida como ausência de restrições as iniciativas econômicas individuais e não deve ser confundida com a escolha de governantes e controle da administração do país, nem tampouco com o exercício do poder legislativo. A justiça e o equilíbrio sociais são entendidos como decorrentes da livre ação do mercado, ou seja, das relações entre homens "livres" que se encontram para produção e troca de bens sociais. A cooperação tem como

motivação final o interesse pessoal, sendo o mercado o eixo estruturante e dinâmico das relações sociais. Não cabe ao Estado intervir em nenhum dos níveis de expressão dessas premissas da sociedade, ou seja, nas suas manifestações econômicas, sociais e políticas.

Algumas posições liberais, de acordo com Singer (2001), chegam a rejeitar a ideia de desigualdade com base no argumento de que sua consideração se contradiz com a defesa da liberdade individual de traçar o próprio interesse e conquistá-lo. Indicam o trabalho duro, a sobriedade e a autodisciplina econômica, com cálculo dos riscos de custo e benefício de cada escolha, como forma de cada indivíduo obter seu bem-estar. Dessa forma destacam o valor da disciplina, vontade e dedicação, como elementos suficientes para a obtenção do sucesso pessoal e profissional, ignoram assim os impedimentos relacionados às diferenças de acesso a bens e serviços e ao capital, atribuem ao indivíduo total responsabilidade sobre si mesmo, desconsiderando o contexto social em que vive e se desenvolve. Elaboram uma concepção individualista da sociedade cuja composição é dada apenas por indivíduos livres e distintos entre si, que perseguem o objetivo comum de obter o próprio bem-estar tendo a liberdade e a propriedade como principais valores.

Com relação ao trabalho, defendem que sua expansão é atingida de forma natural, inevitável, pelo equilíbrio do mercado, através das trocas individuais e livres, elegendo o trabalho como característica fundamental do homem e conclamando a mobilização de todos para o trabalho e para uma ética liberal. Desse ponto de vista os que não trabalham são parasitas e inúteis sociais.

A exceção do período que vai da década de 30 a década de 70, do século XX, o pensamento ocidental teve predominância da orientação filosófica liberal e uma interpretação dos fenômenos econômicos e sociais em consonância com seus princípios. No plano ideológico e sob uma orientação que considera o consumo popular contrário aos interesses nacionais, e defende a supremacia dos interesses empresariais sobre os demais interesses em jogo na sociedade, postula a crença na racionalidade do mercado e apela para valores populares de senso-comum apoiados na responsabilidade individual.

No final do século XIX, ainda de acordo com Aldunate (1980), alguns liberais se confundem com setores moderados do socialismo democrático, obviamente influenciados pelo pensamento de K. Marx (1818-1883) que teceu uma crítica contundente e feroz do modo de produção capitalista e de seus princípios liberais, com destaque para a contradição de interesses

que conflavam a sociedade inglesa daquele momento. A liberdade como poder de transformação da realidade, vai originar duas correntes de pensamento. Uma que busca romper com a ordem capitalista, defendida por Marx, e outra que busca um compromisso social entre os grupos sociais em oposição, que vai originar a socialdemocracia de base europeia e seu Estado de Bem-Estar social.

As origens do neoliberalismo como distinto do liberalismo clássico se dão no contexto de uma reação intensa contra o modelo keynesiano, o Estado de Bem-Estar e as consequentes limitações do Estado aos mecanismos do mercado. Esta reação emerge após a Segunda Guerra, localiza-se espacialmente na Europa e Estados Unidos, sendo desenvolvida a partir da influência, dentre outros, da obra de Hayek de 1944, *O Caminho da Servidão* (BATISTA, 2001; BIANCHETTI, 2001; MALAGUTI; CARCANHOLO, R.; CARCANHOLO, M., 2002).

Agregam-se às ideias de Hayek, naquele momento, Milton Friedman, Karl Popper, Ludvig Von Mises, Walter Liman, dentre outros. Juntos fundam a sociedade de *Mont Pelerin*, com o propósito de resistir ao Estado de Bem-Estar orientado pelo keynesianismo e com base no solidarismo. Hayek, de acordo com Malaguti; Carcanholo, R.; Carcanholo, M. (2002), defende uma política de *laissez-faire* em oposição à regulamentação, enaltece a livre concorrência em contraposição ao intervencionismo do Estado e exalta o individualismo em detrimento do coletivismo, defende que a planificação só faz sentido quando o alvo é a concorrência, aceitando uma atuação dirigida e seletiva do Estado.

Defende o conceito de justiça social apoiado no binômio, concorrência e justiça, estando esta última relacionada à naturalização da desigualdade inerente ao mercado, que é imparcial e impessoal, onde o sucesso ou fracasso depende dos esforços de cada um e do que a sorte lhes assegure. Como a sorte é fruto do acaso, então cada um edifica seu futuro e sua felicidade de acordo com a liberdade do mercado, que se expressa através do livre esforço de cada um, o qual é recompensado com taxas de lucros acima da média, que estimulam o desejo de ascensão e servem de exemplo aos demais indivíduos para um esforço necessário. Nessa direção, a competição desresponsabiliza cada indivíduo da necessidade de justiça, legitimando a tendência monopolística do capital e simultaneamente põe um freio na ação do Estado, no sentido de impedir ou reduzir as desigualdades sociais, pois nenhum esforço humano pode extingui-la, ela é natural, traduzindo assim a face seletiva e excludente desta concepção e de sua prática. Não há aceitação também de nenhuma legislação que regule o trabalho ou mesmo o contrato de

trabalho. A ênfase nesses fundamentos se faz necessária para a compreensão das transformações atuais na esfera particular do trabalho.

A origem da desigualdade para Hayek (1994) encontra-se já no nascimento dos indivíduos e os dons e potenciais estão postos como capital inicial de cada um. Hayek (apud MALAGUTT; CARCANHOLO, R.; CARCANHOLO, M., 2002, p. 63), admite que em “um sistema de livre iniciativa as oportunidades não são iguais, visto que o sistema baseia-se na propriedade privada e [...] no direito à herança, com as diferenças de oportunidades que lhes são inerentes”. Portanto, se são naturais ao arcabouço da livre iniciativa, nenhum homem poderá mudá-la. Esta afirmação traz a contradição desta busca de justificação ideológica do sistema de concorrência, sem base no real quando, por um lado, afirma a inexorabilidade da determinação quase biológica da diferença de nascimento, e, por outro, faz a defesa da livre iniciativa e da perspectiva e possibilidade de fazer-se a si mesmo, a partir do senso de iniciativa, criação, esforço e empenho individual, na “livre” competição que o mercado viabilizaria. Mas o mercado, que se baseia no direito de herança e na propriedade privada, traz a marca da desigualdade de origem de trajetórias de vida determinadas pelo nascimento e pela herança, sobrepondo uns homens sobre outros, em uma escala hierarquizada da organização social.

Evidencia-se, assim, a centralidade econômica nos fundamentos do liberalismo/neoliberalismo vigente nas sociedades ocidentais, sendo o mercado a forma privilegiada de sociabilidade, à qual as demais instâncias sociais devem submeter-se, conforme destaca Malaguti; Carcanholo, R.; Carcanholo, M. (2002).

Em conformidade com os princípios liberais e também contribuindo para sua conformação o fenômeno da globalização é um elemento fundamental na compreensão das amplas transformações das últimas décadas. Na década de 70, marco de transformações nas formas de acumulação do capital, teve impulso o processo de globalização a partir das estratégias próprias de cada grupo empresarial, no processo de mundialização da economia, que foi facilitado pelas agilizações tecnológicas de transferências financeiras e informacionais. A capacidade ampliada de presença das empresas multinacionais em diferentes espaços geográficos se dá de forma independente dos governos e sistemas nacionais, revelando-se como uma nova estrutura de poder que se desenvolve, através do relacionamento direto entre as empresas. Os anos 90 caracterizam-se por um contexto de globalização econômica acompanhado de novas formas de organização da produção e do trabalho.

A globalização caracterizada como um processo de profundas mudanças na dinâmica do capitalismo internacional vem sendo gestada desde os anos 70 em resposta às crescentes limitações da economia dos países desenvolvidos, principalmente europeus, que se caracterizavam por tendência a estagnação econômica, crescente desemprego e inflação. Tendência que é intensificada pela competição entre os países desenvolvidos (DEDECA, 1996; POCHMANN, 2000). A interpretação desses elementos como indicadores do esgotamento do modelo de desenvolvimento keynesiano da economia e do paradigma de produção taylorista/fordista, por parte dos neoliberais, além da não apresentação de propostas de enfrentamento e solução, pelos keynesianos, para essa crise do capitalismo, abriram o caminho para sua substituição por um modelo político e econômico de bases liberais, com consequências na busca pela expansão de mercados para o capital, intensificada pela incorporação à produção dos avanços tecnológicos e de transformação da organização da produção e do trabalho.

O processo de globalização configura mudanças estruturais que se caracterizam por ampliação dos mercados para o plano mundial, realizando a tendência à internacionalização como condição para a valorização do capital, gerando formas distintas de organização espacial e distribuição do poder entre os países e continentes. Conforme Ianni (2001, p. 38), expressam os “processos de concentração do capital”, os quais “adquirem maior força, envergadura, alcance”. Outros marcos estruturais (CHESNAIS, 1996) inerentes à globalização é a crescente integração dos mercados, a deslocalização da produção com a divisão internacional do trabalho orientada pela desconcentração industrial em conformidade com a ampliação do lucro¹, a variedade e aumento numérico de produtos e serviços, a tendência à concentração das empresas com formação de oligopólios de caráter global e mudanças nas formas de concorrência, com a cooperação entre as empresas de dando a partir de vínculos estratégicos e do desenvolvimento de redes de subcontratação, além do paralelo crescimento da competitividade interindustrial com

¹ A divisão internacional do trabalho refere-se ao modo de organização do trabalho em nível internacional, a partir da especialização econômica dos distintos países na produção de determinados tipos de mercadorias, situação que determina a constituição da forma de intercâmbio estabelecida entre eles [...] serve de base para a formação do mercado mundial e vem adquirindo formas desenvolvidas desde meados do século XIX, com o crescimento nos países centrais da demanda de matérias primas para a indústria e de alimentos em razão do intenso processo de urbanização [...] constitui, portanto, um fator de aglutinação das economias nacionais no sistema capitalista de economia mundial [...] com a atual revolução tecnológica, o processo de especialização internacional tem se aprofundado, elevando a profundidade dos países centrais, a formação dos monopólios e as contradições que formam a crise capitalista mundial (MACHADO, 2000, p. 111).

base em novas formas de gestão e intensificação do uso da informática e da automação (ALVES; CORSI, 2000; CHESNAIS, 1996; DELUIZ, 1996).

De acordo com Antunes (2000), Chesnais (1996), Fiori (1998) e Ianni (2001), o termo globalização embora de uso corrente é um termo impreciso na medida em que traduz um processo em desenvolvimento que se aprofunda como tendência e encerra contradições, pois ao mesmo tempo em que envolve milhões de pessoas também as exclui, em grande quantidade, deste mesmo processo e do mundo do trabalho, tornando-as conforme Castel (1998) supranumerários, afastando-os da produção e do intercâmbio. Por conseguinte, é um processo histórico que já se esboçava no século XIX com o surgimento dos monopólios e cartéis, é também um processo econômico, político e cultural. Porém, ao mesmo tempo em que a economia se globaliza as fronteiras nacionais se enrijecem e se estreitam para a migração de pessoas, particularmente dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos.

O progredir desse processo que inclui a internacionalização financeira de capitais, de câmbio e de títulos, mudança na divisão internacional do trabalho, traz ainda mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, alterando conseqüentemente sua natureza, que se expressam na desregulamentação e internacionalização das economias nacionais. Se durante parcela significativa do século XX o papel dos Estados era de proteção de suas economias, na procura de assegurar níveis convenientes de bem-estar, contrapondo-se às forças perturbadoras, hoje a prioridade tornou-se a busca de adaptação das economias nacionais aos requerimentos da economia globalizada, que direciona as formas de organização do trabalho, os modos de pensar e interpretar a realidade e de ser dos indivíduos e países, mesmo que as inserções neste processo se deem de modo desigual e contraditório (IANNI, 2001).

O Estado perde o privilégio sobre definições políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais vão progressivamente sendo apossadas por organismos internacionais e empresas multinacionais. Isto se torna particularmente agudo quando se considera que, de acordo com Fiori (1998, p. 211-239) na atualidade os principais instrumentos de política econômica são o “controle sobre o capital de investimento, a tecnologia produtiva e o acesso aos mercados”, os quais estão sob o controle quase total dos países mais desenvolvidos. Na atual ordem globalizada, o fator econômico é priorizado e os países em desenvolvimento, como o Brasil, tem reduzidas fontes de poder para tomar parte no combate por espaço e presença na competição globalizada, com o aprofundamento de sua dependência e o agravamento dos desequilíbrios estruturais. Para os

países em desenvolvimento, mormente os que seguiram as orientações do Consenso de Washington, “escolheram” o modelo econômico liberal “só lhes restando a postura passiva de manutenção cada vez mais difícil de equilíbrios macroeconômicos capazes de ‘seduzir’ os investidores internacionais” (FIORI, 1998, p. 233).

O autor indica ainda que a estratégia liberal traz como dilema, particularmente para os países em desenvolvimento, a priorização e manutenção do objetivo de conservação do ambiente econômico, sem alteração das regras e instituições, o que conduz à preservação da estratégia liberal instituída, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina. A persistência dessa busca na preservação das diretrizes econômicas não assegura, segundo Fiori (1998), a governabilidade, pois o endividamento do Estado torna-o submisso aos equilíbrios macroeconômicos prescritos, comprometendo também o financiamento de políticas de ordem social e o crescimento econômico do País, agravando, conseqüentemente, a desigualdade social pré-existente.

Nesta perspectiva, as diretrizes dos organismos multilaterais sob orientação neoliberal prescrevem a abertura dos países à competição, a extinção do controle de preços e dos subsídios, e a transferência de atividades desenvolvidas pelo Estado para a iniciativa privada, efetivando a desregulamentação da economia. A implantação dessas medidas se dá pela imposição aos governos nacionais da incorporação de prescrições rígidas, acerca dos fundamentos do neoliberalismo, ou seja, dos princípios do mercado como autorreguladores da economia, da livre iniciativa e da liberdade econômica. Em contrapartida a esta submissão, condição para receber ajuda, os países obteriam auxílio técnico e crédito. Como exemplo temos o que ocorreu em 1998, no Brasil, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com Brum (2003), Singer (2001) e Souza (2004), capitaneando uma ação de defesa do Plano Real, juntamente com outros bancos e dentre eles o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Tesouro dos Estados Unidos, viabilizaram um empréstimo de US\$ 45,1 bilhões ao país. Como contraparte o Brasil se comprometia a efetuar privatizações no setor estatal e abertura ampliada do mercado interno. Tais exigências asseguraram a intensificação das bases da globalização no país e a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, avalista e signatário do cumprimento das diretrizes acordadas. Em conformidade com esta orientação, os projetos nacionais têm condicionados suas proposições e realizações aos limites estabelecidos pela economia política globalizada, orientada pelo modelo neoliberal de economia. Ainda do ponto de

vista econômico Ianni (2001) ressalta que a organização de um sistema financeiro internacional em acordo e dando forma às exigências da globalização, atende aos interesses e determinações dos países desenvolvidos e das empresas globalizadas, o que traduz a reprodução ampliada do capital pela concentração e centralização do mesmo.

Como cimento a ligar e dar unidade a um projeto determinado de desenvolvimento e ampliação sistemática da globalização, o ideário neoliberal adquire preponderância sobre a gestão do mercado, do poder político, da ordenação das sociedades e da visão de mundo que deve prevalecer para interpretação e ação sobre a realidade, configurando uma sociedade global, orientada pelo poder da propriedade privada, da acumulação e reprodução do capital em escala global, da internacionalização dos negócios e da ascensão dos valores econômicos como fundamentais e supremos, estando os demais valores a ele subordinados

3 O NOVO PADRÃO PRODUTIVO E O TRABALHO

3.1 Keynesianismo, Estado de Bem-Estar Social e Trabalho

Para alguns autores o modelo de Estado de Bem-Estar tem suas origens nas políticas aplicadas por Bismarck, na Alemanha, no final do século XIX e vai consolidar-se a partir da Segunda Guerra Mundial.

A crise de desemprego nos anos 30 não era respondida adequadamente pelas explicações liberais que se centrava na rigidez dos salários reais, o que não contribuía na formulação de políticas de governo (RAMOS, 2003b).

Após o período das duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918; 1939-1945) em variados países europeus desencadeiam-se inúmeras manifestações políticas de trabalhadores por meio de greves, variadas ações sindicais, surgimento de novas organizações políticas que conduzem a conquistas substanciais, tais como indica Melo (2001, p. 39): “melhoramento substancial dos salários, jornada de oito horas, generalização dos contratos coletivos, comitês de empresa, sufrágio direto e universal, etc.”. Além de um vasto sistema de assistência social com ênfase na educação e na saúde pública com qualidade nos atendimentos, grande desenvolvimento da indústria e do comércio, com equilíbrio entre população e o potencial dos meios de produção.

De acordo com Bianchetti (2001) a proposta keynesiana se dirigia à necessidade de redução dos conflitos sociais, através da estimulação por parte do Estado da ampliação do consumo que, por sua vez, ativaria o aparelho produtivo. Apesar de inconsistente com os princípios liberais, guarda uma confluência fundamental com estes, pois não questiona o processo de acumulação do capital. Por outro lado, havia ainda a ameaça comunista implantada em 1917 e que se colocava como alternativa à teoria econômica liberal, pondo em perigo sua definição de mundo e o seu potencial de expansão em decorrência do acirramento das contradições inerentes ao modelo. Desse modo, o Estado tem participação ativa no planejamento da economia e do bem-estar da sociedade. Do ponto de vista dos grandes grupos empresariais estes intensificam suas ações em direção a outros países como forma de assegurar a acumulação do capital pela sua expansão mundializada.

Apesar das particularidades nacionais e culturais os traços comuns se manifestavam amplamente tanto no continente europeu ocidental como nos Estados Unidos. Assim, sob a

orientação político-econômica keynesiana estas esferas geográficas conheceram um grande desenvolvimento econômico e social até aproximadamente o final dos anos 60. A lógica central dessa teoria encerra a ideia de que o governo ao impulsionar a demanda, através de gastos sociais, distribuição de renda e redução de impostos, estimula a demanda na busca de alcançar o pleno emprego e estimular também o investimento e o crescimento da economia, ou seja, a intervenção do Estado deve se dar no sentido de regularizar o ciclo econômico evitando as oscilações na acumulação do capital, bem como a incorporação de critérios e valores diversos daqueles do mercado, tais como padrões mínimos de condições de vida os quais permitem alguns benefícios sociais aos trabalhadores.

Como admitem Przeworski e Wallenstein (1988, p. 31) “teorias econômicas são racionalizações de interesses políticos de classes e grupos conflitantes [...] Atrás de alternativas econômicas ocultam-se visões de sociedade, modelos de cultura e inclinações pelo poder. Projetos econômicos pressupõem projetos políticos e sociais”.

A teoria econômica desenvolvida por Keynes deu um novo impulso ao emergente modelo de Estado de Bem-Estar. A preponderância desse modelo econômico está relacionada a quatro elementos fundamentais da dinâmica política e econômica dos países centrais do capitalismo desenvolvido: a depressão econômica dos anos 30, e que produz um desemprego massivo e a quebra de inúmeras empresas; a Segunda Guerra Mundial que devasta os países europeus nela envolvidos e a necessidade de reconstrução dos mesmos; a organização crescente dos trabalhadores, na busca de melhores condições de trabalho e de vida; as características das relações sociais, inerentes ao modo de produção capitalista e a formação de uma alternativa de consumo. O pilar básico em que se apoia é a defesa de que é papel do Estado intervir na economia de mercado com o objetivo de reduzir o desemprego involuntário e ampliar a produção, agindo no sentido de atuar na administração da demanda, evitando grandes flutuações no processo capitalista de acumulação (BIANCHETTI, 2001; BRUM, 2003; MACPHERSON, 1978; MALAGUTTI, 2002; SOUZA, 2004).

A busca de um pacto de solidariedade calcado na garantia e expansão dos direitos sociais para uma relativa distribuição dos bens sociais e redução das desigualdades, foi tomada como tarefa do Estado de Bem-Estar e da política econômica de Keynes, na qual o sistema de assistência e financiamento público é contraponto ao capital privado, não buscando a superação do mesmo.

A mediação do Estado na relação entre o capital e o trabalho, através da negociação política, conforme Bianchetti (2001) obtém êxito em sua proposta: viabiliza, por um lado, benefícios sociais aos trabalhadores e, por outro, favorece o processo capitalista de acumulação, ao incorporar critérios de utilidade social a certos bens como energia, moradia, educação e saúde, dentre outros. Em deliberações referentes à produção e apropriação dos bens e serviços coletivos, registra a incorporação de critérios que se confrontam com os critérios do mercado. Neste sentido, busca a realização do pleno emprego e o aumento do consumo para acelerar o desenvolvimento do aparelho produtivo, sem oposição, no entanto, aos interesses de acumulação privada.

Após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, foi implantada uma economia urbana-industrial que impulsionou um intenso crescimento econômico, gerou empregos e impulsionou a sedimentação da legislação trabalhista pela via da intervenção do Estado. Ocorreu a partir de fortes investimentos de empresas multinacionais no país, sob a ótica da ação mundial como projeto estratégico de expansão das mesmas, e também da criação de variadas empresas estatais. Nos anos 60 e 70 o país permanece com acentuado crescimento econômico e também aumento da pobreza e da desigualdade social. Os anos 80 foram para o país de grandes dificuldades econômicas e sociais, pois conviviam altas taxas de inflação, achatamento salarial e ampliação do desemprego. Para fazer frente a este contexto adverso, vários planos econômicos foram implantados, porém todos tiveram efeitos limitados e de curto prazo, com resposta inadequada para controlar a situação e revertê-la, no sentido da retomada do crescimento, como se verá mais a frente.

O Estado de Bem-Estar da Socialdemocracia e a orientação político-econômica keynesiana não obtiveram no Brasil nem na América Latina, a mesma intensidade na oferta de bens sociais como educação, saúde, moradia, etc., caracterizando-se apenas como um estágio inicial sem um aprofundamento necessário para a reversão do quadro social de desigualdade e pobreza existente.

Foi o keynesianismo que ofereceu a base teórica para a análise macroeconômica e as bases ideológicas fundamentais para o estabelecimento do pacto da democracia capitalista, através da indicação de que a harmonia entre propriedade privada e gestão democrática da economia era possível através do Estado. Tal pacto conduziu a que os trabalhadores aceitassem a ‘instituição da propriedade privada do capital social’ e os empresários aceitassem a criação de

instituições que dessem acesso a outros grupos políticos, a participação na distribuição da renda e assegurassem seus direitos. Keynes ofereceu assim, a base para um compromisso social, através da proposta do aumento do consumo que se traduziu em um modelo de desenvolvimento político e social diverso do liberal, pelo realce dado ao combate aos diversos conflitos sociais. Para melhor entendimento conceitual urge explicitar que o conceito de modelo utilizado aqui é o de Macpherson (1978, p. 10), qual seja, "uma elaboração teórica com vistas a exhibir as relações reais, subjacentes às aparências entre os fenômenos ou no seio dos fenômenos em estudo".

O período que vai da década de 40 aos anos 70 marca uma ruptura com relação ao ingresso dos trabalhadores na cena política e de seu reconhecimento como um dos portadores de interesse na sociedade, viabilizando sua integração e participação política na redistribuição da riqueza. Esse processo efetivou-se com a presença forte do Estado na regulação política e social, o qual, por um lado, definiu estratégias de maior equilíbrio social e bem-estar e por outro sofreu enfraquecimento pela criação de organismos multilaterais que têm o próprio mundo como campo de atuação.

Esses organismos surgem com poder de influência e força, redefinindo conseqüentemente o âmbito de ação dos Estados nacionais. O impulso no sentido da globalização é reforçado pela ação dos Estados Unidos como potência emergente e financiadora da reconstrução européia do pós-guerra. Nesse momento as empresas multinacionais assumem um grande destaque econômico e passam a fortalecer uma rede de relações supranacionais, que se expande também para a América Latina e particularmente, para o Brasil. É neste período que se amplia a presença de empresas multinacionais no País como nos setores automotivos e de energia elétrica, dentre outros.

O keynesianismo, em todos os seus diferentes arranjos, orientava-se por uma política de pleno emprego, pela administração da demanda, prioritariamente assegurada pela orientação de compor estímulos e limites a participação no mercado de trabalho e por outro lado, uma política de igualdade através da ação do Estado em variados âmbitos sociais tais como: programas de formação de mão de obra, planos de habitação, sistema de saúde, dentre outras, que formariam o Estado de Bem-Estar. Como decorrência, as relações sociais passam a ser "mediadas pelas instituições políticas democráticas ao invés de permanecerem privadas [...] a distribuição dos recursos econômicos tornam-se crescentemente dominada por relações de forças políticas". (PRZEWORSKI; WALLENSTEIN, 1998, p. 34).

A análise de Marx para este compromisso entre interesses de classe é considerá-lo como transitório, pois é insustentável do ponto de vista da instabilidade que contém, por ser “uma combinação de propriedade privada dos meios de produção com sufrágio universal (que) tende a conduzir ou à ‘emancipação social’ das classes oprimidas pelo uso do seu poder político ou à ‘restauração política’ da classe opressora pelo uso de seu poder econômico” (PRZERWORSKI; WALLENSTEIN, 1998, p. 31).

A partir dos anos 70, com a denominada terceira Revolução Industrial, o avanço do processo de globalização econômica e a implementação progressiva e constante da retomada dos princípios e diretrizes liberais, caracterizando o neoliberalismo, concretizou-se uma intensificação na rede de relações entre os países. Os detentores do maior desenvolvimento econômico, social e de avanço tecnológico sobrepõem, no entanto, seus interesses aos dos demais países, imprimindo o domínio de “novos” conceitos e valores, além de mudanças no processo de produção de bens e serviços nos países menos desenvolvidos. Por outro lado, o progresso tecnológico favorece as grandes empresas na medida em que elas podem agilmente adquirir as inovações e responder eficientemente às diversas mudanças econômicas e produtivas, ampliar suas ações para além de sua origem geográfica e disseminar os valores inerentes ao processo de globalização, pela via do ideário neoliberal, expresso nas diretrizes dos organismos multilaterais e disseminadas mundialmente pelos diversos meios de comunicação.

A globalização trouxe consigo a reestruturação do capitalismo e um modelo novo de produção industrial que, sob a influência de uma política econômica neoliberal, condicionou ajustes estruturais, com uma tendência à agregação dos países em blocos regionais para fazer frente à concorrência internacionalizada, a substituição do paradigma taylorista/fordista pelo paradigma toyotista ou flexibilizado de produção e trabalho. Com a globalização verifica-se ainda, a crescente concentração de poder econômico e político, orientada pela lógica de que para as economias em desenvolvimento, como o Brasil e demais países da América Latina, a saída possível era a submissão às receitas produzidas pelo Consenso de Washington e implementadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (ANTUNES, 2000; BATISTA, 2001; BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

Neste sentido, Goulart e Guimarães (2002), destacam que o Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento (1993) registra que, em 1991, a população mundial era de 5,3 bilhões de

pessoas e o produto interno bruto (PIB) mundial correspondia a 21,4 trilhões de dólares, significando US\$ 4.010,00 anual por habitante, produzidos em bens e serviços. O mesmo documento ressalta, porém, que cerca de 16 trilhões desses recursos, ficavam com os 800 milhões de habitantes dos países desenvolvidos, ou seja, 15% da população do mundo detinham 75% dos recursos mundiais. Os dados salientam a concentração de renda e a ampliação do número de pobres como tendência mundial inerente aos fundamentos do modelo de globalização, numa clara inversão das diretrizes democráticas da economia e defesa de um patamar mínimo de condições dignas de existência, implícitas no modelo keynesiano.

O padrão produtivo implementado no decurso do século XIX e que perdurou até os anos 80 do século XX, tem seu fundamento na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas e a aplicação a partir do início do século XX dos princípios taylorista/fordista, que requeria pouca qualificação dos trabalhadores e se desenvolvia com controle dos tempos e movimentos, sobre forte supervisão e executado por trabalhadores coletivos, com tarefas parciais e atomizadas.

O eixo estruturante é a parcialização e a mecanização das tarefas mais operacionais e também das tarefas administrativas, cujo comando das ações e decisões é concentrado na direção superior. A empresa é apresentada como sendo conduzida por uma mão- invisível que a direciona necessariamente para o que é socialmente melhor. Desse modo o poder, qualquer que seja sua intenção, está sempre orientado para o bem-estar da sociedade. Produz-se, portanto, um discurso legitimador tanto do modelo de gestão, quanto da propriedade privada dos meios de produção que, ao final, beneficia a todos. Com isso não se reconhece o poder industrial, sendo atribuído às leis do mercado a base e o equilíbrio das relações entre sindicatos, Estado e empresas. E reafirma, portanto, o sistema de *laissez-faire*.

O modelo taylorista/fordista nasce da necessidade de respostas aos limites colocados pelo meio ambiente ao projeto econômico de expansão dos lucros e permanência das empresas capitalistas. Mais que isto, o modelo fordista, pela via da produção em série, estabelece um novo padrão de investimento necessário para a abertura de uma planta produtiva, distinguindo assim os potenciais indivíduos que poderiam vir a ser empresários, com um claro favorecimento para a associação entre capital produtivo e financeiro. Assim, este modelo sedimenta a interconexão entre as lógicas econômica, política e social na busca primordial dos aspectos econômicos, sem restringir-se a esses.

No sentido da preparação dos trabalhadores para operar no sistema fabril, desde o século XVIII, é detectada a inabilidade dos mesmos como impedimento à eficácia, anunciando a importância da habilitação profissional, de acordo com Boog (1999).

A ampliação do trabalho especializado e sua articulação com a racionalidade foram responsáveis pela redução dos erros e atualização dos trabalhadores. Esta sistematização do processo de trabalho levou à necessidade da formação profissional a se ampliar tanto na fábrica, como na sociedade. Diversas iniciativas surgiram como, por exemplo, nos Estados Unidos, em 1886, as cidades de Filadélfia e Baltimore contavam com escolas do governo dirigidas à capacitação profissional (STEINMETZ, 1976 apud BOOG, 1999). Paralelamente ao sistema educacional emergem escolas nas fábricas, unindo assim empresas e escolas na busca pela formação profissional.

Do ponto de vista da empresa e da sociedade a qualificação profissional se torna uma ferramenta estratégica. A qualificação é meio para executar a tarefa prescrita, caracterizando-se como adestramento. Surge como um meio para a eficiência e eficácia da empresa e não como questão do ser humano em construção permanente, concebendo-o, portanto, como ser parcial, portador de atributos a serem trabalhados para a realização tanto das tarefas como da estruturação do poder, ambas subordinadas ao interesse da acumulação capitalista.

A reestruturação produtiva implementada a partir dos anos 80, sob as denominações de toyotismo, modelo japonês ou modelo flexível vai juntar-se ao enxugamento dos níveis hierárquicos como uma das respostas do processo de globalização, no âmbito do trabalho, através das empresas, à automação e à flexibilização das relações de trabalho. Esses elementos são subsidiados pela paralela difusão das ideias de qualificação e formação continuada dos trabalhadores no próprio espaço de trabalho. Este conjunto de fatores visa responder à crise econômica, política e social que emergiu nos anos 70, ou crise dos paradigmas keynesianos.

A ampliação da competitividade e a chegada de novas tecnologias produzem novas formas estruturais de organização das empresas e da produção para as quais o modelo taylorista/fordista demonstra limitações, tais como a rigidez frente a dinâmicas de mudanças, a aceleração das decisões e as alterações nas formas de controles sobre pessoas e tarefas para assegurar a eficiência, ou seja, intensifica-se a velocidade de trabalho e de decisão.

Neste sentido, as empresas reorientam-se para uma política modernizadora que engloba os elementos de desenvolvimento e fortalecimento de “novas” competências por parte dos

trabalhadores, ocupando espaço privilegiado as ideias de parceria, flexibilidade e intensificação no uso de tecnologia. Assim, a formalização das tarefas é substituída pela missão, entendida como fim a ser atingido pelo trabalhador e para a qual lhe é atribuída relativa autonomia sobre o como fazer, o que implica mais responsabilidade e compromisso com os resultados, sendo estes, agora, os novos focos do controle. Evidencia-se, portanto, o surgimento de uma reorientação no modelo de gestão da força de trabalho, o qual é definido como participativo na medida em que tanto os executores diretos e demais níveis hierárquicos, até o nível de direção, são simultaneamente gestores de pessoas e de negócios, responsáveis pelo processo de seleção de pessoal e pelo controle dos custos e cumprimento das metas. É preciso, portanto, ter uma visão ampla, tanto da empresa como do negócio, e do que cada um pode fazer pelo desenvolvimento da empresa. Agora, o central é a sutileza nos controles sobre os trabalhadores, pois o homem continua submisso aos ritmos das máquinas, tendo que ampliar a produtividade individual e coletiva as quais são determinadas pelas metas estabelecidas, o que torna o trabalhador um fiscal de si mesmo e lhe retira a possibilidade de um objeto externo contra quem poderia se rebelar. É ele o seu próprio algoz, pelo compromisso com a qualidade e as metas, pela conversão da vigilância taylorista/fordista em “confiança” e dos conflitos de interesses de classe e administrativos em amizade e cooperação para atingir as metas. Nesse sentido, tanto o modelo flexível como o modelo taylorista/fordista não abre mão do controle do tempo, porém o faz em um patamar superior de encobrimento, uma vez que a intensificação da velocidade se agrega por um lado como elemento novo e central, viabilizado pelo desenvolvimento tecnológico das telecomunicações com acessos quase instantâneos. Por outro lado é antigo, por sua ênfase no crescimento progressivo da produtividade, agora estabelecida e intensificada através da definição de metas. A meta absorve como tempo primeiro o tempo de produção. Deixa, portanto, de lado a supervisão controladora, direta e externa, do tempo e ritmo de trabalho, substituindo-a pelas metas e pela “autonomia” para fazer cumprir as metas e normas da empresa. As metas são agora encarregadas de imprimir a velocidade à produção, submetendo o homem aos meios de produção, à sua forma, potência e velocidade. Assim, a “autonomia” não é sobre o trabalho, pois se mantém, como no taylorismo/fordismo, a existência do trabalhador em função da produção, e não o inverso (BOOG, 1999; POCHMANN, 2000, 2002; THIOLENT, 1980).

Esta demanda visa assegurar a competitividade e a sobrevivência das empresas no âmbito global. Kuenzer (1999) admite que se articula a esta diretriz geral os avanços da ciência e da

tecnologia que passam a estruturalmente constituir o novo modo de acumulação, embasado na microeletrônica e na automação que reduzem o número de postos de trabalho, principalmente por duas causas: os investimentos geram poucos postos e os geram no setor mais dinâmico da economia, justamente o que vem trocando força de trabalho por tecnologia.

Algumas características da nova realidade salientam a exigência de um novo tipo de trabalhador. Dentre outras, destacam-se a crescente complexidade dos instrumentos de produção, informação e controle, com a conseqüente exigência de ampliação das competências cognitivas e as de caráter afetivo e comportamental. Destacam-se também o elevado custo dos investimentos em tecnologia e a paralela necessidade de trabalhadores capazes de fazer uso adequado da mesma, intervir de maneira criativa e de acordo com a necessidade, estar atento para as normas a fim de assegurar a competitividade e minimizar o retrabalho e os riscos, regendo-se pelos princípios da qualidade tanto do processo de produção quanto do produto.

Este rápido delinear de mudanças no modelo político e econômico de acumulação capitalista e nas características do mundo do trabalho servem de base e orientação para as políticas educacionais em conformidade com as orientações dos organismos internacionais, exigindo a universalização da educação básica fundamental como condição mínima para o acesso dos trabalhadores ao mercado de trabalho, como se verá mais adiante.

Válido é destacar que os países do primeiro mundo já resolveram o problema da universalização do ensino básico médio e direcionam-se no sentido de fazer avançar o acesso significativo da população em direção ao ensino superior (KUENZER, 1999).

Do delineamento dessa realidade depreende-se a existência de uma relação entre educação, conhecimento e trabalho, com o conhecimento mediando à relação entre o homem e seu trabalho e caracterizando uma síntese entre pensamento e ação.

Isto significa que, do ponto de vista das empresas, a flexibilidade só se concretiza se o trabalhador for mais responsável, cooperativo e habilitado, ou seja, ele agora é reconhecido como portador de relativa racionalidade do saber parcial do por que cumprir metas, sendo uma ferramenta de trabalho flexível e, neste sentido, de criar caminhos para atingir resultados para a empresa. Paradoxalmente se aproxima, por um lado, de sua condição de ser humano em construção permanente, e por outro, também se distancia, pois as metas da empresa agora são também as suas, conduzindo-o a reelaboração de significados e referências de ação, a partir da configuração da realidade pela organização, com a qual deve identificar-se e a partir da qual deve

referenciar sua ação. A partir desta análise, temos a considerar como vem repercutindo e se concretizando no Brasil, no âmbito do trabalho e da educação profissional, o processo de globalização.

3.2 A Inserção do Brasil no Processo de Globalização e Flexibilização Econômica - 1930-2006

O desenvolvimento da indústria nacional tem seu grande impulso nos anos 30, no reflexo das mudanças e contraposição às ideias liberais nos países desenvolvidos, e da sua inaptidão para atender ao conjunto de interesses da sociedade. Apesar das resistências a considerar as questões sociais, pela classe com poder político no país, estas passam a ser consideradas e viabilizadas nacionalmente pelo governo, como elemento a ser levado em conta nas políticas e diretrizes do desenvolvimento nacional. Claro está que esta consideração se deveu também as lutas e reivindicações dos segmentos organizados dos trabalhadores e da necessidade de legitimação política do período do Estado Novo (1937-1945), instituído por Getúlio Vargas. Aqui, como no primeiro mundo, este modelo de desenvolvimento prolifera, porém com diferença de intensidade e de universalização sendo esta trajetória aqui marcada por períodos de regimes políticos ditatoriais, como no intervalo 1937-1945, com Getúlio Vargas, e 1964-1985, com os militares.

Neste estudo será dada especial atenção ao período do governo Vargas pela sua importância para o desenvolvimento do país e mudança nas diretrizes do mesmo e ao governo de Fernando Henrique Cardoso, por marcar fortemente um contraste com o período getulista, e a adesão decidida à globalização econômica em curso, a partir das diretrizes dos organismos internacionais, em consonância com as recomendações neoliberais do Consenso de Washington.

Segundo Przeworski e Wallenstein (1988, p. 33) no Brasil dos anos 30 havia simultaneamente desemprego e máquinas paradas. Frente a este quadro os liberais propunham corte dos custos de produção pela redução dos salários e das transferências, pois aumentar salários e serviços sociais “era aumentar custos de produção e desviar recursos do investimento necessário ao crescimento, à acumulação de capital e à melhoria da produtividade. O bem-estar dos pobres era um assunto da caridade privada, não da economia”. Nos anos 1937-1945 o poder comandado pela oligarquia nacional é substituído pelo poder estatal centralizado, o qual passa a controlar o desenvolvimento econômico do país, sem romper com os grupos tradicionais. Nesse

contexto, a assistência social passa a contar com o subsídio do Estado. A pobreza, o desemprego, a educação básica e a regulação da força de trabalho, dentre outros temas, passam a ser introduzidos na esfera da política, requisitando assim a atuação do Estado.

Vargas governa de 1930 a 1934² sob as diretrizes de modernização e industrialização, facilitadas pela crise econômica mundial e pelo investimento de empresas estrangeiras no país. Em 1930 são criados os Ministérios do Trabalho e da Educação. Em 1932 a oligarquia paulista se insurge contra o governo, reivindicando uma Constituição, sendo derrotada. Neste mesmo ano, Vargas democratiza o voto (1932), exceto para os analfabetos, e convoca uma Assembléia Constituinte cuja carta (1934) fortalece o poder executivo e amplia suas ações para o âmbito social e cultural. Em 1937 instaura-se o Estado Novo, período ditatorial que durará até 1945.

A legislação desse período efetiva-se por decretos, a imprensa é submetida à forte censura e os opositores são tratados com extrema dureza. Para contrabalançar estas ações Vargas busca, o apoio da população e de forma ambígua estimula os sindicatos, ao mesmo tempo em que os controla. Seguindo o ideário populista, promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e proíbe as greves. A legislação social é privilegiada com direito a férias pagas, semana de 48 horas de trabalho, abono maternidade, estabelecimento do salário mínimo (1940), criação da Universidade de São Paulo (1934) e do Brasil (1938), no Rio de Janeiro. No plano da educação unificou o ensino secundário de forma dual, com a difusão da escola elementar e do ensino profissional secundário e, em paralelo, a reorganização do ensino secundário propedêutico ou geral e a organização do ensino superior. Do ponto de vista da expansão da educação aos setores mais carentes da população essa não foi efetivada, havendo apenas expansão quantitativa de escolas particulares (ROGGERO, 2000). O Serviço Nacional da Indústria (SENAI) foi criado em 1942 e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) em 1943, com o objetivo de formação de mão de obra para a indústria e o comércio em expansão.

O período subsequente ao Estado Novo mantém o Estado como indutor do desenvolvimento econômico do país devendo este intervir na economia para aumentar a produção e reduzir o desemprego. Neste sentido, Vargas além de estimular o desenvolvimento industrial criou, em síntese, o Ministério do Trabalho (1943), regulamentou o trabalho da mulher e do menor (1932), promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) assegurando o direito de

² Sobre o tema ver: Brum (2003), Mauro (1974), Prado Junior (1970), Souza (2004) e Vieira (1995).

férias e a aposentadoria (1943), criou a Justiça do Trabalho em 1941 (1º de maio), e promoveu o controle dos sindicatos atrelando-os ao Estado (MUNAKATA, 1984).

Um olhar retrospectivo permite observar que a partir da Primeira Guerra Mundial o Brasil teve um modelo de desenvolvimento capitalista apoiado na industrialização por substituição de importações, financiado pelo capital estrangeiro e com o Estado brasileiro desempenhando o papel de indutor do desenvolvimento, através de estímulos à iniciativa privada (créditos, subsídios, isenções fiscais, perdão de dívidas, proteção à empresa nacional), planejando o país e orientando o investimento privado, além de intermediar as relações entre capital e trabalho. O primeiro período desse modelo obteve um amplo perfil nacionalista que vai até os anos 50. O período Vargas produziu um pacto caracterizado por atendimento às demandas dos grupos com poder político e econômico e algumas demandas dos trabalhadores, em especial o operário urbano. Nesse período o país construiu um parque industrial moderno e diversificado para aquele momento, que atendia à maioria das necessidades do país e também de produtos para exportação. Por outro lado, a longa proteção do Estado às empresas de capital nacional assegurou um mercado cativo, baixo investimento em educação, formação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico e científico. Durante este período as empresas multinacionais mantiveram investimentos no país e no conjunto dos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina, com o intuito de expandir seus negócios, conquistar e assegurar mercados e aproveitar o baixo custo da mão de obra, numa expressão clara da tendência ao processo de globalização das economias. Este padrão de desenvolvimento sofre transformação em sua segunda fase, a partir do governo Juscelino Kubitschek (JK), em meados dos anos 50 e aprofunda o processo a partir de 1964, orientando-se enquanto modelo para uma internacionalização da economia em paralelo a uma ainda significativa presença do Estado (BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

Os anos 50 no Brasil são marcados por forte crescimento industrial e destacados pela expansão de empresas de origem multinacional. Estes elementos chamam a atenção para o desenvolvimento dependente e tardio do capitalismo no Brasil (BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

Após o governo também desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, os anos 60 no Brasil são palco de mudanças e rupturas, principalmente nas esferas política e social. Durante o governo de João Goulart são tomadas medidas nacionalistas, as quais se revestem de caráter estatizante e destacam: absorção de empresas estrangeiras na área de serviços públicos, tais como

energia elétrica (produção e distribuição); monopólio da importação e refino do petróleo; revisão das concessões de exploração das jazidas minerais por empresas multinacionais, dentre outras.

No início dos anos 60 no transcorrer da crise do governo Goulart a burguesia nacional, receosa com a emergência das reivindicações e movimentos populares que buscavam cada vez mais sua participação como força política e despreparada para negociações e para a democracia, pois sem experiências neste sentido, reconsiderou sua posição nacional – reformista e aliou-se à burguesia estrangeira, retomando uma trajetória política conservadora (BRUM, 2003; SOUZA, 2004). Há um evidente paralelo na sobrevivência de algumas preocupações nacionais de soberania e desenvolvimento econômico e social e o período de avanço do keynesianismo, do Estado de Bem-Estar e da social democracia nos países centrais do capitalismo. Neste sentido, aqui, as mudanças foram menos profundas e de mais curta duração, marcadas por um novo período de fechamento político, inibindo inicialmente e impedindo posteriormente, no período de 1964-1985, a participação popular ativa e independente (BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

No caso do Brasil e demais países da América Latina, os anos 60 e início dos anos 70 foram de mudanças políticas, orientadas por golpes de estado e instalação de regimes políticos autoritários e conservadores, que resguardavam o ambiente político, social e econômico de incertezas e sobressaltos, contrários aos interesses de empresas multinacionais e dos Estados Unidos da América do Norte no que se refere à estabilidade no continente, pela ameaça socialista, contrária aos interesses de ambos e também do empresariado nacional. A concepção de desenvolvimento implantada referia-se ao crescimento econômico, contemplando a incorporação de avanços tecnológicos orientado pela lógica da segurança nacional, não priorizando a melhoria dos padrões de vida da população. Buscava a ampliação da presença do Brasil no contexto mundial pela via do fortalecimento da economia nacional, preocupando-se com o global, não com a distribuição interna da riqueza produzida. Neste enfoque a educação, a saúde pública, a habitação popular, o transporte coletivo, dentre outros fatores, foram relegados a plano secundário em relação à prioridade da segurança nacional.

A política econômica adotada no período militar era principalmente industrial e priorizou o consumo da parcela da população com renda mais alta. Por outro lado, as políticas e programas sociais relacionados à saúde, educação e habitação popular não receberam atenção, gerando, portanto, um aprofundamento na persistente característica do país de concentrar riqueza, terra e renda. Do ponto de vista da educação executaram uma reforma política que atingiu todos os

níveis educacionais, particularmente a qualificação profissional associada ao ensino básico, a qual será retomada adiante.

O Estado neste período atuou como forte indutor de desenvolvimento e o financiamento das obras se fez com base em empréstimos de bancos e organismos internacionais, o que ampliou a dívida externa. Atuou no âmbito do trabalho com incentivos e premiação ao operário padrão, controle sobre os salários e forte exclusão da participação política da sociedade através de controle férreo dos sindicatos, universidades, meios de comunicação e manifestações culturais, tratando as políticas públicas apenas como questão técnica, tratadas e solucionadas nos gabinetes (BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

O crédito abundante oferecido ao país nos anos 70 levou-o a um astronômico endividamento externo. Quando em 1982 o crédito foi suspenso, contribuiu para uma crise grave, a qual perdurou por mais de dez (10) anos.

Na década de 80 se esgotaram as possibilidades de sustentação do crescimento econômico do Brasil e a recessão apresenta-se como característica do período, até o início dos anos 90, com dificuldades crescentes nos planos econômico e social.

Para financiar a aceleração econômica os governos militares lançaram mão de recursos externos, contenção salarial, inflação e endividamento interno. As duas últimas fontes foram usadas privilegiadamente nos períodos do governo Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) fazendo a dívida interna mobiliária avolumar-se. A carência de capital e tecnologia nacionais comprometia o avanço industrial, o capital e a tecnologia importada foram às saídas encontradas para romper com o atraso industrial. A expansão em paralelo de empresas estatais dirigidas mais à infraestrutura, como transporte, energia e comunicações, e a produção de matérias-primas básicas, como siderúrgica, petróleo, petroquímica dentre outras, foram fundamentais para o desenvolvimento industrial do período, cabendo as multinacionais a concentração nos setores mais dinâmicos, detentor de mais tecnologia como produção de bens de consumo duráveis, indústria elétrica e eletrônica, química e farmacêutica, e a indústria nacional à produção menos exigente em tecnologia e capital (BRUM, 2003). O crescimento do País, no período considerado, se deu pela ampliação da presença de multinacionais, servindo de base ao processo de globalização hoje em curso.

A transição efetivada para o encerramento do período militar se deu por uma aliança política, envolvendo a sociedade civil, que agregou antigos apoiadores do período militar, incorporando ao “novo” o antigo, preservando um caráter conservador.

Com o encerramento do período militar (1964-1985), o Brasil retoma sua trajetória democrática com eleições indiretas. Assume o governo o Vice-presidente José Sarney, pela morte do presidente Tancredo Neves, antes de sua posse.

As mudanças na concorrência econômica mundial foram marcadas, nos anos 80, pelo seu aprofundamento e pelo deslocamento do comércio para o capital financeiro, com paralelo redirecionamento dos investimentos para os países centrais. “Já em 1990, cerca de 4/5 dos capitais investidos no exterior destinaram-se aos três maiores centros econômicos mundiais (Estados Unidos /Canadá, Comunidade Europeia e Japão)” (BRUM, 2003, p. 432).

Estas mudanças se devem a variados fatores que vão desde as políticas recessivas de ajuste dos países devedores e em desenvolvimento, perspectiva de expansão econômica em mercados de alto poder aquisitivo, aceleração tecnológica e seus necessários investimentos em pesquisa, adoção de novos processos que reduzem os ciclos de produção e a utilização crescente de máquinas computadorizadas.

3.2.1 Crise do Modelo de Bem-Estar Social do Brasil

No início dos anos dos anos 70, há manifestação da redução do crescimento econômico e do crescimento da inflação, sinalizando a existência de dificuldades na estrutura, tanto da acumulação como do crescimento econômico. A justificativa de retorno aos princípios da ortodoxia liberal utiliza-se basicamente de dois argumentos: a relutância dos capitalistas em investir na produção e a necessidade de atuação na estrutura política para produzir mudanças condizentes com a retomada do crescimento.

Essa proposta busca respostas para uma problemática vivida pelos países capitalistas, com elevado desenvolvimento tanto industrial como de bem-estar da sociedade, assegurado através das legislações sobre direitos e garantias sociais através do Estado e da organização em movimentos e sindicatos de trabalhadores, portanto com uma vida política intensa, ampla e uma cultura de enfrentamento dos conflitos pela via da negociação.

Os neoliberais centralizam suas críticas na crise fiscal dos governos que enfrentam problemas, mas para manter políticas sociais sem aumentar impostos sobre o capital. Entendem que a conquista de novas condições de trabalho são empecilhos ao processo de acumulação em decorrência de seu caráter redistributivo, fazendo a defesa de aplicação de suas teses apresentando-as como medidas técnicas, científicas, neutras e válidas, desprovidas de conteúdo político, como se teorias econômicas não implicassem visões de sociedades, modelos de cultura e distribuição de poder (PRZEWORSKI; WALLENSTAIN, 1998). Criticam ainda a ampliação da estrutura burocrática desenvolvida pelo Estado, o que seria causa de sua ineficiência, deixando de esclarecer que esta burocracia beneficiou não só os que recebiam benefícios sociais mas também, e principalmente, foi instrumento para o processo de acumulação capitalista, conforme demonstrado por Munakata (1984) para o caso brasileiro. Assim, no diagnóstico dos neoliberais as causas da crise se encontram no Estado, através de suas ações de regulação do mercado, e identificam que "a estagnação e o estancamento da produtividade são o resultado do excesso de oferta monetária, e de impostos" (VILLAREAL apud BIANCHETTI 2001, p. 31).

Este diagnóstico ressalta, portanto, que o interlocutor do neoliberalismo é o modelo de desenvolvimento econômico keynesiano, considerado como uma tentativa socialista dentro do capitalismo, e o modelo de Bem-Estar Social, ao qual já se opunham desde sempre, particularmente desde 1944.

Apoiam-se para tanto, no que Przeworski e Wallenstein (1998, p. 39) denominam de "dogma central da nova economia" e que consiste em "uma redistribuição de renda a favor do lucro como custo necessário que a sociedade deve suportar para obter uma taxa mais alta de investimento e crescimento econômico". A reação política dos neoliberais se dirige no sentido de reduzir a crise e prolongar a sociabilidade direcionada pelo capital. Neste sentido, o padrão de relações sociais do Estado de Bem-Estar preponderante no Ocidente, embora com diversificadas caracterizações nacionais, passa a ser alvo de múltiplas intervenções, de acordo com autores como Antunes (2000), Batista (2001), Bianchetti (2001), Chesnais (1996), Fiori (1998), Ianni (2002), Pochmann (2002), Singer (2001), dentre outros.

Partindo do princípio de que o mundo capitalista ocidental foi desviado de sua trajetória natural e evolutiva de suas instituições, deveria retornar à trajetória interrompida e se direcionar a realização de um ajuste estrutural, com base nos fundamentos liberais, acerca das relações naturais entre os homens. Por se encontrarem as relações naturais limitadas pelo planejamento

estatal, através da regulação econômica e do suprimento da seguridade social, estes elementos deveriam ser reordenados. Neste sentido, cabe indagar quais os principais interesses que estavam limitados pelo Estado e quem saiu fortalecido com a proposta liberal? A resposta a esta questão indica contra o que se insurgiam os neoliberais e quais os seus projetos para as sociedades, conforme já esboçado acima.

Iniciaremos a busca dessa explicação através do entendimento de que o Estado exerce papel central na formulação política dos liberais por este relacionar-se com o "conflito entre concentração e distribuição do poder e os mecanismos utilizados para a tomada de decisões" (BIANCHETTI, 2001, 80). Neste sentido, os mecanismos de tomada de decisões concebidos pelos neoliberais refutam a ampla democratização da sociedade por receio de uma possível "tirania da maioria", orientando-se pela resolução de distribuição do poder limitada a instituições sociais de alcance reduzido, como se verá mais à frente. Cumpre destacar que os pressupostos da democracia liberal são: a soberania da Constituição sobre todos, igualdade para todos diante da lei e garantia de liberdade dos direitos de pensamento, religião, imprensa, associação e de eleições livres, periódicas, com participação universalizada e com mais de um partido. Esta definição de democracia ressalta apenas a possibilidade de participação restrita nas decisões políticas que afetam a vida coletiva e ressalta o seu aspecto formal (SANTOS, 2000).

Delimitamos que nos apoiaremos em Hayek (1994) e Friedman (1985). Esta escolha se deve à influência de suas proposições nos projetos neoliberais desenvolvidos na América Latina e particularmente no Brasil, através da influência e mediação dos organismos internacionais como Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tanto no que se refere aos fundamentos teóricos do modelo, como das diretrizes das políticas econômicas e sociais aqui desenvolvidas.

Cabe agora uma explicitação da singularidade do neoliberalismo com relação ao liberalismo para que possamos ampliar a compreensão acerca de suas especificidades.

Em primeiro lugar cabe reafirmar a resistência após a Segunda Guerra Mundial a partir da publicação por Hayek (1994). Em seqüência temos a predominância da teoria econômica com a defesa da retirada do Estado, numa perspectiva mais ideológica. Como ação política cria-se e difunde-se a ilusão de um futuro melhor e/ou de submissão diante da fatalidade dos acontecimentos apresentados como inevitáveis na busca de encobrir que esses fenômenos resultam de decisões e escolhas levadas a efeito pelos grupos dominantes em cada país.

O acento estruturador das relações sociais e políticas, atribuídas ao mercado, vão marcar a perspectiva utilitarista do neoliberalismo, através da ênfase na motivação dos comportamentos humanos como apoiadas na permanente busca da utilidade individual.

Neste sentido, e de acordo com Fiori (1998) a busca da defesa do individualismo reveste-se de pretensa cientificidade, e concretiza-se com a defesa de reformas e de um novo modelo de desenvolvimento a partir da extinção dos apoios sociais já construídos. Fica, portanto, assegurado o tripé liberal de menos Estado com o mercado estruturando as relações sociais e políticas, do individualismo utilitarista onde a interação é apresentada como sempre positiva, não carecendo, portanto da mediação do Estado na defesa da igualdade entre indivíduos e grupos, através de ações distributivas, uma vez que a igualdade é dada nas condições de partida, cabendo aos indivíduos através de seus potenciais e ações eficientes conquistarem os espaços sociais.

Na perspectiva de combate ao keynesianismo temos também a contribuição de Friedman (1980) na defesa de que a liberdade econômica é condição para a liberdade política, a qual deve se reger pela lógica que orienta as trocas mercantis e do ponto de vista educacional, aponta a perda do poder dos pais para a escola. Ressalta como esta perda é nociva para a educação dos filhos, pois corresponde a uma infiltração na esfera privada de decisão, identificando a ação do Estado com a centralização e burocratização das escolas, acrescida da delegação do poder social efetivada aos educadores, pela via da universalização da educação pública (BIANCHETTI, 2001; FRIEDMAN, 1980). No seu entender esta universalização foi produzida para atender aos interesses dos educadores na busca de garantir emprego e pagamento dos salários. Com esta crítica o autor ressalta que o crescimento da educação redirecionou seu caminho primitivo de formar elites "ou de dar a cada um o que sua função social lhe destinava" [...] pois "são agora considerados como meios para promover a mobilidade social, a integração racial e outros objetivos distantemente relacionados com sua função primordial" (FRIEDMAN, 1980, p. 158).

Enfim, a proposta associa a liberdade à existência do mercado. Portanto, o Estado representa, na sua formulação, a ausência de liberdade e a concorrência à garantia de qualidade, como se fossem sinônimos, além de não considerar a tendência do capital a se associar e formar empresas concentradas, quebrando, portanto a concorrência defendida como fundamento. Por outro lado, a educação é tomada como uma mercadoria similar a qualquer outra, o que traduz uma estreita concepção de educação e formação dos indivíduos, orientada apenas pelas leis do mercado e para o mercado, mantendo as distinções sociais existentes.

Em síntese, os neoliberais acreditam que seus postulados ganham relevância em função do fracasso socialista, dos limites do modelo keynesiano, das contradições do Estado de Bem-Estar e da evolução das ideias liberais.

Neste sentido, é fundamental aqui destacar os pontos principais que caracterizam a ascensão e expansão do neoliberalismo, nos apoiando principalmente em Anderson (1996), Batista (2001) e Fiori (1998).

A eleição de Margareth Thatcher em 1979, na Inglaterra e as posteriores eleições de Reagan em 1980, nos Estados Unidos e Helmut Kohl em 1982, na Alemanha, todos de perfil conservador e predispostos a fazer as mudanças na trajetória política de seus países contribuíram para a aplicação consistente da formalização teórica neoliberal desenvolvida na academia.

A aplicação da lógica neoliberal às políticas públicas dirigiu-se a três fundamentos do neoliberalismo: desregulação econômica e financeira, privatização de empresas do Estado e ampla abertura comercial. Posteriormente, estas ideias vão ser incorporadas pelos organismos multilaterais como FMI e BIRD, que passam a ter a função de disseminadores dos princípios neoliberais para os países periféricos do capitalismo, particularmente para a América Latina. Essa difusão se dá como prescrição e condição de ajuda para o enfrentamento dos problemas de cada país da região, sendo elemento direcionador dos ajustes econômicos, reforçado pelas diretrizes do Consenso de Washington em 1989.

Por fim, a desorganização do mundo comunista, em 1989, com a queda do muro de Berlim, juntamente com a desintegração da União Soviética, implicou na extinção do principal contraponto político filosófico e econômico ao neoliberalismo. Assim, da mesma forma que a vitória bolchevique de 1917 ameaçou o liberalismo, ao se colocar como proposta alternativa concreta de organização da sociedade, o seu desmantelamento facilita a viabilidade da proposta neoliberal e o discurso legitimador de único e inevitável caminho possível de resposta à crise do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar social.

Desta nova conjuntura temos a emergência de poderes econômicos representados pelos bancos internacionais, circunscritos como capitalismo financeiro. A busca de uma nova ordem internacional que vise controlar o fluxo de capitais e estabelecer as condições de sua distribuição, bem como orientações para o enfrentamento das dificuldades dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, Furtado (1983, p. 40) afirma que “a simbiose do FMI com os grandes bancos criou uma situação ambígua que permite as instituições privadas estrangeiras influenciar os rumos da

nossa política econômica”. Reduz o país, de acordo ainda com o autor, à “situação de simples mercado complementar das economias desenvolvidas” (FURTADO, 1983, p. 14).

No sentido de concretização desta proposição política passou-se a admitir a tese da falência do Estado, posto agora como inabilitado para formulação de políticas macroeconômicas e credenciando-se os organismos internacionais como "agentes desinteressados e independentes" aos quais os países sócios poderiam recorrer (BATISTA, 2001, p. 16). Esta concepção busca reforçar a crença na incapacidade do Estado ser empresário, de monopolizar atividades estratégicas e de exercer soberanamente sua política monetária e fiscal, o que no processo de globalização serve aos interesses dos conglomerados empresariais, fortalecendo a tendência implícita a este processo.

No final dos anos 80 a América Latina já estava sendo incorporada pela mediação política dos organismos internacionais, das elites políticas e técnicas locais, à lógica neoliberal através do caminho econômico de renegociação da dívida externa. Como elemento antecessor desse processo temos que, no caso particular do Brasil, este processo se deu em conformidade com o que ocorreu na América Latina, de acordo com Batista (2001). Nos anos 70, o continente latino americano tinha baixa perspectiva de ampliação de suas exportações em função das políticas protecionistas dos países desenvolvidos, e estava afastado dos objetivos de ajuda dos mesmos, portanto, constringido a financiar seu desenvolvimento e seus desequilíbrios comerciais junto ao mercado privado. A grande liquidez internacional conduziu os países da região a um endividamento, “pouco prudente” (BATISTA, 2001, p. 16-23) em função dos prazos de amortização se dar antes da "maturação dos projetos de investimento financiados" e dos contratos preverem taxas de juros flutuantes.

O Brasil acreditou irrefletidamente na estabilidade da economia internacional que se apoiava na estabilidade do dólar, das taxas de juros e na garantia do petróleo a baixo custo pelas empresas multinacionais, presentes no oriente médio, com a proteção assegurada militar e politicamente pelos Estados Unidos.

A decisão do governo norte americano de desvincular o dólar do ouro (1973) e da flutuação de sua moeda, como medidas unilaterais, acrescidas posteriormente da decisão do Federal Reserve (FED) de elevar as taxas de juros, como medida de combate à inflação interna do país, repercutem na elevação internacional dos juros (1979), o que joga toda a América Latina na condição de não poder arcar com o serviço de suas dívidas externas. Isto ameaça os bancos

privados internacionais, principais emprestadores de dinheiro para o continente naquele momento, e que assim, também agiram irrefletidamente.

Frente a este quadro, as autoridades bancárias norte-americanas conduzem uma dura cobrança de respeito às normas regulatórias das atividades bancárias na busca de restabelecer a solução dos problemas do sistema. Com o objetivo de estancar este processo, a estratégia dos credores, com a anuência do FMI, visa assegurar o recebimento dos débitos pelos bancos credores, sem considerar a capacidade de pagamento dos países e suas necessidades de crescimento. Caberia como alternativas aos devedores, recorrer aos recursos internos o que elevaria a inflação, através da forte contração das importações e da liberação de divisas para pagamento da dívida externa. Assim, ainda de acordo com Batista (2001), a região passa à "exportadora líquida" de capitais, com a transferência entre 1982 e 1991 de US\$ 195 bilhões, quase o dobro do investido pelos Estados Unidos a título de doação à Europa Ocidental de 1948 a 1952, para a recuperação do pós-guerra, através do Plano Marshall.

A América Latina é marcada nos anos 80 por forte estagnação econômica, com redução do salário real, aumento do desemprego e conseqüente avanço da pobreza. No Brasil a "participação do salário numa renda nacional estagnada se reduziria a metade do que fora no início da crise da dívida externa" (BATISTA, 2001, p. 29). No contexto da globalização a situação do país apontava para a submissão do mesmo as diretrizes dos organismos internacionais e seus programas de estabilização econômica, inserindo-se conseqüentemente de forma subalterna aos mesmos. A saída indicada para uma década de impasse político e econômico é apontada através das conclusões do Consenso de Washington, o que significava a adoção de reformas neoliberais. Tais reformas têm por base uma trajetória determinada de arranjos políticos e econômicos de orientação para a América Latina.

Em novembro de 1989, em Washington, reuniram-se funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais (FMI, BIRD e BID) especializados em América Latina, além de diversos economistas da Região. O encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics* sob a denominação de "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened*". A avaliação procedida abrangeu dez (10) áreas como foco da análise, as quais são convergentes em dois objetivos essenciais: expressiva redução do Estado e erosão do conceito de nação, além de abertura máxima à importação tanto de bens como de serviços, e abertura à entrada de capitais de risco. Estas convergências têm como norte a primazia do

mercado nas relações econômicas internas e externas, o que as faz se opor a dois instrumentos para o desenvolvimento de políticas social e econômica, muito utilizado na vigência do modelo keynesiano: a elevação da carga tributária para equilíbrio das contas públicas e a formatação de política tributária como mecanismo para desenvolver a política econômica e social. Neste sentido, de acordo com Batista (2001) o neoliberalismo faz uma correta identificação de que no combate à inflação deve-se buscar o equilíbrio das finanças públicas (BRUM, 2003; SOUZA, 2004).

Em síntese, há quatro pontos que cristalizam as diretrizes do “Consenso”: 1) abertura econômica com extinção das barreiras e abertura dos mercados; 2) desestatização pela privatização de empresas estatais; 3) desregulamentação e extinção de regras que limitem o movimento de capitais; 4) flexibilização das relações de trabalho com redução ou finalização de direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários. Todas essas manifestações de uma força em ação apontam para a facilitação na obtenção de operações lucrativa, industrial e comercialmente, a favor do capital globalizado e de neutralização de potenciais entraves e resistências em nível local. Indica ainda a obediência “voluntária” como forma de obtenção da cooperação internacional e ingresso no processo de globalização, ao mesmo tempo em que viabilizam e fortalecem o aprofundamento desse processo (BATISTA, 2001).

Os temas de saúde, educação, combate à pobreza, ou seja, os temas sociais foram tratados apenas como políticas que decorreriam necessariamente da liberalização da economia, do estabelecimento pleno do jogo livre do mercado, objetivos únicos das reformas a serem implementadas. A inflação deveria ser combatida a qualquer custo, mesmo comprometendo os fatores socialmente democratizantes como salários, emprego, educação e desenvolvimento, refletindo uma visão puramente econômica de problemas políticos e sociais, com a subordinação de ambos ao primeiro.

Embora sem poder deliberativo formal, este encontro repercutiu agudamente nas orientações e diretrizes políticas tomadas em diversos níveis, tanto locais como internacionais, tanto por governos como por instituições multilaterais.

Com vistas ao aprofundamento destas proposições o Banco Mundial em 1990 apresenta no Fórum Econômico Mundial sugestões para redução do problema da miséria nos países em desenvolvimento, como condicionante para sua ajuda ao desenvolvimento desses países. Em paralelo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento propõe que para o desenvolvimento de

reformas sociais de que carece a América Latina dever-se-ia lançar mão da **descentralização** através da municipalização das ações e de seu desenvolvimento, que deveriam ficar a cargo das organizações não governamentais, pois o Estado não seria mais confiável, sendo necessário desagregá-lo para viabilizar a modernidade.

Aliás, a palavra modernidade vem sendo central na associação com as ideias neoliberais e foi apropriada tanto pelos dirigentes do Brasil como pela imprensa nacional, em seus diversos veículos de expressão, como elemento de contenção de reações às reformas econômicas, pois estas eram, por um lado, definidas como reacionárias, bobas, vinculadas ao passado, dentre outros atributos similares.

As ideias defendidas pelos organismos internacionais e reafirmadas no Consenso de Washington, que embora não tivessem poder deliberativo, tiveram papel ideológico crucial no processo de difusão do ideário neoliberal, sendo apresentadas como de interesse do país e de garantia única de seu desenvolvimento. No Brasil, dois caminhos são trilhados. Por um lado, efetivou-se uma adesão acrítica e submissa, juntamente com um comportamento de inevitabilidade frente às diretrizes do “Consenso”, e por outro lado, o desenvolvimento da crença interna de que esta era uma decisão autônoma e ativa em prol do desenvolvimento e da modernidade do país, conduzindo-o inevitavelmente à aproximação com o primeiro mundo (BATISTA, 2001). Assim, as reformas liberalizantes encontram sua acolhida no Brasil de forma mais definida a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e seguem sua implementação nos governos de Itamar Franco (1992-1994) atingindo um significativo aprofundamento no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

Em paralelo, de acordo com Brum (2003, p. 445):

o cenário mundial sofre significativas transformações tais como: a) substituição da bipolarização mundial (EUA X URSS) pela consolidação de três centros econômicos, Estados Unidos, União Europeia, Japão e mais recentemente a China; b) predominância política e econômica do modelo neoliberal com globalização da produção, dos mercados, das finanças, do consumo, [...] capitaneadas pelas corporações de empresas multinacionais a partir das bases da telecomunicação e da informática (informatização, automação, robotização), caracterizando nova fase de ramificação concentradora do capital; c) agravamento das diferenças de renda e padrões de vida tanto entre países como entre regiões e pessoas: em 1950, 40% da população controlam 80% da renda mundial, hoje, menos de 20% da população controla 80% da renda global. Além do capital, os países ricos e suas corporações transnacionais controlam mais de 95% da tecnologia de ponta disponível no mundo.

Do ponto de vista social delineou-se o corte de benefícios sociais e aumento do desemprego comprometendo as conquistas do Estado de Bem-Estar social nos países desenvolvidos e dificultando, sua aquisição pela população dos países em desenvolvimento.

Considerando-se o conjunto de fatores que deram origem à crise brasileira, o longo período de despolitização do período militar e a trajetória confusa e frustrante do primeiro governo da Nova República, José Sarney (1985-1989), cujo governo não atingiu: a) metas de controle da inflação; b) equacionamento da dívida externa; c) retomada de crescimento econômico e distribuição de renda, o país enfrenta o desafio de eleger diretamente o presidente da República e buscar a viabilidade do país.

3.2.2 Rumo ao “Brasil Novo”: *adesão ao neoliberalismo e autoridade global*

Uma atenção sobre as eleições presidenciais e as diretrizes políticas, econômicas e sociais desenvolvidas na década de 90, no Brasil, traz a possibilidade de entendimento do processo de adesão do país aos princípios políticos e econômicos do neoliberalismo e da globalização da produção, dos mercados, das finanças e do consumo, e de suas consequências para o país.

Com um perfil idiossincrático, Fernando Collor assume a presidência do país em 15 de março de 1990, colocou-se como interlocutor direto do povo, acima das organizações políticas e da sociedade civil. Seu discurso de enfrentamento e derrubada dos índices inflacionários, que em 1989 foi de 1.789,9% são as portas de entrada para a adoção do modelo de desenvolvimento sob a orientação das diretrizes do “Consenso”. Este fenômeno foi endêmico na América Latina: Chile e México em 1985; Bolívia em 1986; Argentina e Venezuela em 1989; Brasil em 1990 (SOUZA, 2004).

Coube ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o papel de disseminadores das orientações construídas no “Consenso” e de articuladores de suas implementações.

As principais medidas do governo de Fernando Collor que expressam as orientações dos organismos internacionais são: isenção e redução de tarifas de importação, eliminação ou diminuição de barreiras tarifárias (quota, proibições, reserva de mercados, dentre outras). Criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) em abril de 1990, com a privatização emblemática da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS) em 10 de outubro de 1991,

sendo ao final de dois anos de governo privatizado quinze empresas entre siderúrgicas e petroquímicas (SOUZA, 2004).

Em 1992, Collor é alvo de variadas denúncias que apontam para a construção de um esquema de corrupção. Em dezembro, do mesmo ano, este processo culmina com seu afastamento (renúncia/impeachment) do governo e cassação dos direitos políticos por oito anos. Assume em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco, num quadro político confuso.

As dificuldades políticas para estruturar e retomar a funcionalidade do País são amplas e evidentes. Os compromissos políticos do governo Itamar Franco contemplaram a recuperação da ética na política, na administração pública e a implantação de um projeto de estabilidade econômica viável. Em outubro de 1992 toma medidas para dinamizar o mercado interno, com aumento de gasto público e contenção do processo de redução dos salários. Em junho de 1993, nomeia Fernando Henrique Cardoso seu ministro da fazenda.

Em nome da “modernização”, que deve ser entendida como orientações neoliberais foram feitas privatizações e reformas, ou seja, procurou-se implantar as diretrizes do Consenso de Washington. A palavra modernização assumiu propriedades mágicas inclusive como forma de contenção das oposições que ousassem contestar ou questionar as diretrizes político-econômicas assumidas, sob pena de serem consideradas “jurássicas”.

Como ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso cria o Programa de Ação Imediata (PAI). Atribui as causas da inflação à desordem financeira e administrativa do setor público. Adota medidas que seguem as orientações do “Consenso” tais como: corte no gasto público, elevação da taxa de juros e continuidade das privatizações. Em abril de 1993 privatiza a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada por Getúlio Vargas em 30 de janeiro de 1941. Em junho de 1993 lança o Plano Real, para estabilização da economia do país. No final do governo de Itamar Franco foram privatizadas dezoito empresas, completando a privatização do setor siderúrgico e parcela expressiva do setor petroquímico (SOUZA, 2004).

No que se refere ao Plano Real, Lima e Araújo (2001, p. 383), analisaram que “as diretrizes que fundamentam o plano real” apoiam-se na “política cambial com o câmbio sobrevalorizado nos primeiros quatro anos e meio” e na “alta dos juros, elementos da estratégia de contar com abundante entrada de capitais externos”. Salientam ainda as manifestas “implicações em termos do aumento da vulnerabilidade externa do país, do insuficiente crescimento econômico e do mercado de trabalho (desemprego e precarização do emprego)”.

Considerado em sua totalidade, alguns fatores acrescentaram dificuldades ao desenvolvimento do Plano Real, tais como: o aprofundamento e expansão da nova revolução tecnológica, reestruturação das empresas, ampliação do mercado globalizado, formação de blocos econômicos e a quebra da economia Mexicana, em 1982 e dezembro de 1994. Este último fato implicou na elevação da taxa de juros por um período longo no Brasil, como caminho possível para enfrentar seus reflexos negativos para a economia nacional.

Como todo plano de estabilização e desenvolvimento, esse teve custos econômicos e sociais e segundo Brum (2003, p. 488):

Os principais beneficiados nesse processo em seus três primeiros anos foram às camadas com ganhos até três salários mínimos que, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, cerca de 80% das famílias das camadas carentes da população teve incremento de renda com o Real, nos dois primeiros anos de sua implantação [...]. De acordo com esse estudo, enquanto os 50% mais pobres tiveram um acréscimo de 11,5% na parcela da renda nacional obtida, a parcela dos 20% mais ricos (classes alta e média) apresentou uma redução relativa de 3,6%, no mesmo período. [...] Vale destacar que parte dessa redução é devida ao congelamento dos salários dos servidores públicos.

Por outro lado, a saúde, a educação e o emprego não foram foco de atenção visando suas melhorias.

Frente ao sucesso inicial do Plano Real e em continuidade a um projeto político, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se presidente da República em 03 de outubro de 1994, com posse em 1º de janeiro de 1995. Em 1998 foi reeleito para novo mandato de quatro anos, 1999-2002.

Delimitando de forma rápida as principais aglutinações políticas daquele momento, voltaremos aos principais marcos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com a implantação do Plano Real (dezembro de 1993), ainda no governo de Itamar Franco, e maior abertura da economia nacional, as importações crescem no período de 1993 a 1996, 111%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (BRUM, 2003), enquanto as exportações cresceram de forma moderada, 24%, de acordo com a mesma fonte. Acrescente-se que as aceleradas reduções das tarifas de importação contribuíram de forma significativa nesse processo, pois entre 1987 e 1990 a média das tarifas “passou de 51% para 32,2%, em 1993 passou para 14,7%” e no final de 1996 já era de 12,6% (BRUM, 2003, p. 513). Por outro lado, a inflação de acordo com Lima e Araújo (2001, p. 383), passa a ter taxas relativamente baixas no período de

1995 a 2000, ou seja, “14,8% em 1995; 9,3% em 1996; 7,5% em 1997; 1,7% em 1998; 20% em 1999 e 9,8% em 2000, de acordo com o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna IGP-DI”.

Este cenário é agravado principalmente pelos elementos do contexto nacional onde se destacam: reestruturação das médias e grandes empresas, em particular, com ações dirigidas para fechamento de linhas de produção, aumento da produtividade, redução de custos e de pessoal, falência de empresas endividadas, baixa competitividade setorial frente aos produtos importados, decorrentes da abertura comercial não planejada; reestruturação do setor de serviços, particularmente o bancário, a partir do processo de crescente informatização com redução do emprego; diminuição também no setor público do quadro funcional a partir da definição de seu ajuste à crise fiscal nos níveis federal, estadual e municipal. Assim, a geração de empregos mantém-se no nível dos desafios uma vez que está atrelada ao crescimento da economia. A busca da estabilidade econômica pela via do combate a inflação foi à prioridade do governo, ficando o crescimento econômico subsidiário desta (BRUM, 2003).

O presidente Fernando Henrique Cardoso encaminha ao Congresso, em março de 1995, novas medidas que se dirigiam a “quebrar o direito previdenciário, particularmente a aposentadoria por tempo de serviço, as aposentadorias especiais dos professores universitários e em profissões insalubres e de alto risco, além de diminuir o teto de dez salários mínimos para as aposentadorias do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e de fixar um teto máximo para aposentadoria dos servidores públicos” (SOUZA, 2004, p. 548).

No que se referem às reformas previdenciárias, estas foram postergadas e só aprovadas em março de 1996, com a aprovação da aposentadoria apenas por tempo de contribuição e não mais pelo de serviço (SOUZA, 2004).

No que se referem às privatizações, estas se concentram nos setores ferroviário e elétrico e na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no ano de 1997, e no sistema Telebrás (Telecomunicações Brasileira) no ano de 1998. No ano de 1999 houve uma pausa nas privatizações, as quais foram retomadas no ano de 2000 com destaque para o setor elétrico e bancário dos estados (SOUZA, 2004).

O modelo econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso teve como principais marcos: acentuação do processo de desestatização, com desnacionalização da economia; baixa ou nulidade de tarifas para importação, o que expunha a balança comercial e as empresas nacionais; comprometimento do mercado interno a partir da redução dos salários, do crédito e do

investimento público, com crescimento médio do produto interno bruto (PIB) de 1995 a 2002, sendo de 2,3%; capacidade ociosa da indústria nacional de 22% em 2002, sendo 22% na indústria de bens de consumo e 31% na de bens de capital; crescimento do desemprego e redução do número de trabalhadores com carteira assinada, além da ampliação do número de semanas necessárias para a obtenção de um novo emprego, sendo que em 1994 eram necessárias treze semanas, e em 2002 vinte e seis semanas (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS apud SOUZA, 2004, p. 686)

Por outro lado, a participação dos salários na renda nacional, em conformidade com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), vem decaindo, sendo de 55% no governo de Getúlio Vargas, 47% no governo Sarney (1984) e ao seu final, em 1989, caiu para 40%, declinando mais ainda durante o governo Collor (1990-1992), atingindo o valor de 35%. Elevou-se no período Itamar Franco, para 45,14% em 1993, e atingiu 36,1% ao final do governo Fernando Henrique, em 2002 (SOUZA, 2004).

Os gastos sociais relativos à saúde, educação, saneamento, habitação e urbanismo “caiu de 7,8% do orçamento executado em 1995 para 6,04 em 2001” (SOUZA, 2004, p. 689).

Assim, os dados aqui selecionados indicam que durante o período de governo de Fernando Henrique Cardoso houve aumento da dívida externa, redução dos salários e gastos sociais, em paralelo com o aumento da carga tributária e dos juros, além de um rápido e brutal processo de privatizações das empresas estatais. Por outro lado, foi renovado em agosto de 2002 o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que previu a meta de superávit primário de 3,9% do PIB e cobrança da previdência dos funcionários públicos inativos (SOUZA, 2004). No ano de 2004 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, no Congresso, o pagamento previdenciário dos inativos, cumprindo, portanto, parte do acordo com o FMI, firmado por Fernando Henrique Cardoso e em vigência.

O discurso legitimador, conforme já indicado, para o cumprimento das diretrizes e orientações do FMI, BIRD e BID apoiou-se na difusão da irreversibilidade do processo de globalização, na condenação de posicionamentos questionadores ou contrários, lhes atribuindo atraso e pacto com o passado, implantando assim uma lógica de ruptura que negava o movimento entre o velho e o novo, tornando o novo indiscutível.

É possível observar que os anos 90 foram claramente dedicados à reversão dos direitos sociais e à nacionalização da economia bem como sua conformidade com o modelo político-econômico adotado no país.

O Brasil tem feito uma trajetória condizente com a política neoliberal implantada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que vem optando pela redução das políticas de assistência social, flexibilizando as relações de trabalho, levando a ampliação do empobrecimento das suas populações e ao aumento dos lucros, particularmente no setor financeiro. A Tabela a seguir resume a trajetória de empobrecimento da população brasileira nas décadas de 80 e 90.

Tabela 1 - Indicadores de pobreza - Brasil

Área	Nº de pessoas (X 1000)		Proporção de pobres	
	1980	1990	1980	1990
Total	29.477	39.209	24.8	27.2
Urbano	10.792	19.057	13.9	17.7
Rural	18.655	20.152	50.1	53.4

Fonte: Benjamin; Araújo (1995, p. 105); Tolosa; Rocha (1993)

De acordo com Rocha (2006, p. 1-15), nos primeiros anos da década de 90 a ocorrência da pobreza mantinha-se ao redor de 44%, sendo este valor percentual favorecido em sua contenção pela queda da fecundidade. No Brasil a pobreza encontra suas bases na intensa desigualdade no acesso aos rendimentos, agravada pelas mudanças recentes no mercado de trabalho. O mercado de trabalho urbano tem sofrido forte impacto da reestruturação produtiva, a qual vem atingindo mais fortemente os indivíduos com escolaridade até quatro anos de estudo.

Entre o segundo semestre de 1994 e maio de 1999 foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho para indivíduos com este tipo de qualificação. Como efeito combinado da perda de postos de trabalho e da queda do rendimento médio, o rendimento total dos trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, que ainda representa ¼ da mão de obra metropolitana, caiu 11% no ano de 1999' (ROCHA, 2006, p. 15) [...] 'significando uma perda acumulada de 22% desde abril de 1997' (ROCHA, 2006, p. 12).

Como forma de responder, do ponto de vista do governo federal, às pressões sociais por crescente pobreza e desemprego e as pressões dos organismos internacionais, o governo federal

criou em 1995 o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), que se transformou em 2003, no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) objeto de estudo da presente tese.

Neste trabalho procura-se focalizar a política pública de qualificação do trabalhador a partir do processo de globalização e da reestruturação produtiva, particularizando-se o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

4 GLOBALIZAÇÃO, DESEMPREGO E POLÍTICAS DE EMPREGO

4.1 Desemprego e a Experiência Brasileira em Diferentes Conjunturas Históricas

As condições conjunturais atuais no Brasil, cuja característica essencial é a falta de oportunidade de trabalho para os desempregados, para os subempregados e para aqueles em condições de ingressarem no mercado de trabalho, não são favoráveis ao trabalho.

Do ponto de vista histórico após a libertação dos escravos, em 1888, havia uma significativa população branca, livre e desocupada, ampliada pela abolição da escravatura. Durante o século XIX, a expansão cafeeira no Sudeste do país trabalha basicamente com mão de obra escrava e o ciclo amazônico da borracha, iniciado no final do mesmo século, vai encontrar sua mão de obra pela migração de nordestinos que pode, de acordo com Furtado (2003), ter chegado a meio milhão de pessoas. O autor conclui em suas considerações acerca desse período que não havia carência de mão de obra, mas variados obstáculos que conduziram à imigração de europeus para a agricultura cafeeira e paralelo subemprego de brasileiros numa conjuntura de simultânea “escassez” de mão de obra e acelerada expansão de atividades.

O preconceito com relação ao trabalho, como próprio para escravos, disseminado na sociedade, dificultou o recrutamento da mão de obra e favoreceu a imigração estrangeira que contribuiria também para o embranquecimento da população, além do fato de que o custo do transporte mantinha pequena diferença entre a migração interna e externa, pois esta última contava com subsídios do governo.

O ciclo amazônico da borracha chega ao seu fim em 1918 e os grandes plantadores de café superaram o problema da mão de obra com a imigração intensa e a generalização do trabalho livre. O controle do acesso à propriedade foi obtido pelas dificuldades cultivadas à criação de pequenas e médias propriedades, tornando esses potenciais proprietários braços para a cafeicultura. A indústria desse período tinha um pequeno peso na economia e sua mão de obra qualificada era formada por operários e contramestres imigrantes e gradativamente incorporava brasileiros que eram treinados na própria fábrica (HOFFMANN, 1980). A competição industrial em andamento legou aos escravos libertos o despreparo para enfrentá-la, a rivalidade com os “brancos locais e os imigrantes, restando-lhes as ocupações menos rentáveis, instáveis ou apenas a desocupação” (HOFFMANN, 1980, p. 21-23).

Com a posterior trajetória do Brasil se dando pelo crescimento ampliado da indústria em relação à agricultura, a mão de obra é assegurada pela migração campo-cidade, em função das modificações econômicas e das novas oportunidades de trabalho aí geradas. Como este setor não conseguiu absorver toda a demanda por trabalho, emergiu o fenômeno do desemprego e do subemprego nas cidades já presente para a mão de obra escrava. O ciclo do desenvolvimento nacional apoiado principalmente nas exportações foi encerrado com a crise de 1929, criando as condições para um desenvolvimento mais voltado para o mercado interno e pela perspectiva de substituição de importações. A urbanização crescente desde os anos 30 é intensificada nos anos 50, tornando-se mais intensa que a industrialização. Tal fato, conjugado com a gradativa redução das fronteiras agrícolas vai viabilizar uma busca pela ampliação da compreensão sobre o fenômeno do desemprego, trazendo-o para o foco das discussões das políticas econômicas.

A concentração das pessoas a partir dos processos interligados de industrialização e urbanização, sem assegurar o emprego, torna visível o desemprego anteriormente encoberto pelas atividades na lavoura de subsistência e pela composição da família patriarcal composta por elevado contingente de dependentes e agregados. As transformações do estilo de vida e da configuração da família bem como dos padrões sociais mais amplos colaboram também para a maior visibilidade do fenômeno do desemprego (FURTADO, 2003; HOFFMANN, 1980).

O fenômeno da industrialização atraiu a migração do campo para a cidade produzindo um processo de urbanização, porém esta última não é redutível à industrialização uma vez que há cidades que se consolidam como centros de distribuição dos produtos. Nas cidades o poder do chefe político, do chefe religioso e do chefe de família sobre cada indivíduo é reduzido e comprometem os poderes e laços tradicionais, transformando valores, gerando uma cultura de associação por localização social, com gostos, interesses e ações comuns. Com isso, torna-se mais difícil o controle sobre a reunião pela associação de interesses e pela consciência da situação comum (FURTADO, 2003; HOFFMANN, 1980).

De acordo com Hoffmann (1980), em 1940 cerca de 2/3 da população brasileira encontrava-se na zona rural, em 1970 o censo indica que a população urbana (56,0%) ultrapassa a referida população, demarcando uma trajetória que em 1980 se expressa por uma população urbana de 67,59%, em 1990 de 75,59%, e em 2000 de 81,25%, em conformidade com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em oposição, ainda de acordo com Hoffmann (1980, p. 47).

A participação do produto industrial no Produto Interno Bruto, chegando a percentagens típicas de países desenvolvidos, a participação do emprego industrial na população economicamente ativa manteve-se, no período 1949-1960, inferior a 10%, percentagem reduzida quando comparada com a de países de grande industrialização semelhante ao nosso.

Durante todo o período de substituição de importações a região Sudeste foi privilegiada e teve a região Nordeste, menos desenvolvida, como fornecedora de mão de obra. Tal mão de obra precisava adaptar-se ao ambiente urbano e industrial.

O uso dos termos desemprego e subemprego encontram suas origens no final do século XIX e remetem à ideia de mercado como espaço de oferta e procura de trabalho. A partir da primeira Revolução Industrial se conforma uma etapa do trabalho diferente das antecedentes, pois este se configura como livre circulação da mão de obra, tanto no espaço geográfico como de uma empresa para outra, com o desenvolvimento da relação social de assalariamento e perda do controle pelos trabalhadores dos meios de produção. É nesse contexto que se desenvolve o conceito de desemprego (GALEAZZI, 2002; HOFFMANN, 1980).

Dentre as variadas hipóteses explicativas do desemprego, no marco da perspectiva do mercado, temos a indicação de três principais fatores, os quais serão apresentados sinteticamente a seguir. Uma autora em especial, Hoffmann (1980, p. 90-173), será tomada como base na definição dos conceitos.

Numa perspectiva de base liberal o salário institucional, ou seja, o estabelecimento do salário mínimo ou do piso profissional é uma das hipóteses explicativas para o desemprego e parte do entendimento de que em condições competitivas a remuneração salarial se daria em função da oferta e da procura da mão de obra, permitindo a definição do preço do trabalho de modo a equilibrar a oferta e a procura dessa mão de obra. Nessa perspectiva o desemprego é explicado pelas imperfeições do mercado, como por exemplo, a legislação social do Estado, que manteria o salário acima do chamado nível de equilíbrio, viabilizando uma procura menor de mão de obra por parte das empresas do que a ofertada pelos trabalhadores.

Em coerência com esta perspectiva estão as explicações que indicam a legislação trabalhista brasileira como responsável pelo não crescimento do emprego, pelo elevado custo da mão de obra, ou seja, salário mínimo e encargos sociais assegurados por legislação. Como consequência, teríamos que, para sanar a problemática do desemprego no país, seria suficiente reduzir os salários e os encargos sociais até o ponto necessário, ou ponto de equilíbrio entre oferta

e demanda. Importante ressaltar que o salário mínimo no Brasil gira em torno dos cem dólares e que elevado número de trabalhadores está disponível para uma remuneração que assegure a subsistência, pretendendo basicamente a obtenção de um emprego estável.

Outra hipótese explicativa, dentro da mesma perspectiva, seria a falta de mobilidade setorial e regional da mão de obra que não responderia adequadamente às variações provocadas pela demanda, tanto do ponto de vista dos estados com maior desenvolvimento ou com menor ocupação humana, como da mobilização intersetorial. Neste caso, o distanciamento do modelo da concorrência perfeita está associado à mobilidade dos fatores de produção, no caso a mão de obra. Esta falta de mobilidade é atribuída como característica de países em desenvolvimento cuja população seria mais arraigada a tradições, mais resistente em mudar de domicílio, ou seja, a movimentos tanto sociais como físicos. Por outro lado, as diferenças na densidade demográfica entre as regiões do Brasil, de acordo com os elementos já expostos (migração campo-cidade, Nordeste-Sudeste e Norte), não parecem indicar que seja este o nosso caso.

Com base ainda na explicação neoliberal temos a tese de que em função das rápidas mudanças tecnológicas e da abertura da economia o indivíduo desempregado vai perder habilidades pelo prolongamento do desemprego, o que reduz suas chances no mercado de trabalho, fazendo com que o desemprego de hoje seja explicado pelo desemprego de ontem, como responsabilidade exclusiva do indivíduo, o qual tende a se tornar informal ou permanecer no desemprego, ou ainda qualificar-se na busca de compatibilizar seu perfil ao requerido pelas ofertas de trabalho. Em nenhum momento a conjuntura econômica é apontada como se relacionando com o desemprego, restando então as políticas de qualificação como instrumento para atender as exigências do restrito mercado de trabalho e as necessidades de emprego dos trabalhadores, numa solução de compromisso que não busca as raízes da origem do desemprego, sendo, portanto, uma solução precária frente ao desemprego estrutural e, talvez, pertinente e efetiva para o caso do desemprego cíclico.

Do ponto de vista da demanda do setor industrial e num contexto de competição globalizada algumas indústrias, por variados motivos, podem ter sua demanda ampliada mais rapidamente, ensejando uma mobilização intersetorial e aumento de salários como fator de atração. Por outro lado, tendem a reforçar o uso de equipamentos como forma de conter tanto o aumento do custo de produção como da mão de obra.

Esta explicação, como a precedente, pressupõe a mudança tecnológica e o interesse dos consumidores. Nesse sentido, o distanciamento da concorrência perfeita é devido a perturbações na mobilização dos fatores produtivos e não à existência institucionalizada de um salário. Por outro lado, uma deficiência de qualificação não poderia explicar de modo satisfatório a falta de mobilidade, pois esta não é da mesma dimensão dos que procurando ocupação não a encontram.

Ainda dentro da perspectiva de explicação do desemprego, temos as restrições atribuídas aos monopólios ou oligopólios. Tal perspectiva destaca o excesso de mão de obra e a existência dos monopólios/oligopólios, pois estes impediriam o ingresso de novas empresas, comprometendo simultaneamente a expansão do setor, a criação de novos empregos e, portanto, a concorrência, elemento estrutural do pressuposto do mercado.

Há que se considerar que, de acordo com a literatura, a tendência oligopolista/monopolista, predominante hoje no mundo, é inerente ao capitalismo (BRAVERMAN, 1987; CHESNAIS, 1996; HOFFMANN, 1980). No caso do Brasil, país que se desenvolveu num contexto em que a tecnologia e a concentração de capital já eram uma realidade internacional, portanto com uma industrialização tardia, têm sido elevados os ramos de atividades que se instalaram já sob a forma de monopólio ou oligopólio.

Merece atenção às relações entre causa e efeito expressas nessa hipótese teórica que vincula as restrições ao emprego à existência dos monopólios/oligopólios e que permite inferir que uma vez reduzida ou extinta essa condição e suas conseqüências, tais como, falta de investimento e de criação de empregos, não formação de novas empresas e decorrente não expansão do mercado, além da prática de preços monopólicos/oligopólios, estariam extintas as condições para a manutenção do fenômeno do desemprego.

Outra perspectiva de análise da ação de monopólios/oligopólios frente ao desemprego destaca que na atual fase de desenvolvimento e aplicação de tecnologias, a qual é poupadora de mão de obra, não haveria alternativas para uma maior absorção da mesma. Nesse caso o desemprego é explicado considerando proporções fixas de fatores de produção, simplificarmente expressos como capital e trabalho, onde o uso da tecnologia ocuparia lugar privilegiado.

No Brasil o estímulo à importação e à abertura comercial reiniciada com o processo de globalização, a partir dos anos 90, implica não só a restrição na contratação de mão de obra, mas também da matéria-prima nacional, reduzindo conseqüentemente à geração de empregos

indiretos e daqueles associados ao desenvolvimento tecnológico através de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, sem deixar de destacar que tais avanços técnicos respondem a necessidades e interesses dos países onde esses foram desenvolvidos.

Nos países em desenvolvimento o crescimento tecnológico não é autônomo, pois esses são induzidos a importar as inovações tecnológicas, as quais são intensivas em capital e barateada pelos incentivos fiscal nacional ou outros mecanismos, o que significa que há uma cessão da receita de tributos pelo país a cada empresário beneficiado e que espera-se como contrapartida a geração de empregos.

No caso do presente estudo o emprego é entendido como se referindo ao estabelecimento de um contrato formal entre empregado e empregador assegurando um patamar mínimo de condições de vida e bem-estar que abrange nível de vida, educação, saúde, moradia, segurança e assistência social. Em sentido inverso tanto o desemprego como o subemprego, não asseguram as condições mínimas de vida, destacando-se aqui a renda como um dos elementos das precárias condições de trabalho. A ocupação é definida pelo DIEESE como toda atividade de trabalho remunerada, desenvolvida pelos indivíduos, com regularidade ou não, desde que estes não estejam procurando trabalho diferente do atual. São ainda considerados ocupados os indivíduos que ajudam em negocio de parentes, remunerados ou não, desde que sem procura de trabalho. Frente a estas questões assume-se que estas estão entrelaçadas e são decorrentes dos processos de desenvolvimento que o Brasil vem percorrendo.

Partindo de uma perspectiva teórica diversa, Robinson (1990, p. 57) defende que a ocupação pode ser ampliada a partir do “aumento do investimento ou por declínio da poupança (parcimônia)”. No que se refere a hipóteses para o enfrentamento do desemprego a autora apresenta algumas possibilidades.

Nesse sentido, destaca a frequente sugestão de elevação dos salários, afirmando que o aumento dos salários é defendido sob o argumento de que pagar maiores salários amplia o consumo o que elevaria, por decorrência, a produção, porém a autora contra-argumenta que os produtos tendem a se tornar mais caros em função dos repasses aos preços dos aumentos salariais comprometendo, portanto, o poder de compra, não sendo esta uma solução para o desemprego. Estaria desconsiderada nessa hipótese a possibilidade de mecanismos de controle de preços. A situação inversa, ou seja, a redução dos salários está também embaraçada como solução, pois se salários e custos forem reduzidos, a produção de bens não terá como se expandir pela falta de

renda disponível para o consumo, além de por em perigo a receita de outros empresários. No caso de um movimento amplo de corte de salários, na busca da ampliação dos lucros pessoais, a situação de todos (empresários e trabalhadores) estará comprometida. Resta, portanto, o impasse como resposta, cabendo ao mercado tal regulação.

Com relação à mobilidade de mão de obra, a autora afirma que apenas em situações onde há disponibilidade de mão de obra em alguns lugares e vagas ociosas em outros faz sentido considerar esta solução, ressaltando que a própria falta de mobilidade relaciona-se com um nível elevado e generalizado de desemprego e que, por conseguinte o tratamento efetivo é o crescimento econômico.

Outra questão abordada pela autora se refere à ação dos monopólios /oligopólios no sentido de adoção de manutenção dos preços, para não reduzir os lucros e o paralelo desencadeamento de processos demissionais, em escala maior do que se estivesse em vigor a livre concorrência, num processo simultâneo de preservação dos lucros e de transferência desse custo para os trabalhadores e consumidores. Argumenta ainda que é natural no capitalismo, que nos períodos de retração econômica acentuada, articulem-se “sistemas de quotas, fusões, acordos de fixação de preços e mesmo esquemas de destruição de fábricas produtivas e queima de estoques e materiais”, apresentados como práticas aceitáveis para o combate ao desemprego (ROBINSON, 1990, p. 59). Tal argumento encontra fundamento na lógica de que qualquer ação que sinalize para o aumento do lucro contribuirá para combater as depressões econômicas, sendo além de ardiloso, portador do caráter explícito de defesa de interesses de uma fração da sociedade. De fato, na crise econômica e sob a ação monopolística/oligopolista, apenas os interesses dos que detêm o poder político e econômico parecem ser preservados.

A busca de redução das horas de trabalho, como vem ocorrendo progressivamente a partir da primeira Revolução Industrial, é alternativa apresentada pela autora como saída frente ao desemprego tendo o efeito de propiciar uma determinada quantidade de trabalho por um número maior de indivíduos. Tal prática encontra resistência por parte dos empresários, pois não assegura a manutenção dos níveis de lucratividade, enquanto por parte dos trabalhadores é visualizada como uma via possível de redução do desemprego. O impasse se coloca, de acordo com Robinson (1990, p. 61), pela tendência de não haver um aumento do “montante de trabalho realizado, embora seja ampliado o número de trabalhadores” empregados.

O conjunto dessas ações é definido pela autora como “falsos remédios para o desemprego” e ampliação/agravamento dos conflitos sociais.

O sentido de buscar contrabalançar os processos cíclicos de depressão e expansão do capital apoia-se no pressuposto de que o investimento é simultaneamente bom, na medida em que promove a atividade enquanto está sendo desenvolvido e adiciona riqueza ao final do seu ciclo, e mau, na medida em que não pode durar para sempre e deve seguir-se de uma queda na atividade.

Para enfrentar este ciclo os keynesianos defendem a adoção de medidas protecionistas, de políticas públicas de médio e longo prazo e ações corretivas das taxas de câmbio, como estímulos econômicos para evitar o desemprego crônico. Os partidários do liberalismo receiam, entretanto, que a intervenção do Estado deixe explícito que é possível reduzir o desemprego pela sua ação e que esta ideia se dissemine juntamente com a expectativa de que a intervenção estatal pode fazer muito mais. Na visão keynesiana o desemprego se associa à ação involuntária de afastamento do trabalho e da relação de emprego assalariado.

Há varias categorias de desemprego de acordo com a literatura (GALEAZZI, 2002; HOFFMANN, 1980; ROBINSON, 1990; VERÍSSIMO; FIDALGO; SOARES, 2000) como, por exemplo, o ocorrido nos períodos de descenso do desenvolvimento e ocorrendo a intervalos com alguma regularidade, ou **desemprego cíclico**, o que vem sendo superado como conceito pela realidade configurada pelo desemprego estrutural a partir dos anos 80 e das paralelas mudanças no universo do trabalho, a partir da adoção dos princípios neoliberais como norteadores do processo de globalização.

O **desemprego estrutural** é considerado como inerente ao sistema e produzido pelo modelo de desenvolvimento adotado, já que é a própria estrutura econômica que faz emergir a extinção, sem retorno, de postos de trabalho, correspondendo ao que Marx denomina de exército industrial de reserva e identificado como necessário ao processo de acumulação capitalista. Este excedente relativo da população inclui tanto os sem-empregos, os semi-empregados, auto-empregados, pedintes e vagabundos (CASTEL, 1998; GALEAZZI, 2002; HOFFMANN, 1980; VERÍSSIMO; FIDALGO; SOARES, 2000).

Outra forma de desemprego relaciona-se ao movimento dos trabalhadores na mudança de emprego ou de ramo de atividade, caracterizando-se pela breve reabsorção, denominado de **desemprego friccional**. Uma quarta modalidade é designada de **desemprego tecnológico** por estar associado a períodos de intensa inovação, o que deixa a mão de obra despreparada pela

acelerada mudança de técnicas de produção, mudança de prioridade de ramos de atividade ou obsolescência de algumas ocupações e qualificações, produzindo desemprego.

As indicações gerais de categorias de desemprego, aqui tratadas, não têm a pretensão de serem exaustivas, mas apenas de destacar as principais caracterizações, as diversas categorias de desemprego. Porém, estas não parecem suficientes para explicar o desemprego em países em desenvolvimento, como o Brasil, de acordo com Hoffmann (1980), pois este apresenta um aspecto crônico relacionado ao modelo de desenvolvimento adotado, conforme explicitado no início da seção. Embora o país também revele os efeitos das crises recessivas e das mudanças tecnológicas não é possível desconsiderar as heterogeneidades da estrutura econômica e social e as peculiares características de inserção da força de trabalho. Nesse sentido, cumpre considerar o crescimento econômico do país como marcado por crescimento diferenciado por ramos, setores e ritmos de modernização, gerando setores que se situam nas margens desse desenvolvimento, mas que fazem parte, de acordo com Pereira (apud HOFFMANN, 1980), da dinâmica de funcionamento desse sistema econômico. Assim, desemprego estrutural e subemprego são elementos da dinâmica do capitalismo na medida em que contribuem nesse sistema econômico para a acumulação, delineando suas características de funcionamento.

Dentro do processo de globalização os recentes anos 80 e 90 foram férteis tanto nas mudanças tecnológicas como nas suas pertinentes consequências, como o desemprego, as quais têm desencadeado, por parte do Estado e da sociedade respectivamente, ações e pressões para o enfrentamento do desemprego. Para tanto foram criados, como política de governo, programas de qualificação e requalificação da mão de obra, além do fortalecimento da intermediação, dentre outros, como possibilidade de resposta ao desemprego.

Associado ao modelo, temos a situação ocupacional da população na qual uma parcela perde a sua importância e possibilidade de emprego tanto nos setores mais desenvolvidos da economia quanto nas ocupações mais instáveis como o artesanato, pequeno comércio e pequenos serviços, dentre outros, reduzindo a possibilidade dessa mão de obra ser novamente incorporada à produção na medida em que a orientação básica é aumentar a produtividade apoiando-se mais intensamente no uso de meios tecnológicos, caracterizando essa população como supranumerários conforme a denomina Castel (1998). A intencional manutenção desses contingentes de trabalhadores corresponderia, em sentido geral, a função de conter aumentos salariais e assegurar o potencial da mão de obra para as empresas nos períodos de expansão. O

requerimento da escolarização básica média e de cursos de qualificação seriam exigências imprescindíveis para a mão de obra e a parcela que não tivesse acesso, por diferentes limitações, a esse processo, permaneceria na condição de não participante no âmbito do emprego formal. Portanto, parcela da mão de obra é desnecessária e os mecanismos para dificultar o acesso ao trabalho são inúmeros e variados, cabendo-lhe na estrutura ocupacional uma inserção informal deixando transparente o conflito entre, as políticas de gestão da economia e o emprego. Parcela do desemprego é assim, por vezes, atribuída à “**inadmissibilidade**” dos indivíduos (ROBINSON, 1990). Para a autora este processo bem como a mobilidade da mão de obra é fundamentalmente uma questão de grau, pois nos momentos econômicos mais prósperos, tanto os padrões de eficiência como os de docilidade exigidos dos trabalhadores são suavizados.

O crescimento do desemprego e da precarização dos vínculos empregatícios vem se firmando como tendência histórica, com manifestações mais ou menos intensa nos diferentes países, caracterizando conseqüentemente a globalização desse processo, que a partir da década de 90 expande-se também para o restante do mundo.

No Brasil, que pode ser caracterizado (HOFFMANN, 1980) como país de baixa capacidade de absorção de mão de obra nos setores modernos da economia, precária atuação do sistema público de emprego, elevada ocupação da população em atividade por conta própria e limitados mecanismos de seguridade social, deve-se indagar se este vai se limitar a especializar-se nas áreas tradicionais da indústria como exportador de produtos agrícolas, têxteis, calçados e artesanato, com conseqüente encolhimento dos postos de trabalho e manutenção da concentração da renda, ou se desenvolverá um planejamento de mais longo prazo onde estejam contempladas além dessa definição, as incorporações de uma política de emprego formulada em conjunto com a política de desenvolvimento e não como um apêndice da mesma como historicamente tem sido.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p. 954) o termo política deriva do termo polis e significa “tudo o que se refere à cidade”, tendo uma significação geral de arte ou ciência do governo, é, portanto “uma forma de atividade ou práxis humana estreitamente ligada ao poder”. Por sua vez o poder é definido como o uso de meios diversos para se obter “vantagens ou efeitos desejados”. Um desses meios é o domínio da natureza ou o poder tecnológico e outro é o domínio sobre os outros homens e sobre o uso da tecnologia ou poder político.

Em suas ações políticas o Estado busca atender às necessidades básicas da sociedade pelo caminho da assistência social nas áreas de saúde, educação, habitação, previdência, segurança,

dentre outras, pela implementação de políticas sociais. Nesta direção o Estado organiza, de acordo com Faleiros (2004, p. 64):

o poder e a economia num território determinado, pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica. O poder e a gestão do Estado assim representam ou aparecem como o interesse geral da nação ou da sociedade, mas se exercem pelo uso da lei (consenso e força) e de inúmeras mediações e organismos que constituem o governo.

Em conformidade com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p. 404), o Estado contemporâneo tem quatro funções fundamentais:

a) criação das condições materiais genéricas da produção (infraestrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos que compreendem a sociedade capitalista; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital nacional total no mercado capitalista mundial.

Tais atividades são desenvolvidas pelo governo entendido como conjunto de agentes que se encontram nos cargos de decisão e por isso oferecem as diretrizes que orientam o Estado naquele momento histórico. As ênfases dadas pelos autores para as funções do Estado ressaltam pontos que são caros ao liberalismo.

Quando o Estado através de garantias diversas busca atender a garantia do bem-estar dos diversos grupos da sociedade, dele carentes, seja como sujeito coletivo ou individual está assegurando os direitos sociais através de políticas públicas ou programas de governo (BENEVIDES, 2007). Nessa perspectiva as políticas públicas são as ações do Estado, que determinam o padrão de proteção social, implantadas através de um projeto político de governo e efetivadas por programas dirigidos para setores determinados da sociedade e, em princípio, "para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico" (HÖLFING, 2001, p. 30).

A política social pública, como a conhecemos, tem seu nascimento nos movimentos dos trabalhadores no século XIX, e estão relacionadas aos conflitos entre capital e trabalho, encontram grande expansão no período do pós Segunda Guerra Mundial até os anos 70, sendo próprias, portanto as formações capitalistas. É uma política que busca mediar a valorização e acumulação do capital e as necessidades de assegurar um grau mínimo de satisfação na manutenção da mão de obra, e redução do potencial de conflito. A garantia dos recursos é sempre

feita a partir dos trabalhadores/beneficiários, particularmente os assalariados, e com parcela reduzida de contribuição dos empregadores. Portanto, a conformação das políticas sociais depende das concepções de Estado e de um referencial político e econômico para o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto (CASTEL, 1998; HÖFLING, 2001).

Nessa perspectiva as políticas de emprego, enquanto política social pública tem como meta a geração de novos postos de trabalho que, de acordo com Ramos (2003a, p. 15), “são conjunto de medidas que atuam sobre a oferta de trabalho, reduzindo ou alterando seu bem-estar ou sobre o nível de emprego, alterando a demanda de forma direta (criação de emprego público, por exemplo) ou indireta (formação profissional)”. Nas duas situações a atuação é sobre o mercado de trabalho e “preponderantemente, ainda que não exclusivamente, sobre a população (oferta de trabalho)” (RAMOS, 2003b, p. 15).

De acordo com a literatura as políticas de emprego estão divididas em políticas ativas e políticas passivas. As políticas de emprego ativas se caracterizam por ações que buscam ampliar a quantidade de empregos, e em geral atuam diretamente sobre os trabalhadores. Nesse conjunto se destacam a qualificação profissional, a intermediação, apoio às micro e pequenas empresas, subsídio à contratação de determinado grupo de trabalhadores e ampliação de empregos no setor público. As políticas de emprego passivas abrangem ações que visam “amenizar” a condição de desempregado (seguro-desemprego) ou reduzir a oferta de mão de obra (ampliação da permanência na escola e aposentadoria precoce). No Brasil, várias dessas medidas vêm sendo adotadas como mecanismo de combate ao desemprego. No caso particular da qualificação profissional esta tem como pilar a lógica de que cada indivíduo é o responsável pela sua adequação/formação para ser competitivo e ocupar um espaço no mercado de trabalho (RAMOS, 2003b).

A forma como o Estado media a relação entre os interesses da produção e os interesses da força de trabalho, são influenciadas pela correlação de forças conjunturais em um determinado momento histórico

4.1.1 Sistema Público de Emprego no Brasil

As políticas públicas referentes ao Sistema Público de Emprego (SPE) só foram implantadas no Brasil a partir dos anos 60, com a criação em 1965, de um seguro para o

trabalhador desempregado, através da lei 4.923/65, custeado pelo Fundo de Assistência ao Desemprego (FAD) e financiado através do recolhimento de 1% sobre a folha salarial da empresa e “uma parcela das contribuições sindicais” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2006 p. 398). A condição para acesso ao benefício era a caracterização da demissão como não sendo “justa causa” ou ainda o fechamento da empresa.

A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966 e a paralela redução dos recursos do FAD fizeram com que restrições ao acesso do benefício fossem criadas pelo governo, limitando a concessão aos trabalhadores demitidos em dispensas coletivas (mínimo de 50 trabalhadores em 60 dias).

Já em 1970 foram criados pelo governo federal os Programas de Integração Social (PIS), para os trabalhadores do setor privado, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) nos três níveis de governo. Foi instituído simultaneamente o pagamento anual de um salário mínimo para os trabalhadores com renda até cinco salários mínimos, conhecido popularmente como abono salarial. Os recursos do PIS/PASEP seriam aplicados em projetos a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Em conformidade com a Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Brasil criou em 1975 o Sistema Nacional de Emprego (SINE), a ser financiado com recursos do FAD, e com as funções de realizar as seguintes ações: intermediação de mão de obra, orientação profissional, qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho. Das ações previstas a intermediação de mão de obra foi a que foi desenvolvida com mais consistência.

Com as dificuldades econômicas dos anos 80, e o crescimento do desemprego, e a redemocratização do país em 1986 o governo criou o seguro- desemprego através do Decreto-Lei 2.284/86. O objetivo era promover ajuda temporária aos trabalhadores demitidos sem justa causa ou por fechamento da empresa. Caberia ao SINE atender aos desempregados que recebessem o seguro-desemprego, garantindo-lhes intermediação e requalificação profissional. Havia também variadas restrições para o recebimento do seguro-desemprego, pois não havia fontes financiadoras previstas, cabendo a União arcar com os recursos a partir do Orçamento Geral da União (OGU).

Apenas na Constituição de 1988 (Artigo 229) foi definida a fonte financiadora do seguro desemprego, e demais ações da política de emprego, o que se daria pelo recolhimento do

PIS/PASEP, criando assim as condições para a configuração atual do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR).

A regulamentação da estrutura institucional de financiamento do seguro-desemprego e do abono salarial para trabalhadores que recebessem até dois salários mínimos deu-se apenas em 1990, a partir da legislação que também criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho deliberativo do FAT (CODEFAT), Lei 7.998/90. Configura-se assim que o seguro-desemprego não se restringiria ao benefício monetário, mas abrangeria também a intermediação e a qualificação da mão de obra. Estas duas últimas oferecidas também aos trabalhadores em geral. Este foi o contexto que assegurou a criação do PLANFOR pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 1995.

Hoje o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda é composto por três principais ações: “transferência temporária de renda (seguro- desemprego e abono salarial), prestação de serviço (intermediação da mão de obra e qualificação profissional) e concessão de crédito produtivo” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2006, p. 425).

Assim, a principal atuação do SPETR se dá pelo lado da oferta, através da intermediação e qualificação da mão de obra, do seguro-desemprego e do abono salarial, não tendo à paralela e complementar política de abertura de novas vagas no mercado de trabalho, e quando as têm, estas têm um caráter dirigido para fração dos trabalhadores. O abono salarial e o seguro-desemprego só são acessíveis aos trabalhadores oriundos da relação salarial formal. Portanto, uma parcela das ações do SPETR não contempla o setor informal do mercado de trabalho. Por outro lado, fica claro que a precarização das ocupações e os fatores determinantes do desemprego não são alcançáveis pelos programas do SPETR, uma vez que esses concentram suas ações sobre a oferta da mão de obra e como agravante, temos a redução no financiamento dos programas de qualificação e intermediação da mão de obra, conforme a Tabela 2 abaixo demonstra. Paralelamente temos uma taxa de desemprego total em Recife de 20,3% em 2002; de 23,2% para 2003, de 23,1% para 2004 e 22,3 % para 2005, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2006, p. 147).

Tabela 2 - Demonstrativo de execução financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): Brasil 2002-2004 (em R\$ milhões)*

<i>ITENS DE</i>		2002	2003	2004	2005
DISPÊNDIO					
RECEITAS	Arrecadação do PIS/PASEP	14.849,5	15.029,2	16.075,0	17.065,5
DESPESAS	Qualificação Profissional	222,7	51,6	74,4	84,7
	Intermediação de emprego	133,4	107,9	81,1	84,4

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2006, p. 163)

* Seleção dos itens qualificação e intermediação feita pela autora

A tabela acima demonstra que embora a arrecadação do recolhimento do PIS/PASEP tenha crescido nos anos considerados, as despesas com os programas de intermediação e qualificação da mão de obra decresceram para os mesmos anos. Tal fato pode ser explicado pela diretriz de contingenciamento das despesas com o fito de consolidar um superávit primário³ para pagamento dos juros da dívida pública interna e externa. Tal decisão é compatível com os compromissos assumidos junto ao FMI, implicando uma estratégia política do governo.

As políticas sociais que atuam no mundo do trabalho através de diversos programas parecem indispensáveis no combate ao desemprego e ao equilíbrio da sociedade, mas são, de acordo com o Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2006) e Ramos (2003b), simultaneamente insuficientes para responder ao desemprego, associado ao modesto crescimento econômico, porém em determinadas circunstâncias auxiliam na elevação da relação entre oferta e demanda.

Do ponto de vista internacional, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) há uma tendência para que a intermediação seja feita pelo Estado e por agências privadas (RAMOS; FREITAS, 1998). A estrutura organizativa do Sistema Público de Emprego (SPE) abrange as ações de formação profissional, intermediação de mão de obra e seguro- desemprego, tendo como beneficiários os trabalhadores desempregados. A relação entre estas três ações não é importante enquanto o seguro-desemprego está sendo pago.

³ Diferença entre a receita pública dos três níveis de governo e os seus gastos públicos, não contabilizando juros (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA E SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007).

Quando o prazo de vigência deste termina o desempregado passa a ser atendido pela assistência social, e as exigências com relação à frequência aos cursos de qualificação e aceitação das oportunidades de trabalho ofertadas pelo SPE são fortalecidas (RAMOS; FREITAS, 1998).

Para alguns países da OCDE, como França Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão e Luxemburgo, o SPE é formado pelos seguintes programas, de acordo com Ramos e Freitas (1998, 1998, p. 75): “formação profissional; políticas em favor dos jovens, de ajuda às contratações, a favor dos deficientes; seguro desemprego e aposentadoria antecipada”. Os referidos autores chamam a atenção ainda para dois aspectos fundamentais sobre a comparabilidade dos Sistemas Públicos de Emprego: 1- Os marcos institucionais de cada país, pois há países (Noruega e Grécia) onde todas as vagas existentes nas empresas devem ser informadas ao SPE, e em outros países (Bélgica, Suécia e França) as comunicações das empresas são limitadas a vagas externas a empresa. Para os demais países (Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal, Espanha e Inglaterra) não há, como no Brasil, nenhuma obrigação das empresas informarem o SPE; 2- Alertam que a comparabilidade entre países da OCDE fica “comprometida e os números devem ser vistos como tendência por dois fatores”: a) em alguns países as “relações entre vagas e desocupados tomam apenas os desempregados inscritos no SPE”; b) em outros países “apenas os desempregados que estão no SPE e que estão recebendo seguro desemprego são considerados” (RAMOS; FREITAS, 1998, p. 86).

Assim, em linhas gerais, há semelhanças nas ações desenvolvidas no Brasil e na OCDE no que se refere às políticas de emprego, o que é importante ressaltar é que a constituição do desemprego na Europa e aqui têm características peculiares a seus níveis de desenvolvimento, o que não permite uma transferência acrítica das saídas. Ainda cabe destacar que há uma abrangência maior no atendimento aos trabalhadores desses países comparativamente ao Brasil, como também experiências que ressaltam uma maior integração entre o SPE e as empresas.

4.1.2 Desemprego nos Anos Recentes – Explicações e Formas de Enfrentamento

As últimas décadas do século XX salientam as transformações recentes do mercado de trabalho, sob a égide do processo de globalização e cristalização de dois movimentos complementares: ampliação da taxa de desemprego e de formas precárias de inserção na atividade produtiva. Contribuem nesse processo tanto as transformações tecnológicas como as de

gestão das empresas sob a orientação dos princípios do neoliberalismo, denominada também de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000; BRAVERMAN, 1987; POCHMANN, 2000).

O pressuposto da proposta neoliberal para explicar o desemprego é de que o livre funcionamento do mercado de trabalho permite que a oferta se iguale à demanda, ou seja, conduza ao pleno emprego pela flexibilização do preço da mão de obra, principalmente por sua baixa. O que está pressuposto nessa proposta é que a oferta gera a demanda ou a autoregulação do mercado, conduzindo ao desaparecimento do desemprego. Descarta assim a possibilidade de não haver absorção da oferta de mão de obra. Por outro lado, a persistência do desemprego é explicada pela permanência de salários reais rígidos à redução, pelo excesso de oferta e por fatores alheios ao campo da economia, tais como: presença combativa dos sindicatos, políticos imprudentes que instituem salários mínimos, impedindo a autoregulação dos mercados e reduzindo as possibilidades de alternativas para os propositores de políticas voltadas para o mercado, sempre na perspectiva dos salários reais (RAMOS, 2003b, p. 2-5).

Tal paradigma político econômico supõe que o desemprego de qualquer natureza, pode ser explicado pela consideração de salários reais muito elevados e inflexíveis.

O excesso de trabalhadores (oferta maior que a demanda) seria a consequência de um nível de salário por sobre o equilíbrio, ou seja, por sobre o valor que iguala oferta e demanda [...] se não existem fatores extra mercado (salário mínimo, sindicatos, etc.) a própria interação entre a oferta e a demanda faria com que o salário caísse, reduzindo a oferta e aumentando a demanda, de tal forma que se atingisse o equilíbrio. Assim na ausência de elementos de inflexibilidade, o mercado se auto-regularia em torno do pleno emprego [...] e a alternativa de política consiste em tornar o mercado de trabalho o mais concorrencial (RAMOS, 2003a, p. 50).

A flexibilização das relações de trabalho é a resposta paradigmática do neoliberalismo para o enfrentamento do desemprego, sendo as políticas de emprego uma alternativa para atender as consequências sociais geradas pelo crescimento do desemprego.

No marco conceitual do neoliberalismo os desajustes referentes ao processo de crescimento do desemprego estão situados no mercado de trabalho. Portanto, é ao mercado de trabalho que devem ser dirigidas a política para reverter o desemprego, desconsiderando os aspectos da macroeconomia. Enfatiza-se, portanto, que a relação entre oferta e demanda determina os salários reais e o nível de emprego.

A proposta de base keynesiana vigente, enquanto paradigma político e econômico, nos “trinta anos dourados”, rompe com a proposta liberal no que se refere à análise do desemprego ao

considerar que no mercado de trabalho se determinam salários nominais e não reais, pois governos e sindicatos não podem determinar o poder de compra dos salários, sendo o nível de emprego definido pelo nível de atividade da economia, ao qual o salário real se ajusta, por exemplo, pela via da inflação. Com isso os formuladores de políticas do poder público poderiam atuar sobre a política econômica (monetária e fiscal) induzindo o pleno emprego (RAMOS, 2003b). Assim, o mercado de trabalho fica submetido ao modelo macroeconômico e o desemprego ao nível de atividade econômica. “[...] no modelo keynesiano a ocupação e os salários são determinados a partir de variáveis macroeconômicas”, ou seja, o mercado de trabalho mantém com estas uma relação de subordinação (RAMOS, 2003a, p. 20).

O debate entre esses dois modelos encontra suas origens na década de 30 e a diferença fundamental no que se refere à análise do desemprego é a diferença de respostas para combatê-lo. Para os liberais a resposta está no mercado, já para os keynesianos a resposta situa-se no âmbito da macroeconomia, sem desconsiderar o mercado, mas agindo sobre ele a partir da regulação das atividades de suas economias e das políticas regidas pelo Estado, tendo como referência o mercado, o controle da inflação e do desemprego.

Tal predomínio do enfoque macroeconômico (controle das variáveis monetárias e fiscais) foi acompanhado por uma organização taylorista/fordista do trabalho caracterizada por grandes unidades de produção, produção em massa, especialização com requisitos mínimos de qualificação dos trabalhadores, controle dos tempos e movimentos, e grande número de cargos na composição hierárquica das empresas. Se o trabalhador, pela base tecnológica adotada, se torna complemento das máquinas, com requerimentos muito reduzidos de qualificação e de treinamento rápido para o emprego da mão de obra, com a paralela não valorização da criatividade e motivação, viabilizaria o acesso dos migrantes do campo para as cidades, faltando a estes apenas as adaptações à cultura urbano-industrial de disciplina e respeito à hierarquia.

Com o processo de globalização dos mercados e de uma nova base tecnológica, apoiada na microinformática e na automação, passa a demandar uma mão de obra mais qualificada e autônoma para os postos de trabalho com a explicitação de exigência de habilidades antes não priorizadas. O desenvolvimento tecnológico e a pressão dos trabalhadores por elevação dos salários fazem com que as empresas busquem substituir a mão de obra por capital, tornando predominante a diretriz de aumentar a quantidade de máquinas por unidade de mão de obra, dando também a orientação preponderante para o desenvolvimento.

No Brasil foram adotadas com maior ênfase as propostas de flexibilização do mercado de trabalho, com redução do poder de negociação dos sindicatos, queda nos salários, inclusive do salário mínimo, terceirização na contratação de mão de obra, dentre outras medidas. Posteriormente, a partir de 1995, Algumas medidas como o Plano Nacional de formação Profissional (PLANFOR) foi dando forma a política pública de emprego, trabalho e renda.

Essas iniciativas situam no mercado de trabalho a origem do desemprego em conformidade com a interpretação do fenômeno proposta pelo modelo neoliberal, embora as políticas de emprego não partam exclusivamente do diagnóstico da rigidez dos salários como causa do desemprego. Nessa direção e considerando o destaque dado à educação básica fundamental e ao PLANFOR como mecanismo de enfrentamento do desemprego, Ramos (2003a, p. 7) afirma que “a educação não parece ser [...] uma proteção contra o desemprego”, pois é nos níveis de escolaridade média que se concentram a maior taxa de desemprego, o que é uma peculiaridade brasileira, ainda segundo o autor.

Nessa direção para enfrentar o desemprego parece impor-se a necessidade de conjugar elevação da produtividade, condições de desenvolvimento e oferta de emprego no curto prazo. Cabe, portanto, indagar qual o tipo de desenvolvimento desejado e suas implicações para os diferentes grupos de sociedade que no caso do Brasil vêm acarretando, acentuadamente nas últimas décadas, profunda concentração na distribuição da renda e da propriedade, em conformidade com a intensificação do movimento de globalização.

Nesse sentido, a análise sobre o processo de globalização econômica desenvolvida, pela Organização Internacional do trabalho (OIT) durante reunião do Fórum Econômico Mundial (FEM), em janeiro de 2006, destaca que há hoje no mundo significativos desequilíbrios no que se relaciona com os salários e benefícios decorrentes da produtividade, ou seja, o crescimento da economia no mundo não encontra correspondência na criação de empregos de qualidade, os quais poderiam contribuir para a redução da pobreza e caracterizar tal quadro como tendência do processo de globalização. Alerta que “*la crises no va passar despercebida ni en la calle de los países ricos ni en las de los pobres*” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006a). Embora reconheça que esta tendência se manifesta de formas diversas, em diferentes regiões do planeta, quando se consideram os indicadores de criação de emprego, da produtividade, das melhorias salariais e da redução da pobreza.

Nessa perspectiva enfatiza que hoje a metade dos trabalhadores não obtém renda para superar o patamar da pobreza, definido como dois dólares por pessoa ao dia, e conclui que a partir da década de 90 a correlação entre crescimento econômico e crescimento do emprego vem cada vez mais se distanciando. A Organização Internacional do Trabalho ([2007?]) revela que para cada ponto percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o emprego no mundo só cresceu 0,3% entre 1999-2003, ao passo que entre 1995-1999 este percentual era de 0,38%, indicando portanto uma redução. Para as economias desenvolvidas a aceleração da desigualdade salarial a partir dos anos 90 é atribuída pela OIT, a maior demanda por mão de obra qualificada e com oferta escassa e paralela redução na demanda por trabalhadores com menores níveis educacionais, porém, com a universalização do ensino básico médio, ou segundo grau, já assegurado nos países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento a explicação apresentada para a progressão da desigualdade salarial aponta que as políticas setoriais adotadas favoreceram apenas aos trabalhadores desses setores. No que se refere ao crescimento da economia informal, a qual é inerente a níveis salariais mais baixos e condições de trabalho menos favoráveis, esta tem se expandido de forma preocupante principalmente no Oriente Médio e na África do Norte subsaariana, sendo que na Índia atinge 90,0% da população e na América Latina 60,0% da mão de obra, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2006a). Com os argumentos de que a taxa de desemprego no mundo está em seus níveis máximos e continua crescendo; que o número total de desempregados no mundo no final de 2005 era de 192 milhões de pessoas, representando um aumento de 2,2 milhões em relação ao ano de 2004 e de 34,4 milhões em relação a 1995; que nos últimos dez anos o desemprego oficial cresceu mais que 25% e que 50% dos trabalhadores são pobres, não têm acesso aos sistemas de proteção social ou trabalham na economia informal; que a ausência de trabalho no próprio país tem conduzido a migrações que por sua vez têm gerado tensões, tráfico de pessoas e atividades assemelhadas; que a degradação do trabalho se faz presente nos países desenvolvidos, sobretudo, pela precariedade e pela desvalorização do trabalho, o que contribui para a perda de confiança tanto nas instituições como nas lideranças políticas, a Organização Internacional do Trabalho (2006b) sublinha que a crise mundial do emprego representa, por um lado, uma ameaça à segurança pelo descontentamento social, incertezas e instabilidade, e por outro lado, fragmentação, protecionismo e potencial de conflitos. Em síntese, o perigo reside nas diversas formas de

fraturas econômicas e sociais que estão em andamento no mundo, envolvendo tanto realidades nacionais como internacionais e com base no trabalho ou na sua ausência.

No sentido de contrapor-se a esta tendência, a Organização Internacional do Trabalho (2006b) apresenta cinco proposições para enfrentamento do desemprego:

- Mudanças nas políticas econômicas e sociais com a inversão da atual posição marginal do trabalho para a posição central nos esforços do desenvolvimento econômico reequilibrando as políticas econômicas e sociais hoje com forte predomínio do enfoque econômico;

- Consideração prioritária para o desenvolvimento econômico sustentável;

- Criação de políticas normativas para estimular a competitividade, a iniciativa empresarial, a produtividade e a inovação, com destaque para o papel das pequenas e médias empresas na geração de postos de trabalho;

- Expansão da educação e da capacitação a partir de uma concepção da aprendizagem permanente;

- Promoção de uma maior articulação entre governo, empresa, sindicatos e outros representantes da sociedade civil com o fito de gerar empregos e reduzir a pobreza.

Em um primeiro passo, num longo percurso de atenção ao galopante processo de desemprego e da pobreza, o Fórum Econômico Mundial (FEM) admitiu em sua agenda de 2006 o tema da criação de empregos, de novas formas de capacitação e a mobilidade no trabalho. Por outro lado, e na perspectiva da manutenção do marco do capitalismo, considerando a trajetória conflituosa por ele encetada, a OIT buscam colocar no centro dos debates mundiais, num movimento recente no cenário dos últimos 25 anos, temas para reflexão e ação corretiva e preventiva no sentido de inverter a tendência de priorização do capital em relação ao trabalho e de alertar para o potencial de explosão social desestabilizador, já em processo. Enfim, é a defesa da lógica de perder alguns dos anéis para preservar os dedos e a maioria dos anéis.

Buscando pensar a realidade Martins et al. (2003) traz a reflexão de vários cientistas sociais e de representantes de entidades empresariais e de trabalhadores sobre a questão do “Que Fazer para Gerar Empregos no Brasil”. Dentro desse norte os dez autores que contribuíram para a composição do artigo reconhecem como ponto fundamental a necessidade de retorno do crescimento econômico do país, porém acrescidas de significativas e indispensáveis proposições dentre as quais salientamos a reunião das condições para que o crescimento econômico seja sustentado, uma vez que é meio indispensável para ações do Estado e da sociedade. Em paralelo

ao crescimento econômico são indicadas ações de políticas públicas que conduzam à distribuição de renda, geração de emprego, e que atenuem os efeitos sobre o emprego nos momentos adversos do ciclo econômico. Para tanto, há a indicação da necessidade de novas diretrizes na política econômica, as quais buscariam recompor os gastos tanto do Estado como das empresas e dos trabalhadores, desfazendo a atual priorização financeira sobre as políticas adotadas no país.

Dentre as principais sugestões de ação real destacamos as seguintes: reforma agrária associada a uma política agrícola, com incentivo à agricultura familiar e ao artesanato por serem atividades intensivas em mão de obra, assegurarem a subsistência, a renda e a fixação do homem na terra. A formação de cooperativas que poderiam representar também um sistema complementar alternativo de comercialização, contribuindo para retenção da renda da agricultura familiar e a preservação da renda dos consumidores, conforme defende José de Souza Martins et al. (2003).

Por outro lado há a recomendação de estímulo às pequenas e médias empresas por suas significativas atuações como absorvedora de mão de obra que deve ser complementada pelo estímulo do cooperativismo e do acesso ao microcrédito. Acrescente-se ainda, os incentivos aos serviços, a construção civil, com foco também na construção de casas populares e obras de infraestrutura com expansão das ações diretamente ligadas ao bem-estar, pela ampliação dos serviços públicos básicos como saúde, saneamento e educação, também intensivos na criação de empregos, bem como a criação de frentes de trabalho urbanas e rurais voltadas para atividades geradoras de postos de trabalho, são as principais propostas defendidas por Sérgio Bresserman e Luiz Marinho (MARTINS et al., 2003).

Há a sugestão da ampliação do valor do salário mínimo e da recuperação planejada das perdas salariais dos últimos anos, bem como a redução da jornada de trabalho, prioritariamente, das horas extras, as quais devem restringir-se ao seu caráter de atividade extraordinária recomendam Márcio Pochmann e Walter Barelli (MARTINS et.al., 2003). No que se refere ao núcleo mais moderno da economia, embora seja ele mesmo poupador de mão de obra, este pode competir nos mercados mundiais, produzir a preços moderados, impactando o mercado de trabalho interno, pela geração de empregos diretos e indiretos, tanto na geração de insumos como de bens e serviços afirma Ignacy Sachs (MARTINS et.al., 2003). Acrescentamos, no entanto, que é necessária atenção para as experiências recentes do país onde houve simultâneo crescimento do desemprego e queda na renda, o que alerta para a necessidade de atenção redobrada no que se

refere à redução dos custos do trabalho, para que parte da economia industrial e agrícola capitaneada pelas grandes indústrias, não se tornem socialmente irresponsáveis ao usufruir benefícios do governo, terem os lucros aumentados e não pagarem tributos pelos lucros assim obtidos, como enfatiza José de Souza Martins et.al. (2003). O autor considera ainda que o dinheiro direcionado a criação de emprego e renda, embasado em um planejamento de políticas públicas coerentes não é desperdício, pois pelo seu efeito multiplicador provoca retornos fiscais. E o que nos parece mais importante, além do efeito econômico pode gerar bem-estar social.

A maioria das contribuições dos autores salienta aspectos complementares de ações e partem do fato básico da necessidade de crescimento econômico sustentado e da geração de empregos decentes, cujo fundamento, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2006b), é o trabalho como condição para a redução da pobreza e o respeito aos princípios e direitos nas relações de trabalho, salientando-se a estabilidade, a ascensão funcional, a segurança de salários indiretos como assistência a saúde, dentre outros fatores.

Por fim, há a indicação da ampliação do tempo de permanência na escola e redução da jornada diária, como perspectiva de aprimoramento da qualidade da formação do trabalhador e redução do tempo na vida de trabalho. Tal ação já está presente em numerosos países desenvolvidos. A retenção escolar vem sendo usada, em diferentes países, como mais uma medida nesses tempos de desemprego exacerbado. No intuito de reduzir as consequências desse processo tem-se buscado ampliar o tempo de permanência na escola através da ampliação do número de anos dos cursos iniciais, com vistas a adiar o ingresso dos jovens na força de trabalho, bem como buscando oferecer um nível mínimo de qualificação para possibilitar um mínimo de absorção da força de trabalho, particularmente num mundo globalizado. O uso crescente da tecnologia avança e transforma-se a passos largos e contínuos, sob o argumento de melhorar o nível de vida da população, carecendo a mão de obra de melhoras no nível de conhecimento para adequar-se às exigências do mercado de trabalho, embora sem um concreto crescimento do emprego. Do ponto de vista dos trabalhadores no Brasil, e numa perspectiva mais emergencial, o caminho da ampliação da educação fundamental básica e da qualificação profissional, frente à ausência de propostas dos sindicatos no que se refere às políticas de emprego, enfraquecidos como força política portadora de interesses, resulta quase como o único a indicar a possibilidade de crença no futuro e no trabalho, a sustentar alguma perspectiva para a vida. Na atualidade, a

média de anos de estudo no Nordeste do país é de 5,3 anos de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2006).

4.2 Políticas de Emprego

4.2.1 A Qualificação Profissional Como Estratégia Para Enfrentamento do Desemprego

Até aqui tratamos da contextualização do processo de globalização e suas implicações, particularmente para o Brasil. Agora, focalizaremos de forma privilegiada a qualificação profissional como um dos programas componentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda brasileiro (SPETR). Nosso objetivo neste capítulo é explorar em linhas gerais as principais ações produzidas nacionalmente para fazer frente ao desemprego a partir dos anos 90, tendo por parâmetro que a política de emprego e renda precisa fazer parte da política de desenvolvimento do país.

Inicialmente precisamos delimitar que a centralidade, ou não, do mercado de trabalho define a referência de análise adotada na dinâmica de políticas de combate ao desemprego. Nesse entendimento, no Brasil dos anos 90, a “empregabilidade” foi a palavra utilizada para explicar a existência de vagas não preenchidas no mercado de trabalho. Portanto, o problema do desemprego era, além de individual, uma questão de desqualificação da mão de obra, e não do modelo de desenvolvimento adotado. Conseqüentemente, as políticas de emprego precisavam contemplar a educação básica e a educação profissional. Em síntese, o que está pressuposto na proposta de qualificação profissional como resposta ao desemprego é: 1- se o mercado é hierarquicamente superior nas estratégias para reduzir o desemprego, então às políticas de emprego devem ser privilegiadas e devem orientar as decisões políticas a serem implementadas; 2- se o problema do desemprego é ainda atribuído às limitações da mão de obra, ou potencial de “empregabilidade”, o problema não é do mercado de trabalho e sim do trabalhador individual, o que justifica as políticas de educação básica fundamental e profissional e à atualização.

Nessa perspectiva, Ramos (2003b) analisa que as políticas recentes de combate ao desemprego, adotadas no país, não partiram de um diagnóstico da situação nacional, e sim da importação parcial de experiências internacionais, excluindo a avaliação de que os efeitos reais das políticas de qualificação profissional eram duvidosos. O autor não nega as contribuições que

as experiências internacionais podem trazer, porém, recomenda que estas devam ser usadas como referência e não como modelo a ser acriticamente adotado. Em conformidade com o exposto a intervenção no mercado de trabalho no Brasil pela via das políticas públicas de emprego encontra suas aplicações recentes na experiência europeia dos anos 80, sendo consideradas como instrumento primordial na redução das taxas de desemprego, com campo de atuação dirigido ao mercado de trabalho e a oferta de mão de obra. Tais políticas buscaram modificar o perfil do trabalhador pela ampliação do potencial individual de contratação. Portanto, seu marco referencial visa a administração do desemprego a partir da intervenção na oferta de mão de obra, por meio da educação profissional e da intermediação da mão de obra, tendo como referência o mercado de trabalho. Portanto, toda política de emprego trás implícita ou explícita, uma fundamentação para o não crescimento do emprego.

Nessa direção, de acordo com Ramos (2003a) as políticas de emprego buscam reverter três tipos de situações. A primeira, parte da consideração da incompatibilidade entre o perfil dos trabalhadores e o perfil procurado pelas empresas. Dada essa defasagem a política de educação profissional seria capaz de transformar ou adequar o perfil dos trabalhadores a partir do Plano Nacional de Qualificação, que viabilizaria a qualificação aos postos de trabalho ou aos empreendimentos autônomos e individuais ou coletivos. Reduz assim o desemprego a uma limitação individual para a ocupação do posto de trabalho ou o trabalho autônomo. Consequentemente as dificuldades se restringiriam ao mercado de trabalho e às inovações tecnológicas, apropriadas pelas empresas, que se traduziria na incompatibilidade entre a mão de obra e a demanda de emprego.

A segunda situação se refere à reversão da defasagem “entre oferta e demanda de trabalho” em um contexto de aceleradas mudanças (RAMOS, 2003a, p. 52). A resposta adequada para este quadro seria a política de intermediação que, não só tenderia a socializar a informação como a redirecionar os trabalhadores para os setores e profissões em crescimento na sociedade.

Em ambas, as soluções apontadas para a superação do desemprego, estão pressupostas a existência de postos de trabalho disponíveis ou de espaço econômico para as atividades autônomas, bem como que a origem do desemprego situa-se no mercado de trabalho.

A terceira situação parte da tradição das políticas públicas brasileira, a qual abrange a concepção e execução centralizada no Ministério de Trabalho e emprego (MTE), baixa articulação entre as mesmas, além de estarem direcionadas para o curto prazo. A partir dos anos

90, no caso particular das políticas de emprego, buscou-se resgatar a lógica orientadora do curto prazo a partir do contexto de sua emergência caracterizado pela existência e ampliação do desemprego de longa duração, das aceleradas mudanças da base tecnológica e dos modelos organizacionais e gerenciais, além dos baixos índices de escolarização, dentre outros fatores que fazem com que tenda a se perpetuar a condição de desempregado na população alvo de tais políticas. Tomando por apoio as diretrizes e recomendações dos organismos internacionais, houve por parte do governo federal, no Brasil, em 1995, uma descentralização, das políticas públicas de emprego para estados e municípios, definidos como parceiros, na busca de aperfeiçoar o uso dos recursos e do maior controle social no planejamento, execução e controle potencial das mesmas.

Coube à esfera federal a definição das grandes diretrizes das políticas, planos e programas, junto com a representação da sociedade civil, definidas como executoras (sindicatos de trabalhadores e empresários, ONGs, universidades, dentre outros).

Para a reduzida articulação entre as políticas públicas de emprego o governo federal buscou, com base no modelo europeu, o desenvolvimento de novo marco institucional e gerencial denominado Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda o qual articula ações de educação profissional, intermediação de mão de obra, e priorização da política educacional dirigida à universalização do ensino básico fundamental, dentre outras medidas.

É importante retomar aqui alguns dos argumentos já trabalhados ao longo do texto, tais como: a baixa atenção à educação e principalmente à educação profissional, que o país tem desenvolvido ao longo de sua história, além da necessidade de um diagnóstico das causas do desemprego que venha a gerar políticas públicas compatíveis com a realidade nacional, traçadas de acordo com o diagnóstico das necessidades do país e não apenas a partir de orientações e recomendações de organismos internacionais, apoiadas em experiências de realidades nacionais diversas da nossa.

Nesta direção cabe indagar se num país que tem problema de desemprego, numa conjuntura de economia globalizada, qual o impacto possível de uma política pública de educação profissional sobre o mesmo? Será que estamos esperando dessa política que a reversão de uma situação para a qual não tem poder de enfrentamento? Qual a compatibilidade entre a política adotada e a origem do problema do desemprego nacional? Há setores da economia que a política de emprego atenda melhor que a outros setores? Quais frações da população podem ser

verdadeiramente favorecidas na reversão do desemprego e de suas consequências? Os objetivos das propostas de políticas de emprego foram estabelecidos de forma muito ampla, pois ao menos para o PLANFOR/PNQ, está proposto reduzir as desigualdades de oportunidades pela socialização das possibilidades de acesso aos postos de trabalho (através da ampliação da qualificação profissional), reduzir o potencial de ingresso no desemprego e aumentar a renda.

Tal simultaneidade e abrangência de objetivos parecem ser reflexo da ausência de diagnóstico e/ou do entendimento da gravidade do desemprego brasileiro que orientou a política de qualificação do trabalhador. Independente da boa configuração técnica que a política de emprego possa ter, da boa execução que possa ser efetuada, a questão essencial é se ela é compatível com a situação social que procura transformar. Na literatura internacional é consensual que as políticas de emprego compõem “um conjunto de medidas que atua sobre a oferta e a demanda de trabalho” (RAMOS, 2003b, p. 15). Tais medidas alteram a demanda de forma direta, pela criação de emprego, ou indireta pela implementação de programa de qualificação profissional, ou ainda, pela busca de aumento do bem-estar dos trabalhadores por meio de políticas assistenciais.

4.2.2 Educação Profissional como Política de Emprego (Brasileira)

Esta seção busca desenvolver uma síntese da experiência brasileira no que se refere à educação profissional, com o objetivo de captarmos os principais movimentos do país nessa área, suas principais diretrizes norteadoras e as transformações ocorridas nos anos recentes. Nessa trajetória nos apoiaremos em autores como Anderson (1995), Manfredi (2002, 1998), Munakata (1984), Oliveira (2001, 2004) e Ramos (2003a,b).

A perspectiva das políticas de emprego no período de substituição de importações tinha como pressuposto que a partir do desenvolvimento industrial do país se ampliariam as oportunidades de emprego, podendo a mão de obra ser uma restrição. Como já indicado, o processo de industrialização nacional se deu a partir da migração da mão de obra rural para as cidades, a qual poderia não apresentar cultura e qualificação compatíveis com os requerimentos das atividades urbano-industrial.

A legislação da época ou Lei Orgânica do Ensino Profissional (Decreto Lei nº 4.063) de 1942 foi acompanhada de Leis Orgânicas do Ensino Comercial e Agrícola, com destaque para a

complementação entre ensino técnico e formação geral. Em paralelo foi criado o sistema de formação profissional denominado Sistema S ou Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), seguido pela criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Mais recentemente (1991) foram criados o Sistema de Aprendizagem Rural (SENAR), vinculado à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), e, em 1993 o Sistema Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) associado à Confederação Nacional do transporte (CNT).

Os anos 70, do ponto de vista administrativo, foram palco de variadas iniciativas referentes à formação profissional e em 1971, através da Lei nº 5.962 foi formulado as diretrizes institucionais para a formação profissional e em 1975, pela Lei nº 6.297, foram criados incentivos à formação profissional ofertada pelas empresas. Em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFMP) que, de acordo com Ramos (2003a), buscava dar uma ordem coerente a todos os órgãos relacionados com a educação profissional, incluindo as escolas técnicas vinculadas ao Ministério da Educação e o Sistema S. Tal sistema foi extinto em 1982 originando a transferência de parte da estrutura centralizada para os estados. Conforme delineado, o Brasil dispunha de um quadro institucional que viabilizou ações de educação profissional, contextualizadas em um modelo de desenvolvimento, com o objetivo de reduzir o desemprego através do crescimento econômico e da qualificação dos trabalhadores, bem como de uma estabilidade de indenização que consistiu até meados dos anos 60 no direito a estabilidade após dez anos na empresa. Se a empresa o demitisse ou falisse, o trabalhador teria direito a receber dois salários por ano trabalhado, com o cálculo se dando na base do salário mais alto recebido. Para o caso dos não estáveis e demitidos sem justa causa acarretava para a empresa o pagamento de um salário mensal por ano de trabalho. As críticas a este tipo de proteção social se concentravam em dois argumentos principais: a estabilidade poderia ser fonte de quebra na produtividade do trabalhador e existência de um potencial incentivo às empresas para demitir o trabalhador antes da conquista da estabilidade. Como se pode depreender do afirmado, os pressupostos eram de um padrão predominante de estabilidade no emprego.

Para substituir tal política, em 1965 foi criado o Fundo de Garantia Tempo de Serviço (FGTS), que consistiu/consiste no recolhimento compulsório por parte das empresas de 8% sobre o salário bruto, em conta personalizada de cada trabalhador. A lógica norteadora do FGTS foi a de oferecer uma alternativa de proteção mais flexível do ponto de vista das empresas, e reduzir a margem de infortúnio do ponto de vista dos trabalhadores. Complementarmente foi instituída

uma multa rescisória de 10%, a ser paga pelo empregador, para os casos de demissão sem justa causa. Essa multa foi elevada para 40% com a Constituição de 1988, já em resposta ao crescente número de demissões e de desemprego. Os anos 80, marcados no Brasil por uma crise de crescimento acompanhada de inflação alta e desemprego crescente, foram enfrentados com planos de estabilização como o Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989, todos com grande insucesso em seus objetivos de retomada do crescimento da economia. A questão do desemprego não era alvo de debates e ações especiais, pois era considerada como decorrente do impasse do crescimento econômico.

Os planos de estabilização têm suas trajetórias desenvolvidas ainda nos anos 90, com o Plano Collor I, em 1990, Plano Collor II, em 1991 e por fim, o Plano Real, em 1994. Outra mudança significativa para o país é o seu ingresso progressivo, a partir do governo Collor de Mello, no processo de globalização econômica vinculado ao modelo de desenvolvimento neoliberal.

Nessa perspectiva os problemas do desemprego passaram a ser vistos como distúrbios do mercado de trabalho, os quais deveriam ser enfrentados com a flexibilização das relações de trabalho e com políticas de emprego direcionadas a estabilizar o mercado de trabalho, como as políticas de educação profissional, intermediação, apoio a pequenos empreendimentos, dentre outras ações para a geração de emprego. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso buscou-se mais intensamente atender às mudanças conceituais exigidas pelo novo modelo de crescimento, identificando-se as políticas de emprego, como “uma necessidade do novo paradigma de desenvolvimento, se atribuindo a política de emprego papel fundamental para os problemas do mercado de trabalho” (RAMOS, 2003a, p. 114). A definição da configuração institucional, tal como as formas de gerenciamento, o grau de descentralização e as fontes de financiamento, é fundamental para o entendimento das potencialidades e limites das políticas de emprego. Cabe aqui considerar a configuração da política de educação profissional concretizada pelo PLANFOR e pelo PNQ.

4.2.3 Formação Profissional, o PLANFOR e o PNQ

Buscaremos neste capítulo desenvolver uma análise da criação do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e de seu substituto, o Plano Nacional de Qualificação

(PNQ), tendo por base os referenciais teóricos até aqui desenvolvidos, as definições oficiais, e as contribuições avaliativas dos trabalhos de alguns autores dedicados ao tema e considerados a seguir.

As últimas décadas vêm sendo marcadas por diversos e concatenados discursos tanto do governo do Brasil como dos organismos internacionais BIRD e BID, sobre o valor da escolarização como elemento essencial para a viabilização do desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social.

Tais posicionamentos asseguram que para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais os países em desenvolvimento precisam tornar-se competitivos frente ao cenário mundial. Nessa perspectiva, além de elemento de competitividade econômica a educação em geral, e a profissional em particular, é indicada como caminho privilegiado para redução tanto da concentração de renda interna a cada país quanto entre os países. Contraditoriamente, o modelo econômico pautado pelo neoliberalismo globalizado e marcado pela liberdade do capital e pela competitividade entre países, empresas e indivíduos, põe em xeque e torna infrutíferas as ações de qualificação profissional, pelo paralelo e generalizado crescimento do desemprego e da pobreza.

Concorre para o sucesso desse empreendimento a divulgação pelos veículos de comunicação das ideias necessárias à permanência das atuais relações de poder, tanto no setor produtivo como no cotidiano das pessoas, acentuando-se a ampliação da pobreza pela não absorção da força de trabalho pelo mercado. Acentuam-se as contradições entre o desemprego vigente e sua redução.

Não por acaso a reestruturação produtiva encaminhada fixou-se no modelo toyotista ou modelos flexíveis de produção, visando o incremento da produtividade, da qualidade e um maior controle ou busca da eliminação das resistências por parte dos trabalhadores.

No plano macro, as políticas de qualificação profissional desencadeadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o objetivo de atingir o maior número de pessoas, através do PLANFOR/PNQ, podem ser entendidas como parte de uma política de emprego e renda e, também, de ações que fazem da educação um instrumento de manutenção das separações tradicionais da nossa estrutura social, na medida em que as nossas políticas de educação profissional, historicamente, são separadas daquelas direcionadas ao ensino propedêutico, retratando as separações.

Ora, se a formação profissional está orientada para atender às necessidades do mercado é possível deduzir que há uma subordinação dos princípios educativos à lógica da produção e gestão do trabalho. O perfil demandado do trabalhador pelo setor produtivo, sob o modelo da qualidade total, como agentes ativos, participativos, autônomos e criativos, implica efetivamente na maior apropriação de sua subjetividade, conforme já explicitado, pois o fundamental é que ele acredite que tem um papel “ativo”, busque a perfeição da qualidade total e não perceba o quanto à prescrição e obtenção das metas o faz trabalhar cada vez mais, sob o comando do princípio da competição, entre indivíduos e entre as empresas, sob a imagem de uma família, novo elemento que une os destinos e sucesso/insucesso das empresas e dos trabalhadores. Nesse sentido o conceito de empregabilidade ressalta que cabe ao indivíduo e sua constante atualização, o controle pessoal por manter-se ou retornar ao mercado de trabalho, desconsiderando o movimento do mercado e a estrutura social que o sedimenta.

Tal afirmação é verdadeira mesmo para os momentos em que o Brasil teve um processo desenvolvimentista, pois não foi capaz de integrar os mais pobres, reafirmando a dualidade estrutural da sociedade e da educação brasileiras, onde os interesses do mercado preponderam sobre os dos cidadãos que devem ser obedientes e receptivos aos interesses do capital.

O que efetivamente está instituído pelo modelo político-econômico neoliberal e pelo processo de globalização, além da ampliação da pobreza e do desemprego, é o fortalecimento de uma perspectiva individualizante de responsabilização do indivíduo tanto pelo seu sucesso como pelo seu insucesso, com destaque para a ênfase meritocrática como parâmetro de interpretação e inserção na realidade, onde a vontade e diligência individuais tornam-se mais significativas, encobrendo as relações de poder em confronto na sociedade. Desloca-se o foco dos grupos de interesses político e econômico para o indivíduo, anula-se a divisão de poder entre estes e encobre-se o papel do Estado para com os seus cidadãos. Enevoa-se que o modelo neoliberal busca a mínima interferência do Estado o que implica em mínimo acesso a direitos sociais elementares.

As sociedades vêm ao longo do tempo desenvolvendo práticas diversas no sentido de buscar assistir aos variados grupos sociais: crianças, velhos, mulheres, incapacitados para o trabalho, dentre outros, através de cuidado, ajuda e ensino de ofício, englobando diversas instâncias: Igreja, leigos, organizações privadas e públicas, em âmbitos tanto nacionais como locais (CASTEL, 1998).

É na consideração desse cenário e no entendimento de que em meados da década de 90 teve início no Brasil um período de políticas sociais com um novo perfil, em particular as políticas de emprego e renda com foco na qualificação dos trabalhadores (PLANFOR/PNQ), que examinaremos as orientações constantes no Plano Plurianual 2004-2007, e suas principais diretrizes para a qualificação profissional.

4.2.4 Plano Plurianual e PNQ 2004-2007

O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que entre outros aspectos trata das diretrizes do planejamento social e econômico e sintetiza a orientação estratégica do governo. Para tanto, o documento em suas linhas gerais destaca como problemas fundamentais a serem enfrentados: “a concentração da renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras” (BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2004). Nesse sentido elenca os elementos necessários para o crescimento, indicando que o país possui: força de trabalho ampla e com disposição para o enfrentamento dos desafios da reestruturação produtiva, abundância de recursos naturais e profissionais, mercado potencial amplo, empresários ativos e uma base produtiva ampla, diversificada e com poder de competição em variados setores. Identifica, porém, que estas forças não estão articuladas no sentido do crescimento sustentado e que o Estado precisa ter um papel decisivo como indutor do desenvolvimento social e regional, além de dirigentes instigantes do desenvolvimento da economia, precisando, portanto da atividade de planejamento, entendida como “coordenação e articulação dos interesses públicos e privados no sentido de minorar a pobreza da população, minimizar desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento público e privado” (BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2004, p. 5). Apresenta o crescimento do país como requerimento necessário para o enfrentamento das suas dificuldades nas dimensões social, econômica, regional, ambiental e democrática.

Tal crescimento deve apoiar-se no consumo de massa e do reconhecimento de que a transmissão da ampliação da produtividade aos rendimentos dos trabalhadores só ocorrerá com

políticas públicas de emprego, inclusão social e distribuição de renda, pois o crescimento não assegura a absorção da mão de obra, nem elevação dos salários, devido principalmente a três fatores: a) pouca intensividade da mão de obra nos setores mais modernos da economia; b) elevada oligopolização da economia; c) elevada assimilação pelo Estado de parte do excedente pela sua tributação e não elevação qualitativa e quantitativa dos gastos sociais essenciais.

Nessa perspectiva o Estado, como fiador da propriedade de transferência, através das políticas públicas, tem um papel crucial no assegurar as proteções, cuja origem e funcionamento são sociais, mas que se concretiza como patrimônio individual pela relação assalariada, a qual comporta uma parte indireta que forma um amortecimento para situações de não trabalho. Paradoxalmente, o trabalho assalariado que viabiliza tanto a seguridade quanto a base para livrar-se do mesmo e de suas crises, que periodicamente comprometem as proteções sociais, é ao mesmo tempo sustentação e ameaça à proteção social. Sustentação na medida em que através dele se viabilizam o acesso ao consumo, ao seguro desemprego, à assistência à saúde e à aposentadoria. Ameaça na medida em que o acesso ao trabalho não está assegurado. Assim, a possibilidade de acesso ou não ao consumo de massa delimita a localização na sociedade pelo lugar que o indivíduo ocupa na divisão social do trabalho. A relativa integração de parcela significativa dos trabalhadores traz também uma distância em relação àqueles ligados a ocupações sazonais, intermitentes e instáveis.

A característica mais marcante da atual situação do trabalho é o reaparecimento acentuado de trabalhadores sem trabalho que deixam de ocupar um lugar em função do desmonte dos mecanismos de regulação vigentes do pós-guerra aos anos 70. O processo de reorganização do capital, englobando os aspectos ideológicos e políticos de dominação, envolveu além da privatização do Estado, a “desregulamentação dos direitos do trabalho, o desmonte do setor produtivo estatal, além do intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho” (ANTUNES, 2000). É também fundamental a paralela manifestação da destruição social, pois a tendência ao desemprego de caráter permanente, reprodução da pobreza, acompanhados de elevados graus de desesperança e violência, parecem umbilicalmente associados ao poder atribuído ao mercado. A competição atual, tanto no nível individual, nacional e internacional, parece caracterizar uma tendência autodestrutiva, na medida em que vem gerando mecanismos intensos de destruição social dos trabalhadores, não só nos países em desenvolvimento, mas

também nos desenvolvidos aonde vem tomando corpo o crescimento de uma fratura que evidencia um Terceiro Mundo dentro do Primeiro Mundo.

No Brasil o processo de mudanças por que vem passando o país requer reflexões e ações sobre as demandas de formação humana para a demanda da vida social e produtiva. Assim, posto os principais impasses do País, através da análise de alguns elementos do PPA 2004-2007, válido é destacar que até o presente o País tem privilegiado as políticas de cunho emergencial e não transformadoras da realidade imediata, pois não têm viabilizado acesso ao trabalho para a maioria da população, bem como a educação, a moradia e a seguridade social (previdência e assistência à saúde) e ao consumo de massa, dissociando a democracia dos seus fins; dos interesses coletivos e dos valores calcados na igualdade.

Se por um lado as políticas emergenciais se fazem necessárias, por outro, sem investimentos reestruturantes ou estruturantes da economia e da sociedade, políticas de assistência serão sempre imprescindíveis, causadoras de gratidão política, dependência da sobrevivência e desequilibrantes do desenvolvimento nacional e regional, trabalhando contra a democracia dos direitos e reafirmando um “destino” de região pobre para o Nordeste do país.

Tais dados demonstram as inconsistências entre o planejamento e as proposições políticas para o país e sua efetivação real. No PPA (2004-2007) as políticas regionais são definidas como prioritárias “com base no princípio de que o mercado não pode ser o único determinante do ordenamento territorial, porque promove concentração econômica e, dessa forma, acirra as desigualdades sociais. Por essa razão o aspecto regional do projeto nacional deverá combinar as prioridades sociais e de realização de investimentos em infraestrutura com a regionalização de políticas e programas, que reduzam as desigualdades entre as regiões e também as disparidades dentro das regiões” (BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2004). Acrescente-se ainda que, no longo prazo a instrução e o grau de qualificação dos trabalhadores são considerados pelo governo como determinantes para um aprimoramento da distribuição de renda, acompanhados de políticas de microcrédito, apoio à agricultura, qualificação da mão de obra e outras políticas de emprego.

O PPA (2004-2007) propõe ainda, como ações de curto e médio prazo, ações dirigidas ao aumento da renda e consumo da população mais pobre: expansão dos programas de transferência de renda; estrutura tributária progressiva; medidas tributárias e diferenciação das tarifas públicas; combate aos monopólios; reforma agrária e moradia de qualidade para os mais pobres; estímulos

à poupança pela criação de fundos de pensão; medidas para reduzir o número de trabalhadores de baixa qualificação, buscando também a ampliação dos salários desses trabalhadores, tanto do campo como da cidade (BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2004).

Na perspectiva da qualificação dos trabalhadores o foco de nosso estudo será dirigido ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

5 QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NA GLOBALIZAÇÃO

5.1 Qualificação Profissional como Desenvolvimento de Competências para o Trabalho

As mudanças em curso na gestão da força de trabalho e as reformas nos sistemas de educação básica e profissional partem do entendimento de que o conceito de formação profissional remete preponderantemente ao modelo de gestão taylorista/fordista e com ênfase no “saber fazer”. Segundo os formuladores das mudanças, estas precisam atender às necessidades de flexibilidade no trabalho, na atual fase de reestruturação capitalista, com vistas a atender à capacitação e à formação profissional.

Nesse sentido, cabe explicitar o nosso entendimento de **capacitação profissional**, com base em Marçal (2000), como aquela que ocorre complementarmente à educação básica, é dirigida ao trabalhador, e tem como objetivo aprimorar o desempenho e facilitar a movimentação profissional do mesmo. A capacitação pode ser formal ou informal. A capacitação formal atende às formas convencionadas e instituídas socialmente para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem direcionado para tal objetivo; a capacitação informal se desenvolve no transcurso das experiências profissionais e sociais, sendo a elas inerentes. Já a **formação profissional** “na sua concepção mais ampla designa todos os processos educativos que permitam ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas” (CATTANI, 2002). Há duas abordagens principais na consideração da formação profissional (FP). Na primeira, segundo Cattani (2002, p. 132) “ela é considerada apenas em sua dimensão restrita, operacional, de preparação para o trabalho. Nessa perspectiva, a FP aparece como um subproduto do sistema educacional ou como um componente das estratégias empresariais no que concerne à adequação dos recursos humanos às necessidades pontuais e específicas. Da mesma forma ela surge, ocasionalmente como um antídoto para o desemprego”. De tal argumento, em conformidade com a lógica e as propostas liberais sobre o tema, deduz-se que a universalização da formação profissional asseguraria também a universalização do emprego, o que se confronta com a lógica do capitalismo, agudizada no presente momento pelo processo de globalização econômica e pelo paralelo crescimento do desemprego, da pobreza,

precarização das relações de trabalho e dos salários, conforme destaca a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A outra abordagem da formação profissional tem um sentido mais largo, abrange um enfoque com preocupações político-sociais que problematizam a relação educação-trabalho e o trabalho como elemento de liberdade e de centralização do humano como ser indeterminado que se constitui a partir de sua interação com a natureza e com os outros homens, ou de alienação, que desenvolve a restrita lógica produtivista, direcionada a um saber profissional vinculada ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, para o trabalho e que têm suas proeminências transformadas em conformidade tanto com as mudanças tecnológicas como com as mudanças nas formas de organização do trabalho. De acordo com Militão (2000, p. 133) na atualidade, no Brasil, “o conceito de formação profissional tem sido substituído pelo de **educação profissional**. Esta substituição teoricamente se deve à busca de um desenvolvimento integral do homem superando a concepção de modelagem dos indivíduos para os objetivos restritos da produção”. Em função desta explicitação adotaremos a expressão educação profissional para traduzir a concepção com a qual nos identificamos e os parâmetros que adotamos para o seu entendimento.

A expressão **qualificação profissional** traduz um quadro de relações onde se destacam os objetivos do conhecimento, as expectativas sociais sobre o que o trabalhador deve conhecer, saber fazer e como deve se conduzir. Mantêm relação com a divisão social do trabalho, onde se incluem a divisão sexual, os condicionantes de cor, etários, o prestígio da profissão e o poder dos trabalhadores no jogo de forças e interesses políticos, presentes na sociedade. Traduz assim, os arranjos sociais de um momento histórico, com destaque na atualidade para as mudanças tecnológicas, dos processos e da gestão do trabalho, numa economia globalizada e para o constante movimento decorrente do contínuo acúmulo de experiências, em suas diversas esferas de aquisição (vida social, escola e trabalho). “[...] remete as ideias de: ação de se qualificar profissionalmente; à formação considerada apropriada para uma função técnica especializada; qualidades de uma pessoa que exerce uma atividade em correspondência com o estabelecido pelo meio profissional onde atua” (ARANHA; MACHADO, 2000, p. 274). Caracteriza-se, portanto, como construção social e não como processo individual.

Qualificação profissional é um conceito que evolui no transcurso da história e refere-se à capacidade de resposta pertinente do trabalhador, aos requisitos do desenvolvimento da

tecnologia e da organização do processo de trabalho capitalista. Envolve variadas dimensões, além da dimensão técnica, “entendida como forma de organização da produção e utilização de máquinas sob as determinações do capitalista” (PORCELI, 2003, p. 6).

A qualificação profissional refere-se também a capacidade de resistência às determinações das relações sociais capitalistas. Assim, se a qualificação for tomada como potencial de acesso ao saber pertinente a produção, está sendo salientada tanto a dimensão do conhecimento técnico como a dimensão política, pois se destaca o aspecto do controle, uma vez que é negado ao trabalhador o conhecimento da totalidade da produção. Assim, a aquisição do conhecimento é norteadada e limitada pelo grau de controle sobre a produção refletindo a estrutura das relações sociais e sua distribuição do poder e do conhecimento. Ressalta-se assim a dimensão do controle também no conceito de qualificação.

Nessa perspectiva a noção de competência avança no sentido da busca de maior controle sobre o trabalhador, na medida em que o destaque dado às ações comportamentais e valores exigidos (qualidade, competitividade e produtividade) é orientado para a adesão às necessidades de competitividade das empresas, sendo fundamental a capacidade de cooperar e adaptar-se aos interesses do capital, portanto caracteriza-se como uma ampliação do controle sobre os trabalhadores, avançando com mais firmeza sobre a subjetividade.

No uso corrente e em documentos “dos diferentes agentes e instituições sociais” os termos “qualificação”, “competência” e “formação profissional” são empregados como equivalentes e de acordo com Manfredi (1998, p. 1) aparecem como “sendo unívocos, politicamente neutros, consensuais” e como “conceitos novos e não como reatualizações”.

O enfoque aqui adotado para construção e análise das categorias em questão, parte da consideração de que ambas se constroem no processo histórico, condicionados pelos aspectos econômicos e socioculturais, onde buscaremos seus diferentes significados com o intuito de precisar os seus usos e propósitos hoje.

Partindo do conceito de qualificação, com base na sociologia do trabalho e sociologia da educação, Leite e Posthuma (1996), remetem em primeiro lugar para a dificuldade de conceituar o termo em função do mesmo expressar, a partir de diferentes referenciais teóricos, diferentes preocupações com o fenômeno. No caso específico das autoras estas delimitam suas preocupações como dirigidas à necessidade de análise não só de empresas individuais, mas

abrangendo as cadeias produtivas, dos distritos industriais e *cluster*⁴, considerando a tendência de reestruturação da produção e a segmentação do mercado de trabalho e os desafios que implicam para o sistema nacional de formação profissional. Indicam como necessidade nacional, para um posicionamento favorável do país frente à competitividade globalizada, fundar a competitividade de sua produção na qualificação dos trabalhadores e na valorização dos mesmos. Definem **qualificação** como construção sociocultural não se reduzindo, “aos anos de escolaridade”, nem à duração dos cursos de qualificação, o que permite a consideração dos “aspectos políticos e culturais do fenômeno”, com destaque para os amplos critérios que compõem a segmentação do trabalho, pois, além do critério técnico há os de cor, idade e gênero, dentre outros. Podendo, portanto, haver uma combinação de qualificação com formas de discriminação social, de limites ao acesso à qualificação bem como a cursos com maior ou menor preparação para uso de tecnologias, etc.

Nesse sentido, as autoras Leite e Posthuma (1996) chamam a atenção para aspectos do toyotismo contrastantes com as características dos distritos industriais: relação entre as empresas se baseiam na heterogeneidade e hierarquização entre as empresas no interior da cadeia produtiva, onde a empresa cliente mais avançada tecnologicamente e com produtos mais sofisticados, relaciona-se com empresas satélites que produzem com baixa sofisticação tecnológica. A consideração deste aspecto tem relação direta com o planejamento de programas de formação profissional.

O modelo japonês tem como ponto central a qualificação como elemento de competitividade e melhoria da produtividade. O conceito de qualificação como conhecimento estável é modificado e considerado como processo contínuo para formação de trabalhadores que vão desenvolver múltiplas funções, indicando que hoje há alguns consensos sobre a relação educação e trabalho, de acordo com Leite e Posthuma (1996). De uma visão negativa preponderante até os anos 70, há hoje a aceitação de algumas afirmações sobre o tema: posição do país no processo de globalização depende da qualificação da mão de obra como ator estratégico-competitivo; busca crescente, por parte das empresas, de mão de obra mais escolarizada e aplicação de investimentos em qualificação, maior valorização de uma formação geral e das capacidades comportamentais; recuperação da qualidade do ensino básico e políticas de formação profissional dirigida aos menos credenciados para os empregos formais.

⁴ Conglomerado de pequenas e médias empresas que operam cooperativamente em determinadas Regiões.

Sem abandonar o conceito de qualificação, utilizam-no para designar tanto os requisitos dos postos de trabalho proposto pelo modelo taylorista/fordista como as atividades pelo modelo japonês, ressaltando apenas que a tendência flexibilizante tanto para a empresa como para o trabalhador não é homogênea em função da divisão do mercado de trabalho tanto interno a cada empresa, como externo a elas. Assim, o conceito de qualificação de Leite e Posthuma (1996) incorpora as novas exigências e valorizações de competências, sem fazer necessariamente uma delimitação conceitual com relação às exigências do modelo de produção anterior e o atual, é como se houvesse apenas um alargamento do conceito para incorporar os novos requisitos. Posição diferente de outros autores (LIMA, 2001; MANFREDI, 1998).

Questionando a qualificação a partir da análise do processo de divisão social do trabalho, Lima (2001, p. 2-3) considera que “a produção em massa é deslocada para o âmbito da qualidade” provocando mudanças na divisão do trabalho, que além de extinguir funções estabelece novas profissões através da fusão de anteriores especialidades. É importante incorporar também o entendimento das mudanças organizacionais relativas aos processos de terceirização e redução dos níveis hierárquicos, que conduziram ao encolhimento de postos de trabalho e possibilitaram a flexibilidade das relações de trabalho.

A partir desta delimitação na divisão do trabalho, Lima (2001, p. 3) admite que a qualificação profissional para este novo cenário se estabelece em forma de rede. A partir do deslocamento “do eixo do posto de trabalho para o sujeito” estes passam a compor sua formação em forma de mosaico, flexível como as exigências do mercado de trabalho mutantes e restritas. Dessa forma, há um distanciamento do conceito tradicional de qualificação onde havia, de acordo com Hirata (apud LIMA, 2001, p. 3),

correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário”, e que foi modificada para uma situação mutável de tarefas, lançando assim, o conceito de competência como substituto do conceito de qualificação e definindo-o como “conjunto de atributos antigos e novos que são exigidos e podem mudar, conforme o processo de trabalho em cada empresa.

Assim, Lima (2001) associa o conceito de qualificação ao modelo de produção taylorista/fordista e ao posto de trabalho. Frisa que o conceito de competência deve ser usado no plural, em compatibilidade com o modelo flexível de produzir, localizando no sujeito os predicados necessários para a produção. Afirma a existência de dois grupos de competência: as

“inerentes ao ser humano como criatividade e responsabilidade, e as referentes à natureza das atividades em uma área do conhecimento que exige vários atributos, mas pela relativa especificidade tende a exigir alguns predicados mais do que outros” (LIMA, 2001, p. 2). Portanto, o autor localiza no tempo e no espaço estes dois conceitos afirmando que o deslocamento da ênfase no posto de trabalho para a ênfase no sujeito transforma o conceito de qualificação. Portanto, a emergência da noção de competência se dá em substituição à noção de qualificação, e como resposta às transformações na estrutura ocupacional que agregam aos antigos os “novos” predicados, os quais podem mudar de acordo com o processo de trabalho em cada empresa.

As transformações tecnológicas e organizacionais contribuem, ainda segundo o autor, para a construção de uma identidade que se apoia na diversidade de funções que o trabalhador realiza e que é definida como “tudo que for necessário à produção”, não formando, portanto, uma unidade coerente capaz de construir uma identidade profissional, a não ser aquela embasada nos elementos específicos e pertinentes a cada empresa. No referencial das competências o estabelecimento da ampliação desarticulada do conteúdo do trabalho, de acordo com Lima (2001, p. 3) “compromete a identidade ocupacional, desfaz laços de solidariedade da categoria profissional, além de deteriorar o perfil de classe” demonstrando assim o caráter desarticulador das relações sociais do sujeito e o seu caráter ideológico de reforço do individualismo e da retirada de referências estruturadoras da identidade profissional. Certamente estes elementos também contribuem para o desenvolvimento de atitudes mais cooperativas, disciplinadas e harmônicas com as metas e missão da empresa (LIMA, 2001).

Com relação à qualificação profissional, o autor não apresenta uma contribuição direta ao debate sobre uma educação com formação geral associada a uma formação profissional ou dela dissociada, diferentemente de outros autores.

Assim, a noção de competência está associada às formas de organização do trabalho, identificada à capacidade do trabalhador movimentar saberes intelectuais e comportamentais para o desenvolvimento do seu trabalho, colocando-se como substituta da noção de qualificação profissional e tendo ênfase no “saber ser” ou aspectos comportamentais, e no estabelecimento de consensos nas tomadas de decisão.

A partir do destaque dado a dimensão do “saber ser” e seus requisitos, o fato marcante da competência parece centrar-se na ênfase à individualidade expressa nas seleções, avaliações e

remunerações individualizadas, numa trajetória de apropriação das potencialidades do trabalhador a favor da empresa e num contexto adverso ao trabalho. A busca de naturalizar as “relações consensuais” indica o viés ideológico que se impõe como forma de reduzir os conflitos da relação capital-trabalho.

Embora a noção de competência objetive eliminar as demarcações das qualificações profissionais demandando adaptabilidade do conhecimento, os diferenciais de hierarquia permanecem, pois não está posta pelas empresas a possibilidade de transformação na divisão do trabalho. Disso decorre a impossibilidade do acesso do trabalhador à definição da política geral e do planejamento da empresa. A propalada “participação” é restrita aos aspectos técnicos de aumento da produtividade e melhoria nos processos de trabalho.

Partindo de uma perspectiva política e centrando-se na questão da associação ou dissociação entre a educação profissional e geral, Deluiz (1996) defende a indissociabilidade entre ambas para atender à “dupla dimensão dos objetivos educacionais”: preparar o profissional competente e sujeito político comprometido com o bem estar coletivo. Considera que a acumulação flexível gera um fenômeno paradoxal, pois simultaneamente amplia o trabalho precarizado e informal, propiciando também um trabalho valorizado, no qual o trabalhador multiquificado⁵ exerce atividades mais intelectualizadas, envolvendo cada vez mais elementos simbólicos que demandam uma formação generalista, com base em uma educação geral, articulada a uma educação técnica.

Assim, o trabalho passa a ser pensado como um conjunto de ocupações que exigem predicados semelhantes dos trabalhadores e uma qualificação real dos mesmos. Deluiz (1996, p. 2) define qualificação real “como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas)”, sendo, portanto, mais difícil de ser apreendida e caracterizando-se mais como um “saber ser” do que “saber fazer”, cujo domínio é mensurado em termos de “ser capaz de” frente às dificuldades e desafios do trabalho. Mas, como fazer frente às imprevisibilidades sem o domínio do “saber fazer”, sem a competência técnica como suporte, como bem indica Lima (2001).

⁵ Multiquificado é usado aqui no sentido dado por Mário Salermo e apresentado por Manfredi: trabalhador que incorpora diferentes habilidades e repertório profissional (MANFREDI, 1998).

Com relação às origens da noção de competência, Deluiz (1996), e Hirata (2002), identificam sua ocorrência como se dando na Europa, durante a década de 80, tendo por base a Ciência das Organizações, o discurso empresarial e o contexto de crise do modelo de administração científica, da globalização econômica, da ampliação da competição, da flexibilização dos processos de produção e do trabalho, sob o primado da valorização do conceito de qualidade. Portanto, é uma abordagem que tem o sinal ideológico e político de sua origem. Qualquer que seja o contexto, as novas referências que orientam a delimitação dos atributos de competência apelam à busca de viabilizar a atual reestruturação capitalista pela maior adesão e controle da subjetividade humana.

Considerando este aspecto, Deluiz (1996) chama a atenção para três riscos do modelo da competência. Em primeiro plano destaca a visão “adequacionista da formação” que pode ser dirigida apenas às exigências da globalização e das empresas; em segundo lugar alerta para a ênfase individualizante implícita na noção, a qual contribui para serem esquecidos os aspectos sociais também componentes do desenvolvimento das competências. Por fim, demonstra preocupação com a ênfase apenas no produto final, no resultado, em detrimento do processo de construção das competências que a noção envolve.

Em nossa reflexão parece ser exatamente a isto que o modelo se propõe, ou seja, encobrir quais os interesses efetivamente contemplados pelas ações políticas orientadas a partir do modelo em questão. Por fim, Deluiz (1996) reconhece que as competências necessárias ao sistema produtivo não se orientam pela perspectiva de expansão humana, no sentido da emancipação individual e coletiva, necessária à formação de atores sociais e de produtores de bens e serviços, comprometendo, em decorrência, a humanização e fazendo um uso instrumental do potencial humano para benefício do capital.

Nessa perspectiva a remuneração do trabalhador desvincula-se dos cargos e funções, sendo orientada pelos ganhos da empresa ao envolver subjetivamente o trabalhador em suas ações e metas e requerendo uma educação para a disponibilidade incondicional, o que é reforçado pelo desemprego, e pelas avaliações individuais periódicas. Assim, o indivíduo é o responsável único pela sua situação no contexto do trabalho, condicionado pela capacidade de responder da melhor forma aos desafios do trabalho e aos desafios pessoais. A competência delinea a ideia de adesão subjetiva aos princípios e valores da organização e do capital, sob o comando da qualidade, competitividade e de ações eficazes como resposta a tais desafios.

A autora analisa a noção de competência sem fazer contraponto com a noção de qualificação, tomando-a como elemento do real e buscando a partir daí a compreensão crítica de seus limites, localizando-os no tempo e espaço socioculturais.

Os autores aqui considerados Deluiz (1996), Hirata (2002), Leite; Posthuma (1996) e Lima (2001), partem de ângulos diversos para efetivar suas análises acerca da noção de qualificação e competência. Por um lado, há o uso indiferenciado do termo qualificação para traduzir as duas ideias, por outro lado há o reconhecimento da determinação histórica dos mesmos. Estas duas noções estão como elementos centrais no debate sobre a educação profissional, as transformações no processo de produção, do trabalho e da empresa. Sendo, portanto, ainda alvo de muitas análises e controvérsias.

Para os fins deste trabalho consideraremos a qualificação profissional como determinada historicamente, condicionada e condicionando as correlações de forças políticas presentes na sociedade, e mediada pelas relações sociais que orientam a utilização da tecnologia, portanto, é uma aquisição socialmente construída, devendo estar voltada ao atendimento universalizado das necessidades humanas de aquisição de conhecimento tanto gerais como técnicos.

Por fim, apresentamos uma síntese com destaques dos temas aqui tratados: 1- a globalização econômica corresponde à globalização do mundo do trabalho e de suas consequências sociais; 2- a qualificação profissional vive um momento de transição entre dois modelos de organização das forças produtivas, com manutenção em muitos setores de formas anteriores (taylorismo/fordismo) de produção e avanços em outros setores, considerados de ponta e nomeados de toyotista, modelo japonês ou flexível. Como fenômeno transicional agrega dificuldades na definição de currículos, materiais didáticos, atualização do corpo docente e do processo em si da educação profissional; 3- a noção de competência, além de imprecisa, permite ser utilizada em vários sentidos. Tem, entretanto, o mérito de valorizar e evidenciar competências que sempre fizeram parte do perfil do trabalhador, porém, difíceis de serem operacionalizadas; 4- a escola não é capaz de reverter o processo de concentração de poder na mão de poucos, pois tais causas encontram-se na distribuição da propriedade na sociedade. A sociedade brasileira mantém sua histórica concentração de renda e também histórica separação entre ensino profissional e geral, como decorrência; 5- o Estado, ao assumir a qualificação profissional atendendo às exigências expansionistas do capital, torna-se elemento interveniente a favor do capital, podendo subsidiariamente atender às necessidades dos trabalhadores; 6- os desafios teóricos acerca da

compreensão da reestruturação produtiva, da formação profissional e da qualificação, atingem hoje, de acordo com Leite e Posthuma (1996, p. 70-71), algumas consensualidades; o posicionamento do país na economia global está condicionado à capacidade de sedimentar “as suas estratégias competitivas na valorização e na qualificação da força de trabalho, e não mais no uso intensivo da mão de obra barata e semiquificada;” embora este elemento somado à qualificação seja um atrativo para o capital.

* busca, por parte das empresas de mão de obra mais escolarizada e de investimento na qualificação da mesma, superior ao das duas últimas décadas; .

* ampliação da qualificação média dos trabalhadores e de “novos” requisitos educacionais que estão sendo valorizados, como os conhecimentos gerais, capacidade de raciocínio e predicados comportamentais, em detrimento de conhecimentos específicos e habilidades manuais;

* convergência atual entre antigo interesse do movimento popular e sindical, e das empresas, por mais educação, facilitando a implementação de políticas nessa área. Do nosso ponto de vista, é preciso atenção para o jogo de forças que esta unanimidade desencadeia, na medida em que as concepções de educação podem não ser as mesmas, uma vez que a educação não é neutra politicamente;

* a atual crise educacional do Brasil, focada na qualidade do ensino, apresenta como desafio mais urgente à recuperação, que as autoras resumem ao ensino básico. Os diferentes níveis de ensino, nos anos 90, tiveram comprometidos sua qualidade por falta de investimentos. Portanto, todos os níveis carecem de recuperação;

* reconhecimento da necessidade de políticas de formação dirigidas para os segmentos excluídos do mercado de trabalho formal, porém, sem a explicitação dos desmembramentos possíveis para estas políticas ou se estas se encerram apenas na realização da formação sem planejamentos posteriores.

No contexto da economia globalizada, novas conexões entre economia e educação são estabelecidas, associadas ao processo de ensino-aprendizagem, reciclagem, educação continuada, formação geral e educação profissional. Falta, portanto, a delimitação/direcionamento, e o reconhecimento dos seus limites para que haja o enfrentamento das causas para as quais a educação vem sendo apontada como resposta e solução: o desemprego, a pobreza e as ações que a viabilizarão.

5.2 Globalização e Qualificação Profissional no Brasil

5.2.1 A Trajetória da Educação Profissional

No Brasil, diferente dos países de primeiro mundo, a formação profissional não ocupou grande espaço na ação sindical, não sendo esta priorizada nas negociações entre capital e trabalho. Há exceções à busca de formação profissional, como os Centros de Aperfeiçoamento Técnicos criados pelos Gráficos nos anos 30, pela União dos Alfaiates em 1929, ambos no Rio de Janeiro, dentre outros (MANFREDI, 2002).

Num breve retrospecto, temos que com a proclamação da República em 1889, precedida pela abolição da escravatura em 1888, houve significativas mudanças socioeconômicas no país como expansão da cafeicultura, intensificação migratória e aceleração dos processos de urbanização e industrialização. Tais mudanças geraram novas necessidades de instrução básica e qualificação profissional, destinadas aos pobres e aos setores urbanos populares. O ensino profissional foi defendido pelas classes dirigentes como instrumento de contenção do avanço dos movimentos operários, com a fração de classe denominada de industrialistas, defendendo o ensino público como instrumento para a emancipação social, econômica e política do país (MANFREDI, 2002; PRADO JUNIOR, 1970).

Assim, o presidente Nilo Peçanha criou em 23 de Setembro de 1909, escolas de aprendizes. Essas escolas eram orientadas para o ensino prático e de conhecimentos técnicos dirigidos para a formação de operários e contramestres. Os ofícios oferecidos eram mais artesanais que manufatureiros e formavam marceneiros, alfaiates e sapateiros. Duraram até 30 de janeiro de 1942, havendo nesse momento poucos estabelecimentos, quando a Lei nº 4.073/42, criou a lei orgânica do ensino industrial e originou as Escolas Técnicas e Industriais (BERGER, 1984; MANFREDI, 2002).

As origens das escolas vinculadas à profissionalização e à produção tem papel importante pela argumentação justificadora de sua criação, em um momento de mudanças significativas no país e o posicionamento das classes dirigentes em defesa do ensino, como mecanismo de contenção e direcionamento dessas reivindicações pela criação do ensino público, com vistas ao desenvolvimento da incipiente indústria nacional. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental

disseminava-se o ensino público e profissional formando uma matriz de referência política e pedagógica para o século XX no Brasil.

Do ponto de vista da educação profissional, ao lado da concepção compensatória assistencialista, surgiu também a concepção anarco-sindicalista com a defesa da educação integral e a concepção católico-humanista, com a criação dos Liceus de Artes e Ofícios. Estes últimos eram organizados e custeados pela ordem religiosa dos salesianos e formavam um conjunto organizado de escolas profissionais que perduraram até 1910, quando, por várias razões, passam a dedicar-se ao ensino secundário (BERGER, 1984; MANFREDI, 2002).

No período do Estado Novo, na década de 30, o Estado sofre uma reorientação como agente de desenvolvimento econômico, direcionado para um processo de substituição de importações de bens duráveis e de capital, com significativos investimentos públicos para assegurar a infraestrutura econômica ao desenvolvimento industrial que começava a ser efetivado.

Neste sentido, e para viabilizar esse desenvolvimento foram criadas as escolas técnicas industriais, houve ainda um movimento de valorização das mesmas e também das escolas agrícolas e comerciais com a possibilidade de seus formandos ingressarem na universidade. Com essa perspectiva estas escolas foram se tornando mais acadêmicas e aproximando seus conteúdos da escola secundária mais intelectual e elitizada.

Paralelamente, foram criadas as escolas do SENAI em 1942 e as escolas do SENAC em 1943. Seus cursos requeriam a conclusão do curso primário (1ª a 4ª séries), tinham a duração de dois anos e visavam preparar mão de obra especializada para os setores da indústria e serviços, atendendo a perspectiva desenvolvimentista aplicada ao país.

Temos então o delineamento da escola como um movimento que reforça a diferenciação da sociedade, no sentido de que os acessos à escola ocorrem em diferentes níveis de conhecimento e para diferentes segmentos da sociedade, naturalizando a diferenciação, a qual é essencialmente socioeconômica. Ao naturalizar a diferenciação social, homogeneiza-se e disciplinam-se todos os diversos segmentos sociais para a permanência e manutenção da distribuição do poder existente.

Nesse período foi gerado um conjunto de políticas educacionais, dirigidas à criação de sistemas de formação profissional, vinculadas às demandas pelos setores mais organizados do capital e de suas necessidades técnico-administrativas, bem como para atender às necessidades de

planejamento e racionalização dos investimentos do Estado, visando no nível macro, assegurar a adequação entre os sistemas educacionais e ocupacionais, com base na teoria do capital humano, que considera os seres humanos como “bens de capital” ou riqueza (SCHULTZ, 1973).

Naquele momento o conceito de modernização correspondia à adoção do modelo de desenvolvimento industrial capitalista em conformidade com o padrão de desenvolvimento adotado nos países capitalistas ocidentais, implicando num modo de produção, consumo e sociabilidade. A exigência de trabalhadores qualificados foi disseminada com base no modelo de produção taylorista/fordista, que valorizava a seleção e a escolha dos melhores trabalhadores, levando assim, à valorização do ensino profissional, reafirmando a divisão técnica e social do trabalho, no âmbito educacional.

Com relação à educação o período entre os anos de 1946 a 1971 revela transformações como equiparação de todos os cursos de nível médio e sua ampliação, Lei nº 5.692/71, criando em princípio, a possibilidade de ingresso nas universidades públicas. A universalização compulsória para o nível médio buscava direcionar parcela dos formandos para o mercado de trabalho, reafirmando a perpetuação da divisão social do trabalho no capitalismo. Em função da falta de condições de transformação do ensino público do segundo grau em paralela formação geral e profissional, diversas mudanças foram sendo agregadas à Lei, até que em 1982 com a Lei nº 7.044 se retorna a separação entre ensino geral e profissional com habilitações específicas.

A “impossibilidade” de transformação do ensino público de segundo grau em simultânea formação geral ou básica e específica revela as contradições inerentes aos interesses em confronto, apesar do espaço social outorgado para a mudança ela não se concretiza. Se por um lado, se criou a legislação, por outro, a sua implementação não foi viabilizada.

Neste sentido, a escola torna-se um agente conservador da estrutura social, embora contribua para mudanças tecnológicas e de infraestrutura da nação, na medida em que atende às necessidades do modelo taylorista/fordista de produção, conservando a estrutura oligárquica nacional.

Importante destacar aqui a criação em 18 de dezembro de 1963, no governo João Goulart, com base no método *Training With Industry* (TWI), criado nos Estados Unidos, para treinamento rápido dos trabalhadores durante o período da Segunda Guerra Mundial, do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO, 1963). A importância da criação do PIPMO em 1963 se deve a sua abrangência social. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), estava

dirigido ao atendimento dos adultos, com cursos com duração de 60 horas e 80 horas, foi desenvolvido com colaboração de escolas industriais e técnicas, de associações estudantis, de entidades de empregados e de empresas industriais, tinha como objetivos: especializar e retreinar os empregados da indústria; habilitar novos trabalhadores industriais, preparar docentes e pessoal técnico-administrativo, para o ensino industrial e instrutores e encarregados de treinamentos na indústria. A colaboração com diversas instituições executoras dos treinamentos tinha como procedimento geral a transferência de recursos (CUNHA, 2000).

Há inúmeras semelhanças entre este programa e a proposta do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), como se verá adiante.

O PIPMO teve sua atuação estendida para todos os setores da economia em 27 de julho de 1972, e em 1974 teve sua vinculação transferida para o Ministério do Trabalho. No triênio 1975/1977 o PIPMO teve suas atividades ampliadas, pois o governo demandou preparação de mão de obra para grandes projetos governamentais, tais como: polo petroquímico do Rio Grande do Sul, construção da hidroelétrica de Itaipu, exploração e produção de petróleo em Campos, além de atividades agrominerais e agroindustriais na Amazônia (CUNHA, 2000).

A conclusão desses projetos governamentais, ou sua desaceleração provocada pela crise econômica, precipitou a extinção do PIPMO em novembro de 1982, tendo treinado aproximadamente 2,6 milhões de trabalhadores.

As mudanças no âmbito da economia direcionadas para um modelo de Estado mínimo, expansão e globalização do capital e transformação redutora na garantia dos direitos sociais, contrapondo-se aos pilares da teoria político-econômica de Keynes e ao Estado de Bem-Estar, aprofunda a sua incorporação e difusão para o resto do mundo a partir das ações dos organismos internacionais, tendo como marco a realização da reunião que resultou no Consenso de Washington em 1989. Estas transformações estendem-se à esfera produtiva a partir da adoção do novo modelo de gestão da produção e do trabalho, exigindo novos requisitos do trabalhador e influenciando transformações no âmbito da educação escolar e da qualificação profissional, levando as classes dirigentes dos diversos países, como também o Brasil, este já no final dos anos 80, a defenderem a universalização da escolarização no nível do ensino fundamental básico e particularmente a profissional, como mecanismo privilegiado para fazer frente tanto a qualificação para postos de trabalho, como para o novo perfil de exigências dirigidas aos

trabalhadores, como para contenção e explicação do desemprego crescente, e atendimento às exigências da “moderna” globalização do capitalismo sob as prescrições do paradigma neoliberal.

Para Fiori (1998) a força impulsionadora do neoliberalismo no mundo foi o movimento real do capitalismo e a configuração das idéias liberais, no sentido da desregulação e da globalização econômica e financeira.

Neste sentido, a delegação das regras de solução dos problemas econômicos e sociais ao mercado, implica redução do gasto público, abertura comercial, controle da inflação, além de uma nova racionalidade à organização do capitalismo, com repercussões na vida social e particularmente nas esferas do trabalho, do desemprego, da educação, dentre outras.

5.2.2 Anos 90 - A Valorização do Capital Humano para a Produção Econômica

No Brasil, é a partir de 1990 com o aprofundamento da recessão (1990-1992), do descontrole inflacionário e da abertura comercial que as empresas nacionais passam a se preocupar com sua competitividade e a qualidade de seus produtos. Associado a este processo e decorrente do mesmo, há uma mudança na demanda do perfil da mão de obra. Esse contexto é entendido pelo governo federal como demandando a implantação de programas de educação e capacitação profissional.

Saber ler, escrever, interpretar e analisar instruções, dominar as operações matemáticas básicas tornou-se necessário para se relacionar com a tecnologia, assim como “entender de pessoas”, cooperar e participar é necessário para auto gerir-se e aos colegas, com cada trabalhador funcionando como substituto dos níveis gerenciais extintos.

Tal destaque é coerente com a exacerbação do individualismo, um dos pilares do neoliberalismo. Para os defensores dessa transformação produtiva e exigência de novas competências, propõe-se a acentuação da educação básica fundamental e da educação profissional temporalmente breve com atualização permanente. A valorização da educação se dá, portanto pela transferência de parâmetros da produção para a educação, tornando-a uma ferramenta estratégica a serviço da produção. Logo, a (re) união entre ciência, trabalho e cultura produz uma divisão social e técnica do trabalho diversa da precedente, porém sem alterar a relação entre capital e trabalho (KUENZER, 1999).

No plano mundial definem-se mais claramente, desde a década de 80, os processos de internacionalização e concentração monopolística do capital e das suas repercussões transformadoras na esfera do trabalho e do processo produtivo, colocando o problema da competitividade, fundamental também para o Brasil como uma economia com pretensões exportadoras, realçando-se assim as interpenetrações das esferas políticas, econômicas e sociais, particularmente a educacional.

Nesse sentido, alguns elementos das orientações para a educação defendidas pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são esclarecedores. O BIRD vem se preocupando com a educação profissional desde os anos 70 e tem as seguintes diretrizes: necessidade das economias em desenvolvimento formarem mão de obra flexível, da junção de esforços entre o poder público e a iniciativa privada, além da consideração do mercado no planejamento das atividades formativas. Embora advogue que os custos dos cursos devem ser divididos entre os beneficiários, admite que para os estudantes mais carentes o governo pode subsidiar suas formações, e prevê mais duas situações em que isto pode ocorrer: a impossibilidade da iniciativa privada atender às demandas e a garantia de formação aos trabalhadores desempregados, pelas mudanças no processo produtivo (OLIVEIRA, 2001).

No sentido de assegurar o menor custo para o Estado, o BIRD recomenda uma curta duração para os processos de atualização e qualificação profissional. Este direcionamento coloca em questão a orientação de cursos rápidos para mudanças expressivas e sua implicação na determinação e delimitação de ocupação do espaço de trabalho, pelos submetidos a esse processo. Recomenda ainda que o governo deve focar-se no financiamento e estabelecer parcerias para a execução dos cursos.

Dentro de seu arcabouço conceitual, propõe que o Estado selecione a área da educação que irá privilegiar e recomenda o ensino básico fundamental como o mais frutífero para este investimento, uma vez que ele possibilita aquisição de conteúdos básicos e atitudes, que viabilizarão a flexibilização necessária ao trabalhador na adaptação ao trabalho flexível. Por outro lado, coloca-se contrário ao ensino profissionalizante simultâneo ao ensino básico médio sob o argumento de que este é economicamente deficiente em relação ao ensino geral (ALVES; VIEIRA, 1996; OLIVEIRA, 2001), portanto a base do critério é econômica e não técnica ou social, talvez para escamotear a posição secundária em que o Brasil deva manter-se na divisão internacional do trabalho, no mundo globalizado.

Para melhor exploração dessas diretrizes cabe considerar inicialmente que as mudanças no mundo do trabalho têm desencadeado preocupações em diferentes níveis e segmentos da sociedade no que se refere à educação geral e educação profissional. O destaque dado por organismos internacionais e governamentais à universalização do ensino básico fundamental é ponto de questionamento e debates, juntamente com a questão da união ou separação entre ensino profissional e geral e do nível de escolarização em que esta articulação se daria. O conjunto das discussões e pontos de vistas dos especialistas, não apresenta até o momento um consenso sobre estes temas.

Isto significa que está em curso um avanço democrático da educação? Cabe destacar que a elevação da educação escolar é uma necessidade do próprio modelo de acumulação flexível, conforme indicado pelo BIRD, pois a esse novo modelo de organização e gestão da produção corresponde mudanças nas relações sociais, pela proposta de rejunção da ciência, do trabalho e da cultura, o que produz um novo patamar de divisão social e técnica do trabalho sem, entretanto, modificar as diferenças de classe, uma vez que não se altera a relação capital e trabalho nem o aprofundamento das desigualdades, pela tendência concentradora do capital, particularmente acirrada na última década. Consequentemente, a maior valorização das capacidades intelectuais e comportamentais em contraposição às capacidades técnicas e mecânicas, não altera a desigual repartição do conjunto de bens material e cultural (KUENZER, 1999).

O Brasil, com um cenário de desigualdades sociais crônicas, redução da ação estatal, ampliação da dependência econômica externa, por exigência dos fundamentos do modelo econômico norteador da globalização é um país com inserção subalterna nesse âmbito. O aumento do desemprego e de investimentos direcionados à especulação vem agravando as contradições sociais e provocando os jovens a ingressarem no mercado de trabalho por exigência de sobrevivência.

Nesse sentido, a educação básica fundamental é apontada pelo Banco Mundial como o nível mínimo capaz de assegurar a posterior continuidade de formação, de acesso aos fundamentos da ciência e da tecnologia, bem como das capacidades tácitas, tem por base, portanto a educação como um fator econômico, que no caso brasileiro permitirá ao País manter-se periféricamente no processo de globalização. Do ponto de vista nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96), prevê que o ensino básico fundamental é

obrigatório e o ensino básico médio deverá ter, por parte do Estado, a progressiva extensão de obrigatoriedade.

A formação científico-tecnológica mais avançada, de nível ampliado de complexidade, se dirige a um reduzido número de trabalhadores, àqueles que vão ocupar lugares de direção. Assim, aos com formação básica fundamental e aos sem escolarização são dirigidas ações de formação profissional de curta duração e orientadas para o saber fazer ampliado, por envolver explicitamente também as capacidades de “saber ser” ou tácitas.

O Banco Mundial ao recomendar a priorização e universalização do ensino básico fundamental, por parte do governo, busca assegurar uma mão de obra com qualificação mínima, porém suficiente para acompanhar as mudanças na esfera do trabalho e se reciclar, além de também poder empregar-se nos setores menos modernos da economia ou ainda desenvolver uma atividade autônoma formal ou informal. Neste sentido, a renda obtida a partir da inserção na esfera produtiva relaciona-se com a produtividade que cada trabalhador consegue obter, a qual se relaciona com seu nível educacional, donde os neoliberais inferem que a educação é mediadora da distribuição de renda e fator de equilíbrio nas relações da sociedade. Nesse sentido, o BIRD vem progressivamente substituindo o conceito de universalização pelo conceito de equidade, o qual remete à ideia de igualdade de oportunidades no desenvolvimento das possibilidades individuais. Portanto, as diferenças de origem não são consideradas. Nessa perspectiva o próprio Hayek (1994) reconhece que num sistema de livre iniciativa, apoiado na propriedade privada, as oportunidades não são iguais, porém justifica que são naturais e, portanto, não modificáveis.

Assim, cabe uma indagação: por que não se priorizar também o ensino médio e superior? Qual o projeto de sociedade, de País e de inserção dos mesmos na economia globalizada quando se enfatiza o ensino básico fundamental?

Em contraposição a esta concepção para a educação, vários autores, dentre eles, Deluiz (1996) e Frigotto (2000), defendem a não redução da educação a fator econômico, e a não definição do adjetivo educacional pelos critérios do mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do capital humano para a produção econômica (FRIGOTTO, 2001). Ambos os autores concebem a educação como processo amplo que compreende o desenvolvimento intelectual, moral, afetivo e físico do homem.

Em paralelo ao BIRD, o BID tendo papel importante nas reformas educacionais da América Latina, no Brasil em especial, como principal financiador do Programa de Expansão da

Educação Profissional (PROEP). Dentro de seu arcabouço conceitual e propositivo recomenda que o Estado articule as políticas de qualificação profissional às políticas de criação de emprego, pois a validação da qualificação só se efetiva com a obtenção de espaço no mercado de trabalho. Posiciona-se, como o Banco Mundial, a favor da separação entre ensino básico médio e formação profissionalizante, sob a alegação de que as experiências anteriores por ele financiadas, das escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas, que no Brasil vigoraram entre 1965 e 1971, não garantiram o direcionamento dos egressos ao mercado de trabalho, e sim a busca pela universidade, além de serem cursos com elevados custos, que devem, como a educação superior, ficar a cargo do setor privado. Defende, ainda, a participação do setor empresarial nas decisões mais efetivas das instituições formadoras, bem como do financiamento dos cursos de qualificação profissional, pois é evidente seu retorno econômico para as empresas.

O BID considera também a formação básica fundamental prioritária sobre a profissional uma vez que prepara o jovem para se adequar às demandas mutantes do mercado de trabalho. Isto revela qual o centro de suas preocupações em geral e, em particular, para a América Latina, ou seja, o que precisa estar garantido na esfera do trabalho para o desenvolvimento do capital é assegurar mão-de-obra abundante e minimamente preparada para atuar maciçamente na base da hierarquia organizacional, em um contexto de desemprego e pobreza. Isto pode ser considerado um fator eficaz de redução de insatisfações, além de ter para os trabalhadores um significado de escolarização e de possibilidade de emprego num contexto adverso ao mesmo (OLIVEIRA, 2001). Em uma perspectiva diversa, autores como Braverman (1987) e Salm (1980) argumentam que pela ampla simplificação do trabalho, o treinamento em serviço é suficiente para as necessidades atuais do processo produtivo.

Fica assim evidenciado, que as demandas ocorridas no mundo do trabalho determinam mudanças nos projetos educacionais e pedagógicos delineados a partir das características assumidas pela divisão social e técnica do trabalho e pela divisão internacional do mesmo.

Assim, o impacto da globalização, associado à revolução tecnológica, impõe um novo padrão de conhecimento mais operativo, pragmático e interativo, com valorização das capacidades intelectuais e comportamentais por contraste com as capacidades mais técnicas e mecânicas.

A partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso o País passa por um processo de mudanças na área educacional com a priorização do ensino básico fundamental (1ª a 8ª séries) e a

busca de sua universalização, promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, além da criação em 1995 do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) e da regulamentação da reforma da educação profissional através do Decreto 2.208/97, da Medida Provisória 1.549/97 da Portaria 6.46/97 e do Projeto de Lei 1.603/96 que dispõem sobre educação profissional. Estas reformas, em diferentes níveis e intensidades, procuram estabelecer parcerias e distribuir responsabilidades entre o governo, empresas e organizações não governamentais, os sistemas nacionais de aprendizagem do Sistema S (SENAC, SENAI, SENART, SENAR) e outras organizações civis, cabendo ao governo o financiamento e aos demais parceiros a execução dos programas de capacitação, alfabetização, dentre outros. Estas orientações parecem retomar aquelas adotadas pelo PIPMO em 1963-1982 e as orientações dos organismos internacionais já citados.

O ambiente competitivo ampliado pelo processo de globalização vem preocupando países, organismos internacionais e empresas no sentido de ganhar flexibilidade, reduzir os potenciais conflitos sociais, aprimorar a capacitação tecnológica e o acompanhamento das mudanças internacionais. Nesse contexto emergem duas categorias de análise que precisam ser mais bem entendidas, a categoria **qualificação** e a categoria **competência**, em função da centralidade das mesmas para o novo modelo de produção e suas implicações sociais, culturais e de divisão de poder.

Conforme demonstrado anteriormente, o processo de globalização econômica e a reestruturação produtiva vêm configurando um recuo da participação do trabalho nas rendas nacionais, a partir da precarização do trabalho com contratos temporários, terceirizados, de tempo parcial e crescimento do emprego doméstico e do desemprego.

Alguns argumentos principais foram disseminados com a perspectiva de que a realidade social, política e econômica possa ser entendida e interpretada a partir do referencial neoliberal, dentre estes se destacam os seguintes:

1- O desemprego tem sua origem no excesso de regulamentação das relações de trabalho e que sua simplificação ampliaria as contratações. Complementarmente, enfatiza-se a defesa de que quanto maior a proteção social mais as pessoas tendem à acomodação e aceitação da dependência do Estado. Como contraponto, temos a indicar o crescimento do desemprego entre as décadas de 70 e 80, em diversos países e também o período de vigência do Estado de Bem-Estar,

caracterizado por vigorosa legislação de proteção social e quase pleno emprego, onde ele vigiu plenamente.

2- A afirmação da inevitabilidade do desemprego frente à incorporação ao processo produtivo de novas tecnologias, responsabilizando-as pelo fenômeno, parece não encontrar referência na realidade, pois de acordo com Lesbaupin e Mineiro (2002) nas duas primeiras revoluções industriais o crescimento do desemprego foi resolvido pela redução da jornada de trabalho, conquistada pelos embates e lutas do movimento operário. Aponta, ainda, que apesar do crescimento do desemprego nos Estados Unidos, tem havido aumento da jornada de trabalho para mais de 25% dos trabalhadores de tempo integral, pois esta fração dos trabalhadores tem hoje jornada de 49 horas semanais.

3- O argumento de que a globalização é um processo inexorável no qual o Estado deve ter pouca presença e limitar-se, segundo Hayek (1994), a proteger a livre execução dos contratos privados, promover o mercado competitivo e garantir a lei e a ordem, cabendo ao Estado apenas zelar pela propriedade privada e pelo mercado, pois, segundo os teóricos neoliberais, foi o excesso de Estado o responsável pela crise econômica dos anos 70 e 80. Traz como decorrência que é preciso desestatizar as empresas e os serviços públicos, flexibilizar as relações de trabalho permitir a auto-regulação do mercado, pela oferta e pela demanda. Se, em consequência, há ampliação do desemprego e da pobreza isto se deve à falta de iniciativa e qualificação dos indivíduos.

Nesse sentido, a explicação da pobreza passa a ter outra justificativa a partir do referencial neoliberal. Antes da propagação das ideias neoliberais a análise da pobreza a indicava como resultado do não emprego e/ou da baixa remuneração do trabalho. Progressivamente a partir dos anos 90 a pobreza passou a ser associada à responsabilidade individual. Quem é competente pode ser rico, pobreza e riqueza se desagregam e dão lugar a uma nova associação relacionando pobreza com incompetência individual, onde a mesma é entendida como pouco preparo e esforço na conquista das condições de vida (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002). Dissemina-se em paralelo a necessidade de atualização permanente como condição para manter-se no mercado de trabalho, quem não fica é porque não é competente o suficiente. Portanto, a responsabilidade é do trabalhador, e não do mercado de trabalho e das políticas de emprego, pelo encolhimento do número de postos de trabalho e precarização das relações de trabalho. Claro que as mudanças tecnológicas exigem novas habilidades e conhecimentos, não se trata de negar isso, porém busca-

se chamar atenção para o discurso legitimador e encobridor da realidade produzida pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado. Em uma frase, pela relação social que o institui, ou seja, o capital.

Nesse sentido, buscando atender às demandas sociais do País o governo Fernando Henrique Cardoso criou em 1995 o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), seguindo a orientação do BIRD e do BID para os países periféricos, de priorização do ensino básico fundamental e capacitação de curta duração. O PLANFOR acrescido de algumas, porém não significativas mudanças, passa a ser denominado, a partir de 2003, de Plano Nacional de Qualificação (PNQ). A educação básica fundamental com a complementação de formação profissional de curta duração e baixo custo passaram a ser o padrão mínimo de requisito para ingresso na vida produtiva.

O PLANFOR tem como parâmetro a População Economicamente Ativa (PEA), embora trabalhe com a delimitação de público alvo como sendo “grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado”, ou seja, garantia de mão de obra abundante, competente, produtiva e competitiva para o capital. No grupo dos vulneráveis estão contidas quatro categorias: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores urbanos ou rurais; pessoas autônomas, cooperadas, autogeridas. Esta delimitação foi acrescida de uma idade mínima (16 anos) para participar dos cursos. Vale notar que nessa idade o jovem deveria estar cursando o ensino básico médio. Assim, o PLANFOR tornou-se uma via de profissionalização, sem a necessária conclusão do ensino básico médio, o que pode direcionar e restringir o horizonte de possibilidades do trabalhador tornando-o objeto definido e programado para atingir um determinado nível de ensino, de trabalho, de renda, de localização social, enfim, de condições de vida, representando perdas também para o país na medida em que o ensino básico fundamental sozinho não viabiliza o progresso científico, a eficiência das empresas e a melhoria das condições de vida. Questões estas estratégicas para o Brasil, enquanto economia globalizada e competitiva, mesmo que subalternizada. Hoje é preciso pensar o país também na perspectiva dos problemas de internacionalização das economias e dos mercados, e das condições de trabalho e de vida da população. Aliás, é visando os grupos vulneráveis e o desenvolvimento sustentado do país que o PLANFOR define seus objetivos.

Nessa direção consideramos o conceito de **condições de vida**⁶ conforme definição constante na Pesquisa de Condições de Vida da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), como “requisitos ou exigências materiais que, se não atendidos revelam a existência de privações ou carências em moradia, instrução, emprego e renda” (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2007). Para os fins do presente trabalho consideramos como elementos das condições de vida: grau de instrução, inserção no mercado de trabalho, renda, alimentação, habitação, acesso a serviço médico-odontológico, transporte, lazer e esporte.

A pesquisa de condições de vida foi concebida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2007), no final dos anos 80 e tem como fundamento conceitual que “o conhecimento simultâneo dos aspectos de moradia, instrução, emprego e renda, permite: a construção de um painel das condições de vida da população pesquisada e, avaliar o grau em que as necessidades básicas estariam sendo atendidas [...]”.

Nesse sentido, cabe destacar que a qualificação profissional, hoje, defronta-se com a existência concomitante de dois modelos de organização das forças produtivas. Por um lado, manutenção em variados setores da economia do modelo de produção taylorista/fordista que, de acordo com Hirata (2002) mantém a produção em série de bens padronizados, com equipamentos rígidos e uniformes. Por outro lado, sofisticação tecnológica e organizacional, organizada em torno do conceito de competência. Ambos os modelos vêm coexistindo tanto na mesma empresa como entre as diversas empresas.

Hirata (2002) aponta ainda que M. Piore e C. H. Sabel reconhecem como possível este cenário de coexistência dos dois modelos, principalmente quando se tem por referência a divisão internacional do trabalho.

Tal cenário coloca um desafio de preparação de mão de obra para o trabalho, ao mesmo tempo em que baliza uma referência sobre os modelos de organização das forças produtivas, que precisam ser considerados nas políticas de emprego, trabalho e geração de renda, particularmente nas de qualificação profissional.

⁶ Baseado no Índice de Condições de Vida desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (MG) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em 1996.

6 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (PLANFOR) E PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

6.1 Desenhos do PLANFOR

Na primeira parte da presente tese desenvolvemos um marco de reflexão acerca do processo de globalização, seus referenciais e a inserção do Brasil nesse processo.

Nesta segunda parte desenvolveremos uma análise dos programas de qualificação profissional (PLANFOR/PNQ), colocados como uma das respostas ao desemprego nacional e a reestruturação produtiva associada a globalização. Tal reflexão se dará a partir das avaliações oficiais, do trabalho de alguns autores e da pesquisa objeto deste trabalho.

O crescimento do desemprego e da precarização dos vínculos empregatícios vem se firmando como tendência histórica, com manifestação mais ou menos intensa nos diferentes países, caracterizando-se conseqüentemente como inerente ao processo de globalização.

O contexto em que o PLANFOR foi criado é marcado por um lado, por significativa redução da taxa de inflação, abertura comercial, processo de privatização, indicando um cenário político e econômico orientado pelo novo modelo de desenvolvimento. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento não viabilizava a elevação do crescimento, o que permitiu se atribuir às políticas de emprego, papel central nas ações contra o desemprego.

Na configuração institucional do PLANFOR/PNQ coube, em âmbito nacional, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) gerenciar os recursos, o desenho e o controle das políticas de emprego. Sua composição é tripartite e paritária com representação do governo: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Seguridade Social e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); representação dos trabalhadores (indicados pelas Centrais Sindicais e as Confederações) e representação dos empresários (indicados pelas Confederações). Cada segmento indica três representantes para compor o CODEFAT. Esta composição organizativa é reproduzida nos níveis estadual e municipal. A forma de gerenciamento do antigo PLANFOR e do PNQ tem como elemento de sustentação o processo de descentralização viabilizado através dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) e atual Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), elaborados pelos

Estados, em cooperação com as Comissões Estaduais de Emprego, a execução dos cursos ficando a cargo das ONGs, de Universidades e de Sindicatos, dentre outros agentes da sociedade civil.

O CODEFAT foi instituído em janeiro de 1990, pela Lei nº 7.988, juntamente com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e assumiu essa estrutura organizacional a partir de 1994/1995 (RAMOS, 2003a, p. 63-64). Tem como fonte de financiamento a arrecadação do Programa de Integração Social (PIS), e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Com a Constituição de 1988 a arrecadação do PIS/PASEP passa a ser direcionada ao Programa de Seguro Desemprego e ao Benefício de Abono Salarial. Em 1990 a mesma Lei que criou o FAT e o CODEFAT direciona as receitas de arrecadação do PIS/PASEP também para as políticas de emprego e inclui a destinação de 40% da receita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sob o argumento de baixo grau de liberdade para realocar recursos e concretizar ajustes na economia, o governo federal com base na Emenda Constitucional nº 27, de março de 2001, implementou a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que direciona aproximadamente 20% da arrecadação bruta do PIS/PASEP para este fim. Portanto, são assim distribuídos os valores a partir da arrecadação do PIS/PASEP: 40% para o BNDES, 20% para a DRU, restando 40% para aplicação nas demais ações. Porém, há a vantagem da estabilidade e garantia dos recursos, o que permite um planejamento e a viabilidade das políticas, ao menos do ponto de vista financeiro (RAMOS, 2003a).

Por outro lado às dificuldades reais de articulação entre as diferentes políticas de emprego, como por exemplo, entre a educação profissional e a intermediação, eram reconhecidas, mas não enfrentadas ou superadas.

Do ponto de vista da estrutura organizativa, as políticas de emprego, dentre as quais destacamos o Plano Nacional de Qualificação, é gerenciada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), pelo Departamento de Políticas de Formação Profissional (DFP), sendo a intermediação gerida por uma coordenação do Departamento de Emprego e Salário.

Para entender as políticas de emprego, é imprescindível compreender que no mercado de trabalho brasileiro há empregos formalizados e regulados e empregos sem nenhuma regulação do Estado. Por outro lado são políticas focalizadas, sendo norteadas pela seleção de subconjuntos da população como os marcados pelas diferenças étnicas (negros), de gênero (mulheres) e etárias (jovens de 16 a 24 anos).

Um dos pressupostos implícitos do PLANFOR/PNQ é que a formação profissional aumenta a produtividade do trabalho, a qualificação para o emprego e os salários. Araújo e Lima (2001) defendem que o impacto será variado tanto para o emprego como para os salários, pois o resultado dependerá do grupo de beneficiários e do setor da economia no qual se inserem os trabalhadores.

Válido é salientar que a localização da qualificação profissional no Ministério do Trabalho e Emprego, sem nenhuma vinculação com o Ministério da Educação, indica seu limite de política voltada para o emprego e não para a educação mais ampla e geral que atenda aos critérios de reunir ciência, cultura e trabalho, se propondo, portanto, a ser restrita, como qualificação profissional, ao mercado de trabalho.

No conjunto de ações do governo federal para enfrentar o desemprego, no marco do PLANFOR, a educação profissional ocupa um lugar de destaque pelos seguintes fatores principais: a grandeza dos recursos mobilizados e a ambição de abranger 20% da população economicamente ativa, anualmente. Na verdade, de acordo com Ramos (2003, p. 74, 77):

[...] el PLANFOR pretendía formar 7% de la PEA. El otro 13% sería alcanzado por otros segmentos (el Sistema S, las escuelas de formación profesional, etc.). Se suponía que muchas de esas otras acciones fuera del PLANFOR serían inducidas por este y, así, en los documentos oficiales, la meta indicada era de 20%. En el auge del PLANFOR (2001), esse programa llegó a formar 3.6 millones de personas (alrededor de 4% de la PEA), lejos, por lo tanto, de su meta de 7%. [...] siendo marginal la contribución de los convenios de cooperación. En 2001, por ejemplo, 83% de los individuos calificados lo fueron en las PEQ's.

A partir das diretrizes elaboradas naquele momento e apoiadas nas indicações dos fundamentos neoliberais, a educação profissional é um elemento essencial para contribuir para os ajustes do mercado de trabalho. O PLANFOR, do ponto de vista de concretizar as diretrizes políticas, administrativas e gerenciais, sintetiza e realiza as principais propostas de descentralização, participação da sociedade civil e avaliações delineadas pelas políticas sociais dos anos 90. Duas características são marcantes no PLANFOR: a abrangência de seus objetivos e as reiteradas dificuldades de diversas ordens.

O Plano Nacional de Formação Profissional foi criado em 1995 e constituiu-se como Política Pública de Emprego e Renda, com o objetivo de “propiciar uma oferta de educação profissional suficiente para qualificar pelo menos 20% da população economicamente ativa (PEA), algo em torno de 15 milhões de pessoas com idade superior aos 16 anos” (BRASIL.

Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 1996). Foi estruturado em torno de dois mecanismos principais: os Planos Estaduais de Qualificação -PEQs, e as Parcerias Nacionais e Regionais - PARCs.

No que se refere à noção de qualificação o PLANFOR destaca a noção de competência, a qual está associada à nova realidade do trabalho e dos novos perfis por esta demandada e pela configuração de um quadro segregado de trabalhadores com vínculos estáveis, remuneração diferenciada e elevada qualificação e, por outro lado, um quadro de alta informalidade e desemprego, baixa remuneração e escolaridade, os quais compõem a clientela potencial do PLANFOR.

Ao termo competência associa-se a ideia de empregabilidade como atributo individual que abrange conhecimentos, habilidades e comportamentos que interessam ao mercado de trabalho, dando ao binômio emprego/desemprego conotação cuja essência é individual. Portanto, não é responsabilidade do Estado e da sociedade. Consequentemente contempla a ideia de que educação, trabalho e qualificação não compõem um direito do trabalhador, nem um dever do Estado, como preconiza o paradigma neoliberal, não caracterizando o desemprego como uma questão social como em Castel (1998). A educação é caracterizada como uma questão pertinente a cada indivíduo, que deve se qualificar e requalificar para atender às necessidades do mercado, tornando-se empregável, o que significa que o trabalhador é subsidiário do mercado, revelando tanto uma revalorização da competitividade entre os indivíduos, em um mercado excludente, como uma desvalorização do trabalho como direito. Mesmo isto, de acordo com Pochmann (2002, p. 39), não está assegurado, pois, “entre 1990 e 1998 os postos de trabalho qualificados foram reduzidos em 12,3% no Brasil, enquanto as ocupações não qualificadas cresceram 14,2%”. Complementando tal arcabouço conceitual a noção de parceria traz, por um lado, a ideia de privatização das atividades que o mercado pode controlar e, por outro, a descentralização na execução dos serviços sociais de saúde, educação, pesquisa e cultura. Por outro lado, associa-se à ideia de cidadania expressa na participação de variados fóruns públicos e conselhos, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), buscando atender a demanda de participação por parte dos trabalhadores e a demanda por competitividade dos empresários. Por conseguinte, é uma ideia ambígua para a qual é preciso atenção e busca de superação dessas ambiguidade, quando se projeta um redirecionamento do PLANFOR (OLIVEIRA, 2004).

Tal Plano foi concebido a partir da perspectiva de que o crescente desemprego era devido à baixa qualificação da mão de obra, sem considerar os elementos da política econômica que comprometiam o crescimento do País. Portanto, em conformidade com o paradigma da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso profissional, sem contextualização dos determinantes econômicos e sociais a ela relacionados, marcados por baixa escolaridade do trabalhador e alta informalidade do trabalhado.

Cabe, ainda, referir que os parâmetros de definição para a qualificação da mão de obra, consideravam o setor industrial uma área “fora do alcance do PLANFOR”. Contraditoriamente, apresentava como objetivos “aumentar a eficiência econômica via elevação da produtividade da mão de obra e, ao mesmo tempo, ter foco na força de trabalho de mais baixo grau de qualificação” (ARAÚJO; LIMA, 2004, p. 35).

O ano de maior expansão do PLANFOR foi o ano de 2001, sendo o ano de 2002, atípico no que se refere aos repasses financeiros, pois o governo federal implementou uma política de contenção dos gastos do governo.

6.2 Redesenhos do PLANFOR e Desenhos do PNQ

Com a eleição do novo Presidente da República em 2002, em julho de 2003 o PLANFOR é extinto a partir da Resolução nº 333 do CODEFAT, e substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Com base na Resolução nº 333 do CODEFAT, no PNQ 2003-2007, nos trabalhos de Ramos (2003a), Araújo e Lima, (2004), desenvolveremos a seguir uma reflexão síntese dos principais limites apontados no desenvolvimento do PLANFOR, para em seguida salientarmos as principais mudanças do PNQ.

O diagnóstico elaborado pelo novo governo, com base em avaliações externas, documentos oficiais e não oficiais (atas e estudos do CODEFAT, relatórios de Supervisão Operacional (SOP), relatórios de seminários, documentos do Fórum Nacional de Secretários do Trabalho (FONSET), ouvidoria do MTE, decisões do Tribunal de Contas da União, artigos de pesquisadores, dentre outros) detectou variadas limitações no desenvolvimento do PLANFOR, que se agrupam em seis eixos: 1- reduzida qualidade pedagógica dos cursos e baixa carga horária média por curso; 2- pouca articulação com as políticas de educação; 3- insipiência das Comissões

Estaduais e Municipais de Trabalho (CETs e CMTs) no que se refere às ações de participação real da sociedade civil na concepção, condução e fiscalização dos Planos Estaduais ou Municipais de Qualificação; 4-intensa terceirização para execução dos cursos, cabendo ao Estado apenas definir orientações gerais e o financiamento; 5- comprometimento do caráter integral dos cursos marcados por concentração nas habilidades específicas e a curta duração dos mesmos; 6- insuficiente sistema de planejamento, monitoramento e avaliação.

Acrescente-se ainda à distância entre os amplos objetivos propostos e os efetivados, além da pouca transparência na transferência de recursos para as entidades envolvidas, contribuem para o desgaste do PLANFOR. Tais resultados apontam para o fato de que a forma de gerenciamento das políticas sociais, com a participação da sociedade civil, não é garantia para a inexistência de desvios de recursos e ações similares. Nesse sentido, a forma de participação da sociedade civil precisa ser alvo de reflexão, acompanhada talvez de um modelo mais rígido do desenvolvimento dos cursos e do aparato gerencial.

A limitada articulação com outras políticas públicas coloca o desafio de como se chegar a tal articulação, uma vez que os interesses políticos e as estruturas institucionais envolvidas mantêm entre si grandes diferenças. Embora consensual como diretriz para o aprimoramento das políticas sociais, na realidade encontra desafios à sua concretização. Nesse entendimento cumpre destacar a consideração de algumas variáveis, tais como os grupos de interesses, os projetos políticos pessoais e as restrições macroeconômicas, para efetivar um delineamento estrategicamente adequado para as políticas de qualificação, dentro de uma perspectiva de política de emprego e renda.

Agregam-se aqui, ainda algumas críticas destacadas por Araújo e Lima (2004). A primeira delas se refere à rigidez inerente ao Plano, não só por envolver variadas instâncias (União, estados e municípios) como por envolver fontes de receitas e “lucros políticos” tanto para as Secretarias de Trabalho, como para os Sindicatos e as ONGs. No caso das ONGs, destaca-se ainda a possibilidade da estabilidade financeira. A segunda crítica se refere ao enfoque quantitativista, que conduziu à falta de zelo pela qualidade dos cursos, traduzido pela contratação de entidades sem experiência em formação profissional. O atraso na liberação de verbas, por parte da União, comprometeu também a execução dos cursos pelo imprevisto necessário ao processo de recrutamento dos alunos e a necessidade de implementação de cursos de curta duração, para cumprimento do cronograma. Lançou-se mão ainda do desenvolvimento de

palestras e seminários visando cumprir as metas estabelecidas. Há, porém, já no âmbito do PNQ, no Art. 7º da Resolução nº 333 (julho/2003) do CODEFAT, a tentativa de zelar pela qualidade dos cursos e das unidades executoras. A previsão de suspensão da contratação por três anos, no caso de ficar demonstrada atitude desabonadora das unidades executoras, é um elemento formal importante, mas não há previsão de punição para os atrasos nos repasses de verbas por parte da União. No tocante ao sistema “S” os autores apontam a não manutenção do padrão de qualidade dos cursos ofertados pelo PLANFOR, comparativamente aos cursos com funcionamento regular, sob o argumento de insuficiências de recursos.

No que se refere ao processo de avaliação do PLANFOR, Araújo e Lima (2004) chamam a atenção para os seguintes aspectos: cumplicidade entre as diferentes instâncias executoras que comprometem a divulgação das dificuldades encontradas, inclusive os dados estatísticos, apresentados pelo PLANFOR; contagem duplicada de alunos, seja por estarem frequentando mais de um curso, seja por frequentarem mais de um módulo do mesmo curso.

Em conformidade com documentação divulgada pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), entre 1995-2002, foram qualificados “15,3 milhões de trabalhadores e o total de recursos aplicados no período 1995-2003, em termos nominais se aproxima de 2,5 bilhões” (ARAÚJO; LIMA, 2004, p. 40). Os recursos destinados ao PLANFOR não tiveram uma trajetória linear demonstrando, tendência declinante, conforme já explicitado.

Traçaremos a seguir uma síntese das principais críticas dirigidas ao PLANFOR.

1- Na etapa de planejamento não se contou com um diagnóstico do desemprego no País que permitisse indicar que uma política de educação profissional fosse o caminho adequado para contornar tal situação, principalmente a incompatibilidade entre o perfil dos trabalhadores e o perfil requerido pelas empresas;

2- Na definição dos objetivos, o PLANFOR carecia de maior precisão dos mesmos, pois os documentos da época indicavam que reduzir a exclusão social, capacitar tecnicamente à mão-de-obra, combater o desemprego, complementar a educação formal, compunham o conjunto de finalidades do Plano, trazendo também ampliados riscos para o seu desenvolvimento;

3- No processo de operacionalização no que se refere às Comissões Estaduais de Emprego, há controvérsias sobre as contribuições das mesmas na elaboração dos contornos e do monitoramento do PLANFOR, na perspectiva de contenção dos casos de corrupção, tais como

alunos fantasmas, criação de ONGS para oferecer cursos de qualidade questionável, e assim obter acesso aos financiamentos, além de limitações diversas nas prestações de contas;

4- Caracteristicamente os cursos tinham por objetivo desenvolver habilidades específicas em detrimento da educação geral. Tal limitação não pareceu considerar a insuficiência educacional da população alvo do PLANFOR, nem apresentar alternativas educacionais reais para tal contingente;

5- A limitação ou a falta de articulação com outras políticas de trabalho e renda, educação e desenvolvimento apresenta o desafio de como obter tal articulação uma vez que está envolvido tanto um variado perfil institucional como uma diversidade de interesses políticos. Por outro lado, é consensual, entre os autores citados, a necessidade de articulação entre tais políticas para obtenção dos objetivos propostos.

6- A amplitude de objetivos contidos nas diversas avaliações comprometeu a possibilidade de comparação entre os dados dos relatórios. Tal amplitude de objetivos foi mantida no PNQ.

6.2.1 Marcos Institucionais e Diretrizes do PNQ

A partir do balanço crítico do PLANFOR surgem algumas reformulações acerca das suas práticas, que dão origem ao PNQ. Conforme proposto no PPA, é sinalizada uma postura de planejamento do Estado, ressaltando a qualificação profissional como parte do desenvolvimento do País. Do ponto de vista epistemológico, o PNQ salienta a necessidade do reconhecimento e valorização das experiências e dos conhecimentos dos trabalhadores, validando o papel do trabalhador na construção do conhecimento.

A qualificação é definida como social e profissional,⁷ entendida como direito à universalização progressiva a qualificação e ao trabalho decente, associada à educação fundamental básica para elevação da escolaridade.

A Partir dessas definições, a Resolução nº 333 do CODEFAT em seu artigo 21, prevê as seguintes ações para a transição entre o PLANFOR e o PNQ: manutenção do caráter anual para

⁷ Aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho (formação integral, redução da pobreza, diminuição da vulnerabilidade das populações, combate a discriminação, elevação da produtividade, da escolaridade e do potencial de obter emprego e trabalho decente e manter-se no mercado de trabalho). Ver Resolução nº 333 Art.2º do CODEFAT.

os convênios com os estados e os municípios; carga horária média de 160 horas, posteriormente ampliada para 200 horas; encaminhamento mínimo de 50% à educação de jovens e adultos e de 75% de encaminhamentos ao mercado de trabalho; destinação mínima de 70% dos recursos aos estados, até 10% aos arranjos institucionais e até 20% aos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) para o exercício 2003, ano da transição entre os programas.

Segundo a mesma Resolução, o PNQ deve contribuir para a formação integral dos alunos (intelectual, técnica, cultural e cidadã); aumento da possibilidade de obtenção de emprego e trabalho decente; elevação da escolaridade, pela via da Educação de Jovens e Adultos; redução da vulnerabilidade da população; elevação da produtividade e articulação do Sistema Nacional de Formação Profissional ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003). “[...] Deve ainda “promover gradativamente a universalização do direito aos trabalhadores à qualificação”, porém não estabelece prazos e metas, não concedendo assim concretude à gradualidade do processo e tornando-se vulnerável as pressões políticas” (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003, p. 19).

No que se refere à avaliação, Araújo e Lima (2004) chamam a atenção para o fato de que as avaliações do Plano não podem ser generalistas, pois há cursos com retorno positivo para os objetivos estabelecidos (geração de renda e ingresso no mercado de trabalho) e outros não. Salientam que as avaliações deveriam ser mais específicas, capturando não só os efeitos positivos, mas também as diferenças de resultados das unidades responsáveis pelos cursos, o que permitiria estimular determinados tipos de qualificação, atendendo a realidade de cada estado e município, bem como a qualidade dos cursos ofertados pelas unidades executoras. A atenção para com a heterogeneidade do público alvo e para o fato de que parcela significativa desse público tem como trajetória o auto-emprego, seria outro elemento importante.

A criação do Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA), no âmbito do PNQ, é analisada por Araújo e Lima (2004) como tendo poucas consequências concretas na medida em que tem a avaliação técnico-gerencial centralizada no MTE, limitando-se, como anteriormente a detectar as dificuldades já ocorridas, não contemplando prevenções aos comprometimentos de planejamento e de execução. Ao tratar dessa questão, Oliveira (2004), visualiza no SPMA uma oportunidade de construção de indicadores sociais e pedagógicos como

contribuição para a concretização dos objetivos. Destaca ainda que o mesmo está em construção e deve buscar atender à articulação entre os objetivos do PNQ e a sua efetiva execução pelos diversos níveis responsáveis pela qualificação social e profissional.

No que diz respeito à carga horária dos cursos o artigo 3º, em seu § 10º, da Resolução nº 333 do CODEFAT, prevê uma média de 200 horas para o “conjunto das ações formativas”.

Do ponto de vista da qualidade pedagógica está definido que a construção curricular envolva as dimensões técnico-científicas, sociopolítica, metodológica e ético-cultural, articulando a valorização dos saberes, o aumento da escolaridade, a disseminação de informações sobre a demanda e oferta de qualificação profissional com vistas à orientação profissional, além de conteúdos que abranjam conhecimentos sobre direitos humanos, sociais e trabalhistas, saúde e segurança no trabalho e educação ambiental, informação e orientação profissional e gestão do trabalho. Tais conteúdos não devem ultrapassar 20% da carga horária total dos cursos ou 40 horas. A compreensão e interpretação de textos, raciocínio lógico-matemático, dentre outros, são conteúdos obrigatórios a todos os cursos. Por fim, a integração com as Políticas Públicas de Emprego deve se dar visando à construção de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e às políticas de desenvolvimento nacional, regional/estadual e local; à elevação da escolaridade da população economicamente ativa (PEA) e o fortalecimento institucional dos atores sociais envolvidos em uma Política Pública de Trabalho e Renda, como também já previa o PLANFOR (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003).

A população definida como prioritária, no Art. 8º da mesma Resolução, abrange trabalhadores desempregados ou beneficiários das demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda, particularmente: ações de primeiro emprego, seguro desemprego, intermediação de mão de obra; microcrédito e ações de economia solidária; trabalhadores autônomos, cooperados, por conta própria, domésticos, egressos do sistema penal, familiares de egressos do trabalho infantil, jovens submetidos a medidas socioeducativas, libertos do trabalho escravo, agricultores familiares, assentados e aqueles que trabalham em empresas afetadas por modernização tecnológica, privatização, redefinição econômica e outras formas de reestruturação produtiva. Inclui, ainda, os trabalhadores envolvidos em arranjos produtivos locais, de setores exportadores e setores considerados estratégicos da economia, os trabalhadores do Sistema Único de Saúde, educação, meio ambiente, segurança e administração pública, bem como gestores em políticas

públicas e representantes de fóruns, comissões e conselhos. Tal amplitude é preocupante por possibilitar o desvio do foco das ações.

A abrangência na definição da população prioritária do PNQ nos faz refletir que a inclusão de servidores públicos da Educação, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Meio Ambiente e de Segurança e Administração Pública na categoria de população prioritária do PNQ causa estranheza.

As preferências, para qualquer dos segmentos recaem sobre as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, principalmente os de baixa renda e escolaridade, e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social [...] desempregados de longa duração, afrodescendentes, índio descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003, Art.8º, §1º).

Há ainda a definição de uma idade mínima (16 anos) para participar nos cursos e de uma idade “crítica” definida como acima dos 40 anos, para acesso ao PlanTeQ. Tal delimitação indica que a idade desempenha um papel significativo na estrutura social.

O rearranjo da esfera pública com redução da presença do Estado e a paralela ampliação da função de auxílios, do controle pela sociedade civil, além da emergência de diversos modelos de organização não governamental, criaram a interposição destas entre o Estado e o mercado, sinalizando para a possibilidade de domínio de outros valores e ações.

Ao definir os objetivos do PNQ, o MTE reconhece o desemprego e o subemprego como elementos da realidade e suas relações com a pobreza e a desigualdade social, que busca reduzir, sem esquecer-se de evidenciar, porém, que a qualidade, a produtividade e a competitividade, são elementos fundamentais e norteadores de suas ações.

A estrutura de gestão/execução envolve as instâncias federal, estadual mesoregional (municípios localizados em dois ou mais estados) e municipal. No que concerne ao nível federal esse tem papel relevante e concentrador, cabendo ao MTE e à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego por meio do Departamento de Qualificação, gerir, co-elaborar, co-identificar demandas, co-supervisionar, co-avaliar e co-financiar o PNQ. As Delegacias Regionais do Trabalho devem supervisionar e fiscalizar os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) e comporem, os conselhos estaduais e municipais de trabalho e emprego. Aos demais Ministérios estão afetos o papel de coautores dos “termos de referência das populações prioritárias de suas áreas de atuação,

acompanhamento, avaliação e co-financiamento das ações” (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003, p. 41).

Conforme o autor:

Aos governos estaduais (Secretarias de Trabalho) e municipais (Secretarias Municipais ou arranjos jurídicos envolvendo vários municípios) o papel de gestores locais e co-financiadores dos respectivos PlanTeQs sob a aprovação e controle das Comissões, Conselhos Estaduais e Municipais de trabalho e Emprego (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003, p. 41).

É pertinente à sociedade civil (Centrais Sindicais, Confederações Patronais, sistema “S” e ONGs) executar as ações previstas no PNQ, mediante convênio.

O envolvimento de diversos modelos de organização está incluído na interface entre o Estado e o mercado, caracterizando um novo desenho e novas inter-relações, através da manutenção das noções de parceria e descentralização.

Como processo dinâmico, esse sistema possui espaços para a consecução do direito à qualificação profissional e ao trabalho como valor a ser sedimentado na sociedade.

O trabalho é uma via significativa de inserção das pessoas na sociedade, condição, em sentido amplo, para a sobrevivência, dando inclusive significado a própria existência, como diz Castel (1998, p. 24), “[...] um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, proporcionando uma inserção relacional sólida caracterizada como uma área de integração”. Inversamente, a ausência de participação em atividade produtiva e o isolamento relacional, potencializam seus efeitos negativos para produzir a obtenção de um lugar social inclusivo”.

Considerando que ser cidadão não é apenas ter direitos e deveres reconhecidos pelo Estado, mas também se apropriar e se relacionar com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, àqueles que partilham numa sociedade suas instituições, legislações e formas de satisfazer as necessidades, cabe indagar: como transformar a condição da população definida como prioritária pelo PNQ em produtores de sua própria existência? As respostas parecem estar no registro do trabalho.

7 UM CAMINHO METODOLÓGICO: um longo e difícil caminho

7.1 A Abordagem Avaliativa da Pesquisa: algumas considerações

A existência de um contexto de déficit de lugares na esfera do trabalho, a luz do neoliberalismo, conduz a atribuição ao indivíduo da responsabilidade pela sua inserção ou desqualificação para o trabalho e em diferentes campos. Nesta zona de incertezas, onde o trabalho não está assegurado, é que as políticas públicas de inserção social, como instrumento de ação do Estado, configurada por um conjunto de orientações e ações por parte do governo, que visam um determinado objetivo e buscam determinados resultados, parece fazer sentido. Tais políticas trazem em si a constatação de que a fração da população a que se destinam está em situação de desvantagem, em relação ao conjunto social.

Ao considerarmos tal população, estaremos considerando sua relação com a dinâmica social que gera variados aspectos relacionados à pobreza e desigualdades, em numerosas esferas de inserção social. Nesse quadro destacamos a educação profissional, o desemprego e as condições de vida.

A intenção de contribuir para o entendimento das mudanças nas condições de vida, tendo em conta a participação nos cursos de qualificação profissional, considerou os seguintes elementos: 1- Avanços no conhecimento técnico e científico e suas aplicações ao processo produtivo; 2- Centralidade do processo de globalização na reconfiguração das relações sociais e da orientação neoliberal que o norteia; 3- Transformações nas relações econômicas, políticas e sociais, tanto entre países quanto entre empresas e indivíduos; 4- Crescimento do desemprego e da pobreza como movimento do processo de globalização. Tal cenário e a indicação da qualificação profissional como elemento de resposta aos desafios postos trouxe-nos a interrogação que coloca o problema da pesquisa, ou seja, novas conexões entre economia e educação são estabelecidas, associadas ao processo de ensino e aprendizagem, reciclagem, educação continuada, formação geral e profissional, sem a consideração do contexto macroeconômico. Falta, portanto, o reconhecimento dos limites da educação, em particular da educação profissional, para que o enfrentamento das causas, para as quais a educação vem sendo apontada, possam ser enfrentadas.

Nesta pesquisa buscamos avaliar os PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, orientadas pela procura do entendimento das mudanças significativas nas condições de vida, associados aos cursos de qualificação, pelos egressos.

Com base nos objetivos indicados buscamos responder as seguintes questões:

1- Quais as mudanças significativas nas condições de vida dos egressos do PlanTeQ/PE/Recife 2004-2005, atribuídos a qualificação profissional?

2- Quais as outras mudanças sobre a população alvo, atribuídas ao Programa, são indicadas pelos egressos?

3- Quais as avaliações efetuadas pelos egressos acerca dos cursos do PlanTeQs/PR/Recife 2004-2005?

A avaliação de uma política ou programa refere-se aos “efeitos do programa sobre a população alvo e tem, subjacente, a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações das condições sociais” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 111). As alterações nas condições sociais são aqui entendidas como aquelas referentes às condições de vida, portanto pressupõem mudanças. O conceito de mudanças significativas é aqui utilizado para traduzir a ideia de impacto, proposta por Roche (2002) e Figueiredo, M.; Figueiredo, A. (1986). Por mudanças significativas entendemos aquelas referentes a uma situação inicial, alvo da política pública e modificadas ou não para uma situação Y, que pode implicar em mudanças nas condições de vida para um patamar superior ao antecedente, buscadas pelo programa nas condições sociais da população alvo nos aspectos da vida em que ela se propunha atuar.

Para se avaliar o impacto de uma política pública é preciso considerar que esta envolve princípios políticos, cuja importância está referida à concepção de condições de vida. Tal concepção se concretiza por meio de princípios que são passíveis de questionamentos e avaliações sistemáticas e políticas (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986).

No que se refere à avaliação de programas como o PNQ e os PlanTeQs a contribuição de Figueiredo, M.; Figueiredo, A. (1986) é ampla, na medida que avança ao superar a preocupação apenas quantitativa e imediata, que tem o mérito de resposta em curto prazo, porém contribuem pouco nas análises de políticas públicas com resultados difusos, pautados por fatores políticos e econômicos considerando-se tanto o tempo (curto, médio e longo prazo) como variáveis de

diversas ordens como o programa considerado e as condições de vida e a apropriação do saber (cognitivo e social).

De acordo com Figueiredo, M.; Figueiredo, A. (1986, p. 109):

A escolha do método a ser utilizado decorre mais do objetivo da política ou programa sob observação e do seu escopo social [...] O mais importante nessa discussão é o estabelecimento das conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios da avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta da pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob avaliação foi um sucesso ou fracasso?

Por entendermos que a avaliação não se reduz a constatar resultados nos permitimos uma consideração relevante para o nosso trabalho. Entre o sucesso e o fracasso de uma política ou programa há muitas nuances que merecem ser analisadas, superando a constatação de resultados e permitindo uma contribuição para possíveis ajustes, reformulações e/ou transformações da política ou programa em foco ou até sua extinção.

Ainda para os autores as políticas públicas, em geral, considerando os seus propósitos, conduzem a dois aspectos: “gerar um produto tangível e mensurável e gerar um impacto que tanto pode ser físico, tangível e mensurável, como pode ser subjetivo alterando atitudes, comportamentos, e opiniões” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1996, p. 109). Nessa perspectiva, a avaliação política precede a avaliação da política pública, preliminar e necessária, para orientar a avaliação a ser efetuada, porém entendemos que esta baliza e orienta também toda a avaliação de política.

Para uma melhor delimitação conceitual da pesquisa avaliativa retomaremos brevemente, nesta seção, alguns conceitos já apresentados na introdução deste trabalho.

A avaliação política busca analisar os pressupostos e fundamentos políticos de uma determinada política pública “independentemente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis” (ARRETECH, 2001, p. 30).

Na avaliação de políticas públicas o singular é que estas exigem a adoção de métodos e técnicas de pesquisa que viabilizem o estabelecimento de uma relação entre um programa e um resultado. Acrescentamos que é necessário entrar no mérito dos resultados obtidos para captar as mudanças significativas (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986).

O conceito de condições de vida se refere a avaliar se as necessidades básicas (moradia, situação educacional, renda, nutrição, lazer, esportes e rede de sociabilidade), o acesso ao

consumo de bens e serviços, e trabalho/ocupação estão sendo atendidas, considerando os elementos de sobrevivência, sociais e políticos.

Para as políticas com objetivos de mudança ou ativas, como é o caso do PNQ, a análise da mesma tem como foco as mudanças desejadas das condições de vida da população alvo. Entendemos que as condições de vida são multidimensionais e parâmetro para a compreensão da distribuição dos bens na sociedade.

O modelo analítico aqui adotado lança mão do parâmetro de condições de vida. Para tanto foi necessário não só verificar se o estado desejado ocorreu, mas se a nova situação teve um desenvolvimento positivo, implicando numa avaliação tanto da política como numa avaliação política da mudança.

Na consideração do contexto do desenvolvimento dos PlanTeQs conceituamos sinteticamente globalização econômica como “conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento do padrão capitalista dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços”, a reestruturação produtiva é entendida como “processo de transformações técnicas, econômicas e sociais que se efetiva no interior do padrão convencional da produção em massa” (BELLONI, 2001, p. 31).

Entendemos que os governos ao programarem uma política buscam produzir algumas mudanças significativas e que os produtos dessa política são, de acordo com Figueiredo, M.; Figueiredo, A. (1986, p. 110), “indicadores [...] de suas prioridades e das demandas que estão sendo atendidas, dos interesses que estão sendo articulados e dos benefícios e objetivos que estão sendo perseguidos”, contudo ressaltam que os produtos da política não “revelam necessariamente em que medida os objetivos desejados foram ou não atingidos, ou seja, não revelam as mudanças significativas de tais produtos nas condições de vida da população”. Assim, a mudança significativa é “uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não seus objetivos ou propósitos” (FIGUEIREDO, 1986, p. 110).

Em sequencia os autores chamam a atenção para as razões que promovem a avaliação de políticas e alertam que se a avaliação considerar o exame substantivo da política e de seus produtos, sem considerar a “apropriação dos benefícios” pela população, estará no nível da avaliação política, porém ao entrar no “mérito da efetiva apropriação dos benefícios” evolui-se para a avaliação de política, tanto do seu produto quanto das mudanças significativas. A partir dos produtos esperados da implementação da política, temos que considerar na apropriação dos

benefícios pela população os seus resultados (conclusão do curso, qualidade da formação oferecida, efetividade da intermediação e mudanças nas condições de vida), para então capturarmos as mudanças significativas indicadas pelos beneficiários, ou seja, a visão de mundo, o acesso ao trabalho, a melhoria nas condições de vida e a concepção sobre si mesmo.

A partir da consideração da natureza da avaliação das mudanças significativas, as mudanças objetivas sublinham as mudanças quantitativas nas condições de vida, as mudanças subjetivas ressaltam as mudanças de atitude, crenças, valores e comportamentos, e as mudanças substantivas destacam as transformações qualitativas das condições de vida.

Para viabilizar a apreensão das relações entre participação nos cursos de qualificação, as mudanças e nas condições de vida, entrando no mérito e na apropriação dos seus benefícios consideramos: a dimensões da mudança e os indicadores de condições de vida.

A cadeia prevista pode ser assim resumida, de acordo com Roche (2002).

Insumos (ações formativas de qualificação, encaminhamento para complementação educacional e intermediação, existência de demandas por parte dos educandos) ►► Atividades (assiduidade, procedimentos didáticos, aprendizagem, conclusão do curso) ►► Produtos esperados (qualificação do maior número de educandos, encaminhamento para intermediação da mão de obra, continuidade da educação formal para conclusão do ensino fundamental básico, saída do desemprego) ►► Resultados (frequência e conclusão do curso, atividades de trabalho ou emprego, melhoria das condições de vida econômica, social e pessoal) ►► Mudanças (acesso ao trabalho e visão de mundo, melhoria nas condições de vida e concepção sobre si).

A adaptação das dimensões do impacto proposta por Roche (2002, p. 69, grifo nosso), nos permitiu construir as dimensões que nos orientam na análise do trabalho:

educação e trabalho (oferta e busca de maior nível de escolaridade, qualificação profissional, atividades de trabalho e renda, participação em sindicato); **aprimoramento no trabalho** (ampliação na preparação para o trabalho, mudanças nas atividades de trabalho); **condições de vida** (trabalho e renda; acesso a serviços: moradia, saúde, água, energia elétrica, saneamento, transporte, lazer, nutrição, esportes, dentre outras); **relação consigo mesmo e com a sociedade** (concepção sobre si mesmo, relação com amigos, participação em associações, acesso a crédito, dentre outras).

A partir do conceito de condições de vida, das contribuições de Roche (2002) e das dimensões das mudanças significativas, foram elaborados indicadores para apreensão das mudanças significativas nas condições de vida, como subsídio e orientação à análise. **Dimensões**

das condições de vida: Aspectos demográficos (sexo, idade, estado civil, renda pessoal e familiar, nível de escolaridade); **condições habitacionais** (mora com a família, moradia própria ou alugada); **situação educacional** (nível de escolarização, cursos de qualificação); **inserção no mercado de trabalho** (trabalho, tipo de atividade que exerce e vínculo de trabalho); **renda** (pessoal e familiar, acesso a crédito) **acesso a serviços** (médico-odontológico, água, energia elétrica, transporte, saneamento, contribuição ao INSS, lazer, esporte); **rede de sociabilidade** (participação em associações, relação com amigos e familiares, concepção sobre si mesmo).

Buscamos trabalhar com a cadeia e as dimensões das mudanças significativas, além dos indicadores de condições de vida para superar o nível dos resultados, como número de sujeitos qualificados e empregados, e explora como os egressos avaliam a qualificação obtida, as mudanças que esta trouxe para a inserção no trabalho, para ampliação das condições de vida e para a autoestima dos participantes dos PlanTeQs.

Não nos foge ao conhecimento que a atuação de outros indicadores na trajetória ocupacional e nas condições de vida não foi isolada, porém quando de sua emergência, a partir dos discursos e análise da conjuntura econômica e social, estes foram considerados no sentido de verificar se corroboram ou não a relação entre qualificação e mudanças nas condições de vida.

7.2 Contexto de Realização da Pesquisa

Para uma melhor compreensão do trabalho de pesquisa desenvolvida é importante esclarecermos alguns elementos referentes aos PlanTeQs /PE/Recife 2004-2005.:

1- Os recursos do FAT vêm para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, por convênio plurianual único, para ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. As ações previstas são: financiamento de pesquisa de emprego e desemprego, intermediação de mão de obra, seguro desemprego, qualificação profissional;

2- As atividades de coordenação das ações de qualificação profissional desenvolvida no Estado de Pernambuco ficam a cargo, por missão, da Agência do Trabalho/SINE-PE. A Agência do Trabalho é uma unidade técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania,⁸

⁸ As informações referentes ao desenvolvimento dos PlanTeQs foram obtidas com a Gerente de Qualificação e a Gerente da Agência do Trabalho.

3- Desde 1999 o Estado de Pernambuco mantém um processo de habilitação e contratação das entidades executoras dos PlanteQs efetivado por licitação pública. As empresas habilitadas são em seguida chamadas para negociar os cursos que darão e as metas a serem atingidas;

4- Em 16 de agosto de 2006 os dados referentes ao PPlanTeQ de 2005 ainda estavam em processo de consolidação. Tal fato ocorre em função do término dos PlanTeQs se darem nos meses iniciais do ano seguinte. A carga horária para os membros da Comissão Municipal de Emprego (CME), na ação de Seminário de Capacitação é de 24 horas. A carga horária média dos cursos para os anos de 2004 e 2005 foi de 200 horas, conforme Resolução nº 333 do CODEFAT (Anexos 2 e 4);

5- O número de alunos por turma é de 25 educandos em média, exceto para o público submetido a medidas sócio-educativas e as apenadas, que têm entre 15 e 20 alunos por turma;

6- A definição da oferta dos cursos dos PlaTeQs 2004-2005 é orientada pelas demandas das comissões Municipais de Emprego, do Governo do Estado e de Setores Organizados da Sociedade Civil;

7- Os trabalhadores cadastrados na Agência do Trabalho SINE/PE/Recife, no banco de dados do Sistema Público de Emprego, podem ser encaminhados tanto para o trabalho, dependendo da adequação do seu perfil a vaga existente, como para os cursos dos PlanTeQs, em conformidade com a pretensão indicada quando do preenchimento do seu cadastro;

8- Para os PlanTeQs desenvolvidos nos anos de 2003 e 2004, os educandos inscritos na Região Metropolitana, com idade entre 16 e 24 anos, inscritos no programa Primeiro Emprego, tinham assegurado o vale transporte. A partir do ano de 2005 há a generalização do vale transporte para qualquer perfil de educando e para qualquer curso frequentado. A única exceção feita é para os indivíduos apenados ou em medidas sócio-educativas, os quais frequentam os cursos nos locais onde cumprem as medidas judiciais;

9- De acordo com os quadros fornecidos pela Agência do Trabalho/SINE/PE/Recife, referentes aos cursos desenvolvidos no município do Recife, os anos de 2004 e 2005 tiveram respectivamente 1.616 e 993 educandos. Porém, a lista nominal dos egressos, também fornecida pela Agência do Trabalho, continha respectivamente, para os mesmos anos, 1.601 e 1.069 egressos. Diante desta diferença dos dados optamos por trabalhar com os dados da relação nominal, pois esta seria a base dos contatos para o desenvolvimento da pesquisa. Todos os dados

referentes aos PlanTeQs em análise consideram os dados da relação nominal. A tabela a seguir sumariza esses dados.

Tabela 3 - Número de turmas e educandos dos PlanTeQs 2004-2005

Ano do PlanTeQ	Nº de Turmas (profissionalizantes/Recife)	Nº de Educandos (cursos profissionalizantes/Recife)	No de Turmas (Região Metropolitana)	Nº de Educandos (Região Metropolitana)
2004	63	1.616	205	5.099
2005	40	993	113	2.741

Fonte: Agência do Trabalho (2006)

Podemos observar uma queda no número de turmas e de educandos no período considerado, a qual está relacionada com a queda no repasse de recursos de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 4 - Repasse de recursos MTE – PlanTeQs/PE 2003 - 2005

Ano do PlanTeQ	Repasse de Recursos/PE (R\$)
2003	1.800.497,72
2004	3.256.369,00
2005	1.302.760,50

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2006)

Os dados do PlanTeQ/PE/Recife 2005, disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego são referentes às liberações efetuadas até 01 de setembro de 2005, portanto são dados parciais. A Gerência de Qualificação da Agência do Trabalho informou que os dados finais dos repasses federais para o estado foram de R\$ 2.605.095,00.

7.3 Procedimento de Coleta de Dados

O objetivo primordial dessa seção é explicar os procedimentos que nortearam o trabalho de investigação, junto ao grupo de participantes analisados, egressos dos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005, e descrever as condições de realização da pesquisa de campo. Partimos da compreensão que o trabalho é o elemento de mediação entre a qualificação profissional e as condições de vida.

Foram aplicados questionários a 184 participantes, sendo 114 (62%) oriundos do PlanTeQ 2004, e 70 (38%) originários do PlanTeQ 2005, desenvolvidos pelo governo do Estado de Pernambuco, no município do Recife. Os participantes da pesquisa têm o seguinte perfil: sujeitos entre 17 e 50 anos, de ambos os sexos, com nível mínimo de escolaridade de ensino básico fundamental incompleto e nível máximo de escolaridade de curso superior completo, com renda entre R\$ 800,00 e menor que um salário mínimo (R\$ 260,00 para 2004 e R\$ 300,00 para 2005).

Não há consenso na literatura acerca da metodologia empregada nos processos de avaliação. Aqui nos orientamos pela pertinência em aliar os métodos quantitativos e qualitativos de análise, em função tanto dos objetivos da pesquisa quanto da natureza complexa do objeto de estudo.

O método quantitativo é caracterizado pelo emprego da quantificação com a intencionalidade de garantir a precisão dos resultados, pois estes privilegiam o observável, o imediato, contribuindo para evitar distorções de análise e de interpretação, assegurando uma margem para as inferências (RICHARDSON, 1985).

O método qualitativo tem como objeto situações complexas, é caracterizado por possibilitar, de forma mais adequada, o entendimento de um fenômeno social, na medida em que privilegiam o universo de significados, crenças, valores e atitudes, contribuindo para explicar as relações entre o programa de qualificação e o sistema social mais amplo. Por entendermos que a implementação qualitativa de uma política ou programa condiciona os resultados que se deseja que sejam obtidos, nos pareceu fundamental considerar a complementaridade dos métodos quantitativos e qualitativos.

Consideramos ainda que a conjugação dos métodos nos permitiria articular os objetivos da pesquisa e dos PlanTeQs, por permitir trabalhar com um objeto complexo e que carece de: a) uma descrição adequada de seu contexto, do processo dinâmico que envolve a população

prioritária do programa; b) das particularidades dessa população, sendo estes indicadores do funcionamento da organização social e dos modelos políticos e econômicos que regulam a sociedade.

Com relação aos egressos, só foram considerados na pesquisa aqueles que haviam concluído o curso, pois, buscávamos a avaliação das mudanças significativas a partir dos cursos de qualificação, a conclusão dos cursos era, portanto, condição necessária.

As formas de acesso ao campo foram efetuadas seguindo as seguintes etapas:

A- Preparação para a coleta dos dados

Antes da elaboração do instrumento de coleta de dados, tivemos algumas reuniões com a Gerente da Agência do Trabalho (Agência Boa Vista) e a Gerente de Qualificação da mesma Agência. O objetivo era se apropriar do maior número possível de informações sobre o desenvolvimento dos PlanTeQs, no intuito de atualizar a experiência anterior da doutoranda com os cursos de qualificação desenvolvidos pelo PLANFOR e contribuir para o adequado desenvolvimento da pesquisa.

O acesso aos quadros referentes aos PlanTeQs 2004-2005, desenvolvidos na Região Metropolitana do Recife, possibilitou duas ações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa: a) seleção dos cursos desenvolvidos no município do Recife e a definição dos cursos profissionalizantes, com a exclusão daqueles considerados instrumentais, ou seja, aqueles que enriquecem o perfil do profissional, mas que são instrumentos para uma atividade de trabalho principal, prioritariamente quando se consideram as exigências de multiquificação e de perfis de qualificação mais elaborados. Os cursos retirados foram: Informática Básica, Informática Avançada, Qualidade no Atendimento, Qualidade de Vendas, Espanhol, Inglês, Saúde e Segurança no Trânsito, Relacionamento Interpessoal, Direção Defensiva, Educação Ambiental, e Desenvolvimento sustentável e Gestão em Qualidade em Serviço. A relação nominal dos egressos, fornecida também pela Agência do Trabalho, contendo os nomes e os números dos telefones, viabilizou o acesso aos mesmos, para contato e aplicação dos questionários.

B- O recorte da realidade a ser estudada apoiou-se nos seguintes critérios:

Reformulação do PLANFOR e emergência do PNQ, além da não consideração dos anos dos PlanTeQs de 2003 e 2006. Assim, o período abrangido pelo estudo mostra-se um determinante dos procedimentos adotados. Evitamos trabalhar com o ano de transição dos PlanTeQs (2003) devido a ser um ano atípico, em termos de número de cursos oferecidos, alunos

atendidos, além da verba e do tempo destinados para o desenvolvimento dos mesmos. A resolução do CODEFAT que criou o PNQ foi aprovada apenas no mês de julho de 2003. O PlanTeQ 2006 não foi considerado em função da conclusão do mesmo só ter se dado nos meses iniciais do ano de 2007.

A Agência do Trabalho é o Órgão do estado encarregado da coordenação das ações de qualificação desenvolvidos pelos PlanTeQs, atua em parceria com o governo federal, portanto era a fonte onde os dados necessários à pesquisa deveriam ser buscados.

Toda a etapa de coleta de dados empíricos contou com a colaboração de oito alunos do curso de graduação em Psicologia e de duas alunas do curso de Geografia. Duas alunas do curso de Psicologia e as duas do curso de Geografia tiveram uma participação mais breve, por motivos acadêmicos, e contribuíram na aplicação de 42 questionários do total de 184 efetuadas.

Foi fundamental a participação da pesquisadora na coleta dos dados da pesquisa, no sentido de conhecer e enfrentar as dificuldades emergentes ao longo do processo de coleta dos dados, bem como para a orientação adequada e pertinente dos alunos colaboradores frente às dificuldades encontradas e soluções possíveis.

Os primeiros contatos com os egressos foram feitos exclusivamente por telefone e consistiram nos seguintes passos:

- Identificação da pesquisadora ou do colaborador da pesquisa, com a apresentação do nome e da instituição que representavam (UFPE);
- Informação de que o nosso acesso era devido aos dados fornecidos pela Agência do Trabalho, identificávamos e confirmávamos a conclusão do curso frequentado e o ano;
- Em sequência, apresentávamos a proposta da pesquisa, esclarecendo o que pretendíamos investigar, destacando a liberdade do egresso em participar ou não, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Projeto de Pesquisa, e da cooperação necessária para o desenvolvimento do trabalho;
- Informávamos ainda o local de aplicação do questionário, que inicialmente se deu no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, porém, em seguida foi centralizado na Agência do Trabalho, pela facilidade de acesso. Com relação ao local há apenas a exceção de oito (8) participantes aos quais os questionários foram aplicados na Colônia Penal do Bom Pastor seis (6), e dois (2) que se encontravam na Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC);

- A seguir, informávamos sobre o fornecimento de passagens para o deslocamento de ida e volta ao local de aplicação dos questionários, a ser fornecida, para o caso da aceitação da participação;

- Uma vez aceita a participação, era agendado dia, hora e local para a aplicação do questionário;

- A orientação para a desistência da efetivação de cada aplicação do questionário era de três tentativas de contato telefônico, nos três expedientes (manhã, tarde e noite), respeitando o limite de 21h30min;

- Quando os contatos eram agendados para a semana seguinte, na semana da aplicação do questionário foi efetivado um novo contato para a confirmação do comparecimento;

- A duração média de aplicação do questionário foi de 35 a 45 minutos;

A coleta dos dados foi desenvolvida durante quatro (4) meses, no primeiro semestre de 2007, de forma intensiva para atender a definição do tamanho da amostra prevista estatisticamente, com margem de erro de 5% e confiabilidade de 95%. Tal intento não foi atingido devido às falhas nas informações e nas rejeições encontradas. Os dados disponíveis apresentavam fragilidades pela falta de informações completas, por enganos e/ou desatualizações nos registros, no que se refere aos números de telefones e de endereços, além da não conclusão do curso ou de não ter participado do curso, conforme as razões explicitadas na tabela a seguir. O estudo foi desenvolvido, portanto, considerando o universo da pesquisa, no intuito de obtermos o número máximo possível de aplicações dos questionários com base nos dados disponíveis.

Tabela 5 - Controle dos resultados da aplicação dos questionários PNQ 2004 - 2005

Situações Encontradas	Ano 2004	Ano 2005	TOTAL
Sem Número de telefone informado	611	509	1.120
Número de telefone informado errado	63	35	98
Números inválidos (81 na frente ou incompleto)	251	155	406
Não reside no número de telefone fornecido	92	32	124
Ocupado/ sem sinal/ desligado/ fora de área/ não recebe chamada/ número não existe/ caixa de mensagem/ não atende	280	141	421
Não pode/ não tem tempo	67	39	106
Não quer	33	24	57
Marcou e não compareceu ou desmarcou o encontro	46	30	76
Viajou (interior do Estado ou outro Estado)	4	1	5
Menor sem acompanhante	0	2	2
Trabalha e não tem tempo	25	15	40
Não lembra de ter feito o curso	4	0	4
Não concluiu o curso	8	14	22
Entrevistas realizadas	114	70	184
Faleceu	2	-	2
Não fez o curso	1	-	1
Entrevista inviabilizada (nunca está em casa)	-	2	2
TOTAL	1.601	1.069	2.670

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

7.3.1 Construção e Aplicação do Instrumento

Para a construção do instrumento de pesquisa consideramos o objeto de estudo e o objetivo da pesquisa. Orientamo-nos pelos objetivos da pesquisa avaliativa, a qual busca apreciar tanto o tempo (curto, médio e longo), quanto variáveis de diversas ordens, como o programa considerado, as condições de vida e a apropriação do saber cognitivo e social.

Como a implementação de políticas públicas gera produtos, resultados e impactos, tanto objetivos como subjetivos, consideramos este elemento na elaboração do questionário construído, a partir de perguntas “abertas” e “fechadas”, com múltiplas escolhas. A construção do questionário considerou três grandes temas da avaliação pretendida: dados pessoais, informações e avaliações sobre o curso e condições de vida. A divisão do questionário por temas buscou: a) delimitar um perfil do grupo, a partir da configuração dos dados pessoais; b) configurar a avaliação dos cursos de qualificação frequentados; c) investigar as mudanças que associam a qualificação profissional e as condições de vida. Cada um desses temas envolve diversas perguntas, na busca de abarcar o máximo possível as suas multidimensionalidades, tendo como

categorias a noção de condições de vida e de qualificação profissional no processo de globalização.

O questionário foi organizado segundo a seguinte orientação: dados pessoais, informações e avaliações sobre o curso e condições de vida dos egressos. As duas últimas perguntas do questionário merecem especial menção. A penúltima (3.22), por solicitar a livre indicação dos problemas que comprometem a qualidade de vida, o que o egresso pode fazer para mudar esta realidade e como os cursos de qualificação podem contribuir com esta mudança. A última (3.23), indaga sobre as mudanças na vida a partir do curso de qualificação. Estas duas questões tinham como objetivo verificar mais especificamente, que as demais, as mudanças indicadas pelos egressos associadas aos cursos do PlanTeQ. O conjunto das questões que compõem o questionário é que permitiu a construção da análise e das conclusões.

A opção pela utilização do questionário como instrumento de coleta de dados deveu-se a três fatores principais: 1- Utilização do universo da amostra; 2- Amplitude das informações necessárias para um melhor entendimento da questão da qualificação profissional na globalização e as mudanças significativas nas condições de vida dos egressos; 3- Agilidade para sistematização dos dados, inclusive para o uso de programas informáticos.

A elaboração do questionário foi facilitada pela experiência profissional anterior da pesquisadora tanto com o público prioritário dos PlanTeQs, como com o planejamento e organização dos cursos, no antigo PLANFOR. Consideramos também o conhecimento dos egressos acerca das temáticas desenvolvidas nos questionários.

O tipo de perguntas contidas nos questionários situa-se na categoria de perguntas abertas e fechadas. Tal escolha buscou atender as seguintes preocupações principais: obter informações sócio demográficas e também aprofundar as opiniões dos egressos. Estas questões consideradas conjuntamente deveriam permitir uma análise que viabilizasse o entendimento dos potenciais e limites dos PlanTeQs, captar as mudanças significativas nas condições de vida, indicadas pelos egressos, e possíveis associações com os cursos de qualificação.

No que se refere às perguntas fechadas buscamos colocar alternativas de respostas que incluíssem todas as possibilidades esperadas, com alternativas claramente excludentes e facilmente compreensíveis. Para esta construção nos apoiamos nas vantagens inerentes às perguntas fechadas: fáceis de codificar, agilidade para o preenchimento do questionário, não necessidade de escrita (RICHARDSON, 1985).

É pertinente destacar que as “questões fechadas”, referentes à avaliação do curso frequentado, foram prioritariamente classificadas como afirmativas e distribuídas nas categorias extremas de muito satisfatórias ou pouco satisfatórias e contempladas com classificações intermediárias.

Com relação às “perguntas abertas” o ponto central considerado foi a busca da variedade das respostas possíveis e aprofundamento das opiniões e suas justificativas. No que se refere tanto às avaliações dos cursos quanto às mudanças significativas decorrentes da participação nos mesmos, a partir das repercussões nas suas condições de vida. As questões formuladas solicitavam a indicação de até três respostas possíveis ou a explicitação do por que de uma resposta dada, em geral em seqüência a uma pergunta fechada. Por outro lado, foram disponibilizadas de duas a três linhas para o preenchimento das respostas, contribuindo para o balizamento do espaço disponível para as mesmas, e para confirmar a tendência de construção de frases não longas, já explicitadas nas perguntas.

A técnica de coleta de dados adotada foi a interativa. O objetivo foi o de buscar as informações pertinentes ao objeto de estudo, através da fala dos atores sociais (egressos), participantes da qualificação profissional sob estudo. O uso dessa técnica destaca a linguagem e o significado da fala na coleta de informações sobre o tema pesquisado numa situação face a face (MINAYO, 1994).

Após a elaboração do questionário, antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste com dez (10) participantes, o que levou-nos a efetivar pequenos ajustes na linguagem utilizada no intuito de facilitar a compreensão das questões. Solicitou-se aos sujeitos que respondessem ao questionário, fornecendo-se as mesmas instruções que seriam dadas na coleta de dados da pesquisa. Indagamos quais as dificuldades encontradas e procedemos aos ajustes pertinentes.

Durante o processo de coleta de dados percebemos que vários egressos não residiam no município do Recife, e sim em outros municípios da Região Metropolitana. Portanto, este seria um dado importante que deveria ter constado no questionário. Um dos municípios identificados não teve oferta de cursos no ano de 2003, em 2004 teve apenas 50 cursos, e em 2005 os cursos foram reduzidos para 25, seguindo a tendência de redução do número de cursos oferecidos, observada também no município do Recife, para os anos considerados.

A aplicação dos questionários ocorreu sempre de forma tranquila e cortes, com os egressos demonstrando muito interesse no resultado final da pesquisa. Ocorreu inclusive iniciativa de o egresso telefonar para informar antecipadamente sobre a impossibilidade de comparecer no dia marcado, e buscar remarcar a aplicação do questionário.

7.3.2 Configuração da Análise

O PNQ/PlanTeQ faz parte de uma política pública com objetivos de mudanças ou políticas ativas, portanto, a análise da mesma tem como objetivos as mudanças significativas desejadas nas condições de vida da população alvo.

Dentro da perspectiva de que o PNQ/PlanTeQ trabalha com uma população socialmente desfavorecida, privilegamos não só o sistema de conhecimento dos indivíduos, mas também a busca dos propósitos das políticas, de sua execução e das mudanças significativas sobre as condições de vida de seu público prioritário.

O modelo analítico aqui adotado lança mão do parâmetro de condições de vida. Para tanto foi necessário verificar não só se o estado desejado ocorreu, ou seja, a qualificação profissional e a obtenção de trabalho ou emprego, mas se a nova situação teve um desenvolvimento positivo, no sentido da melhoria das condições de vida. Do ponto de vista social e político a valorização do conhecimento e do julgamento dos educandos é um elemento relevante no processo de avaliação.

O procedimento utilizado na análise do questionário considerou a diferença entre “questões abertas e fechadas”. É necessário, portanto, um tratamento diferenciado na análise das mesmas.

No tratamento dado às respostas às “questões fechadas”, cada item foi tratado quantitativamente e acompanhado das respectivas percentagens. As questões estavam associadas principalmente à construção do perfil dos egressos.

A análise das respostas foi apoiada pelo programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), que é um software de aplicação estatística que permite o uso de métodos de estatística descritiva simples até análises multivariadas mais complexas, incluindo também a possibilidade de construção de gráficos. A rápida análise estatística efetuada por este programa o tornou um instrumento útil para os objetivos da pesquisa.

“Na análise da informação, as técnicas estatísticas contribuem para verificar informações, auxiliar na interpretação qualitativa, viabilizando conclusões menos subjetivas” (RICHARDSON, 1985, p. 48). As técnicas qualitativas permitem a verificação das respostas dos questionários e a expansão da compreensão das mesmas.

Na análise das respostas as “questões abertas” utilizamos como apoio o programa *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* (ALCESTE). Este realiza de forma automática a análise dos discursos produzidos como respostas às questões formuladas. Tal análise objetiva obter uma primeira classificação estatística, em função da distribuição de palavras dentro do enunciado, e tem por finalidade apresentar as palavras mais características referentes àquele enunciado.

Na presente pesquisa cada questionário constitui uma unidade de análise, compondo um conjunto de segmentos de textos que têm como base um conjunto de informações denominado de Unidades de Contexto Inicial (UCIs). Cada UCI identifica o seguinte conjunto de informações: número do sujeito, ano do PlanTeQ, sexo, idade, nível de escolaridade e estado civil do egresso e o curso. Um conjunto de contextos iniciais conforma um corpus de análise. As respostas textuais dadas pelos sujeitos compõem, em seu conjunto, as Unidades de Contexto Elementares (UCEs). “As várias UCEs são classificadas a partir da distribuição dos vocabulários em seu sentido semântico e pela raiz das palavras ou formas reduzidas compondo as classes, segundo a distribuição do vocabulário nas UCEs. O conjunto de UCEs é dividido em ‘função da frequência das formas reduzidas’ que geram uma matriz que produz uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), produzindo a classificação final” (CAMARGO, 2001, p. 4).

A descrição das classes de UCEs é feita então a partir de um dendrograma de CHD que informa a relação entre as classes (**R**) e informa ainda as UCEs mais características de cada classe. As UCEs podem incluir também a identificação dos sujeitos, dos cursos frequentados, as idades e o estado civil típico ou peculiar a cada classe. Uma classe representa um tema extraído do texto. O corpus é o conjunto de informações ou dados a ser analisado e classificado pelo programa, o que serve de base à análise a ser efetuada pelo ALCESTE e gerará a composição das classes obtidas.

Vale ressaltar ainda que os sujeitos são identificados por números, no intuito de preservar suas identidades e no reforço de que o nosso foco é o grupo de egressos dos PlanTeQs. A identificação codificada numericamente dos cursos encontra-se no Anexo 2.

A construção dos arquivos, a partir dos dados dos questionários, para trabalhar com o ALCESTE, seguiu a seguinte orientação: cursos, mudanças, mudanças significativas, em consonância com a proposta de análise. A análise dos dados requer a organização e divisão dos dados em partes que se relacionam, e a decisão de como proceder ao processamento dos dados e a análise. As questões que compõem o arquivo curso são: 2.1; 2.3; 2.4.7; 2.5; 2.6; 2.7; 2.8 (por que); 2.10. As questões incluídas no arquivo mudanças são: 2.9; 2.12; 2.13; 2.14. Finalmente, as questões inseridas no arquivo mudanças significativas são: 2.11; 2.14; 3.22 e 3.23. As duas últimas questões concentram informações acerca dos principais problemas que comprometem a qualidade de vida, quais as ações necessárias para mudar e como o curso pode contribuir nessa mudança. Solicita a hierarquização das mudanças ocorridas na vida do egresso e as contribuições do curso para essas mudanças. A liberdade de resposta às perguntas reforça a possibilidade de apreensão das mudanças significativas.

As questões 2.3; 2.7 e 2.8 foram tratadas simultaneamente tanto pelo ALCESTE quanto pelo SPSS, pois contêm elementos textuais, relativos ao por que das respostas dadas, que precisavam ser mais bem explorados.

Para a efetivação da análise considerou-se os relatórios trabalhados tanto pelo SPSS quanto pelo ALCESTE. Procurou-se configurar os dados estatísticos e os dados qualitativos na perspectiva de enriquecer a análise, tomando por base os dendrogramas elaborados pelo ALCESTE, referentes à CHD do corpus: curso, mudança, e mudanças significativas. Considerou-se na análise as categorias de qualificação profissional, condições de vida e globalização.

A interpretação dos dendrogramas respeitou as relações existentes entre as classes e os conteúdos de cada uma das classes. Os dados estatísticos fornecidos pelo SPSS foram incorporados a esta análise de acordo com a sua pertinência. Tal articulação contribuiu na interpretação qualitativa e viabilizou conclusões menos subjetivas.

8 O PLANTEQ EM PERNAMBUCO

8.1 A Demanda do Mercado de Trabalho em Pernambuco e o PlanTeQ

O modelo de política econômica vigente vem se mostrando incapaz de manter a coesão social e elege a educação como mecanismo integrador e elemento central na transformação da economia, pois no processo de globalização o conhecimento é associado aos recursos econômicos, como chave para atingir transformações estruturais e, conseqüentemente, para a legitimação político-social desses objetivos.

No cenário nacional a educação geral e profissional vem sendo colocada como elemento que é capaz de responder aos desafios postos pelas mudanças do mundo globalizado. Tal posição é foco de questionamentos polarizados. Em contraposição há os defensores da educação como instrumento para a emancipação social, econômica e política da população e do país, com a explicitação dos interesses em jogo.

No sentido de buscar respostas para os problemas sociais gerados a partir da participação do país nesse processo, o governo federal vem desenvolvendo Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda onde se inclui o Programa de Qualificação Profissional e sua expressão nos estados, os PlanTeQs. Para delinear um cenário do processo de desenvolvimento dos PlanTeQs no Estado de Pernambuco, passamos a descrever as características principais de seu desenvolvimento.

1- O modelo de Agência do Trabalho/PE/Recife envolve os seguintes serviços: intermediação - SINE; seguro-desemprego; programa Emprego Jovem (estadual), a partir do ano de 2000; programa Primeiro Emprego (federal), a partir do ano de 2002; qualificação profissional (PlanTeQ); micro crédito (estadual), a partir do ano de 2003, por iniciativa do governo do Estado em parceria com a Agência de Crédito (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP). Esta iniciativa do governo do estado foi justificada formalmente pelo número reduzido de operações, que não atendiam as fortes demandas do estado, além das exigências dos agentes oficiais de crédito (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste), no âmbito das ações do Programa de Geração de Renda (PROGER) de crédito para o pequeno empreendedor, de acordo com a Gerente da Agência do Trabalho e do Termo de Referência para Ações de Qualificação Social e Profissional em Pernambuco-2005.

2- O estado de Pernambuco, desde 1999, mantém um processo de habilitação e contratação das entidades executoras dos PlanTeQs efetivado por licitação pública. As empresas habilitadas são em seguida chamadas para negociar os cursos que darão e as metas a serem atingidas;

3- Em 16 de agosto de 2006 os dados referentes ao PlanTeQ de 2005 ainda estavam em processo de consolidação. Tal fato ocorre em função do término dos PlanTeQs se darem nos meses iniciais do ano seguinte;

4- De acordo com a documentação do MTE/ SPPE/DEQ as datas dos repasses de recursos referentes ao PlanTeQ 2004 até 3 de fevereiro de 2005 foi de R\$ 2 605.095,00 de um total de R\$ 3.256.369,00. Para o PlanTeQ 2005 a primeira parcela de R\$ 1.302.760,50 foi liberada pelo MTE em 19 de maio de 2005 e este valor liberado era o mesmo até o dia primeiro de setembro de 2005, ficando a segunda parcela do mesmo valor prevista para liberação em julho de 2006. Estes dados demonstram que até os meses iniciais do ano seguinte ao PlanTeQ ainda há liberação de verbas e, portanto, execução de cursos, o que compromete o planejamento e a execução das ações do PlanTeQ do ano seguinte.

Estes atrasos sistemáticos, sem entrar no mérito das causas, parecem indicar que não há uma caracterização de prioridade para essas ações, principalmente quando consideramos a informação constante na ata da 87ª Reunião Ordinária do CODEFAT, ocorrida em 13 de fevereiro de 2006 (p. 13) “O presidente do CODEFAT [...] recordando que nem existia, ainda, orçamento para 2006” (BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2006).

Neste sentido, a Resolução nº 527 do CODEFAT, de 29 de março de 2007, autoriza em caráter excepcional, a Secretaria de política Pública e Emprego a prorrogar a execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos, até 30 de abril de 2007.

5- As contrapartidas do estado se concretizam em números de educandos e têm o valor de 10% do valor do repasse do Convênio do FAT. Para o ano de 2004 a contrapartida foi de R\$ 260.506,50, para o ano de 2005 foi de R\$ 260.552,10, para 2003 foi de R\$ 180.749,78, conforme dados do MTE e da Agência do Trabalho/SINE/PE.

Para enriquecimento da compreensão dos dados referentes aos PlanTeQs 2004-2005 destacamos a seguir alguns elementos do “Estudo Prospectivo de Demanda do Mercado de Trabalho em Pernambuco - Relatório Final”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Sociais

Aplicadas (IPSA) em 2005, sob encomenda da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e da pesquisa sobre “Jovens no Mercado de Trabalho no Município do Recife- 2004” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2004).

Como primeiro elemento, temos que a economia do estado de Pernambuco apresenta uma menor expansão na ocupação (11,7%), comparativamente com dois outros Estados da Região, Bahia (16,4%) e Ceará (22,1%). Tal resultado é explicado no estudo como resultado de um forte ajuste estrutural no setor industrial e intensificação da especialização de alguns ramos de serviço pouco intensivos em mão de obra.

Condizente com estes dados a participação do número de desocupados na PEA do estado em 1992 era de 7,4% e em 2002 de 10,6%. Complementarmente o estudo indica uma queda na renda dos ocupados no estado no período considerado e informa que desde a implantação do plano de estabilização econômica nacional (Plano Real), em 1994, a remuneração do trabalho não apresenta tendência consistente de elevação (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005).

Os dados apresentados pelo DIEESE para o município do Recife, em relação à taxa de desemprego, destacam que este é mais elevado para os adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos e para os jovens entre 18 a 24 anos. A configuração apresentada para o desemprego é exibida na Tabela a seguir.

Tabela 6 - Taxa de desemprego, segundo faixa etária, município do Recife, 1998-2004: em percentagem

Atributos Pessoais	Taxa de Desemprego, segundo faixa etária						
	Períodos						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ¹
Total	20,3	20,3	18,4	19,6	19,00	21,8	22,1
Faixa etária							
10 a 17 anos	37,6	36,0	34,2	36,0	38,8	46,0	47,0
18 a 24 anos	33,7	33,7	31,7	34,6	34,7	38,0	39,2
25 a 39 anos	18,5	18,6	17,1	18,1	17,6	20,5	20,3
40 anos ou mais	9,7	10,4	8,8	9,5	9,0	11,0	11,2

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004, p. 17)

Nota (1) os dados do ano de 2004 referem-se ao período de janeiro a novembro

A redução do emprego, para o período considerado, se dá para todas as faixas de idade, particularmente para adolescente e jovens.

Os dados da Tabela (7) a seguir apresentam o desemprego para a Região Metropolitana do Recife e mostram a compatibilidade com os dados referentes ao Município.

Tabela 7 - Taxa de desemprego total (%) da região metropolitana e do município do Recife

Ano	Região Metropolitana	Município*
2003	23,2	21,8
2004	23,1	22,1
2005	22,3	-

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2006)

Se por um lado há no país e no estado uma tendência de crescimento do nível de escolarização da força de trabalho, por outro lado, há também um crescimento da desocupação. O município do Recife, tomando a categoria dos jovens com nível de ensino fundamental incompleto, registrou entre os anos de 2003 e 2004, uma redução na ocupação de 10,3%. Para os jovens com nível de escolaridade de ensino fundamental médio completo e incompleto apresentou uma expansão respectiva de 3,1% e 4,6%. A consideração da taxa de desemprego por faixa etária, no município, apresenta um crescimento contínuo entre os anos de 1998 e 2004 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2004).

Nesta direção, a distribuição da ocupação na Região Metropolitana do Recife é indicada, no estudo do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005), como sendo em 1991 de 34,0% da ocupação gerada no Estado, em 2003 a ocupação passa a ser de 37,3%, configurando uma variação de 22,2% para a Região Metropolitana e de 5,8% fora da Região Metropolitana. Para o município do Recife, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004), para os jovens entre 18 e 24 anos, considerando os anos de 2003 e 2004, o nível de instrução mantém uma relação direta com o nível de emprego, ou seja, níveis de escolaridade mais baixos representam menores chances de inclusão no mercado de trabalho. Assim, a ocupação gerada na Região Metropolitana e no município do Recife não é suficiente para absorver a força de trabalho disponível, mesmo com o crescimento dos níveis educacionais da população.

No que se refere à renda e ao nível de escolarização no estado, tendo como referência os indivíduos sem instrução, a Tabela (8) abaixo demonstra que para os diferentes intervalos de escolarização há uma tendência de queda na renda.

Tabela 8 - Renda e escolaridade em relação aos sem instrução (%) *

ANO	1 a 4 Anos de Estudo	5 a 8 Anos de Estudo	9 a 11 Anos de Estudo	Mais de 11 Anos de Estudo
1993	19,1	58,6	154,2	445,3
2003	10,4	32,7	95,8	353,5

Fonte: Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005, p. 31)

*Reprodução parcial dos dados da tabela original

As variações percentuais relativas a renda são identificadas em ordem decrescente, referentes aos níveis de escolaridade, ou seja, a diminuição de 19,1% para 10,4% dos ocupados com menor tempo de estudo, com referência aos sem instrução, equivale a uma diminuição de 45,7%, enquanto a diminuição de 445,3% para 353,6% dos ocupados com maior nível de estudo equivale a uma diminuição de 20,0% deste percentual. O fundamental é que para todos os intervalos considerados há uma tendência de queda na renda e que todos os níveis de escolarização são atingidos, embora uns mais do que outros.

No que se refere à renda e a faixa etária, no município do Recife, 87,6% dos jovens inseridos no mercado de trabalho recebem até dois (2) salários mínimos. “O rendimento real médio do total de ocupados declinou 5,8% entre 2003 e 2004, passando de R\$ 628,00 para R\$ 592,00” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2004, p. 22).

Assim, parece ficar evidente, que para os anos considerados há uma redução dos postos de trabalho e da renda, tanto para a Região Metropolitana quanto para o município do Recife, e que a escolarização não é capaz de assegurar nem o emprego nem a renda.

A redução das diferenças entre as rendas dos segmentos com carteira assinada, sem carteira assinada e conta própria, no estado:

em 1992 a renda dos sem carteira e conta-própria correspondia, respectivamente a 35,7% e 62,0% daquela dos empregados com carteira. Em 2003 a renda dos sem carteira e conta-própria correspondia, respectivamente a 49,8% e 63,6% dos empregados com carteira. Tal redução, evidentemente, decorre da maior redução da remuneração real dos empregados com carteira (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005, p. 37).

A queda na renda parece ser um fenômeno generalizado no mercado de trabalho no estado, particularmente para o mercado formal, concretizando a desvalorização do trabalho frente ao capital, inerente ao processo de globalização econômica atual.

A predominância do segmento informal⁹ na estrutura ocupacional do estado: no que se refere ao grau de formalidade das ocupações o estudo indica que em 1992 o segmento formal correspondia a 32,0% das pessoas ocupadas e o informal a 68,0% destas.

Em 2003 temos respectivamente os percentuais de 32,0% e 67,8%, portanto sem nenhum crescimento do segmento formal no período de 11 anos e mantendo, aproximadamente, o mesmo elevado percentual de informalidade, evidenciando a predominância do segmento informal no estado.

Para os grandes ramos de atividade no Estado, “a estrutura da ocupação apresenta uma variação positiva apenas para o setor de serviços e agropecuário, respectivamente de 22,1% e de 6,6%” (ARAÚJO; LIMA, 2004, p. 43). Para o município do Recife a estrutura ocupacional para os jovens também tem preponderância do setor de serviços (53,5%) e do comércio (24,3%).

Considerando as Regiões de Desenvolvimento do estado que absorvem mais mão de obra formal e os anos de 1991 e 2000, temos que a Região Metropolitana, juntamente com a Região da Zona da Mata, apresenta a “maior presença relativa dos ocupados empregados com carteira, refletindo o peso relativo do setor de serviços e da indústria” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005, p. 80).

O intervalo de idade que apresenta maior probabilidade de obter um emprego formal é o de 21 a 30 anos, considerando o grupo dos ocupados nesta faixa etária “em relação aos mais jovens, apresenta um impacto sobre a probabilidade de estarem numa ocupação formal em torno de 29,4%” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005, p. 80). A experiência anterior de trabalho pode estar exercendo um papel importante neste indicador.

⁹ A constituição do segmento informal abrange “ocupações sem vínculo formal de qualquer espécie, o que inclui, além dos empregados sem carteira, os conta-própria sem contribuição para a previdência oficial, os trabalhadores para uso e consumo próprio e os sem remuneração” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2005, p. 39).

Na distribuição do emprego, para a Região Metropolitana no ano de 2002, as três principais atividades que mais absorvem mão de obra são: Polo Informático (95,9%); Polo Gastronômico (87,6%); Pólo de Estabelecimentos Hoteleiros e Outros Tipos de Alojamento Temporários (83,7%). Assim, de acordo com os dados apresentados Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005), o setor de serviços é o principal empregador na Região Metropolitana. Neste sentido os cursos oferecidos pela Agência do Trabalho, PlanTeQs 2004-2005, contemplam essencialmente o setor de serviços. Este setor é indicado como potencial gerador de emprego ou de atividades autônomas pelos estudos em referência.

Considerando o grupo dos empregados no estado, o sexo tem papel relevante, pois na condição de ocupação formal ou informal, com todas as demais características semelhantes, os homens têm elevada em 7,3% a probabilidade de estar na condição formal de trabalho. A Tabela (9) apresenta os dados dos egressos com relação ao sexo e a escolaridade, com destaque para o nível do ensino médio completo e o sexo feminino.

Tabela 9 - Distribuição dos egressos por sexo com relação à escolaridade

Sexo	Escolaridade dos Entrevistados						TOTAL
	Fund. Completo (8ª série)	Fund. Incomp.	Médio Comp.	Médio Incomp.	Super. Comp.	Superior Incomp.	
Masculino	3	14	47	26	1	7	98
%	1,64	7,60	25,54	14,13	0,54	3,80	53,25
Feminino	3	7	56	11	1	8	86
%	1,64	3,80	30,44	6,00	0,54	4,34	46,76
Total	6	21	103	37	2	15	184
%	3,30	11,40	55,98	20,11	1,1	8,15	100

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Dos cursos realizados pelos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005 os que tiveram maior número de alunos foram: Telemarketing, Mecânica Geral, Artesanato em Geral. A maioria dos cursos está incluída no setor de serviços, conforme demonstra a Tabela (10) abaixo.

Tabela 10 - Curso de qualificação

Curso de Qualificação	Frequência	%
Mecânica Geral	18	9,8
Recepcionista (hospitalar, geral e hotel)	10	5,4
Recreacionista	2	1,1
Serigrafia	9	4,9
Telemarketing	45	24,5
Artesanato em geral	18	9,8
Bijouterias	9	4,9
Fotografia para o turismo	8	4,3
Garçom	6	3,3
Grafitagem	1	0,5
 Holding- oper. de equip. e amplif. de som	6	3,3
Manutenção de microcomputadores	2	1,1
MOPE - Mov. e op. de produtos perigosos	5	2,7
Preparação de doces e salgados	4	2,2
Segurança turística	1	0,5
Edição de vídeo	5	2,7
Eletricidade básica	16	8,7
Costura industrial	3	1,6
Mecânico automóvel - injeção eletrônica	8	4,3
Operador de caixa	5	2,7
Padeiro confeiteiro	3	1,6
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

O mercado de trabalho no município do Recife é caracterizado, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004), por uma ocupação frágil, com destaque para as relações informais de trabalho e marcado por ocupações e atividades precárias (sem carteira assinada, trabalho autônomo e emprego doméstico).

Os dados apresentados na seção (7.1) indicam que o cenário do mercado de trabalho no estado e no município apresenta um contexto difícil para a absorção da mão de obra. Carece de políticas transformadoras da realidade político-econômica, paralelas a ações de cunho emergencial de qualificação profissional e ações de planejamento estruturantes e/ou reestruturantes da economia, da sociedade e da educação geral e profissional.

8.2 O Perfil dos Egressos

Considerando os 184 sujeitos participantes da pesquisa, temos em um primeiro e global nível de análise o seguinte perfil: A maioria (65.2%) encontra-se na faixa etária de 17 a 24 anos; são solteiros (82.1%); são do sexo masculino (53.3%); têm nível de escolaridade de ensino médio completo (56.0%). Tais dados estão sistematizados nas Tabelas a seguir.

Tabela 11 - Idade dos egressos

Idade	Frequência	%
17	5	2,7
18	20	10,9
19	18	9,8
20	22	12,0
21	16	8,7
22	13	7,1
23	14	7,6
24	12	6,5
25	9	4,9
26	7	3,8
27	4	2,2
28	3	1,6
29	4	2,2
30	3	1,6
31	5	2,7
32	1	0,5
33	1	0,5
34	3	1,6
35	5	2,7
36	3	1,6
37	4	2,2
38	2	1,1
39	2	1,1
40	2	1,1
41	3	1,6
44	1	0,5
49	1	0,5
50	1	0,5
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

A partir da Tabela acima (11) temos que: 65,0% dos egressos têm entre 17 e 24 anos; 31,0% têm entre 25 e 39 anos e 4,2% têm acima de 40 anos.

Tabela 12 - Estado civil dos egressos

Estado Civil	Frequência	%
Casado	31	16,8
Solteiro	151	82,1
Viúvo	2	1,1
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Tabela 13 - Sexo dos egressos

Sexo	Frequência	%
Masculino	98	53,3
Feminino	86	46,7
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Tabela 14 - Escolaridade dos egressos

Escolaridade	Frequência	%
Ensino Fundamental Completo (1ª a 8ª)	6	3,3
Ensino Fundamental Incompleto	21	11,4
Ensino Médio Completo (2º grau)	103	56,0
Ensino Médio Incompleto	37	20,1
Curso Superior Completo	2	1,1
Curso Superior Incompleto	15	8,2
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Numa análise mais fina e considerando as faixas de idade como referência, temos:

Para o perfil dos jovens de **17 a 24** anos, ou 65,2% (120) dos egressos encontram-se nesta faixa etária sendo que: 35,4% (65) têm entre 17 e 20 anos e 29,8% (55) têm entre 21 e 24 anos.

Considerando o conjunto desta faixa etária em relação ao universo temos: Estado civil: 58,7% (108) são solteiros e 6,0% (11) são casados; 0,5% (1) viúvo. Sexo: 38,1% (70) são homens e 27,2% (50) são mulheres;

Temos então que os egressos entre 17 e 24 anos são a maioria dos participantes da pesquisa: 65.2% (120). Dentre estes 90,0% (108) são solteiros: 58,3% (70) homens e 55.0% (66) possuem o ensino fundamental médio completo.

Para o perfil dos egressos entre **25 e 39 anos**: 30,4% (56) dos participantes encontram-se nesta faixa etária, destes:

Estado civil: 20,7% (38) são solteiros e 9,3% (17) são casados; 0,5 (1) viúvo. Sexo: 12,5% (23) são homens e 18,0% (33) são mulheres;

Temos que os egressos entre 25 e 39 anos correspondem a 30,5% (56) dos participantes da pesquisa. Dentre estes 68,0% (38) são solteiros; 59,0% (33) mulheres e 62,5% (35) possuem o ensino fundamental médio completo.

Para o perfil dos egressos entre **40 a 50 anos**, 4,3% (8) dos participantes encontram-se nesta faixa etária, destes: Estado civil: 2,8% (5) são solteiros e 1,6% (3) são casados; Sexo: 2,7% (5) são homens e 1,7% (3) são mulheres;

Temos que os egressos entre 40 e 50 anos correspondem a 4,34% (8) dos participantes da pesquisa. Dentre estes 62,5% (5) são solteiros; 62,5 (5) homens e 25,0% (2) possuem o ensino fundamental médio completo.

Desagregando a faixa etária por nível de escolaridade temos o seguinte perfil:

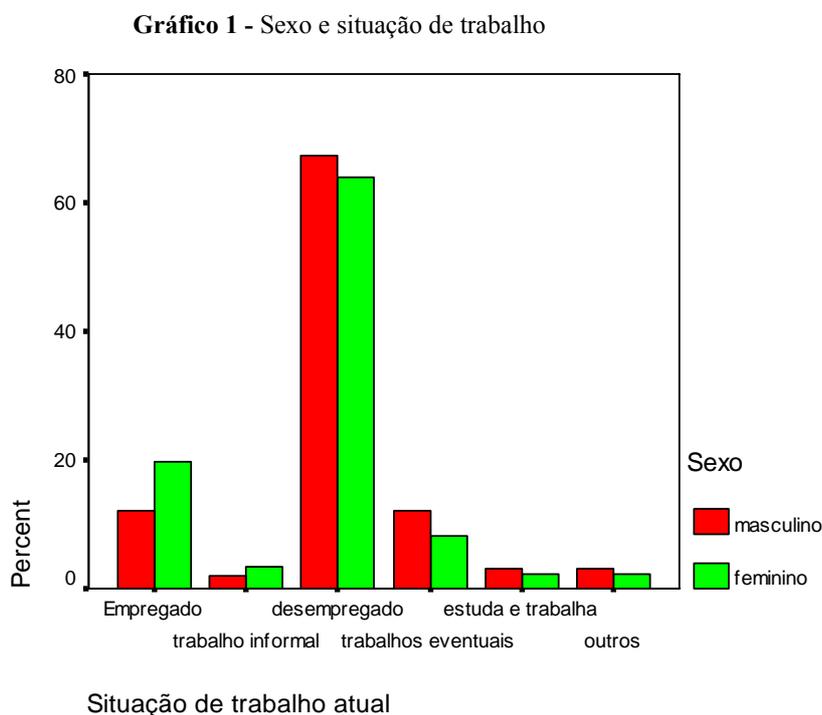
Escolaridade: **17 – 24 anos**. 4,17% (5) têm nível de escolaridade de ensino fundamental completo (1ª a 8ª série); 7,5% (9) têm ensino fundamental incompleto; 55,0% (66) têm ensino médio completo; 27,5% (33) têm ensino médio incompleto e 5,80% (7) têm ensino superior incompleto.

Escolaridade: **25 – 39 anos**. 1,8% (1) tem nível de escolaridade de ensino fundamental completo; 19,7% (11) têm nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto; 62,5% (35) têm ensino fundamental médio completo; 3,6% (2) têm ensino fundamental médio incompleto; 1,8 (1) têm curso superior completo e 10,7% (6) têm curso superior incompleto.

Escolaridade: **40 – 50 anos**. 12,5% (1) tem nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto; 25,0% (2) têm ensino médio completo; 25,0%; (2) têm ensino médio incompleto; 12,5% (1) têm curso superior completo e 25,0% (2) têm curso superior incompleto.

A partir dos dados acima podemos afirmar que, considerando a faixa etária, temos que para as três faixas de idade, a maioria é solteira, do sexo feminino, estando a maioria 59,0% (33) na faixa etária entre 25 e 39 anos. Porém, considerando o universo da pesquisa, na comparação

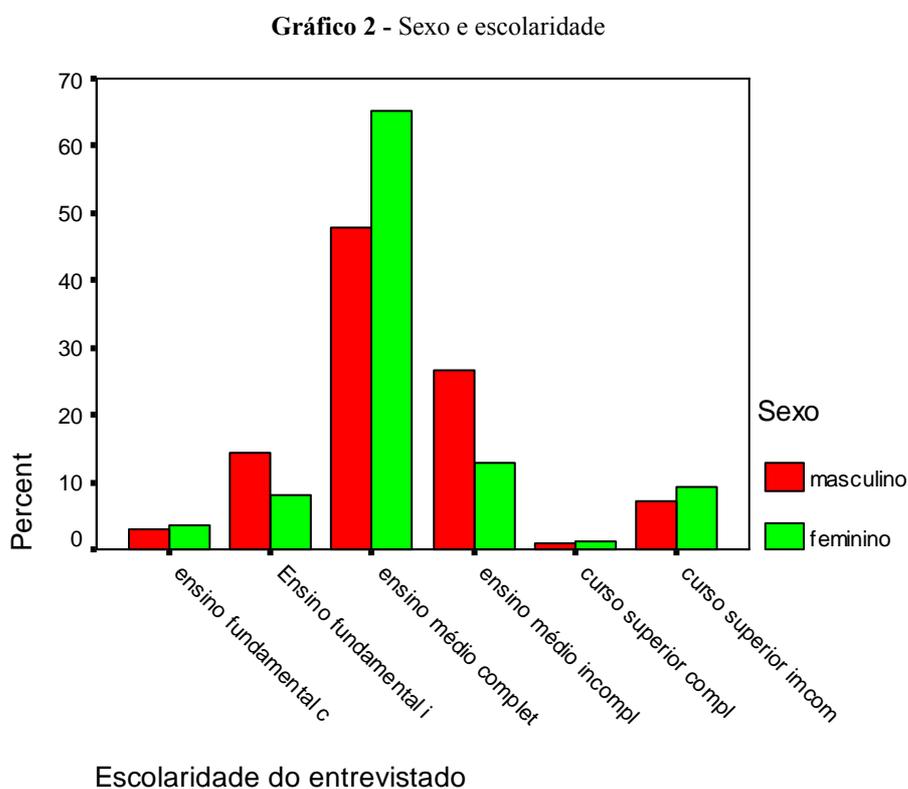
entre o sexo e a situação de trabalho, temos: empregados 9,2% (17) mulheres e 6,5% (12) homens; trabalho informal: 1,6% (3) mulheres e 1,1% (2) homens; trabalhos eventuais: 3,8% (7) mulheres e 6,5% (12) homens; desempregados: 29,9% (55) mulheres e 35,9% (66) homens; estuda e trabalha: 1,1% (2) mulheres e 1,6% (3) homens; outros 1,1% (2) mulheres e 1,6% (3) homens. No total 65,8% (121) egressos estão desempregados. O Gráfico 1 abaixo apresenta a síntese dos dados.



Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora

Tais dados são corroborados pelo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004) que delimita o mercado de trabalho no município do Recife como configurado por maior presença de mulheres jovens em relação aos homens jovens, sem entrar no mérito da formalidade e da informalidade das relações de trabalho. O elevado desemprego e formas precárias de inserção da força de trabalho são outras marcas do mercado de trabalho local. Talvez, as mulheres tenham menor nível de exigências e possibilidade de escolhas, frente ao mercado de trabalho, embora sejam mais numerosas no nível de escolarização no ensino

fundamental médio completo 30,4% (56) em relação aos homens 25,55% (47). O Gráfico 2 resume os dados encontrados.



Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora

O Gráfico 2 também destaca que para o perfil dos egressos empregados o nível de escolaridade concentra-se no ensino básico médio completo de ensino fundamental médio. O Anexo cinco (5) apresenta os dados principais sobre os egressos empregados.

A próxima tabela sistematiza os dados referentes à situação de trabalho atual dos egressos, relacionados à intermediação.

Tabela 15 - Situação de trabalho atual dos egressos e as ações da intermediação

Situação de Trabalho Atual	Após o Curso				TOTAL
	Cadastrou-se no SINE	Foi encaminhado a algum emprego	Ficou no Emprego	Nenhuma das Alternativas	
Empregado	12	5	4	8	29
%	6,5	2,7	2,2	4,3	15,8
Trabalho Informal	-	2	-	3	5
%	-	1,1	-	1,6	2,7
Desempregado	57	16	2	46	121
%	31,0	8,7	1,1	25,0	65,8
Trabalhos Eventuais	7	3	-	9	19
%	3,8	1,6	-		10,3
Estuda e Trabalha	1	2	1	1	5
%	5,0	1,1	5,0	5,0	2,7
Outros	2	1	1	1	5
%	1,1	5,0	5,0	5,0	2,7
TOTAL	79	29	8	68	184
%	42,9	15,8	4,3	37,0	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

De acordo com a Tabela 16 apenas 15.8% (29) egressos dos cursos estão empregados, 65,8% (121) estão desempregados, 2.7% (5) estudam e trabalham e os demais se distribuem entre atividades de trabalho informal, eventual, procurando emprego e outros.

Do conjunto de dados da Tabela 16 temos que além dos 42,9% (79) cadastrados no SINE, 15,0% (29) foi encaminhado a algum emprego, 4,3% (8) ficou no emprego e 37,0% (68) não se encaixam em nenhuma das alternativas indicadas.

A relação entre o emprego e o nível de escolaridade indica que os egressos com nível de ensino fundamental médio (segundo grau) são os que têm maior percentual de inserção. A Tabela 16 a seguir sumariza estes dados.

Tabela 16 - Situação de trabalho atual X escolaridade dos egressos

Situação de trabalho atual	Escolaridade do entrevistado						Total
	ensino fundamental completo (1ª a 8ª)	Ensino fundamental incompleto	ensino médio completo (2º grau)	ensino médio incompleto	curso superior completo	curso superior incompleto	
Empregado	1	3	17	2	1	5	29
	0.5%	1.6%	9.2%	1.1%	0.5%	2.7%	15.8%
trabalho informal			4			1	5
			2.2%			0.5%	2.7%
desempregado	4	16	65	31		5	121
	2.2%	8.7%	35.3%	16.8%		2.7%	65.8%
trabalhos eventuais	1	2	10	4	1	1	19
	0.5%	1.1%	5.4%	2.2%	0.5%	0.5%	10.3%
estuda e trabalha			2			3	5
			1.1%			1.6%	2.7%
outros			5				5
			2.70%				2.70%
Total	6	21	103	37	2	15	184
Total%	3.3%	11.4%	56.0%	20.1%	1.1%	8.2%	100.0%

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Com relação à renda familiar a maior concentração dos rendimentos se encontra na faixa de 1 a 2 salários mínimos. A Tabela a seguir apresenta a distribuição da renda familiar dos egressos.

Tabela 17 - Rendimento mensal familiar por classe de rendimento (abril 2007)

Classe de Rendimento	Frequência	%
Não Informado	17	9,2
Não Sabe	7	3,8
Não Tem	1	0,5
Menos de 1 salário mínimo	32	17,3
de 1 a 2 salários mínimos	80	43,4
mais de 2 a 3 salários mínimos	23	12,5
mais de 3 a 4 salários mínimos	9	4,9
mais de 4 a 5 salários mínimos	2	1,1
mais de 5 a 6 salários mínimos	8	4,3

mais de 6 a 7 salários mínimos	2	1,1
mais de 10 a 11 salários mínimos	2	1,1
mais de 13 a 14 salários mínimos	1	0,5
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Com relação ao nível de instrução dos egressos, comparativamente com a família de origem, há uma redução no número de filhos com nível de ensino fundamental básico completo e incompleto. Há, para os egressos, um paralelo crescimento do nível de ensino fundamental médio completo e incompleto, quando comparado aos pais. No que se refere ao nível de ensino superior completo e incompleto, temos que considerar que a maioria dos egressos se encontra na faixa etária de 17 a 24 anos, portanto, ainda num momento de conclusão da formação escolar. Podemos afirmar apenas que entre os 17 egressos com nível superior, seis (6) ainda estão frequentando os cursos, 9 abandonaram e 2 concluíram o curso de Letras (Anexo 4). A Tabela a seguir sintetiza os dados referentes à escolaridade familiar dos egressos.

Tabela 18 - Nível de instrução dos egressos e dos pais (%)

Nível de Instrução	Pai	Mãe	Egressos
Não Informado	20,7	8,2	-
Ensino Básico Fundamental Completo	10,3	9,8	3,3
Ensino Básico Fundamental Incompleto	32,6	35,3	11,4
Ensino Básico Médio Completo	21,7	27,7	56,0
Ensino Básico Médio Incompleto	6,0	5,4	20,1
Curso Superior Completo	4,3	5,4	1,1
Curso Superior Incompleto	-	1,1	8,2
Analfabeto	3,3	4,3	-
Assina o Nome	1,1	2,7	-

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

De acordo com o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007), o número de vagas nas instituições de Ensino Superior (IES), entre 1991 e 2005 cresceu 470%. Com o maior crescimento se dando a partir de 1999. No conjunto das IES, o número de vagas se

encontra assim distribuída: 57,0% nas Instituições Particulares; 31,0% nas Instituições Privadas Confessionais e Filantrópicas; 5,0% nas Instituições Federais e 5,0% nas Estaduais; 2,0% nas Instituições Municipais. Essa distribuição de vagas comparada com a renda familiar e a situação de desemprego dos egressos parece indicar que o acesso ao nível de ensino superior está comprometido para este grupo, embora compatível com a defesa dos organismos internacionais de priorização, pelo governo, apenas para o ensino básico fundamental.

Acrescentamos ainda que 39,1% (72) dos egressos recebem ajuda financeira e 60,3% (111) não dispões desta ajuda. Os pais são os principais provedores deste auxílio.

As Tabelas 19 e 20, expõe uma síntese das formas de acesso a informação sobre o PlanTeQ.

Tabela 19 - Distribuição dos egressos, segundo a fonte de acesso as informações sobre o PNQ

Acesso à Informação	Frequência	%
TV	2	1,1
Agência do Trabalho	76	41,3
Amigos	64	34,2
Outros	42	23,4
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Tabela 20 - Outras fontes de acesso a informações sobre o PNQ

Outros	Frequência	%
Através da Colônia	4	2,2
Através do Curso de Telemarketing	1	0,5
Centro Comunitário	1	0,5
Centro de Solidariedade	1	0,5
Escola	16	8,7
Estação Futuro	2	1,1
Faculdade de Enfermagem UPE	1	0,5
Família	9	4,9
Igreja dos Mórmons	3	1,6
Senae	1	0,5
Centro de Habilitação	1	0,5
Terapeuta	1	0,5
Vereador de Moreno	1	0,5

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

O acesso à informação sobre os cursos se dá para 41,3% (76) por meio da Agência do Trabalho. Em segundo lugar, 34,7% receberam a informação por meio de amigos e 22,8% de outras fontes. A categoria outros envolve a escola, a família e a Igreja dos Mórmons, dentre outras fontes. Tais dados destacam a importância da rede de sociabilidade.

8.3 Avaliação dos PlanTeQs pelos Egressos

Considerando que mais de 50% dos egressos têm o nível de escolarização de ensino básico médio completo e que este grupo é o que apresenta maiores chances relativas de ingressar no mercado de trabalho formal, e entendendo que a Região Metropolitana do Recife, juntamente com a Região de Desenvolvimento da Mata, é a que apresenta a maior presença relativa dos ocupados, de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005), temos que 88% dos sujeitos não trabalha em atividades relacionadas aos cursos frequentados.

Tabela 21 - Trabalha em atividade relacionada ao curso de qualificação realizado

Trabalho/Curso	Frequência	%
Sim	22	12,0
Não	162	88,0
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Os egressos que afirmam trabalhar em áreas relacionadas aos cursos de qualificação destacam os seguintes cursos: Costura Industrial (1), Eletricidade Básica (2), Telemarketing (4), Garçom (1), Movimentação e Operação de Cargas e Produtos Perigosos - MOPE (1), Operador de Equipamento e Amplificação de Som – ROADIE (1) Segurança Turística (1), Recepcionista (1).

O relatório dos dados emitidos pelo ALCESTE nos permite acrescentar que os sujeitos indicam a falta de articulação entre a qualificação profissional e a intermediação da mão-de-obra como elemento comprometedor da política pública de geração de emprego e renda, o que é reforçado pela reiterada preocupação e insistência dos documentos do CODEFAT, no sentido de promover e assegurar esta articulação.

De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2005, 2006), para a Região Metropolitana do Recife, os empregados com carteira assinada eram

em 2002, 31,6%: em 2003, 32,2%: em 2004, 33,2%; em 2005, 34,6%. Se por um lado, os dados informam uma trajetória contínua, lenta e crescente, por outro lado, indicam uma baixa formalização do trabalho quando se considera a posição na ocupação. Os dados apresentados parecem reforçar as conclusões do estudo efetuado pelo Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004), no sentido de indicar as dificuldades do mercado de trabalho. Nesta direção cabe indagar como é possível ao SINE/PE/Recife proceder a intermediação da força de trabalho qualificada pelos PlanTeQs, se a oferta de vagas de emprego formal vêm tendo uma expansão muito lenta e recente. Cabe então concordarmos com o exposto pelos cientistas sociais (MARTINS et al., 2003) e pela Organização Internacional do Trabalho (2006a,b), no sentido da necessidade de crescimento econômico e de inversão do trabalho para a posição central nos esforços do desenvolvimento econômico, reequilibrando as políticas econômicas e sociais, hoje com forte predomínio econômico.

Após a exposição destes elementos cabe agora analisarmos alguns dados sobre a avaliação efetuada pelos egressos acerca dos cursos de qualificação profissional.

8.3.1 Avaliação da Qualificação Profissional

Dentre os cursos de qualificação executados, os com maior número de alunos são: Telemarketing, Mecânica Geral e Artesanato em Geral. A maioria dos cursos está incluída no setor de serviços conforme os dados da Tabela 22 abaixo.

Tabela 22 - Curso de qualificação frequentados

Curso de Qualificação	Freqüência	%
Mecânica Geral	18	9,8
Recepcionista (hospitalar, geral e hotel)	10	5,4
Recreacionista	2	1,1
Serigrafia	9	4,9
Telemarketing	45	24,5
Artesanato em geral	18	9,8
Bijouterias	9	4,9
Fotografia para o turismo	8	4,3
Garçom	6	3,3
Grafitagem	1	0,5

Holdings- oper.de equip e amplif. de som	6	3,3
Manutenção de microcomputadores	2	1,1
MOPE - Mov. e op. de produtos perigosos	5	2,7
Preparação de doces e salgados	4	2,2
Segurança turística	1	0,5
Edição de vídeo	5	2,7
Eletricidade básica	16	8,7
Costura industrial	3	1,6
Mecânico automóvel - injeção eletrônica	8	4,3
Operador de caixa	5	2,7
Padeiro confeitoiro	3	1,6
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Do ponto de vista gerencial, envolvendo o planejamento e a execução dos cursos, com relação às perguntas fechadas, as avaliações dos sujeitos foram muito positivas. É importante considerar que quando as questões eram abertas e exigiam uma justificativa para as respostas dadas, todas foram repletas de nuances, questionamentos e indicações de pontos fundamentais como passíveis de revisões e mudanças, tanto sobre o desenvolvimento dos cursos, quanto sobre a sua concepção. Tais elementos serão articulados a estes mais à frente. Neste momento apresentaremos exclusivamente as avaliações referentes às “questões fechadas”.

Com relação à qualidade do curso 85.3% (157) dos sujeitos considerou-os “ótimo” ou “bom” e 14.7% (27) “regular” ou “péssima”. As “questões abertas” reforçam esta avaliação, mas apresentam elementos fundamentais que relativizam esta afirmação.

Tabela 23 - Qualidade do curso

Qualidade	Frequência	Percentual
Ótima	93	50,5
Boa	64	34,8
Regular	22	12,0
Péssima	5	2,7
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

No que se refere às condições de infraestrutura, o local de funcionamento foi considerado por 84.2% (155) dos egressos como satisfatório e muito satisfatório e 15.8% (29), considerou-o

insatisfatório ou pouco satisfatório. Os dados obtidos através do ALCESTE indicam que quando o local é amplo e silencioso contribui para a aprendizagem.

Tabela 24 - Local de funcionamento do curso

Local	Frequência	%
Satisfatório	113	61,4
Insatisfatório	16	8,7
Muito Satisfatório	42	22,8
Pouco Satisfatório	13	7,1
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Do ponto de vista do planejamento o horário de funcionamento dos cursos foi indicado por 88.0% (162) dos sujeitos como satisfatório e muito satisfatório e 11.9% (22) o indicou como insatisfatório e pouco satisfatório. No relatório dos dados emitido pelo ALCESTE este dado é reforçado com a indicação de que este é um elemento que contribui tanto para a aprendizagem como para o interesse dos alunos.

Tabela 25 - Adequação do horário de funcionamento do curso

Horário	Frequência	%
Satisfatório	127	69,0
Insatisfatório	8	4,3
Muito Satisfatório	35	19,0
Pouco Satisfatório	14	7,6
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

O número de horas do curso foi considerado por 82.1% (151) dos egressos como satisfatório e muito satisfatório, sendo que 18.0% (33) o classificou como insatisfatório e pouco

satisfatório. Nas questões referentes a este item que admitiam “respostas abertas” os dados não corroboram estas afirmações, inversamente indicam que estas precisam ser ampliadas. Esta questão será retomada mais adiante.

Tabela 26 - Carga horária dos cursos

Quantidade	Frequência	%
Satisfatório	126	68,5
Insatisfatório	11	6,0
Muito Satisfatório	25	13,6
Pouco Satisfatório	22	12,0
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

No que se refere ao desenvolvimento dos cursos, no seu aspecto didático e pedagógico, o material didático é apontado por 71.2% (131) dos sujeitos como satisfatório e muito satisfatório, sendo este o menor percentual indicado dentre todas as avaliações efetuadas sobre este conjunto de questões. O percentual de 28.3% (52) referente à avaliação de insatisfatório e pouco satisfatório, para este item, também é o mais elevado quando comparado com os demais. Tal avaliação encontra consonância com as respostas às questões abertas e que admitiam uma explanação maior sobre a avaliação dos cursos, como se verá mais à frente.

Tabela 27 - Material didático utilizado

Material Didático	Frequência	%
Satisfatório	89	48,4
Insatisfatório	16	8,7
Muito Satisfatório	42	22,8
Pouco Satisfatório	36	19,6
Não respondeu	1	0,5
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora – 2007

O desempenho dos professores obteve a indicação de 91.3% (168) das indicações de classificação satisfatório e muito satisfatório, com este percentual sendo dividido quase igualmente entre as duas alternativas. Complementarmente, as repostas dos egressos para as possibilidades insatisfatório e pouco satisfatório, têm o menor percentual, ou seja, 8.7%, (16), quando consideramos o conjunto da sistematização dos dados. Nas respostas abertas referentes à avaliação dos professores, estes também são indicados, em sua maioria, como muito capazes e elemento essencial no sucesso dos cursos de qualificação.

Tabela 28 - Desempenho dos professores

Desempenho	Frequência	%
Satisfatório	92	50,0
Insatisfatório	3	1,6
Muito Satisfatório	76	41,3
Pouco Satisfatório	13	7,1
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Observando-se o conjunto das respostas dos egressos, referentes à avaliação dos cursos, podemos indicar que além de uma avaliação majoritariamente positiva, para os itens pesquisados, há em todas elas avaliações de insatisfação e/ou de pouca satisfação dos sujeitos com os cursos, com percentuais que vão de 8.7%, para o desempenho dos professores, a 28.4% para o material didático utilizado. São, portanto, avaliações que demonstram diferentes níveis de insatisfação, as quais serão mais bem exploradas a seguir.

8.4 Avaliação dos Cursos pelos Egressos

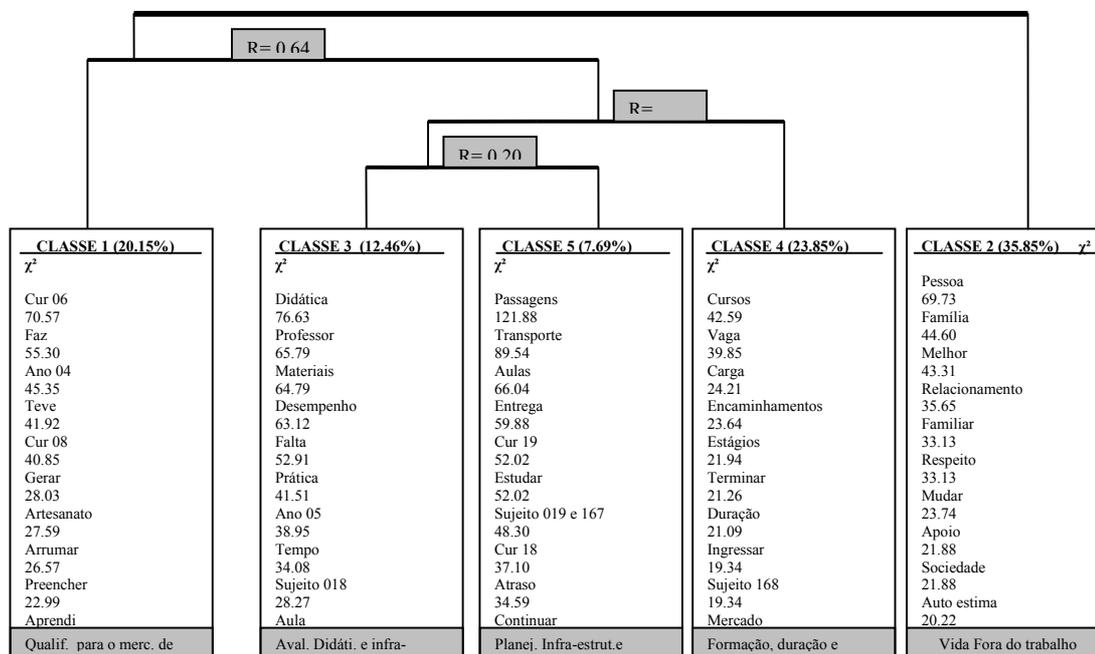
De acordo com os relatórios dos dados emitidos pelo programa ALCESTE, foi obtido um dendrograma com cinco classes, o qual está subdividido em dois eixos. O primeiro eixo é composto pelas classes Qualificação para o Mercado de Trabalho (1), Avaliação Didática e

Infraestrutura (3), Planejamento, Infraestrutura e Logística (5), e Formação, Duração e Prática (4), e o eixo dois é formado pela classe Vida Fora do Trabalho (2).

O dendrograma referente aos cursos dos PlanTeQs apresenta as seguintes características gerais:

- a) O corpus analisado continha 184 Unidades de Contextos Iniciais (UCIs), o que corresponde ao número total de discursos produzidos. Estes discursos foram decompostos em 951 Unidades de Contextos Elementares (UCEs) das quais 100% foram analisadas;
- b) A divisão do dendrograma em dois eixos indica uma relação de oposição entre o primeiro eixo, formado pelas classes: Qualificação para o Mercado de Trabalho (1), Avaliação Didática e Infraestrutura (3), Planejamento, Infraestrutura e Logística (5), e Formação, Duração e Prática (4), e o segundo eixo constituído pela classe Vida Fora do Trabalho (2). Tal organização demonstra as especificidades de cada classe e também a existência de um conjunto articulado e complementar acerca do discurso sobre o objeto da pesquisa. A oposição entre o primeiro e o segundo eixos compõe também outro conjunto, que será mais bem tratado na descrição dos resultados obtidos e na análise dos mesmos;
- c) Do número total de 951 UCEs registradas, 650 UCEs ou 68.35% foram consideradas pelo Alceste;
- d) Para cada classe em que o Alceste selecionou mais de um sujeito típico, ou curso, ou idade típicas da classe, para efeito da análise dessas variáveis selecionamos os dois sujeitos ou dois cursos ou duas idades como exemplares da classe em função dos seus maiores níveis de significância apresentados.

Figura 1– Classificação hierárquica descendente do *corpus* cursos
 $R = 0$



Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora

8.4.1 A Qualificação Profissional e a Avaliação dos Cursos

A análise dos dados, a partir do ALCESTE, referente à avaliação dos cursos, considerou as seguintes questões: decisão de fazer o curso, aspectos positivos e negativos indicados, por que fazer outros cursos, elementos que podem ser aprimorados e contribuições dos cursos na vida profissional, pessoal, familiar e para a sociedade.

O primeiro eixo, em sentido amplo, está composto pelo discurso dos sujeitos da pesquisa voltados às condições gerais de desenvolvimento dos cursos, considerando tanto a avaliação didática e dos professores (aulas práticas, apostilas, duração do curso), como a infraestrutura e a logística (espaço físico, distribuição do material didático, das passagens para o transporte e do lanche), além dos processos administrativos de execução dos PlanTeQs (respeito aos prazos, encaminhamentos para o trabalho e/ou estágios e duração dos cursos). Enfim, uma avaliação ampla envolvendo os aspectos positivos e negativos no processo de desenvolvimento dos PlanTeQs 2004 e 2005.

O segundo eixo contendo apenas a classe Vida Fora do Trabalho (2), concentra os discursos dos sujeitos acerca das contribuições do curso na vida extratrabalho (pessoal, familiar e

sociedade) com destaques para os relacionamentos e para a superação de características pessoais com aquisição de novas competências/habilidades.

A) Eixo 1 – Qualificação para o Mercado de Trabalho

Na configuração da classe Qualificação para o mercado de Trabalho (1), do número total de UCEs analisadas, 20.15% compõem esta classe ou 131 UCEs. Do corpus analisado se destaca que contribuíram mais decisivamente para sua caracterização os discursos dos sujeitos que participaram do PlanTeQ 2004, que frequentaram os cursos de Artesanato em Geral e Bijuterias, com idade de 35 e 38 anos, com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, sem distinção de sexo ou estado civil como variáveis significativas. Os sujeitos selecionados como peculiares à classe, ou com maior nível de significância, foram os de número 137 e 139, são ambos do sexo feminino, com respectivos estados civis de solteira e casada, com idades de 20 e 35 anos, e egressas dos cursos de Bijuteria e Fotografia para o Turismo, realizados no ano de 2004.

Os discursos produzidos pelo conjunto dos egressos revelam uma preocupação tanto com a qualificação profissional quanto com as exigências do mercado de trabalho, sinalizando ainda para variadas limitações dos cursos.

No que se refere às explicitações dos motivos para a procura de fazer os cursos de qualificação profissional, as explicações dos egressos concentram-se em:

“Para preencher o currículo e adquirir experiência”. Fiz outros cursos “Para adquirir experiência e conseguir um emprego” salientando que o conteúdo do curso foi adequado “porque **aprendi** coisas que não sabia e interessantes para **arrumar** um emprego”.

“**Aprendi** a como me comportar numa entrevista”.

“Para **aprender** alguma coisa para trabalhar”.

“Porque gosto de **fazer** cursos, ocupa a mente”.

“Por interesse, estava desempregada, procurei **fazer** um curso para saber vender as comidas”. Fiz outros cursos de “**computação** e auxiliar de escritório para **aprender a aprender**, pois se aparecesse um emprego na área estarei bem qualificada”.

Assim, a motivação principal para buscar os cursos de qualificação do PlanTeQ se concentra nas seguintes explicações, onde se destacam os verbos **aprender e fazer**, como forma de dimensionar as ações e as iniciativas dos sujeitos: aprender a fazer um currículo e adquirir

experiência, aprender a fazer alguma coisa para trabalhar, ocupar a mente e interesse em aprender a aprender e aprender para se qualificar.

Complementarmente os discursos dos sujeitos indicam que os aspectos positivos dos cursos se concentram em: “sempre quis **aprender** a fazer **bijuteria**”. “**Aprender**, me aperfeiçoei e **aprendi** a tirar fotos”. “Qualificação, conhecimento e dedicação”. “Palestra sobre drogas e discriminação.” “Barman, **aprendi** a **fazer** drinques. Dinâmicas de grupo”. “**Aprendi** a **fazer artesanato**, **aprendi** coisas novas. Posso ensinar os outros a fazer **artesanato** também”. **Aprendi** a **fazer** currículo. “**Aprendi** a **me comportar em uma entrevista**”. “**Aprendi** etiqueta na mesa e conhecimento sobre bebidas”.

No que se refere às contribuições dos cursos na vida profissional os discursos têm uma amplitude maior e vão desde “não teve contribuições” a reafirmação de aspectos mais instrumentais dirigidos às exigências do mercado de trabalho, “**aprendi** como procurar emprego, **aprendi** a **fazer** currículo, **aprendi** a como me comportar numa entrevista de trabalho”.

O aprender e o fazer remetem a junção entre pensamento e ação, indicando que estes verbos orientam a concepção de trabalho dos egressos. O aprender, tem sentido amplo, abrangendo desde aspectos do domínio de conhecimentos específicos da atividade de trabalho e preenchimento do tempo, como aspectos que dizem respeito à como “se apresentar” ao mercado de trabalho: “saber procurar emprego”, “fazer currículo”, “se comportar numa entrevista”. Tais elementos salientam que o mercado de trabalho é um fator que direciona as ações dos sujeitos na busca pelo emprego. A qualificação para o trabalho fica associada tanto ao domínio de conteúdos técnicos básicos quanto de atitudes, referidas aos requisitos do mercado, ambos mediando à inserção no trabalho.

A contribuição dos cursos na vida profissional é apontada também como não tendo nenhuma contribuição, ficando esta associada a não preparação para as atividades de trabalho ou emprego.

Salientam-se dos discursos dois aspectos das aprendizagens obtidas que concentram ações diversas: uma característica mais técnica e voltada ao desenvolvimento de atividades mais autônomas (artesanato, bijuterias, fotografia e drinques), sendo estas qualificações de aplicações imediatas, tanto para si como para a família e amigos, podendo trazer maior conforto e economia financeira, independentemente de se tornarem fonte de renda ou de emprego. Outras ações indicadas pelos sujeitos referem-se a conteúdos mais comportamentais e direcionados para o

mercado de trabalho e como nele conduzir-se, na busca por trabalho com ênfase nas aprendizagens de fazer currículo, etiqueta à mesa, adquirir experiência e como procurar emprego.

A expressão aprender a aprender parece cristalizar a lógica vigente de preparação para o trabalho sendo repetida, como as demais indicações, de uma forma que salienta a responsabilidade individual pelo acesso ao trabalho ou emprego, com a adequação as exigências do mercado sendo o fio condutor das avaliações. Por outro lado, fica evidente nos discursos que estes conhecimentos mais adequacionistas e atuais traduzem a divisão social do conhecimento através dos acessos diferenciados, que preparam diferentemente frações da população para o mercado de trabalho.

Tal caracterização parece responder fielmente as prescrições do BIRD no que se refere à formação de mão de obra, consideração do mercado de trabalho nas atividades formativas, estabelecimento de parcerias para a execução dos programas, e ênfase nos aspectos culturais de aceitação do mercado e de seus valores, como forma de sociabilidade.

Com relação aos aspectos que podem ser aprimorados nos cursos, os discursos dos sujeitos salientam características que serão reiteradamente reafirmadas tanto nas demais classes componentes deste dendrograma como no que se refere aos aspectos das mudanças significativas que os cursos possam produzir. Essas características são “mais aulas práticas, duração do curso e mais informações”. “Não encaminha para o mercado”. Os sujeitos parecem assim questionar a qualificação profissional oferecida e a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho, o que é reafirmado no discurso pelo interesse em fazer novos cursos “para aprender mais” “para ampliar as oportunidades de trabalho”.

A orientação de oferta de cursos de curta duração, como os dos PlanTeQs, apóia-se na preocupação de assegurar o menor custo para o Estado e atende a uma das recomendações do BIRD para países em desenvolvimento. Esse direcionamento coloca em questão a orientação de cursos rápidos para mudanças expressivas na esfera do trabalho e do emprego.

Referindo-se aos aspectos negativos os sujeitos salientam em seus discursos que “não teve”, o que é compatível com as respostas as “questões fechadas” também avaliativas dos cursos. Tal afirmação, aparentemente contraditória com as afirmações anteriores acerca das motivações para suas buscas por cursos profissionalizantes, parece guardar uma ampla coerência com os discursos hegemônicos acerca da necessidade do desenvolvimento de competências tácitas para enfrentar o mercado de trabalho, para além das competências técnicas e que foram

salientadas nas dimensões do aprender (fazer currículo, procurar emprego, me comportar numa entrevista de trabalho).

A classe Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho (1) encerra um discurso voltado para a aquisição de conhecimentos básicos e atitudes que salientam as qualificações tácitas, como elemento essencial para ingresso no mercado de trabalho, e também uma preocupação com a capacidade de absorção da mão de obra por esse mercado.

B) Eixo 2 - Avaliação Didática e Infraestrutura

A classe 3 contém um total de 81 UCEs e participa com 12.46% da composição dos discursos produzidos pelos egressos. O ano destacado é o de 2005 com relevo para os cursos de Mecânica Geral e Mecânica de Automóvel - injeção eletrônica. As idades destacadas nesta classe são as de 40 e 19 anos, com participantes em estado civil de casados, sem indicação de gênero¹⁰, e com nível de escolaridade de curso superior completo. Dentre os 26 sujeitos selecionados pelo Alceste, como sujeitos exemplares e característicos da classe, selecionamos os de número 18 e 20, os quais são respectivamente do sexo feminino, solteira, com 40 anos de idade e egressa do curso de telemarketing, e do sexo masculino, solteiro, com 17 anos de idade e egresso do curso de Mecânica de automóvel-injeção eletrônica, ambos desenvolvidos no ano de 2005.

Da produção dos discursos dos sujeitos desta classe sobressaem os aspectos didáticos em seus vários ângulos de expressão e os aspectos da infraestrutura, considerando desde a coordenação dos cursos até a distribuição e adequação do material didático utilizado e de equipamento de proteção individual (EPIs). São indicadas as durações dos cursos, a falta de material e de aulas práticas como fatores que atuam comprometendo o processo de desenvolvimento dos cursos, portanto a qualificação.

A análise do discurso dos sujeitos desta classe permite a afirmação que o aspecto social de oportunidade de aprender é relevante, no sentido de assegurar acesso à informação e a qualificação, o que talvez não ocorresse sem a existência dos PlanTeQs. Dois conjuntos articulados de elementos permitem um maior interesse e resultados na aprendizagem. Os aspectos didáticos, envolvendo o desempenho de professores e alunos, a utilização de técnicas de dinâmica de grupo, a geração de amizades pela convivência com colegas e professores, além de horário adequado para o funcionamento dos cursos. De um ponto de vista que destaca a infraestrutura são

¹⁰ A Ausência da variável sexo do egresso, não é relevante para a classe.

indicados: a concessão de vales transporte, existência de lanche, local espaçoso e silencioso, além da coordenação adequada dos cursos.

“**Desempenho** dos professores, **desempenho** da maioria dos alunos e o conteúdo **didático**”. “Pessoas que coordenaram”.

“Interesse dos **professores** em ensinar, apostila **didática** muito boa, **local** era bom, espaçoso e silencioso”.

“Atenção da **professora**, ela sabia que a gente ia ter **desempenho**”.

“Vale transporte, lanche e **professor**.” “Amizades, aprendizagem, experiência”.

Como contraponto temos os discursos dos sujeitos que indicam variados limites tanto no processo de execução dos cursos como de sua própria concepção.

“Instalações precárias, pouco tempo de ilha de edição, **falta** de interesse dos organizadores em motivar os alunos”.

“**Pouco tempo** de curso, a duração, atraso do material de proteção”. “Não deram a **prática**, professores faltavam, material do curso demorou a chegar”. “Poucas **aulas práticas**, material **insuficiente**, material de segurança em estado lastimável”.

“**Local**, planejamento do conteúdo e do **tempo** desorganizado”. “Sala de **aula** muito pequena, material didático era ruim e **faltava**”.

“**Material** e lanche eram **insuficientes**”. “Tive mais aulas teóricas que **práticas**”.

Os elementos salientados na classe avaliação didática e Infraestrutura (3) como comprometedores do processo de qualificação profissional oferecida pelos PlanTeQs são, insuficiência e atraso do material didático e a sua qualidade, falta de aulas práticas, duração dos cursos, faltas dos professores e de organização do tempo para o desenvolvimento dos cursos.

Os elementos indicados como contribuindo para os resultados da aprendizagem abrangem dois níveis de contribuição, um mais voltado para aspectos do processo de desenvolvimento dos PlanTeQs, abrange a qualidade da coordenação dos cursos, dos professores e da utilização de técnicas que ampliam a convivência e geram amizades. Por outro lado, a criação de condições sociais objetivas que viabilizam a existência do curso e a participação no curso e no processo de aprendizagem, como o vale transporte e a oferta de lanche e local adequados.

A ausência desses elementos ou o seu comprometimento são indicados pelos sujeitos como colocando em perigo a execução dos cursos e questionando a própria concepção do PNQ,

no que se refere a ser um instrumento de qualificação profissional. Tais indicações refletem, portanto, uma capacidade crítica sobre o programa e sobre o processo de seu desenvolvimento.

Tais afirmações encontradas nas respostas discursivas, vão de encontro às respostas dadas às questões fechadas, as quais ressaltam que a qualidade dos cursos obteve 85.3% de respostas entre ótima e boa, a quantidade de horas foi indicada por 82.1% dos sujeitos como satisfatória e muito satisfatória, o material didático foi avaliado como majoritariamente satisfatório e muito satisfatório, 71.28%, e o local de funcionamento com 94.2% dos sujeitos afirmando que era satisfatório e muito satisfatório.

No que se refere à decisão dos egressos de fazerem outros cursos, esta intenção é acompanhada de justificativas para obter maior qualificação e para atender ao mercado de trabalho. Tais resultados nos fizeram refletir e reforçar a adequação da escolha feita de inclusão de questões discursivas sobre a avaliação do curso pelos egressos, e que demandassem explicações e justificativas para as afirmações feitas, na busca de dar uma maior consistência aos dados sobre os cursos, para além das respostas com alternativas prontas, que demandam menor reflexão sobre as respostas e menor comprometimento com as suas conseqüências avaliativas. Não podemos desconsiderar as contribuições das avaliações referentes às respostas às questões fechadas, mas temos que reconhecer a maior riqueza de informações possibilitadas pelos conteúdos das questões abertas.

As citações acima selecionadas referentes aos elementos que colocam em perigo a qualidade dos cursos frequentados não comprometem a disposição de querer fazer outros cursos, talvez por falta de alternativas de acesso a outras formas de qualificação profissional. As explicitações discursivas acerca do interesse dos egressos em frequentar outros cursos chamam atenção para a preocupação com as exigências do mercado de trabalho, o que salienta a sua relação de complementaridade com a classe Qualificação para o Mercado de Trabalho (1), e traduz o reconhecimento do mercado de trabalho como uma variável que condiciona as suas trajetórias profissionais, além de apontar a insuficiência da qualificação profissional recebida.

“Sim, para **me qualificar**”. “Sim, o curso que aperfeiçoasse o que fiz”,

“Sim, por causa do **mercado de trabalho**”. “Sim, para **me qualificar** mais para o **mercado**”.

Tais destaques parecem sinalizar a apropriação pelos egressos da ideia de flexibilização necessária ao trabalhador na adaptação ao trabalho flexível, exigido pelo mercado de trabalho.

A indicação simultânea de variados pontos facilitadores e comprometedores no processo de desenvolvimento dos cursos e da didática e qualificação dos profissionais nela envolvidos, parece indicar a existência de desenvolvimentos diferentes para os variados cursos do PlanTeQ 2005, demandando portanto uma ação na busca dos ajustes necessários no processo de planejamento e de execução dos mesmos, com particular atenção para a qualidade da infraestrutura física, logística e de alguns ajustes referentes ao corpo docente.

No que se refere às mudanças e impactos decorrentes ou associados aos cursos, são ressaltados pelos sujeitos respectivamente os seguintes aspectos; “qualificação”, e “amadurecimento voltado para o trabalho”. Portanto, sobressaem tanto aspectos mais técnicos como pessoais ou comportamentais associados à busca de adaptação de cada indivíduo, isoladamente e em conjunto, a lógica das competências e habilidades defendidas pela orientação liberal, como requisitos educacionais e do trabalho.

C) Eixo 5 – Planejamento, Infraestrutura e Logística

A classe Planejamento, Infraestrutura e Logística (5) compõe o dendrograma, juntamente com a classe Avaliação Didática e Infraestrutura (3), complementando as classes Qualificação para o Mercado de Trabalho (1) e Formação Duração e Prática (4), compondo com esta última uma maior unidade dos discursos e caracterizando uma nova subdivisão da sistematização dos dados efetuada pelo Alceste. Esta subdivisão é marcada por uma maior aproximação dos conteúdos dos discursos, representando um refinamento da análise. Neste sentido, o índice de R^{11} na ligação entre as classes, Avaliação Didática e Infraestrutura (3) e Planejamento, Infraestrutura e Logística (5) é de 0.20, enquanto o índice de ligação entre as classes Formação, Duração e Prática (4), Avaliação Didática e Infraestrutura (3) e Vida fora do Trabalho (2), é de 0.42.

A classe Planejamento Infraestrutura e Logística está formada pela seleção de 50 UCEs ou 7.69% do corpus analisado, sendo caracterizada pelo relevo para o ano de 2005, para os cursos de Manutenção de Microcomputadores e de Movimentação e Operação de Produtos e Cargas Perigosas (MOPE). As idades destacadas nesta classe são de 49 e 50 anos, com sujeitos em estado civil de casados, do sexo masculino e com nível de escolaridade de ensino médio incompleto. Os participantes seleccionados como característicos da classe são os de números 019 e

¹¹ R é o índice que indica a força de relação entre as classes. Quanto mais próximo de 0 for o seu valor para a(s) classe(s), mais fina ou discriminada são as análises dos discursos contidos nas classes.

167, pertencem respectivamente ao sexo masculino, solteiro, com idade de 18 anos, e egresso do curso de Mecânica de Automóvel-injeção eletrônica, PlanTeQ 2005, e do sexo feminino, solteira, com idade de 20 anos e egressa do curso de Manutenção de Microcomputadores, realizado no ano de 2004.

Nesta classe os discursos produzidos pelos sujeitos revelam um destaque para os aspectos de infraestrutura e para o planejamento dos cursos em ângulos menos abrangentes do que os indicados na classe 3 e envolvendo principalmente os professores, os alunos, a aprendizagem, o espaço físico das salas de aulas e as aulas práticas. Emergem ainda dos discursos os aspectos logísticos, referentes a transporte e lanche.

A análise dos discursos dos sujeitos desta classe indica que com relação aos vales transportes alguns cursos não receberam, outros receberam com atraso e outros receberam no período pertinente. Tal diversidade de ações parece remeter tanto para questões de planejamento como do processo de execução dos cursos. A esta dificuldade associam-se a falta de aulas práticas e a inadequação do espaço físico.

“Não davam vale **transporte**”. “Desorganização e **atraso** na entrega das passagens, falta de **aula** prática”.

“Material **didático**, falta de **aulas** práticas e **atraso** no vale **transporte**”.

“A sala de **aula** não era adequada, os materiais das **aulas** práticas enferrujados, por conta da sala tivemos **aula** ao ar livre”.

“Falta de **aulas** práticas, **ambiente** das **aulas** inadequado e **atraso** na entrega do vale **transporte**”.

Em paralelo e complementarmente, os discursos selecionados pelo Alceste também indicam que os cursos eram dinâmicos, os alunos e professores interessados, a existência de lanche e a entrega das passagens são fatores que contribuem para o desenvolvimento dos cursos e para a sua qualidade, contribuindo ainda para a ampliação da autoestima.

“Dinâmico, levantou a autoestima, **bons professores**”

“Turma interessada, professores e dar **passagem e lanche**”.

“**Professores** competentes, vale **transporte**”.

É digno de nota que também nesta classe, como na classe Avaliação Didática e Infraestrutura (3), os discursos dos egressos revelam o desejo e interesse em fazer novos cursos

de qualificação, sob a argumentação de buscar melhorar o currículo e atender às exigências do mercado de trabalho.

“Sim, importância para o **mercado de trabalho**”.

“Sim, já tenho um certo **conhecimento na área**”.

“Sim, para abrir o **mercado de trabalho**”. “Sim, visando o **mercado de trabalho**”.

“Sim, para ter mais um curso no **meu currículo**”.

Em contraste com a classe Avaliação didática e Infraestrutura (3), na qual o nível de escolaridade selecionado é o superior incompleto, os alunos desta classe Planejamento, Infraestrutura e Logística (5) têm nível de escolaridade, de ensino médio incompleto e seus discursos traduzem um desejo de continuar a estudar.

“Sim, oitava série do **ensino fundamental**”.

“Sim, **continuo estudando**”. “Não, por **falta de oportunidade**”. “Não, comecei a trabalhar em outra área”.

“Estudava o terceiro ano do **ensino médio**”.

É digna de atenção a informação de que “estudava o terceiro ano”, portanto não precisava voltar a estudar. Este dado é mais bem explorado na análise da classe 4 e será por nós melhor analisado. Também chama a atenção nesta classe à ausência de referências à aprendizagem e a qualificação profissional, a não ser no que se refere a elementos voltados para o mercado de trabalho, ter mais cursos no currículo, “abrir” o mercado de trabalho e a competência dos professores.

A característica principal desta classe é a concentração dos discursos nos aspectos da infraestrutura e da organização dos cursos, com a falta de aulas práticas e a qualidade dos professores em destaque, porém sem referências à duração dos cursos. Os aspectos logísticos retomam os comprometimentos já assinalados na classe Avaliação Didática e Infraestrutura (3), relacionados à entrega dos vales transporte. As referências a infraestrutura restringe-se, nesta classe, e em contraste com a classe 3, a inadequação das salas de aulas. Há ainda o acréscimo relevante de que quando os cursos são desenvolvidos de forma dinâmica, com bons professores, entrega de lanches e vales transporte nos tempos devidos isto se reflete, para os egressos, como forma de ampliação da autoestima na medida em que parecem se sentir respeitados.

D) Eixo 4 – Formação, Duração e Prática.

A classe 4 compõe o dendrograma, numa posição de proximidade com a subdivisão composta pelas classes Avaliação Didática e Infraestrutura (3) e Planejamento, Infra-estrutura e Logística (5), mantendo com estas uma relação de proximidade de discursos mais estreita do que com a classe Qualificação para o Mercado de Trabalho (1). O índice de força da relação entre esta classe e as classes Avaliação Didática e Infraestrutura (3) e Planejamento, Infra-estrutura e Logística (5) é de 0.42.

Nesta classe, do número total de UCEs analisadas 23.85% compõe esta classe ou 155 UCEs, sendo peculiares a classe os sujeitos com nível de escolaridade de ensino médio completo, do sexo feminino, sem referência ao estado civil, com cursos de Mecânica Geral e de Serigrafia, sem destaque para o ano de realização do PlanTeQ. Dos vinte sujeitos considerados com discursos típicos selecionados para esta classe, os dois com maior nível de significância são os sujeitos de números 55 e 168, que têm o seguinte perfil: frequentaram respectivamente os cursos de Telemarketing (2005), o primeiro é do sexo masculino, solteiro e com idade de 17 anos, já o segundo sujeito cursou Mecânica Geral (2004), é do sexo masculino, solteiro e tem 20 anos de idade.

Nesta classe os discursos apresentados revelam que os sujeitos procuraram fazer cursos profissionalizantes para ingressar no mercado de trabalho, conforme também destacado para as classes Qualificação para o Mercado de Trabalho (1) e Planejamento Infraestrutura e Logística (5). Os elementos dos discursos dos sujeitos que parecem particularizar esta classe, em relação às classes Qualificação para o Mercado de trabalho (1), Avaliação Didática e Infraestrutura (3) e Planejamento, Infra-estrutura e Logística (5), referem-se à forte indicação da necessidade de mais prática e ampliação da duração dos cursos como forma de melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho.

As principais motivações para as buscas pelos cursos de qualificação profissional oferecidos pelos PlanTeQs referem-se tanto à busca de conhecimentos e ao atendimento de interesses pela área do curso, como à preocupação com o mercado de trabalho.

“**Conhecer** o que era Telemarketing, ter uma chance maior de **ingressar no mercado de trabalho**”.

“Interessado na área, queria aumentar meus **conhecimentos** através do **curso**, facilitando a obtenção de **vaga** de trabalho no porto de Suape”.

“Porque já tinha **trabalhado** na área”.

Em paralelo e em aparente contradição com as ações de busca de qualificação profissional para ingressar no mercado de trabalho, os discursos selecionados pelo ALCESTE, para compor esta classe, trazem que a conclusão do ensino fundamental médio é para estes sujeitos, o limite de busca de escolarização formal. Uma das explicações possíveis pode relacionar tanto o nível de escolarização dos pais, apresentado na **Tabela 18**, na seção 7.2 como a carência de condições de vida necessárias à sobrevivência imediata.

A **Tabela 18** referente ao nível de instrução dos egressos e dos pais evidencia que, comparativamente, os egressos têm maior nível de instrução que os pais. O nível de escolaridade dos egressos está concentrado no ensino básico médio completo e incompleto. Por outro lado, a **Tabela 17**, que considera a renda familiar por classe de rendimento destaca que 43,4% das famílias encontram-se na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos, o que impõe limites à sobrevivência e as condições de vida, e a demanda dos egressos a inserção no mercado de trabalho.

A lógica de que o equilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra deve se dar pelo mecanismo do mercado de trabalho, vem viabilizando uma baixa nos rendimentos do trabalho, conforme demonstram os estudos do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2005) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2004), e também as informações dos egressos acerca do abandono do curso superior, expressa por cinco sujeitos e presente nas classes: Atividade Didática e Infraestrutura (3) e Planejamento, Infraestrutura e Logística (5). Esta forma de organização das relações sociais remete a distribuição social do conhecimento, do poder e da renda. Assim os sujeitos explicam ter voltado a estudar ou não ter voltado a estudar com os seguintes argumentos:

“Não, eu já tinha **terminado** o ensino médio”.

“Não, por falta de **recursos**”.

“Sim, o curso de informática, só. Pois já havia **terminado** o segundo grau”.

“Sim, para **terminar** o ensino médio”.

Mesmo parecendo considerar a conclusão do ensino básico médio como limite de escolarização a ser atingido, os sujeitos em seus discursos aludem ao desejo de fazer outros cursos e relacionam tal escolha às exigências do mercado de trabalho.

O terceiro ano como limite no processo de escolarização, parece refletir a programação social para esta fração da população, público alvo dos PlanTeQs, e apropriado pelos egressos. Esta lógica é reforçada pela expansão recente das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, conforme demonstra o Boletim do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007). A globalização orientada pelos princípios do mercado não democratiza acessos.

“Sim, Web Design e Manutenção de Microcomputadores, porque a área de **informática** é boa e **importante**”.

“Sim, pelo **mercado** de trabalho”. “Sim, porque me identifico com a área de **secretariado**”.

“Sim, **técnico em vendas**, porque o **mercado** nessa área está muito amplo”.

“Sim, alguma área de **mecânica**, para facilitar o ingresso no mundo do **trabalho**”.

Assim, a consideração da conclusão do ensino médio junto com as exigências do mercado de trabalho parece funcionar como elementos orientadores das decisões de fazer cursos de qualificação profissional, e estes são, nesta classe, basicamente conceituados pelos sujeitos como portadores dos seguintes aspectos positivos: “professores, horário e número de pessoas na turma”. Por outro lado, os sujeitos indicam vários elementos que podem ser aprimorados nos cursos, destacando-se a sua curta duração, a oferta de aulas práticas e de estágios, encaminhamento para o mercado de trabalho, além do conteúdo e da necessidade de existência de festa de conclusão dos cursos e comemoração dos aniversários dos alunos ocorridos durante o curso. Estas duas últimas sugestões parecem salientar a demanda por maior valorização, tanto dos cursos concluídos, ou da conquista efetuada, como de cada indivíduo isoladamente, ressaltando a necessidade de terem a condição de cidadãos e a sociabilidade respeitada e valorizada. Nesta perspectiva os sujeitos referem em seus discursos as seguintes sugestões:

“Aumento da **carga** horária do **curso**, **estágio** nas empresas, **vagas de emprego** na área”.

“Conteúdo do **curso** e encaminhamento para o mercado de **trabalho**”. “Deveria haver mais ofertas de **estágios**, aumentar a **carga** horária de **aula** prática”.

“**Duração** maior, oferecer **estágio** e ter mais **vagas**”.

“**Duração** maior, oferecer **estágio**, **festa** de conclusão e dos aniversariantes durante o curso”.

“Maior número de **vagas**, **curso** técnico”.

As referências à necessidade de ampliação do número de vagas nos cursos parecem pertinentes já que os PlanTeQs de 2004 e de 2005, sofreram redução de verbas e, portanto, do número de cursos oferecidos.

Os sujeitos parecem basear seus discursos de sugestões na elaboração das seguintes críticas:

“**Cursos** deveriam ter maior duração e **encaminhamento** para o **mercado** de trabalho”.

“Local do **curso** e **duração** curta do curso”.

“**Duração** curta do **curso**, demora na entrega dos vales **transportes**, não houve **encaminhamento** para emprego”.

No conjunto discursivo dos sujeitos desta classe, sobressai-se a reafirmação da necessidade dos PlanTeQs contemplarem a ampliação da carga horária dos cursos, intensificar as ações de estágio e de intermediação, melhorando assim o processo de preparação da qualificação profissional. As instalações físicas precisam ser mais bem consideradas, conforme já destacado nos discursos presente na classe Avaliação Didática e Infraestrutura (3), bem como também outros aspectos da infraestrutura e logística, já salientados na classe Planejamento, Infraestrutura e Logística (5).

Assim, o primeiro eixo joga luz no desenvolvimento dos PlanTeQs, principalmente nos aspectos referentes ao planejamento, à didática, à infraestrutura e à logística, particularmente no que se refere ao prazo de entrega dos vales transporte e para o material didático. Agrega, ainda, a curta duração dos cursos e a necessidade de aulas práticas, estágio e de aproximação da associação entre os programas de formação profissional e de intermediação da mão de obra como programas interdependentes e complementares.

E) Eixo 2 – Vida Fora do Trabalho

A classe Vida fora do Trabalho (2), em situação de oposição as demais classes componentes do dendrograma, participa com um total de 233 UCEs ou 35.85% do corpus analisado. Nesta classe não são indicadas as variáveis de ano de realização dos PlanTeQs, o estado civil e o sexo dos sujeitos. Os cursos selecionados são os de Recepcionista e Telemarketing, e a idade selecionada como exemplar é de 28 anos para sujeitos com nível de escolaridade superior incompleta. Dentre os 16 sujeitos selecionados pelo Alceste, os participantes de números 044 e 162, têm respectivamente o perfil de 23 anos de idade, com

estado civil de solteiro, pertencente ao sexo masculino e egresso do curso de Telemarketing, o outro tem 25 anos de idade, é do sexo feminino, com estado civil de solteira e também é egressa do curso de Telemarketing.

Salientam-se dos conteúdos verbais dos discursos às contribuições dos cursos na vida extra- trabalho, mantendo tanto uma relação de oposição com as ênfases discursivas das demais classes, como também uma relação de complementaridade, que destaca as esferas da vida pessoal, familiar e na sociedade.

Com relação às contribuições do curso para a vida pessoal estes se referem aos aspectos de ampliação da capacidade de comunicação e convivência com as pessoas a partir das mudanças no comportamento, na visão sobre as pessoas e sobre a vida, as quais repercutem ou impactam a percepção sobre si e ampliam a autoconfiança e a autoestima.

“Aumentou os contatos para conseguir emprego, perdi a timidez e aumentou a **autoestima**”.

“**Convivência** com pessoas de diferentes classes sociais, poder aquisitivo e, portanto, aprendi a **respeitar as pessoas**”.

“**Autoestima**, forma de enxergar as coisas, busca de **melhorar a minha vida**”.
“Amizade, **comportamento**”.

“Me tornei mais **comunicativa**, passei a me policiar mais a respeito do meu comportamento”.

“**Interação** com as pessoas, **comportamento**, autoconfiança”.

“**Autoconhecimento**”.

Mesmo tratando-se de um discurso sobre as contribuições na vida pessoal, os aspectos relacionados ao trabalho se fazem presentes e são indicados como elementos importantes à ampliação dos contatos para obter emprego, bem como um controle sobre o próprio comportamento. Tais ressalvas indicam também uma ligação desta classe com a classe Qualificação para o Mercado de Trabalho (1), na medida em que a referência é também o mercado de trabalho.

Para as contribuições dos cursos na vida familiar são enfatizados nos discursos dos sujeitos a melhoria nos relacionamentos, a ampliação da responsabilidade e o domínio de um conhecimento que pode ser partilhado com familiares e amigos, refletindo tanto o poder de deter um conhecimento como o poder de socializá-lo com as pessoas mais próximas.

“Transmitir os **conhecimentos** para os **familiares** e **amigos**”. “Melhorou meu **relacionamento** com as **peças**”.

“**Melhorou** meu **relacionamento** com a minha família”.

“**Maior responsabilidade**”.

A identificação nos discursos dos sujeitos de mudanças comportamentais, como a aquisição de maior responsabilidade e maior capacidade de comunicação a partir dos cursos frequentados, parece repercutir como já afirmado, tanto na percepção mais positiva de si, como também na percepção da família sobre o egresso, contribuindo para ampliar tanto a autoconfiança como a autoestima.

Com relação às contribuições do curso para a sociedade, são salientados também os aspectos relacionados à melhoria nos relacionamentos, ao comportamento adequado nos locais de trabalho e na esperança de melhorar as condições de vida.

“Melhorou o relacionamento com os amigos e a vizinhança”. “Por estar mais calmo, melhorei meus relacionamentos, estou mais caseiro”.

“Como **me comportar** na empresa, **respeitar** os patrões e esperança para **melhorar** de vida”. “Percebi que posso conviver com **peças** diferentes, **conhecimento**, expectativa de vida”.

“Melhorei a forma de **lidar com o público**, melhorei na **comunicação** com as **peças** e fiquei mais **comunicativa** com as **peças**”.

“**Ajudo** as **peças**, dou uns toques aos vizinhos, **adaptação pessoal**”.

Contrariamente as outras classes, esta classe apresenta referências diretas ao desenvolvimento dos cursos. Todas as mudanças acima indicadas refletem o reconhecimento dos sujeitos das contribuições dos cursos tanto nas relações sociais com vizinhos e amigos, quanto o aprendizado de como se relacionar com os clientes e os patrões. A posse de conhecimentos novos permite uma contribuição e ajuda a pessoas próximas e a capacidade de lidar com pessoas diferentes, implicando em mudanças pessoais que facilitam a comunicação, impactando nos relacionamentos e na autopercepção de ser capaz de se transformar e de contribuir para transformar a realidade e as pessoas mais próximas, bem como de estar mais bem preparado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho, pois detêm um melhor conhecimento de como se comportar neste espaço. A aquisição de conhecimentos de como lidar com as pessoas, de como lidar com o âmbito do trabalho e ser também útil aos demais, é indicada nos discursos como podendo trazer esperanças de obter emprego, influenciar os outros e melhorar as condições de

vida. O conhecimento adquirido de que tratam os egressos, referem-se aos conhecimentos hoje privilegiados no mercado de trabalho e calcados nas competências comportamentais como requisitos de competitividade das empresas, em função das mudanças advindas com o processo de globalização de orientação neoliberal, da reestruturação produtiva e das formas de gestão do trabalho.

A relação de oposição entre esta classe e as demais classes do dendrograma, destaca, por um lado, as exigências das competências técnicas, com domínio dos conhecimentos das atividades a serem desenvolvidas, os limites e as contribuições dos PlanTeQs, e por outro lado, as competências sociais, ambas mediadas pela competência cultural de aceitação do mercado e de seus valores.

A análise da classificação hierárquica descendente do corpus referente aos cursos, permite afirmar que os discursos dos sujeitos contemplam uma gama variada de aspectos referentes aos cursos dos PlanTeQs 2004 e 2005, os quais abrangem tanto os processos de planejamento e de execução, os aspectos didáticos, de infraestrutura e logísticos, bem como a própria concepção do programa, uma vez que é questionada a sua duração, o número de cursos e a intermediação da mão de obra. As contribuições dos PlanTeQs são indicadas pelos sujeitos como se dando no âmbito da aquisição de conhecimentos para lidar com o mercado de trabalho, implicando em uma preparação para lidar com o mesmo, marcadamente a partir de mudanças nos aspectos relacionais e comportamentais, contribuindo para impactar também no autoconhecimento e na autoestima, lhes permitindo contribuir com a família e com os amigos e vizinhos, partilhando tanto os novos conhecimentos como as mudanças comportamentais, numa perspectiva de esperança de melhorar a própria vida.

A avaliação efetuada pelos egressos sobre os cursos do PlanTeQs 2004-2005 indica que os cursos, embora avaliados positivamente, apresentam insuficiências que comprometem a qualificação recebida. O ponto positivo destacado é a qualidade dos professores e a orientação geral de valorização das competências e habilidades comportamentais.

As recomendações dos organismos internacionais, acatadas pelos sucessivos governos brasileiros nas últimas décadas, de priorização do ensino básico fundamental, incorporada nacionalmente por meio da LDB (Lei 9.394/96) e de qualificações profissionais curtas como mais frutíferas por possibilitar a aquisição de conteúdos básicos e de atitudes que, conjuntamente,

viabilizam a flexibilização necessária da mão de obra ao trabalho flexível, e as demandas mutantes do mercado de trabalho, está orientada essencialmente pelo critério econômico.

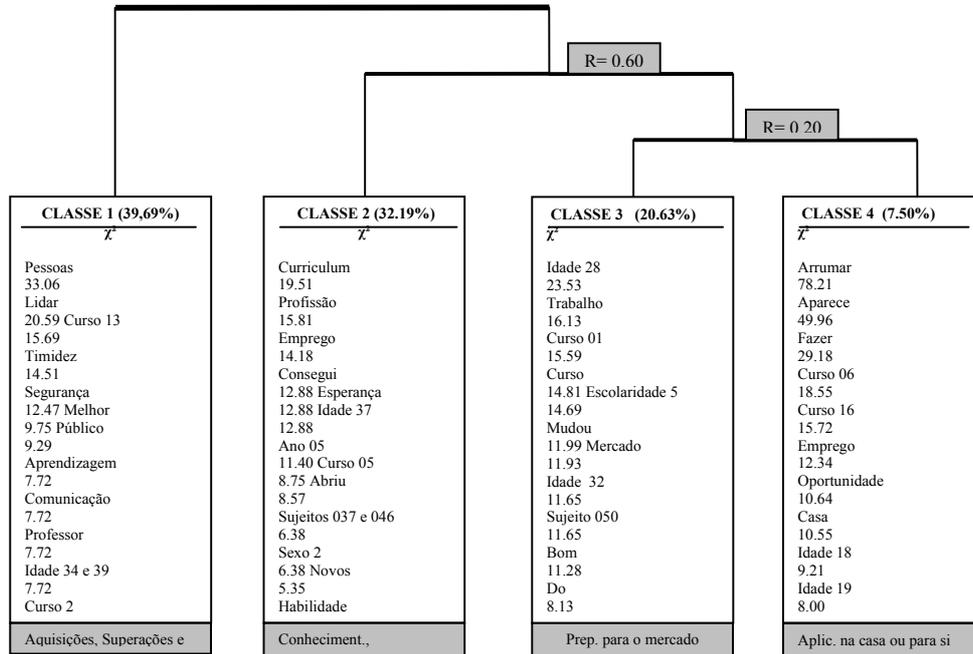
A idéia de flexibilidade favorece a busca da composição de um currículo com vários cursos e em diferentes áreas de atuação profissional. Porém, não é na formação de cada um que repousa o desemprego, e sim na concepção de mundo e dos princípios organizadores da sociedade que gera os supranumerários.

Os discursos dos egressos cristalizam mudanças nas formas de entendimento do mundo que abrangem principalmente dois aspectos: a) apropriação da concepção de que o indivíduo está no centro de todas as ações e que apenas dele depende sua trajetória de vida: b) aceitação do mercado como regulador tanto de sua trajetória pessoal e profissional, como da maior valorização das competências comportamentais.

Tal orientação insere-se na lógica do processo de globalização que recupera o mercado como principal mediador das relações sociais internas a cada país e, políticas entre os países. Complementarmente, a educação escolar é reconhecida como necessária ao próprio modelo de acumulação flexível, que demanda da gestão da produção e do trabalho maior aproximação entre ciência, trabalho e cultura. O que nos permite afirmar que esta articulação não é acessível a todos.

A atual divisão social e técnica do trabalho demandam competências sociais (trabalhar em grupo, identificar-se com objetivos da empresa, dentre outros), técnicas (domínio do conhecimento acerca das atividades a serem desenvolvidas, princípios científicos articulados a conhecimentos gerais), e cultural (aceitação do mercado e de seus valores como forma de sociabilidade), em nome da valorização do trabalhador, porém mantendo a desigual divisão de bens materiais e culturais, como bem expressam os egressos ao avaliar os cursos dos PlanTeQs/PE/Recife 2004-2005.

Figura 2 – Classificação hierárquica descendente do *corpus* mudança



Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora

8.5 A Qualificação Profissional e as Mudanças nas Condições de Vida

A análise dos dados sistematizados pelo ALCESTE, referentes às mudanças nas condições de vida, considerou as questões dirigidas a mudanças na preparação para o trabalho, na vida profissional e demais esferas da vida.

O dendrograma referente às mudanças nas condições de vida apresenta as seguintes características gerais:

A) O corpus contém 184 Unidades de Contextos Iniciais, correspondendo ao número de discursos ou sujeitos registrados. Estes discursos foram decompostos em 320 Unidades de Contextos Elementares. Tal divisão indica que há uma relação de oposição entre os eixos apresentados, porém há uma proximidade entre as classes 2, 3 e 4, componentes do segundo eixo, demonstrando a existência tanto das especificidades de cada classe como o delineamento de um conjunto, que traduz a articulação e a complementaridade acerca do discurso sobre o objeto de pesquisa. Na descrição dos resultados obtidos e na **análise** e **discussão** dos mesmos, esta relação será mais bem explicitada e considerada em seu conjunto;

B) Do número total de 370 UCEs registradas, 320 (86,49%) foram consideradas na análise do corpus pelo Alceste;

C) Os dados se apresentam divididos em 3 eixos: o primeiro está representado pela classe Aquisições, Superações e Trabalho (1), o segundo está representado pelas classes Conhecimento e Profissionalização (2), e o terceiro Preparação para o Emprego (3) e Consequência dos Cursos para o Emprego (4).

D) Para cada classe em que o Alceste destacou mais de um sujeito, idade ou curso típicos da classe, para efeito da análise dos dados, consideramos exemplares destas variáveis os indicados com os dois maiores níveis de significância.

8.5.1 Avaliação das Mudanças pelos Egressos

A análise do dendrograma avaliação das mudanças nas condições de vida pelos egressos (2), apresenta a configuração de três grandes eixos em relação de oposição: o eixo aqui denominado de um composto pela classe Aquisições, Superações e Trabalho (1), o eixo denominado dois, composto pelas classes Conhecimento e profissionalização (2), e o eixo três composto pelas classes: Preparação para o Emprego (3) e Consequência dos Cursos para o Emprego (4). Tal composição indica tanto especificidades de discursos expressos na composição de cada classe, como o delineamento de um conjunto que traduz a articulação e complementaridade de discursos acerca do objeto da pesquisa.

O eixo um, formado pela classe aquisições, superações e trabalho (1), está constituído pelo discurso dos sujeitos da pesquisa voltados para lidar com o público e com relacionamentos em geral, podendo ser caracterizado pela indicação do desenvolvimento de competências, tais como: superação da timidez, melhoria na comunicação, mais responsabilidade e segurança a partir das aprendizagens ocorridas nos cursos. Portanto, a superação de características pessoais, desenvolvidas a partir dos cursos, é o cerne desse eixo, ou seja, as mudanças comportamentais.

O segundo eixo, abrangendo as classes Conhecimento e Profissionalização (2), concentra em seu conjunto um discurso que enfatiza os conhecimentos para a profissionalização, com ênfase no currículo, no desenvolvimento de novas habilidades e experiências, na busca e esperança de obter emprego.

O eixo 3, formado pelas classes Preparação para o Emprego (3) e Consequências dos Cursos para o Emprego (4) pode ser caracterizado como voltado para os aspectos mais técnicos e de profissionalização, associados a mudanças, a procura pelo emprego e a falta de oportunidades no mercado de trabalho, além da necessidade da experiência prática.

As classes Preparação para o Emprego (3) e Consequências dos Cursos para o Emprego (4), relacionam-se em conjunto e de forma complementar com a classe Conhecimento e Profissionalização (2) compondo um novo conjunto que mantém uma relação de oposição com a classe Aquisições, Superações e Trabalho (1).

A) Eixo 1 – Aquisições Superações e Trabalho

Esta classe, com um total de 127 UCEs (39,69%), destaca que contribuíram mais decisivamente para sua caracterização os discursos dos sujeitos que participaram do PlanTeQ do ano de 2004, que freqüentaram os cursos de Garçom e Recepcionista, seja de hospital, geral ou de hotel. O outro curso selecionado é o de operador de caixa (2005). A idade dos egressos com maior participação no discurso desta classe é de 34 anos e 39 anos, com nível de escolaridade de ensino médio completo, o gênero e o estado civil não se apresentam como variáveis destacadas, embora os sujeitos escolhidos para exemplificar a classe, números 162 e 163, do total de sujeitos selecionados pelo ALCESTE, sejam mulheres e ambas do curso de telemarketing, com estado civil de solteiras.

O discurso produzido tem seu foco voltado para a aprendizagem nas formas de lidar com as pessoas e de se comunicar, ressaltando sempre a vinculação dessas aquisições com suas aplicações no trabalho.

“**Aprendi a lidar** com as **pessoas**, me desenvolveu, na maneira de **falar** melhorou”

“**Aprendi** mais com relação às **pessoas**”

“Maior agilidade com os **clientes**, maior paciência e melhorou o **vocabulário** profissional”

“Maior facilidade de emprego, maior conhecimento no **relacionamento** profissional.”

“Não, por causa dos **professores**, eu já sabia muito sobre os conteúdos passados”.

“Tive uma maior percepção de como os **clientes** são e do que gostam”.

“Qualificação profissional, **melhora** no **relacionamento** com as pessoas, conhecimento das noções de acelerador”.

A classe traz ainda a indicação de superação de limites pessoais voltados para a timidez, aumento da responsabilidade e para um direcionamento mais claro na busca de seus objetivos, a partir das superações assinaladas, porém sem indicação de relações com a obtenção de emprego e sim com a ampliação de oportunidades do mesmo.

As mudanças referentes à vida profissional são indicadas como conquistas pessoais de habilidades aplicáveis ao trabalho e a superações pessoais que facilitarão a obtenção do emprego, com saliência para atributos individuais relacionados com o contexto social de aprendizagens diversas, propiciadas pelos cursos.

“Saber encontrar oportunidades de **emprego**”

“Perdi a **timidez**, fiquei **autoconfiante**”

“Antes era muito **tímida**, agora me expresso melhor. **Amadurecimento**, ir em busca dos objetivos, ter mais **responsabilidade** com horários”.

A classe Aquisições, Superações e Trabalho (1) encerra, portanto, um discurso voltado para as mudanças na preparação para o trabalho a partir de um maior conhecimento acerca das pessoas e de si mesmo, com superação de limites pessoais e aquisição de conhecimentos voltados para responder as demandas do mercado de trabalho, o que pode vir a contribuir na obtenção de um futuro emprego, pela ampliação da capacidade de comunicação e de organização, e pelo aprendizado de buscar os objetivos desejados. As mudanças concentram-se na aquisição de conhecimentos comportamentais e geram impactos na capacidade de aquisição de responsabilidade, viabilizando uma postura mais ativa para obter emprego.

B) Eixo 2 – Conhecimento e Profissionalização

Esta classe com um total de 103 UCEs participa com 32,19% dos discursos produzidos pelos egressos. O ano destacado é o do PlanTeQ 2005 com relevância para os cursos de Telemarketing e Padeiro Confeiteiro, abrangendo ainda mais um curso, o de Serigrafia. As idades destacadas nesta classe são as de 27 anos e 37 anos, com sujeitos em estado civil de solteiro, pertencentes ao sexo feminino e com escolaridade de ensino fundamental completo ou com curso superior incompleto (S 62), tendo ainda os sujeitos 37 e 46, como exemplares característicos da classe. Dos dois participantes exemplares, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, tendo o homem cursado Eletricidade Básica e a mulher Telemarketing.

A produção do discurso pelos sujeitos salientou os aspectos de aquisição de conhecimentos técnicos e de experiência como condição para o ingresso no mercado de trabalho, através do desenvolvimento das habilidades e da vontade de buscar novos conhecimentos para ampliar a profissionalização, porém com a reiteração da queixa já expressa anteriormente, na Classificação Hierárquica descendente dos cursos, de falta de aulas práticas, estágio e intermediação de mão de obra.

“Porque tive novos **conhecimentos**, tenho mais conhecimento e me sinto mais **qualificada**.”

“Novos **conhecimentos**, mais uma nova **profissão**.”

“Agora tenho mais **habilidades**.”

“Adquiri mais **experiência**. Aumentou meus **conhecimentos** teóricos, ficou uma **lacuna** nos **conhecimentos** práticos.”

“**Consegu** ter **conhecimento** sobre a produção na padaria”

Encontramos, ainda, a indicação de mudanças na vida profissional, a partir do curso, indicativas de maior abertura de horizonte de possibilidades a partir da aquisição de conhecimentos, os quais preparam para o mercado de trabalho, trazendo maior esperança e contribuindo para o enriquecimento do currículo, tornando - os assim, mais competitivos.

“**Abriu** mais minha **mente** e meus contatos para conseguir **emprego**”

“**Abriu** mais minha **visão** sobre os estudos. Aumentou a vontade de buscar novos **conhecimentos**”

“Mais **esperança** de conseguir um **emprego** com carteira assinada.”

“Aumentei as chances de conseguir um **emprego**, ter uma **profissão**.”

“Me tornei mais **madura**, me tornei mais simpática”.

“Antes não tinha **currículo** para apresentar, hoje tenho.”

“Uma possibilidade a mais no **currículo**, maior **desempenho**, maior força de vontade.”

Há ainda a indicação complementar por parte dos egressos de que a aquisição de conhecimentos melhora na convivência familiar e com amigos. “Não fico me sentindo incapaz, novos conhecimentos ficaram fixados.” “Novos amigos, amadurecimento, abriu mais minha mente”. Tais afirmações ressaltam a interconexão entre as esferas de amizades, familiares e a profissional, salientando, portanto, que o conhecimento é uma produção social. Mesmo quando a

atividade profissional não tenha se tornado real e a participação no curso indique apenas a possibilidade de sua ocorrência, esta é tomada como fonte de esperança e perspectiva para a vida.

Em síntese, na classe Conhecimento e Profissionalização (2) prepondera um discurso dirigido a mudanças no nível de conhecimento técnico, com suas repercussões tanto pessoais (abriu mais minha visão, me tornei mais madura), quanto na ampliação da compreensão de sua importância para ingressar no mercado de trabalho. Estas mudanças parecem ter gerado mudanças significativas de fazer os egressos sentirem-se qualificados e de ter sua comprovação no currículo, de responder mais adequadamente ao mercado de trabalho, permitindo, ao menos temporariamente, uma maior esperança de obter um emprego.

Embora o foco da classe Conhecimento e Profissionalização (2) em oposição a classe Aquisições, superações e Trabalho (1), seja a valorização do domínio de conhecimento mais técnico, há um ponto de confluência entre estas classes que é a não obtenção do emprego por parte dos sujeitos que as compõem, e que a participação nos cursos caracteriza-se como elemento de esperança.

C) Eixo 3 – Preparação para o Emprego

Esta classe Preparação para o Emprego (3) compõe o dendrograma, juntamente com a classe Consequências do Curso para o Emprego (4), complementando a classe Conhecimento e Profissionalização (2) e caracterizando uma nova subdivisão da análise efetuada pelo ALCESTE, marcando uma nova subdivisão na análise dos discursos, representando assim uma análise mais fina. Neste sentido, o índice R na ligação entre as classes Conhecimento e Profissionalização (2), Preparação para o Emprego (3) e Consequências do Curso para o Emprego (4) é de 0,60, enquanto o mesmo índice de ligação entre as classes Preparação para o Emprego (3) e Consequências do Curso para o Emprego (4) é de 0,20.

Esta classe Preparação para o Emprego está formada pela seleção de 66 UCEs (20,63%) do corpus analisado, sendo caracterizada por discursos dos sujeitos casados, do sexo masculino, com nível de escolaridade superior completa, com idade de 28 anos e 32 anos e que freqüentaram os cursos de Mecânica Geral e Bijuteria, sem destaque para o ano de realização dos mesmos e tendo como sujeito exemplar apenas o número 50, com curso superior completo (Letras), o egresso que frequentou o curso de telemarketing, é do sexo masculino e tem 32 anos de idade.

Nesta classe o discurso apresentado pelos participantes concentra-se na preparação para o mercado de trabalho, oferecida pelos cursos e na aprendizagem de que tais conhecimentos geram um tipo de qualificação. Esta preparação para o mercado de trabalho relaciona-se ao acesso à informação, aos atributos exigidos e, de certa forma, de seu funcionamento.

“Curso me **qualificou** para o **mercado de trabalho**, fiquei sabendo de coisas da área.”

“**Qualificação**, visão da realidade do **mercado**.”

“Além de o curso ter sido bom, veio com manual de instruções **preparando** o indivíduo para o **emprego**.”

“Foi bom porque aprendi um pouco do **trabalho**.”

“Apesar do pouco tempo, o curso me **preparou**.”

“**Mudou** a forma como vejo o **mercado**.”

Por outro lado, os discursos enfatizam também que a preparação oferecida pelos cursos é precária, pois a duração é curta e a prática não é suficiente. Também nesta classe não há indicações de relações com a inserção no mercado de trabalho, mas com a esperança dessa conquista, pois os sujeitos referem ter preparo para nele posicionar-se por terem agregado informações acerca de seu funcionamento, o que é traduzido por uma maior segurança e confiança frente ao mesmo.

“**Mais ou menos**, esperava um **curso** focado para a **prática** de trabalho no dia-a-dia da empresa”.

“**Mais preparado** para o **mercado de trabalho**, sinto-me mais **confiante**”.

“O **curso** não preparava muito e a **duração é pouca**”.

“Fiquei mais **preparada** e segura para enfrentar o **mercado de trabalho**”.

“**Não**, não foi um **bom curso**, **não** teve **mudança** na vida **profissional**”

As mudanças presentes no discurso dos egressos referem-se ao maior conhecimento sobre o funcionamento do mercado de trabalho, o que parece gerar as mudanças expressas pelas palavras segurança e preparo para nele inserir-se, embora os sujeitos reconheçam e apontem alguns limites dos cursos (curta duração e pouca prática). Há ainda a reafirmação do curso como elemento que contribui para o equilíbrio das relações familiares e consigo mesmo, como pode ser observado nos discursos abaixo.

“**Mudou** o sistema da **família** que viu que eu estava estudando, fazendo **cursos**.”

“**Mudou** minha **maneira de me ver**”.

Em resumo, na classe Preparação para o Emprego (3) os discursos estão organizados de forma a salientar que o conhecimento acerca do mercado de trabalho é um instrumento útil de preparação, bem como é propiciador de esperanças, devido a maior segurança e confiança proporcionada pelo acesso a estes conhecimentos. Os limites reafirmados de pouca prática e breve duração dos cursos, não parecem comprometer o otimismo, gerado a partir do conhecimento de estratégias sobre como lidar com o mercado de trabalho.

D) Eixo 4 – Consequência dos Cursos para o Emprego

A classe Consequências do Curso para o Emprego (4) está composta por 24 UCEs (7,5%) sendo formada por egressos do ano de 2004, solteiros, com escolaridade do ensino médio incompleto e com idade de 18anos e 19 anos que frequentaram os cursos de Artesanato em Geral, Roadie (Operador de Equipamento e amplificação de Som). Não há indicação da variável sexo e de sujeitos peculiares representantes da classe.

O discurso apresentado pelos sujeitos e peculiar a esta classe tem sua centralidade no que se refere às mudanças na preparação para o trabalho, voltada para a ausência de oportunidades de emprego na área dos cursos e de formas precária de obter alguma renda, com ênfase para a aplicação dos conhecimentos adquiridos voltadas para a casa e para si próprios.

“**Não** arrumei nenhum **emprego** na **área**, posso **fazer** enfeites para dentro de **casa**.”

“Foi muito **fraco o curso**, não apareceu **oportunidade**.”

“De vez em quando **arrumo** dinheiro com ‘**bicos**’.

“**Sim**, às vezes aparece ‘**bico**’ para **fazer**”.

“**Não mudou nada**, posso fazer consertos em **casa**.”

Apesar do reconhecimento de que os cursos frequentados não geraram mudanças na preparação para o trabalho, pois não geraram empregos ou trabalhos ou os geraram de forma precária, os sujeitos reconhecem que algumas mudanças ocorreram na vida profissional: “Arrumei um emprego de promotora de eventos”. “Chance de começar nessa área”. “de vez em quando arrumo dinheiro com ‘bicos’”. Também afirmam que não houve “Nenhuma” mudança na vida profissional a partir dos cursos.

A partir dos dados acima e de seu cruzamento com os dados obtidos a partir da análise efetuada pelo SPSS, referente à situação de trabalho atual dos egressos, apenas 34 sujeitos

encontram-se empregados, ou 18.5% dos 184 participantes da pesquisa. Nesta perspectiva fica evidenciada a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido, como já indicado, à ampliação da taxa de desemprego no município do Recife, que em 2004 foi de 22,1% (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2004), e de formas precárias de inserção na atividade produtiva, inerente ao processo de globalização econômica. A indicação dos egressos de que “Aprendi a fazer bijuterias” e “porque tive dicas de etiqueta e do que devo fazer para arrumar emprego”, como elementos de enriquecimento de preparação para o trabalho, parecem indicar tanto uma preparação para a lógica do trabalho autônomo quanto uma forma de lidar com a complexidade e as exigências do mercado de trabalho, com ênfase nos aspectos comportamentais, nas competências e nas diretrizes prescritas no modelo do empreendedorismo.

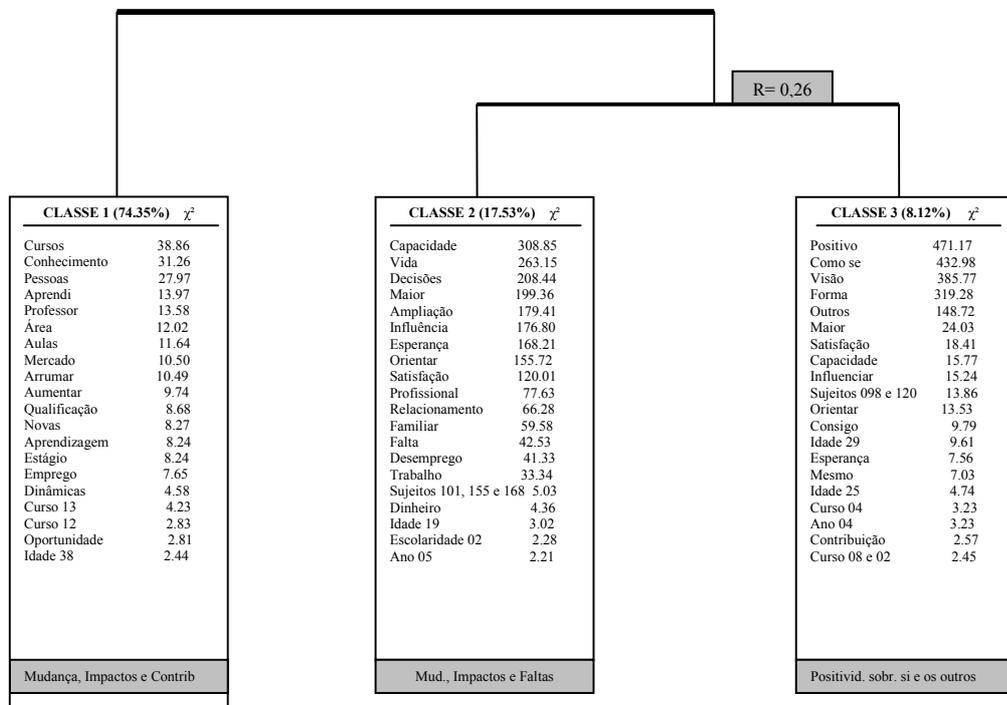
As mudanças indicadas pelos sujeitos atêm-se à possibilidade de trabalhos eventuais e precários e de ter ampliado os conhecimentos de como conduzir-se para obter emprego. O que afirmam é a possibilidade de fazer consertos e arranjos para casa ou fazer enfeites para si mesmo, ou seja, aplicar os conhecimentos na vida cotidiana para atender necessidades pessoais ou familiares.

Além disso, há variadas indicações de que os cursos são “fracos”, ou seja, não preparam adequada e consistentemente, do ponto de vista técnico. São apresentados como correspondendo a uma formação superficial, que pouco credencia o portador para uma contratação de trabalho.

O conjunto das classes referentes ao dendrograma Condições de Vida têm como destaques dos discursos os benefícios de fazer os cursos voltados para a busca pela profissionalização através do conhecimento mais técnico, do desenvolvimento de habilidades tácitas, com o necessário preparo para o mercado de trabalho, embora estas indicações dos sujeitos reflitam um discurso de formação mais integral, a associação com o desenvolvimento de atividades de trabalho remuneradas ou emprego, situa-se no âmbito da esperança. Não parece haver a compreensão que o contexto do mercado de trabalho seja algo determinante na não obtenção de renda e de que os cursos de qualificação não são suficientes para assegurá-la. Os discursos dos egressos ressaltam, ainda, o aspecto individual da preparação para o mercado de trabalho e das formas de nele inserir-se. Fica como alternativa fazer uso doméstico e/ou pessoal dos conhecimentos adquiridos. As mudanças apontadas nos discursos reforçam estas afirmações.

As indicações sobre as qualificações adquiridas nos cursos têm um forte componente da lógica das competências, particularmente as tácitas, o que nos permite afirmar que este parece ser o elemento norteador dos PlanTeQs 2004 e 2005. Assim, a política de qualificação pode ser entendida como uma prática simultaneamente política, ideológica e técnica. No que se refere às mudanças indicadas nas condições de vida estas se concretizam no plano dos trabalhos eventuais, o que gera alguma renda, possibilidade de melhorar a moradia, através de concertos, e da ampliação da esperança de obter um emprego formal.

Figura 3 - Classificação hierárquica descendente do *corpus* mudanças significativas



Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora

8.6 A Qualificação Profissional e as Mudanças nas Condições de Vida

A análise dos dados sistematizados pelo ALCESTE, referente às mudanças nas condições de vida, considerou em primeiro lugar se houve mudanças e, em segundo lugar as questões referentes à três mudanças significativas a partir do curso frequentado; três problemas que comprometem as condições de vida; o que o egresso poderia fazer para mudar; como o curso de

qualificação pode contribuir, e, por fim, o que mudou na vida do egresso a partir do curso e como o curso contribuiu. A indicação das mudanças obedeceu ao livre discurso dos participantes.

O dendrograma referente às mudanças nas condições de vida apresenta as seguintes características:

A) O corpus contém 184 Unidades de Contexto Iniciais (UCIs), correspondendo ao número total de discursos produzidos. Estes discursos foram decompostos em 704 Unidades de Contextos Elementares.

B) Do número total de 704 UCEs registradas, 87,5% (616) foram consideradas na análise do corpus impacto, efetuada pelo Alceste;

C) Os dados se apresentam divididos em dois grandes eixos em relação de oposição: o primeiro eixo composto pela classe Mudança e Contribuições (1) e o segundo eixo formado pelas classes Mudanças e Faltas (2), e Positividade sobre Si e os Outros (3). Tal estruturação indica as especificidades dos discursos presentes em cada classe, conformando ainda uma aproximação dos discursos representados nas classes Mudanças e Faltas (2) e Positividade sobre Si e os Outros (3), e um distanciamento destes, no discurso produzido na classe Mudanças e Contribuições (1), formando um conjunto mais abrangente

D) Para cada classe em que o Alceste considerou mais de um sujeito, idade ou curso típico da classe, para efeito de análise dos dados, consideramos exemplares dessas variáveis os indicados com os dois maiores níveis de significância.

8.6.1 A Avaliação das Mudanças pelos Egressos

A análise do dendrograma Avaliação das Mudanças pelos Egressos apresenta a configuração de dois grandes eixos em relação de oposição: o eixo um encontra-se composto pela classe Mudanças e Contribuições (1). O eixo dois está formado pelas classes Mudanças e Faltas (2) e Positividade sobre Si e os Outros (3). Esta composição do dendrograma configura as especificidades dos cursos que compõem cada uma das classes e, também, o delineamento de um conjunto articulado que traduz a complementaridade dos discursos acerca do objeto de pesquisa.

O eixo está constituído pela classe Mudanças e Contribuições (1) é organizado de forma geral pelo discurso dos sujeitos da pesquisa direcionados aos aspectos dos cursos de qualificação que envolvem, bons professores e boas aulas, além de elementos didáticos, que abrangem

dinâmicas de grupo e autoconhecimento, bem como ganhos pessoais e sociais e as mudanças daí advindas.

O segundo eixo, abrangendo as classes Mudanças e Faltas (2) e Positividade sobre Si e os Outros (3), concentra em sua unidade um discurso que sublinha mudanças referentes à ampliação da segurança profissional e a maior satisfação consigo mesmo, permitindo um posicionamento positivo sobre si e sobre as outras pessoas, indicando as mudanças relacionadas aos cursos e às “faltas” relacionadas às suas condições de vida.

A) Eixo 1 – Mudanças Contribuições

Esta classe com um total de 458 UCEs concentra 74,35% do corpus analisado e destaca apenas as variáveis curso e idade como peculiares à classe. Destaca que os cursos que contribuíram para sua composição foram os de Fotografia para o Turismo e de Garçom. A idade selecionada foi de 38 anos.

O discurso produzido nesta classe tem seu foco dirigido para as contribuições oferecidas pelos cursos frequentados, pelas contribuições que os cursos podem oferecer e pelas mudanças ocorridas após a conclusão dos cursos.

No que se refere às avaliações relacionadas às contribuições efetivadas pelos cursos de qualificação, foram indicadas pelos sujeitos: os elementos didáticos que envolvem a utilização de dinâmicas de grupo para integração dos alunos e simulação de situações de trabalho; afirmação da qualidade da maioria dos professores; ampliação das relações sociais e das oportunidades para obter emprego, porém com o limite desta última contribuição representar, até o momento, apenas expectativas e esperanças de inserção no mercado de trabalho.

“**Dinâmicas**, apresentações encenações de **práticas de vendas**. Conheci **pessoas** através dos **cursos**. **Contribuiu** oferecendo essa **qualificação**”.

“Proporcionou **integração** dos alunos a partir das **dinâmicas** de grupo”.

“Através das **aulas** e **professores** tive mais **experiência**. Como me **qualificou** me deu **oportunidade** de **aprender**”.

“Boas explicações do **professor** e aulas **práticas**”.

“Deu **oportunidade** de me aperfeiçoar, oportunidade e **chance de emprego** através das **aulas**”.

“**Prazer** de fazer **novos cursos**, conhecendo **pessoas** diferentes durante as aulas, por meio das **aulas**”.

“Curso ensinou coisas **novas** e isso contribuiu para ampliar as **oportunidades**, forneceu a **técnica** do artesanato”.

Os sujeitos salientam assim a existência de aprendizagens técnicas associadas a práticas ou simulações de situações práticas, as quais são indicadas como contribuindo para a aquisição de experiência para o trabalho. Bons professores, com metodologias adequadas, são elementos importantes para o processo de desenvolvimento dos cursos. A convivência social com professores e colegas leva, juntamente com os demais elementos indicados, a percepção de que estão criadas as oportunidades desejadas para obtenção de trabalho ou emprego, porém com a complementação de que o emprego não se concretizou.

Com relação a como os cursos podem vir a contribuir no processo de qualificação profissional e nas condições de vida, foram selecionados nos discursos, pelo ALCESTE, elementos políticos-gerenciais do processo de execução dos cursos que deveriam ser atendidos: aumento da qualidade e efetivação da intermediação da mão de obra.

No que se refere às melhorias há sugestões de oferta de estágios, ampliação e aprofundamento dos conhecimentos inerentes aos cursos, qualificando efetivamente para uma área de atuação. Num sentido mais largo, envolvendo as ações políticas-gerenciais dos PlanTeQs, há a indicação da união necessária entre a realização dos cursos, a efetiva intermediação da mão de obra e de uma política de geração de vagas de emprego.

“Oferecer um **estágio** no fim do **curso**, oferecendo um trabalho, dando **oportunidade**”.

“**Aumentar** vagas de **emprego**”.

“De forma alguma, **de forma alguma**”.

“Dar **conhecimento** a mais, contribuir para a **qualificação** de uma **área**”.

“Encaminhando para o **trabalho**, dando **oportunidades**, aproximando as **pessoas**”.

“Dar uma **qualidade** a mais para **arrumar** um **emprego** por conta do **curso**”.

Se, por um lado, estas são as expectativas e sugestões de aprimoramento para os PlanTeQs, por outro lado há as indicações de que os seguintes elementos sofreram mudanças nas vidas dos sujeitos a partir dos cursos:

“**Novas idéias**, facilidade de **aprender** as coisas”.

“**Interesse** de fazer **novos cursos, amizades** novas”.

“**Aumentei** minha **qualificação**”.

“**Novos conhecimentos** teóricos, novas **chances de trabalho**”.

“**Nada**”.

“Sei **diferenciar trabalho** de **amizade** e de outros **compromissos**”

“**Saber** como me **entrosar** com as **peessoas**”.

Estas mudanças indicadas pelos sujeitos consideram desde a afirmação de que o curso não contribuiu e remetem ainda, tanto para a aquisição de conhecimentos técnicos quanto sociais, que juntos viabilizam mudanças nas ideias (“novas ideias”) e aumento da qualificação profissional através desta conjugação de conhecimentos. Os sujeitos indicam ainda, que poderiam ter as ações de “fazer mais cursos”; “correr atrás, tentar me aproximar e votar em quem fizer mais cursos”, e “me inscrever nas vagas de ofertas de emprego até via Internet” para mudar as condições de vida, principalmente de desemprego.

A classe Mudanças e Contribuições (1) encerra, portanto, um discurso avaliativo que ressalta os métodos utilizados para educar, a qualidade dos professores, a necessidade do processo de execução dos cursos contemplarem tanto aulas teóricas e práticas quanto estágios e intermediação de mão de obra, além da necessidade de ampliação das vagas para empregos.

Oportunidade parece ser a palavra que orienta o conjunto dos discursos, na medida em que indica tanto um desejo quanto a constatação de sua inexistência pela realidade de desemprego dos sujeitos. O contexto de delimitação do termo oportunidade refere-se à chance de, por um lado: aprender, aperfeiçoar-se e ampliar as chances de obter emprego.

Por outro lado, a inconsistência na articulação com a intermediação da mão de obra, ofertas de vagas de emprego e aprofundamento nos conteúdos dos cursos, é referendada pela análise dos dados efetuada pelo SPSS, no qual: 15,8% (29) sujeitos já estavam inscritos no SINE, 42,9% (79) cadastrou-se no SINE, dos quais 6,55% (12) estão empregados, 31,05% (57) desempregados, 3,8% (7) desenvolvem trabalhos eventuais, dois (2) não se encaixaram em nenhuma das categorias acima. No que se refere à situação atual de trabalho, considerando o conjunto dos sujeitos que estudam e trabalham e os que estão empregados, apenas 18.5% (34) dos sujeitos informam trabalhar, conforme as tabelas a seguir.

Tabela 29 - Cursos dos PlanTeQs e intermediação

Após o Curso	Frequência	%
Cadastrou-se no SINE	79	42,9
Foi encaminhado a algum emprego	29	15,8
Ficou no emprego	8	4,3
Nenhuma das Alternativas	68	37,0
TOTAL	184	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Tabela 30 - Situação de trabalho atual

Situação de Trabalho Atual	Após o Curso				TOTAL
	Cadastrou-se no SINE	Foi encaminhado a algum Emprego	Ficou no Emprego	Nenhuma das Alternativas	
Empregado	12	5	4	8	29
%	6,5	2,7	2,2	4,3	15,8
Trabalho Informal	-	2	-	3	5
%	-	1,1	-	1,6	2,7
Desempregado	57	16	2	46	121
%	31,0	8,7	1,1	25,0	65,8
Trabalhos Eventuais	7	3	-	9	19
%	3,8	1,6	-	4,9	10,3
Estuda e Trabalha	1	2	1	1	5
%	0,5	1,1	0,5	0,5	2,7
Outros	2	1	1	1	5
%	1,1	0,5	0,5	0,5	2,7
TOTAL	79	29	8	68	184
%	42,9	15,8	4,3	37,0	100,0

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora - 2007

Tais dados questionam tanto o programa, como a qualidade dos cursos, reafirmando as principais limitações anteriormente indicadas e envolvendo falta de aulas práticas, estágios, duração dos cursos e a articulação do programa de qualificação profissional com a intermediação da mão-de-obra e os mecanismos do mercado de trabalho, como respostas a mudanças nas condições de vida, particularmente para o desemprego.

Do ponto de vista das mudanças geradas são salientadas nos discursos as “novas ideias” “amizades novas”, “alguma experiência”, “novos conhecimentos teóricos”, “novas chances de trabalho”, indicando que a concepção expressa de qualificação profissional não é só teórica e prática, mas também envolve as relações sociais e abrange segmentos diferentes envolvidos no processo de qualificação como professores bons e colegas, além da concretização da geração de emprego e renda, sendo esta última indicada como não tendo se efetivado.

B) Eixo 2 – Mudanças, Impactos e Faltas.

Esta classe Mudanças e Faltas (2), com um total de 108 UCEs participa com 17,53% da composição dos discursos produzidos pelos egressos. O ano do PlanTeQ de 2005 foi selecionado pelo ALCESTE como significativo, com destaque para a idade dos sujeitos de 19 anos, com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, não houve indicação de gênero e estado civil ou curso exemplar para a classe.

A produção do discurso efetuada pelos sujeitos concentra-se na indicação das mudanças mais relevantes a partir da participação nos PlanTeQs como aquelas que ampliam a segurança profissional, a satisfação consigo mesmo e a satisfação com a vida.

“**Maior segurança profissional**”.

“**Maior satisfação consigo mesmo**”.

“**Maior satisfação com a vida**”.

Encontramos ainda a indicação de que tais mudanças decorrentes da participação nos cursos estão relacionadas tanto à autonomia nas decisões sobre a própria vida e a perspectiva profissional, quanto à vida pessoal e a familiar. Assim, conforme o conceito de mudança não pudemos observar a ocorrência de mudanças significativas nas condições de vida para um patamar superior a situação antecedente à participação nos cursos de qualificação profissional.

No que se refere à esfera profissional esta é indicada apenas como elemento de esperança de nela vir a inserir-se.

“**Ampliação da capacidade de tomar decisões sobre a sua vida.**”

“**Capacidade de orientar e influenciar os outros**”.

“**Melhoria no relacionamento familiar.**”

“**Melhoria no relacionamento com os amigos**”.

“Maior **esperança** de obter **trabalho**”.

As mudanças indicadas pelos sujeitos, referentes à autonomia de decisão nos relacionamentos e de perspectiva de futuro profissional, apontam para fatores qualitativos e pessoais, nas aspirações e demandas ligadas às condições de vida. Ficam atendidas as exigências formuladas pelo mercado de trabalho, dirigida aos trabalhadores, reforçadoras das características pessoais que englobam: capacidade de decidir e auto gerenciar-se. Não fica atendida a mudança na condição de desempregados e de segurança profissional.

Chama atenção à ausência de indicações de mudanças referentes à vida profissional, a não ser no plano do crescimento da esperança. Há a indicação de que os problemas que comprometem as condições de vida ou “faltas” como estando centrados no “desemprego e falta de trabalho”, “alimentação”, “falta de dinheiro”, “política, desemprego e educação”, “saúde e transporte”, “violência”, “falta de apoio” e “discriminação”. Estes são elementos que enriquecem e dão sustentação as afirmações precedentes e reduzem às mudanças a orientação pela esperança e por melhoria nos relacionamentos mais próximos e cotidianos.

Assim, podemos afirmar que a política pública de qualificação profissional gerou um resultado tangível e limitado, ou seja: a conclusão dos cursos de qualificação frequentados pelos egressos. As mudanças ficam restritas à dimensão da qualificação obtida e das limitações da mesma.

Esta classe centraliza também as principais “faltas” que comprometem as condições de vida, sendo a única do dendrograma em que aparece o termo política, associado às palavras desemprego e educação, podendo demonstrar um entendimento da estreita vinculação entre os três termos e o que eles representam para as condições de vida. Neste sentido, um maior direcionamento na busca da autonomia para tomar decisões sobre a própria vida, maior satisfação profissional e consigo mesmo, pelas conquistas da conclusão dos cursos, da capacidade de influenciar os outros e de melhorias nos relacionamentos familiares e com amigos, compõem um conjunto de competências que conduz a esperança de ingressar no mundo do trabalho. Parece indicar também uma perspectiva de superação dos problemas que comprometem as condições de vida socialmente produzidas. A confiança e a expectativa de mudanças parecem gerar efeito de halo positivo que vai delinear os discursos presentes na classe Positividade sobre Si e os Outros (3).

Num sentido determinado, a classe Mudanças e Faltas (2), embora contraposta aos discursos presentes na classe Mudanças e Contribuições (1), pelas ênfases que encerram, acerca do desenvolvimento dos PlanTeQs, trazem um elemento comum: as contribuições consideradas positivas pelos sujeitos acerca das práticas pedagógicas adotadas como estímulos à participação efetiva nas aulas, bons professores, melhoria e ampliação dos relacionamentos familiares e com amigos. Os discursos dos egressos destacam também, em ambas as classes, as áreas em que as mudanças não se fazem presentes e comprometem o desenvolvimento dos cursos, através da falta de aulas práticas, estágios e intermediação de mão de obra, bem como de “faltas” em sentido mais amplo: trabalho, educação, transporte, alimentação, saúde e segurança.

A classe Positividade sobre Si e os Outros (3) juntamente com a classe Mudanças, e Faltas (2), forma o segundo eixo do dendrograma, caracterizando uma subdivisão da análise efetuada pelo ALCESTE marcada por uma maior proximidade dos discursos com o valor de **R** igual a 0,26, ou seja, a força de relação entre essas classes é bastante alta, traduzindo uma análise bastante fina dos discursos de cada uma dessas classes.

C) Eixo 3 – Positividade sobre Si e os Outros

Esta classe está composta por 50 UCEs ou 8,12% no número total de UCEs analisadas do corpus, tendo como variáveis o ano do PlanTeQ de 2004, sujeitos com idades de 29 anos e 25 anos, que frequentaram os cursos de Operador de Caixa e Serigrafia. Há a indicação de quatro sujeitos peculiares à classe com o mesmo nível de significância, são eles os sujeitos de números 098, 120, 136 e 159. Destes, três são mulheres (098, 136, 159) a primeira solteira, com 21 anos, egressa do curso de Recepcionista, as duas seguintes são casadas, com idades respectivas de 23 e 25 anos e egressas do curso de Bijuteria. Apenas o sujeito 120 fez o curso de Roadie (Operação de Equipamento e Amplificação de Som), é do sexo masculino e tem 18 anos. Embora os sujeitos exemplares tenham um maior número de mulheres, não há na classe a indicação de gênero, estado civil ou nível de escolaridade, como variáveis significativas para a classe.

Na classe Positividade sobre Si e os Outros (3) as indicações presentes nos discursos acerca das mudanças mais relevantes vão revelar uma orientação essencialmente otimista com relação a si mesmo e aos outros, a partir dos cursos frequentados contribuindo para a melhoria da autoestima e de crescimento da autoconfiança, culminando com a esperança de entrada no mercado de trabalho. Esta classe embora com seus elementos específicos, guarda uma relação de

complementaridade com as mudanças e os problemas que comprometem as condições de vida indicadas pelos sujeitos na classe Mudanças, e Faltas (2), alargando assim sua abrangência.

“**Maior satisfação com a vida**”

“**Maior satisfação comigo mesmo**”

“**Visão mais positiva na forma como me vejo e vejo os outros**”.

Tais referências indicadoras de mudanças afirmativas na percepção sobre si e sobre o contexto contemplam também, o discurso de que a qualificação profissional obtida através dos cursos dos PlanTeQs traz a possibilidade de permitir aos sujeitos sentirem-se podendo contribuir para a sociedade, influenciar os outros, melhorar as relações com os amigos e confiar na futura obtenção de um trabalho ou emprego. Este conjunto de percepções parece traduzir uma variedade de conquistas que têm relevância no nível pessoal, na medida em que permitem que os sujeitos se sintam podendo contribuir para a sociedade. Singularmente nesta classe não há indicação de maior segurança profissional como elemento relevante para a esperança de ingressar no mercado de trabalho.

“**Contribuição para a sociedade**”.

“**Capacidade de orientar e influenciar os outros**”.

“**Melhoria no relacionamento com amigos**”.

“**Maior esperança de obter emprego**”.

“**Maior esperança de obter trabalho**”.

Esses discursos parecem salientar o entendimento de que os sujeitos são elementos simultaneamente ativos e dependentes no conjunto das relações sociais estabelecidas e que estruturam e organizam a sociedade. Os principais elementos que parecem trazer esses limites ou “faltas” estão expressos nos discursos pelas frases “maior esperança de obter trabalho” ou “maior esperança de obter emprego”, trazem a tona o limite da vontade e dos investimentos individuais e institucionais na realização dos PlanTeQs.

Paralelo ao limite de que apenas 18,35% dos egressos estejam empregados outros elementos também parecem trazer a explicitação de que limites e “faltas”, estão presentes nos discursos através das seguintes indicações “falta de estudo” e de “emprego e dinheiro” como elementos que comprometem as condições de vida.

Tais explicitações chamam a atenção para as “faltas” indicadas também na classe Mudanças e Faltas (2), no que se refere às condições de vida e sem estar concentrada na cadeia, estudo ►► emprego ►► condições de vida, como sequencia “natural” dentro de um processo de qualificação profissional. Por outro lado, as mudanças parecem se restringir à percepção de um maior nível de preparação para o trabalho, apoiado na conclusão do curso de qualificação profissional, gerando mudanças de maior segurança pessoal e profissional e relacionando-se a esperança de poder obter um trabalho.

Neste sentido, tanto as mudanças indicadas pelo discurso dos egressos da classe Positividade sobre Si e os Outros (3) como da classe Mudanças e Faltas (2), a partir dos cursos de qualificação geram semelhantes expressões de impactos, e com um centro comum, que remete a conquistas pessoais, tais como: visão mais positiva sobre si e os outros, contribuir para a sociedade, maior satisfação com a vida, esperança de conquistar um lugar na esfera do trabalho, restringindo o trabalho real a uma mudança desejada.

O conjunto das classes referentes ao dendrograma Mudanças (Figura 3) traz a união das seguintes características associadas ou comuns que abrangem um discurso avaliativo com diferentes enfoques. A classe Mudanças e Contribuições (1) revela um discurso voltado para as questões pedagógicas e para a qualidade dos professores, reafirmando ainda os limites do processo de planejamento e execução dos cursos como não contemplando ou contemplando escassamente as aulas práticas, os estágios e a intermediação da mão de obra, destacando as mudanças de aquisição de “novas ideias”, aumento da qualificação e do conhecimento. Há também relevo ao fato dos cursos propiciarem a ampliação do círculo de amizade, mas no sentido específico de aprender a separar amizade e trabalho, que amigos ajudam a construir conhecimentos e que os cursos de qualificação e os professores são os elementos mediadores dessas aquisições ou mudanças. Tais mudanças geram os impactos de ter “alguma experiência” e “novos conhecimentos teóricos”.

A classe Mudanças e Faltas (2) também vai salientar a ampliação da qualificação profissional, porém com dois aspectos diferenciadores: as ênfases remetem a aspectos de “maior segurança profissional” e aspectos mais pessoais e subjetivos. As mudanças são indicadas tanto nas esferas pessoais quanto do equilíbrio nos relacionamentos, familiares e com amigos. No que se refere à esfera profissional, o trabalho ou emprego permanecem como expectativa. Em contraposição a classe Mudanças e Contribuições (1), porém com diferenças de amplitude de

aspectos sobre as condições de vida, os discursos da classe Mudanças e Faltas (2) indicam um conjunto de áreas de comprometimentos das condições de vida, tais como: “trabalho”, “dinheiro”, “política, desemprego e educação”, “saúde”, “transporte” e “violência”.

A classe Positividade sobre Si e os Outros (3) mantém juntamente com as classes Mudanças e Contribuições (1) e Mudanças e Faltas (2) o destaque dado aos aspectos positivos dos cursos salientando, entretanto, as mudanças pessoais (“maior satisfação consigo mesmo” e “visão mais positiva na forma como se vê e vê os outros”) e tem sua especificidade demarcada a partir do entendimento de que a qualificação profissional traz também benefícios para a sociedade, além de para si mesmo. A esperança de obter emprego ou trabalho é um elemento comum às três classes, caracterizando o dendrograma pela esperança de obtenção de ingresso no mercado de trabalho, porém com a explicitação da percepção aguda de que há “faltas” que comprometem ou inviabilizam esta esperança e comprometem as condições de vida, ou seja, a falta de estudo, de emprego e de dinheiro. Falam, portanto, das limitações da política de emprego e de geração de renda e do programa de qualificação profissional do governo, que não consegue efetivar o ciclo, com a possibilidade real de geração de emprego e renda.

As mudanças indicadas pelos discursos componentes da classe Positividade sobre Si e os Outros (3), de “maior satisfação com a vida” e “maior satisfação consigo mesmo”, juntamente com outras já indicadas, compõem um conjunto de referências relativas às ações dos sujeitos na busca de uma perspectiva para a vida e geram mudanças que remetem à possibilidade de contribuir para o coletivo e para si mesmo como sujeitos capazes de variadas conquistas, inclusive de trabalhar e ter maior satisfação com a vida. A classe Mudanças e Contribuições (1) enfatiza os aspectos pedagógicos, as relações sociais e a ampliação de oportunidades. A classe Mudanças e Faltas (2), enfatiza as conquistas tanto profissionais quanto pessoais e subjetivas e as “faltas” que comprometem o acesso ao trabalho e a melhora nas condições de vida. A classe Positividade sobre Si e os Outros, realça também os elementos pessoais e subjetivos, além da contribuição para a sociedade, salientando, ainda, os limites que comprometem as condições de vida.

9 CONDIÇÕES DE VIDA DOS EGRESSOS DOS PLANTEQS

Vários fatores comprometedores das condições de vida foram indicados pelos egressos, dentre os quais se destacam: desemprego falta de dinheiro, nutrição, apoio, estudo, discriminação, além do conjunto política, desemprego e educação. A avaliação de mudanças de uma política de geração de emprego e renda envolve princípios políticos, cuja importância está referida a concepção de condições de vida.

Neste trabalho optamos por considerar alguns dos tradicionais elementos que avaliam as condições de vida e agregar também a prática de lazer e de esportes, além da rede de sociabilidade, por entendermos que estes são fundamentais para o equilíbrio psicossocial dos diferentes sujeitos da sociedade, na medida em que agregam saúde, em sentido amplo, as condições de vida.

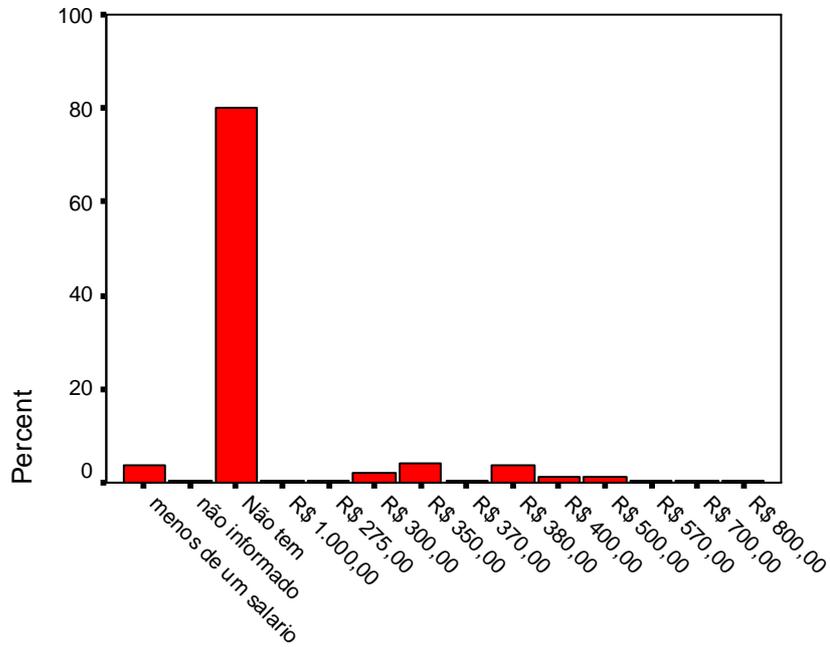
O conceito de condições de vida busca traduzir a ideia de elaboração de um painel das condições de vida da população pesquisada, avaliar se as necessidades básicas estão sendo atendidas, através do acesso a apropriação da renda, dos bens e serviços, das práticas de lazer e esporte e da rede de sociabilidade.

Entendendo que as condições de vida são multidimensionais consideramos as condições de propriedade da moradia, a situação educacional, a inserção no mercado de trabalho, a renda pessoal e familiar, o acesso a serviços e a rede de sociabilidade. No que se refere aos aspectos demográficos referentes aos egressos estes já foram apresentados em detalhes na seção 7.2

Com relação à renda pessoal dos egressos, 79.9% (147) dos sujeitos referem que não tinham renda antes do curso e 59.2% (109) referem que não têm renda após o curso. Os demais egressos ou 40,8% (75) informam que, para os dois anos considerados, se distribuem com renda menor do que um salário mínimo vigente e entre maior que dois salários mínimos e menor ou igual a três salários mínimos. Temos ainda que 2.2% (4) têm renda maior que três salários mínimos e 0,5% (1) não informou a renda. O salário mínimo do período era respectivamente: 2004 - R\$ 260,00 e 2005- R\$ 300,00.

A renda familiar dos egressos está concentrada nas faixas de renda de 1 a 2 salários mínimos como renda para 42,4% (80) das famílias e de 2 a 3 salários mínimos contemplando 12,5% (23) das famílias. São, portanto, em sua maioria, famílias com nível de renda baixa, quando comparadas com os de renda igual ou superior a 10 salários mínimos ou mais.

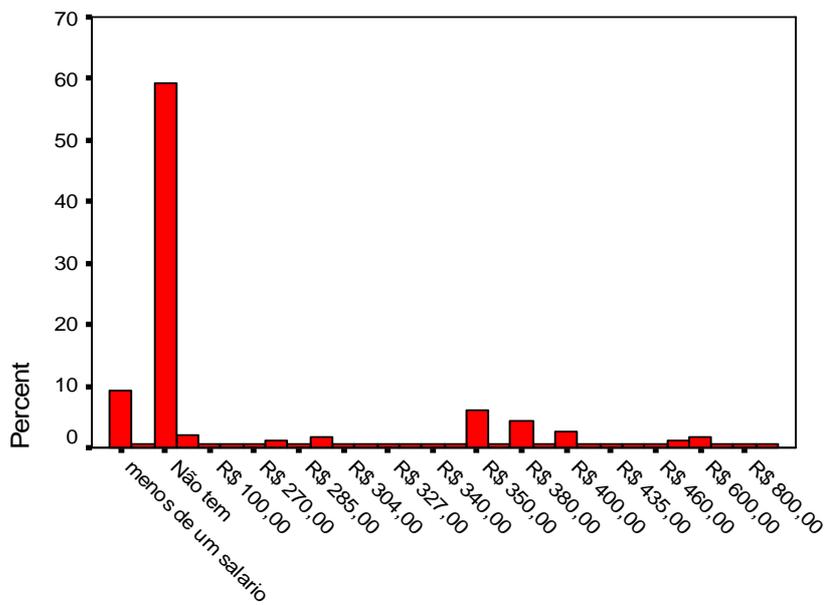
Gráfico 3 - Renda pessoal anterior ao curso de qualificação



Renda pessoal anterior ao curso de qualificação

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora

Gráfico 4 - Renda pessoal após o curso de qualificação



Renda pessoal após o curso de qualificação

Fonte: Dados primários coletados e organizados pela autora

Dos egressos 66.3% (122) consideram sua renda insuficiente em relação às suas despesas antes do curso, depois do curso 52.7% (97) consideram sua renda insuficiente. Esta redução pode estar associada ao desenvolvimento de trabalhos eventuais, tais como: fazer doces para festas, trabalhar como segurança no carnaval, eletricista, garçom, promotor de eventos ou de vendas, vendedor de produtos de revista, dentre outras atividades de trabalho. Assim, com relação ao emprego podemos afirmar que os cursos de qualificação não propiciaram mudanças nas condições de vida para a maioria dos participantes da pesquisa.

Dos egressos empregados 9,2% (17) têm ensino básico médio completo, 1,1% (2) têm ensino básico médio incompleto, 2,7% (5) têm curso superior incompleto, 1,6% (3) têm ensino básico fundamental incompleto e 0,5% (1) tem ensino básico fundamental completo. O nível de ensino básico médio completo é, para este grupo, o que representa a maior absorção pelo mercado de trabalho, embora o percentual geral de 15,8% (29) empregados seja bastante reduzido.

Com relação à propriedade da moradia, tanto antes quanto depois do curso 77,2% (142) informam que residem em casa própria.

No que se refere a morar com a família, antes do curso 91.8% (169) dos sujeitos informam que moravam com a família, depois do curso 89.7% (165) continua morando com a família. Percentuais tão elevados de permanência de moradia com a família podem ser explicados pelo elevado percentual de jovens entre 17 e 24 anos, que correspondem a 65.2% (120) dos egressos, e também pela falta de renda para assumir as despesas referentes a ter um domicílio independente, mesmo quando casados. Dos 89,75 (165) egressos que continuam morando com a família 67,8% (112) têm entre 17 e 24 anos, 27,8% (46) têm entre 25 e 39 anos, e 4,3% (7) têm entre 40 e 50 anos.

Considerando o acesso ao crédito, como uma das formas de consumo de bens e serviços, 63,6% (117) dos egressos informam que não compram a crédito, principalmente pelos seguintes motivos: não ter trabalho, não ter renda, não ter como pagar, não ter cartão de crédito e preferir pagar a vista. Complementarmente, 39.1% (72) dos egressos afirmam receber ajuda financeira da família, destes 23,4% (43) têm ensino básico médio completo e dos empregados 2,7% (5) recebem ajuda financeira. Tal fato pode relacionar-se com os baixos rendimentos obtidos pelos egressos. Essa contribuição vem principalmente dos pais, o que pode ser relacionado à faixa

etária de 17 a 24 anos preponderante no grupo. Dos egressos 79.9% (147) afirmam não possuir reserva financeira de nenhuma espécie para enfrentar quaisquer eventualidades.

Com relação às condições de alimentação, 96.2% (177) afirmam ter as três refeições diárias asseguradas e 87.5% (161) as consideram satisfatórias, principalmente porque “nunca falta”. Portanto, o nível de satisfação está circunscrito a ter as refeições asseguradas.

Entendendo que contribuir para a previdência social é um ato que assegura a assistência à saúde e em perspectiva à futura aposentadoria, encontramos que do total de egressos apenas 13,6% (25) contribuíam para o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Destes, 76,0% (19) estão empregados, portanto os dez (10) egressos, que também informaram estar empregados, não contribuem para o INSS, podendo caracterizar uma relação informal de trabalho.

Os egressos que não contribuem para a previdência são 85,9% (158) e 0,5% (1) não informou. As principais explicações para não contribuir são o fato de não trabalhar e não ter renda.

Os que contribuem informam que já é “descontado no salário”, é “importante para a futura aposentadoria”, a “mãe paga”, “precisa dos benefícios da previdência”, dentre outras explicações.

No que se refere ao acesso a alguns serviços públicos selecionados, temos que 66.8% (123) se sentem bem assistidos com relação a transporte, 81.0% (149) se sente bem assistido com relação ao fornecimento de água e de energia elétrica, embora haja a observação de que a energia elétrica é muito cara. Por fim, 67.4% (124) se sentem bem assistido com relação a saneamento e argumentam que não há esgoto escorrendo pela rua como fundamento das respostas.

Os acessos à assistência a saúde, seja pela assistência pública ou privada é minimamente acessível. Com relação ao atendimento médico-odontológico, 52.2% (96) afirmam se sentir bem atendidos, tanto pelo serviço público, pela proximidade de casa, embora haja queixas sobre a dificuldade para marcar as consultas, mesmo para os que têm plano de saúde privado.

Indagados sobre a participação em algum outro programa do governo, além do programa de qualificação PlanTeQs, apenas 13.6% (25) dos sujeitos indicaram esta participação e apontaram os seguintes programas: bolsa família, escola aberta, menor aprendiz, pró-jovem e seguro-desemprego.

Com relação à participação em alguma associação, apenas 11.4% (21) sujeitos informaram participar e citaram as seguintes associações: Associação de Moradores, Grêmio

Estudantil, Associação de Deficientes Auditivos, Comunidade dos Pequenos Profetas. Das explicações para tal participação se destacam: “é importante e interessante desenvolver política”, “associação fornece viagens, jogos e empregos”, “gosto de estar interagindo com a comunidade”, “há muitos projetos e cursos”, “para ajudar um amigo com câncer”, “oferecem alimentos e roupas”, “preparação evangélica”, dentre outras. No tocante à participação social em associações esta é balizada tanto por motivos de cunho político, como forma de participação social (associações de bairro e grêmio escolar), de cunho pessoal (ajudar um amigo doente, obter vantagens como cursos, roupas, comida e viagens) e de cunho religioso.

Com relação à sociabilidade e a rede de amigos no curso de qualificação profissional, 98.4% (181) dos egressos afirmam que fizeram amizades nos cursos; 61.0% (113) informam que têm mais de dez amigos e a maior frequência de encontros é diária para 31.0% (57) e semanal para 29.3% (54) dos egressos. As amizades são muito ligadas aos bairros onde residem, o que facilita os encontros diários.

A prática de esportes é indicada por 46.2% (85) dos egressos e 53.3% (98) afirmam não praticar nenhum esporte. A frequência da prática de esporte é indicada por 26.6% (49) dos egressos como semanal e as razões para esta prática se referem a porque “gosto”, “é saudável”, “faz bem para o corpo e para a mente”.

A prática de lazer é apontada por 49.5% (91) dos sujeitos como desenvolvida com periodicidade semanal, e as principais atividades indicadas como desempenhadas nos finais de semana são: “jogar futebol”, “ir ao cinema”, “ir ao shopping”, “praia”, “dançar”, “baladas” e “sair com amigos”, “trabalhar”, “cuidar da casa e visitar parentes”.

No que se refere ao emprego e a renda para as condições de vida, esta é definida como insuficiente e de modo geral há a indicação de condições mínimas, tanto de moradia quanto de alimentação, principalmente garantida pela solidariedade e pelo suporte familiar. A relação entre as despesas, à renda e/ou ajuda familiar, é indicada como insuficiente frente às despesas para 52,7% (97) dos egressos.

Do ponto de vista da ocorrência de mudanças nas condições de vida, considerando os indicadores analisados, não é possível estabelecer uma relação, pois do ponto de vista da atividade de trabalho e da renda a maioria dos egressos está desempregada, possui renda familiar de 1 a 2 salários mínimos e reside com a família. Embora o acesso a serviços de saúde, transporte, médico-odontológico, energia elétrica e saneamento sejam indicados como

assegurados, mesmo que precariamente, não há indicação da relação com mudanças atribuídas aos cursos frequentados. Com relação à moradia 77,2% (142) dos egressos informa que a moradia era própria tanto antes quanto após o curso.

No que se refere à prática de esportes 53,3%, dos egressos, não têm esta prática, e os lazeres são desenvolvidos com frequência semanal por metade dos egressos, porém nenhum dos sujeitos relaciona essas práticas a participação nos cursos.

Com relação à rede de sociabilidade, apenas a ampliação do conjunto de amigos foi indicada como tendo se expandido a partir dos cursos frequentados.

Como conclusão dessa seção, temos que não há mudanças nas condições de vida, atribuídos pelos egressos, a partir da qualificação oferecida pelos PlanTeQs/PR/Recife 2004-2005.

Tomando em conta a caracterização do mercado de trabalho no município do Recife, com reduzido potencial de vagas disponíveis e reduzida remuneração, além da não articulação entre os cursos de qualificação e a intermediação da mão de obra, da reduzida carga horária dos cursos e problemas na execução dos mesmos, fica clara a dificuldade dos cursos de qualificação profissional gerar mudanças significativas nas condições de vida.

Sem levar em conta o processo de globalização econômica e sua lógica não é possível considerar a qualificação profissional como elemento suficiente para atender as necessidades da população alvo, nem os objetivos a que se propõe. O projeto nacional não é compreensível fora da dinâmica nacional articulada à dinâmica internacional. A retomada do mercado como regulador das relações sociais, portanto, da democracia e da igualdade, vem gerando a exclusão da maioria do emprego formal.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na consideração da Política Pública de Qualificação Profissional (PNQ) tomamos como categorias o processo de globalização, a qualificação profissional e as mudanças nas condições de vida.

A concepção de qualificação profissional adotado pelo PNQ é apresentada como programaticamente fundamentada em seis dimensões. A **dimensão política** que buscaria assegurar o direito a qualificação e um espaço de negociação coletiva. A **dimensão ética** que garantiria a transparência no uso e gestão dos recursos públicos e a realização dos planos. No **campo conceitual** as noções de educação integral, empoderamento dos atores, qualificação social e profissional, dentre outras, tomam prevalência. Na **dimensão pedagógica** busca garantir aumento da carga horária média, articulação prioritária com a educação básica. Na **dimensão institucional** passa a ser considerada estratégica a integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento. Na **dimensão operacional** há a indicação da necessidade de planejamento na elaboração dos planos e projetos, não faz referências ao cumprimento dos mesmos. Prevê um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos.

Como base de orientação há um modelo de desenvolvimento socioeconômico que concebe que as desigualdades sociais estão presentes desde o nascimento, tem como fundamento que estas são da ordem da natureza, pois os potenciais dos indivíduos são marcados por diferenças intrínsecas e a sorte, como fator imponderável, é importante nas trajetórias de vida de cada um, ou seja, os indivíduos são os responsáveis exclusivos por seus percursos.

Assim, na perspectiva do capital, o trabalho é compreendido e valorizado como expressão da liberdade do homem no processo de transformação da natureza, da sociedade e de si mesmo, sendo a motivação de seus comportamentos apoiada na busca da utilidade individual e dos valores econômicos como superiores aos demais.

A educação compõe este modelo de desenvolvimento como elemento de aprimoramento pessoal, preparação para o trabalho e como manutenção das separações presentes na nossa estrutura social, na medida em que historicamente as políticas de qualificação profissional no Brasil são separadas do ensino formal.

A qualificação profissional definida pelo PNQ como social e profissional se propõe abranger a garantia do trabalho decente, viabilizando a “atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas [...] devendo promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação” (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2003, p. 24).

A Política de Educação Profissional institui como diretrizes a implementação de programas que viabilizem a qualificação e a requalificação profissional e objetiva a integração entre qualificação, intermediação e seguro desemprego. Parte, portanto, da realidade da globalização e busca neutralizar as suas consequências, caracterizando-se como uma política pública compensatória que atua sobre a oferta da mão de obra, o que pode gerar até uma melhor instrumentalização do trabalhador para conquistar uma vaga no mercado de trabalho, porém esta precisa existir.

Quando o mercado de trabalho está caracterizado por escassez de postos de trabalho, flexibilização das relações de trabalho e tem mutantes e crescentes exigências sobre os trabalhadores, torna-se difícil à ação da qualificação profissional sem articulações com outras políticas voltadas para o mesmo objetivo geral. Mesmo com uma ação integrada entre as políticas públicas de geração de emprego e renda, as mudanças possíveis por meio da política de educação profissional são reduzidas, pois as transformações no mundo do trabalho, inclusive do desemprego, são do âmbito da política econômica e do modelo de desenvolvimento adotado.

Neste sentido o Brasil tem, de acordo com o Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (2006), um padrão de estruturação do trabalho que se caracteriza por: grande participação do setor terciário na “composição setorial da força de trabalho” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2006, p. 425), formalização das relações de trabalho concentrada no setor público e nos setores mais dinâmicos da economia, nível elevado de desemprego, carga horária de trabalho elevada, quando comparada com outros países, nível baixo das remunerações, segmentação elevada do mercado de trabalho (gênero, cor, idade, grau de instrução, dentre outras).

Frente a esta descrição da estruturação do mercado de trabalho brasileiro e considerando a demanda do mercado de trabalho em Pernambuco, temos que sem uma articulação tanto entre as diversas políticas e programas do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda, e destas com

as políticas macroeconômicas, será pouco provável uma ação mais efetiva dos PlanTeQs frente aos seus objetivos.

Temos assim, com relação ao seu financiamento que o PNQ tem o FAT como fonte definida, o que representa um avanço e uma garantia, porém, por outro lado, o fato de ser a única fonte financiadora leva a uma demarcação inicial do potencial da fonte de financiamento, além do que a “lógica de remuneração que lhe dá sustentação patrimonial dificulta que esta fonte seja usada [...] em programas de inclusão financeira desatrelados da lógica privada” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2006, p. 412).

Nessa ótica a redução observada nos valores destinados ao Programa e o número de cursos ofertados pelos PlanTeQs 2004 e 2005, vêm reforçar o argumento de que a qualificação profissional vem se mantendo como programa, mas não como prioridade estratégica de desenvolvimento do país. Como nos lembram Figueiredo e Figueiredo (1986), a qualidade da política é assegurada pela qualidade dos recursos alocados e efetivamente gastos, o que não foi contemplado nos anos considerados. Nesta perspectiva o *Jornal do Comercio*, em matéria sobre o programa de qualificação em Pernambuco, destaca que durante os quatro primeiros meses do ano de 2007, houve apenas as finalizações dos cursos remanescentes do ano anterior, isto já em decorrência de atrasos nos repasses no ano de 2006, como também ocorreu pelo menos nos dois anos anteriores, conforme já indicado neste trabalho (COM ATRASO..., 2007).

Segundo a mesma fonte, e do ponto de vista da ampliação do número de cursos está previsto para o ano de 2007 a qualificação de vinte mil trabalhadores pela Agência do Trabalho/SINE/Recife, o que representa um avanço em relação aos PlanTeQs em análise. Por outro lado, o CODEFAT aprovou em 20 de julho de 2007 a proposta de orçamento previsto para 2008, com a previsão de R\$ 951 milhões para a qualificação profissional e de R\$ 13,6 bilhões para o seguro-desemprego (COM ATRASO..., 2007).

A política pública, como ação do Estado, dirigida à sociedade, envolve recursos sociais e, portanto, precisa considerar a relevância dos objetivos propostos e as necessidades sociais. Do ponto de vista gerencial a parceria e a descentralização como objetivos políticos e operacionais, propostos pelo PNQ, caracterizadas pela parceria orgânica e articulada financeiramente com as secretarias estaduais e a descentralização do planejamento, execução e controle do Programa pelas mesmas, parecem vir sendo frutíferas, enquanto concepção, no sentido de possibilitar o desenvolvimento das ações de qualificação, mesmo com todos os limites já indicados. Se por um

lado, gera emprego para um contingente de profissionais envolvidos com a execução dos PlanTeQs, por outro lado, não vem produzindo mudanças significativas sobre as condições de vida do seu público prioritário. Assim, a descentralização enquanto variável e estratégia de ação não assegura o cumprimento dos objetivos do PNQ.

A política de qualificação profissional isoladamente não gera emprego e não promove desenvolvimento, mas é um elemento essencial para um país que persiga esses objetivos.

A estratégia do PNQ provocou algumas mudanças em relação ao PLANFOR onde se destacam: a ampliação da carga horária, a disposição de integração com outros programas do Sistema Público de Emprego e Renda, e estímulo ao desenvolvimento de novas metodologias. Fica, porém, uma questão. Dentro de uma política de qualificação profissional, num contexto de reestruturação produtiva, onde o perfil do trabalhador deve adequar-se a pelo menos três exigências básicas: ser portador de capacidades e competências profissionais, disposição para o aprendizado contínuo e espírito empreendedor, estabelecer 200 horas como média para os cursos não é mais uma forma de manutenção da discriminação social?

A partir dos resultados encontrados por meio do protagonismo dos participantes viabilizadores deste trabalho, temos como conclusões acerca de suas motivações para participarem dos cursos, os seguintes dados avaliativos dos PlanTeQs 2004-2005. As motivações indicadas se centram na expectativa de se qualificar para ampliar as chances de ingressar no mercado de trabalho, compor currículo e obter experiência, buscar conhecimento técnico, aprender e fazer.

Os elementos indicados para os aprendizados obtidos são de conteúdos majoritariamente comportamentais e direcionados as exigências do mercado de trabalho, tais como: saber se comportar numa entrevista de trabalho e trabalhar em grupo, entender o funcionamento do mercado de trabalho, preparar adequadamente o currículo e apropriar-se do conhecimento técnico de cada curso. O que nos permite afirmar que estas são as mudanças percebidas pelos egressos com relação às aprendizagens adquiridas.

Nessa direção o desejo de fazer outros cursos está orientado para aprimorar os conhecimentos na mesma área, ou para ampliar o leque de conhecimentos com cursos em outras áreas, para ressaltar suas atualizações. Este movimento dos egressos se caracteriza como uma resposta adaptativa às exigências do mercado de trabalho, à incorporação da sua lógica e parece traduzir o reconhecimento do mercado de trabalho como variável, que condiciona as suas

trajetórias profissionais, ao mesmo tempo em que aponta para a insuficiência da qualificação obtida e da articulação com a intermediação da mão de obra.

Com relação às contribuições dos cursos para as atividades de trabalho, segundo as informações colhidas, estas foram dirigidas para a ampliação dos contatos para obter emprego, como se comportar na empresa, respeitar os padrões, maior conhecimento no relacionamento profissional, esperança de melhorar de vida, ampliação da responsabilidade, domínio de um conhecimento que pode ser partilhado com amigos e familiares e o controle sobre o próprio comportamento. Essas contribuições parecem refletir que a preparação para o trabalho, através dos cursos de qualificação, traz como elemento da formação a introjeção de variadas competências tácitas, dentre elas a “competência de policiar” o próprio comportamento, conforme a subjetivação do controle do trabalhador implícito no modelo flexível de produção.

Fica assim contemplada a perspectiva da teoria das competências, necessária a aceitação do mercado como balizador privilegiado das relações sociais e da ação e responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho, além da ênfase presente nos destaques dados para o “saber ser”.

Por um lado o PlanTeQ é viabilizador para esta população, de conhecimentos socialmente produzidos e transmitidos também pelas famílias, amigos, escola, mídia e demais espaços de convivência. O acesso a serviços, como os de orientação profissional, o qual não é oferecido a essa população, permite a acumulação de mais esta defasagem, relacionada à suas inserções na sociedade e a suas trajetórias de vida. Este fator parece contribuir como elemento agregador de desinformação. Nesta perspectiva a ação sistemática de orientação profissional prevista para o desenvolvimento dos PlanteQs, não vem ocorrendo, o que colabora para o comprometimento dos objetivos definidos para o PNQ, e vem fazendo com que no desenvolvimento dos PlanTeQs sejam introduzidas formas aligeiradas, portanto precárias, para dar conta desses aspectos referentes a esfera da qualificação profissional. Nessa ótica, são indicados pelos egressos como contribuições dos cursos a oportunidade de aprender, o uso de técnicas de dinâmicas de grupo, o autoconhecimento e a coordenação desenvolvida para os PlanTeQs.

Em conformidade com o acima exposto os egressos indicam que o curso contribuiu na vida extra-trabalho ampliando as suas capacidades de comunicação e de convivência com as pessoas, a partir de mudanças nos seus comportamentos, que se expressam em maior responsabilidade e respeito às pessoas, na visão sobre as pessoas e sobre a vida, no

relacionamento familiar, numa visão mais positiva sobre si, que gera maior autoestima e autoconfiança. Permite ainda sentirem-se capazes de se transformar e de transformar a própria realidade, contribuindo para a sociedade através da obtenção de emprego, repasse dos conhecimentos adquiridos para os mais próximos, além de se sentirem podendo ajudar aos demais. A ênfase é, portanto nas ações de cada indivíduo como responsáveis exclusivos por suas trajetórias, independente do contexto econômico, político e social.

Do ponto de vista da avaliação mais direta da execução dos cursos pela Agência do Trabalho, há indicação de que a coordenação direta no desenvolvimento dos PlanTeQs 2004-2005, foi boa, com destaque para o número de pessoas por turma, o horário adequado para o funcionamento dos cursos, a escolha do local, quando espaçoso e silencioso, a existência de lanche e de vale transporte e o desempenho dos professores.

Por outro lado, à indicação dos elementos que comprometem a qualidade dos cursos e da aprendizagem referem-se ao planejamento e escolha das salas de aulas precárias, cursos com durações insatisfatórias, falta de aulas práticas, de estágio, de professores e de material didático, além do pequeno número de cursos e de vagas disponíveis. Com relação a este último elemento indicado, ele é compatível com as reduções dos recursos ocorridas nos PlanTeQs 2004-2005.

Ainda do ponto de vista da execução dos PlanTeQs, a qualidade e o atraso na entrega do material didático e dos equipamentos de proteção em condições precárias de uso, são indicados como elementos dificultadores da aprendizagem, juntamente com a inadequação quanto aos prazos de entrega do vale transporte e da qualidade do lanche. Há ainda o comprometimento da distribuição do conteúdo de alguns cursos ao longo do seu desenvolvimento, por parte de alguns professores, o não encaminhamento para o mercado de trabalho e a inexistência de cerimônia de encerramento dos cursos.

Do ponto de vista da sociabilidade, é apontada a possibilidade de convivência e amizades, geradas a partir dos cursos e o autoconhecimento. Salientam-se desse conjunto o reconhecimento do protagonismo dos alunos no processo ensino-aprendizagem e o seu aspecto de construção coletiva.

Nessa perspectiva a qualificação profissional depende, por um lado das condições objetivas de acesso aos cursos e do seu desenvolvimento. Por-outro lado, os elementos que fundamentam o programa de qualificação profissional e os dados encontrados permitem afirmar que os pressupostos de combate ao desemprego não se realiza, pois não se efetiva uma relação

entre os propósitos do programa e o seu resultado, o que não contribui para a redução do desemprego, nem amplia as condições de vida da população.

O nível de execução estadual do programa sofre influencia tanto da capacidade de gerencia local, como da decisão política e da agilidade do MTE na liberação dos recursos. Tal liberação está condicionada às diretrizes da política econômica de contingenciamento, com vistas à composição de superávit fiscal, o que vem se refletindo tanto na indisponibilidade, quanto no atraso dos recursos previstos para o desenvolvimento dos PlanTeQs, embora tenha seu financiamento assegurado pelo FAT.

Numa conjuntura político-econômica norteada pelo processo de globalização e de seus fundamentos, como nova etapa de acumulação do capital, tem como característica estrutural intenso e rápido processo de redirecionamento e primazia dos investimentos para a área financeira em detrimento da área social, contribuindo para a manutenção e/ou agravamento do desemprego e da pobreza.

No que se refere às mudanças advindas para os egressos e suas condições de vida, a partir do curso, estes informam que os cursos não contribuíram em nada, na medida em que não geraram emprego, e pouco ou não ampliaram o saber técnico. Reiteramos que os egressos que reconhecem a existência de mudanças indicam: os contatos para obter emprego, maior conhecimento sobre o mercado de trabalho, possibilidade de trabalhos eventuais e ampliação das chances de obter emprego, além de novas ideias. Não há referência a mudanças relativas as condições de vida, ao emprego ou a renda.

No que se refere às condições de vida dos egressos, estes têm a moradia e a alimentação, de alguma forma assegurada, sendo esta avaliação balizada pelo “não faltar”. Do ponto de vista do consumo 63.6% (117) não têm acesso ao credito pessoal essencialmente por não ter como pagar.

Ao relacionar a renda pessoal e condições de vida esta é indicada por 52.7% (97) dos sujeitos como insuficiente frente às despesas, e que apenas a atividade de trabalhos eventuais e a cooperação da família assegura alguma renda.

Na relação entre a qualificação profissional e estes elementos das condições de vida, há a afirmação de que não houve nenhuma mudança após o processo de qualificação, o que é referendado pela inexistência de renda pessoal para 79.9% (147) sujeitos antes dos cursos e para 59.2% (109) sujeitos após os cursos.

Assim, com relação às condições de vida e do ponto de vista econômico, a ocupação é precária, marcada pelo desemprego e pela realização de trabalhos eventuais e informais, com rendimentos concentrados entre um e três salários mínimos, sem acesso ao crédito, sem reservas financeiras e recebimento de ajuda familiar. A Política Pública de Qualificação Profissional é apontada como não contribuindo para a melhoria nas condições de vida.

Do ponto de vista da assistência à saúde o acesso é considerado assegurado, porém com o assinalamento de dificuldades, o que compromete a qualidade do serviço. Outros serviços públicos são considerados como acessíveis e de melhor qualidade (transporte, água, energia elétrica e saneamento). As atividades classicamente atribuídas ao tempo livre, como lazer e esportes, são indicadas por menos da metade dos egressos como praticadas. Com relação aos engajamentos sociais só 11.4% (21) sujeitos, indicam alguma forma de participação em associações de bairros, grêmios estudantis e associações para deficientes ou portadores de doenças.

As mudanças indicadas como existentes se referem às mudanças na percepção dos egressos sobre: “amadurecimento voltado para o trabalho”, aumento da autoconfiança e da autoestima, postura mais ativa na busca por emprego, sentir-se qualificado e ter esta comprovação no currículo, permitindo ter esperança de obter emprego, capacidade de orientar e influenciar os outros e contribuir para a sociedade. As mudanças relacionadas a mudanças quantitativas nas condições de vida dos sujeitos “é o critério de aferição entre o antes e o depois da execução do programa” (FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A., 1986, p. 117), estão relacionados a fazer concertos e arranjos para casa e para si, e a desenvolver atividades eventuais de trabalhos.

A qualificação profissional para os egressos prepara para o mercado de trabalho na medida em que socializa alguns conhecimentos técnicos e informações acerca dos atributos desejados por este mercado e suas exigências, levando-os a aprender que tais conhecimentos geram um tipo de qualificação, ou os instrumentalizam para obter uma forma precária de renda, ou ainda, para poucos, do emprego.

Assim, se o processo de desemprego e de trabalhos precários localiza-se no mercado de trabalho, é a este mercado que as ações do governo precisam estar também dirigidas. Desconsiderar os aspectos macroeconômicos e salientar os indivíduos como responsáveis pela sua inserção no mercado de trabalho, não vai às raízes do problema. Desconceituar que a oferta

de mão de obra é imprescindível e complementar a procura de mão de obra, é ignorar um elemento fundante da lógica do mercado: o binômio oferta e procura.

Nessa perspectiva, reconhecendo o seu caráter de política social compensatória, portanto não redistributiva, conduzindo a uma cidadania precária, ficam como sugestões para considerações de reestruturação do PNQ/PlanTeQs: levantamento diagnóstico das necessidades técnicas de qualificação da mão de obra; maior duração dos cursos, organizados e dirigidos por um itinerário de formação profissional; implantação de orientação profissional; maior número de cursos e de vagas; efetiva articulação com a ação de intermediação da mão de obra, além de uma política nacional de desenvolvimento socioeconômico com geração de emprego. No que se refere aos elementos gerenciais do processo de execução local, sugerimos: articulação paralela com a formação escolar acadêmica; aulas práticas como padrão de organização e estruturação dos cursos; aumento da qualidade expressa em cursos com mais formação técnica, para ampliação real dos conhecimentos profissionais; oferta de estágios; entrega, em tempo hábil, dos vales transportes e do lanche; aprimoramento da infraestrutura, em alguns locais, onde se realizam os cursos e valorização dos alunos e dos cursos oferecidos, podendo esta se expressar na inclusão de cerimônia de encerramento e compromisso das empresas de oferta de emprego, como contrapartida e contribuição a sociedade. .

Fica também indicado o descompasso entre os objetivos propostos e os resultados da realização do PNQ/PlanTeQs, sendo premente uma nova concepção para a Política de Educação e de Emprego, Trabalho e Renda, com programas e projetos de caráter universal.

Do ponto de vista dos egressos, a insatisfação com a qualificação obtida através dos PlanTeQs é demonstrada tanto pela indicação do interesse em participar de novos cursos, quanto pela indicação dos limites estruturais e gerenciais de seu desenvolvimento e, ainda, pela falta de articulação com a política de intermediação da mão de obra. São dignas de nota as indicações referentes às exigências de sujeitos qualificados para o emprego, pelo mercado de trabalho; o interesse em aprender e preparar-se melhor para o trabalho, bem como a miscelânea de cursos realizados, pois raramente estes têm conexão entre si que indiquem a composição de um perfil central ou itinerário de formação, complementado por conhecimentos conexos, tais como, informática e qualidade no atendimento, por exemplo.

A parte todos os seus limites, o fato da existência do PlanTeQ parece ser um elemento fundamental de oportunidade de qualificação profissional para esta fração da população

participante da pesquisa, principalmente considerando que para estes, a conclusão do ensino básico médio se coloca como limite social de escolarização, determinado pelas condições objetivas de suas condições de vida.

Neste sentido, os participantes da pesquisa demonstram iniciativa na busca por oportunidades de qualificar-se, porém não vislumbram a possibilidade de intervir na definição dos cursos ofertados, na sua quantidade e qualidade, tão pouco no Programa de Qualificação Profissional em seu conjunto.

O PNQ/PlanTeQ parece apresentar três riscos essenciais, todos associados por Deluiz (1996) ao modelo das competências: 1- visão adequacionista da formação dirigida as exigências da globalização e das empresas; 2- ênfase individualizante na medida em que concretamente não vem estimulando ações coletivas de associação para geração de emprego, trabalho e renda. Neste sentido há no PlanTeQ/Recife 2004 apenas um único curso, com duas turmas, de qualificação em associativismo e cooperativismo; 3- ênfase nos produtos finais, no número de sujeitos qualificados ou intermediados; As mudanças nas condições de vida são restritas e não atendem aos objetivos explícitos do Programa, o que compromete a emancipação individual e coletiva necessária à formação de sujeitos autônomos, política e socialmente, produtores de bens e serviços, e não “instrumentos” orientados para disponibilizar o seu potencial humano em benefício dos valores do capital e de seus interesses, sob os comandos atuais da “qualidade” e competitividade, cabendo aos sujeitos ter respostas pertinentes a estes desafios, como condição para participar de alguma forma do mundo restrito do trabalho.

No presente, a ação do Estado ao assumir a qualificação profissional através do PNQ, parece buscar atender as exigências expansionistas do capital e, paralelamente, exercer uma contenção social do potencial reivindicativo e conflitivo dessa fração da população, clientela prioritária do Programa, pois na medida em que mantém a “mente ocupada”, que têm em perspectiva a possibilidade (real ou não) do trabalho, este se torna fonte de esperanças (reais ou não).

O consenso atual entre os movimentos sociais, inclusive o sindical, acerca da necessidade de mais educação, facilita a ação do governo na implementação do PNQ. Esta convergência precisa considerar o jogo de forças nela envolvidos, pois as concepções de educação e, em particular, da educação profissional, não são politicamente neutras nem estão orientados para o fortalecimento do trabalho. A análise da configuração de seus resultados, para a maioria de seus

participantes, parece não só ser um indicador da distribuição de suas consequências reais, como uma explícita sugestão da necessidade de uma reconfiguração e aprimoramento do Programa e das políticas que lhe originam e dão sustentação.

A diretriz de enfoque econômico presente nas orientações dos organismos internacionais e acatada nacionalmente, norteia também as orientações e decisões sobre a educação, em suas diversas expressões, limitando-a para esta fração da população.

O Estado vem respondendo de forma precária aos problemas do desemprego crescente, da qualificação profissional e das dificuldades de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho, fruto do processo de globalização econômica, o qual vem buscando reduzir o sujeito político a agente econômico. Liberalização dos mercados, orientada pela não interferência do Estado e pela flexibilização dos mecanismos de proteção ao trabalho e a lógica poupadora de mão de obra, dificultam o processo de intermediação da mão de obra tornando-a inapta frente aos seus objetivos de política ativa de oferta de mão de obra.

Embora o PNQ seja uma política pública, voltada para a geração de emprego e renda, num tempo de desemprego, sua orientação principal parece estar voltada para a busca de “soluções” ou respostas “técnicas e racionais”, desconsiderando os aspectos humanos. As implicações sociais do problema, na medida em que os dados demonstram a impossibilidade do emprego e a pouca articulação com outras políticas públicas que contribuam para a obtenção dos efeitos expressos na sua formulação, ou seja, a melhoria das condições de vida da população, a qualificação social e profissional, e a geração de emprego e renda, precisam considerar que os “determinantes do desemprego e da precariedade das ocupações não estão ao alcance das políticas tradicionais de emprego, pois estas agem, sobretudo sobre a oferta da mão de obra” (INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS, 2006, p. 439). Os egressos do Programa, por enquanto, estão tendo como profissão a esperança.

A possibilidade de inserção qualificada no mercado de trabalho envolve questões referentes à capacidade do sistema público de ensino manter os jovens na escola, qualificá-los profissionalmente, além de criar condições reais de ingresso nos cursos técnicos e/ou de nível superior, uma vez que os objetivos e metas do PNQ, como política pública, apresenta-se como ações paliativas que não fazem frente à questão do desemprego, da precarização das relações de trabalho e de seus fundamentos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO TRABALHO. **Planilhas de controle interno**. Recife, 2006.

ALBUQUERQUE, Nilza Simões Correia; ALESSIO, Ricardo Swain. **Políticas de qualificação do trabalhador em debate**: limites, avanços e desafios. Recife: FASA, 2004.

ALDUNATE, Arturo Fontaine. **Más allá del Leviatã**: hacia el resurgimiento de la libertad individual. **Revista de Estudios Públicos**, Chile, n. 1, 1980. Disponível em: <www.cepchili.cl>. Acesso em: 02 jan. 2005.

ALVES, Edgar Luiz Gutierrez (Org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF, IPEA, 1997.

ALVES, Edgar Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 12, maio 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/Ppp12.html>>. Acesso em: 23 set. 2006.

ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz. Dossiê globalização: apresentação. **Rev. Sociol. Polit.**, [S. l.], n. 19, p. 7-10, nov. 2000. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 06 nov. 2005.

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZ NAIJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade de Campinas, 2000.

ARANHA, Antônia; MACHADO, Lucília. Qualificação profissional. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 274.

_____. PNQ e PLANFOR: o que mudou na política brasileira de qualificação profissional? In: ALBUQUERQUE, Nilza Simões Corrêa; ALESSIO, Ricardo Swain. **Políticas de qualificação do trabalhador em debate**: limites, avanços e desafios. Recife: FASA, 2004. p. 33-57.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves (Org.). **Ensaio sobre o mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; ALENCAR, Maria de Jesus. **Condições de vida dos excluídos do mercado de trabalho recifense**. Disponível em <<http://www.race.nuca.ie.ufrj/abet/3reg/index.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito et al. **Avaliação de programas sociais**: a intermediação de mão-de-obra da Agência do Trabalho – Recife/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

ARRETECH, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.

ASSIS, José Carlos. **Requisitos de uma política econômica**: pleno emprego. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/artigos_det.asp?Id_artigos=35>. Acesso em: 20 abr. 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 2001.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BENEVIDES, Maria Vitória. **A questão social no Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em: <<http://www.hothotopos.com/vdletras3/vitoria.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

BENJAMIN, César; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Brasil**: reinventando o futuro. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros, 1995.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. São Paulo: DIFEL, 1984.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1974.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 56).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira (Coord). Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1-2.

BOOG, Gustavo G. **Manual de treinamento e desenvolvimento ABTD** (Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento). São Paulo: Makron Books, 1999.

BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Ata da 87ª reunião ordinária do CODEFAT, em 13 de fevereiro de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/upload/2006/ata87CODEFAT.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 126 do CODEFAT, de 23 de outubro de 1996**. Aprova critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, com vistas à execução de ações de qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período de 1997/1999. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 333 do CODEFAT, de 10 de julho de 2003**. Institui o Plano Nacional de Qualificação - PNQ no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, para a execução de ações de qualificação social e profissional (QSP), cujas transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, serão efetuadas pelo Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (DEQ/SPPE/MTE), com base em convênios plurianuais e outros instrumentos firmados nos termos da legislação vigente, conforme específica e orienta e, revoga as Resoluções nºs 194/1998, 223/1999, 234/2000 e 258/2000. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano nacional de qualificação – PNQ 2003-2007**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Repasse de recursos MTE - PlanTeQs/PE 2003-2005**. Brasília, DF, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUÍ, 2003.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BRAGA, Thais. A armadilha social destinada aos jovens: mercado de trabalho insuficiente, oferta educacional restrita e de baixa qualidade e ações públicas incipientes. In: CHAHAD, José Paulo Zeetano et al. (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho**. São Paulo: LTR, 2003. p. 469-500.

CAMARGO, Brígido Vizeu. **Introdução à utilização do programa informático ALCESTE para análise quantitativa de dados textuais**. Santa Catarina: UFSC, 2001. Mimeo.

CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (Org.). Formação profissional. In: _____. **Dicionário crítico sobre o trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRG, 2002. p. 128-133.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel nossos dias**. Trad. Lydia Cristina. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

CAPACITAÇÃO terá R\$ 1 bi em 2008. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 jul. 2007, Caderno de Economia, p. 8.

COM ATRASO, governo iniciará capacitações. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 jul. 2007. Caderno de Economia, p. 5.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA E SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 217/218, ago./set. 2007.

COSTA, Olavo Viana. Pesquisa de condições de vida. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

DEDECA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge Eduardo Levy (Org.). **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scrita, 1996.

DELUIZ, Neise. A globalização econômica os desafios à formação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, [S. l.], v. 22, n. 2, maio/ago. 1996. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/222/boltec222b.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário dos trabalhadores 2005**. São Paulo, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário dos trabalhadores 2006**. São Paulo, 2006.

_____. **Jovem no mercado de trabalho no município do Recife-2004**. São Paulo, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez 1986.

FIORI, José Luis. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: [s. n.], 1998.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção os Economistas).

_____. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Síntese da metodologia da PCV**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/index.php>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2003.

_____. **Não a recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALEAZZI, Irene. Desemprego. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre o trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRG, 2002. p. 67-72.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 76-99.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOULART, B. Íris; GUIMARÃES, Renata Fraga. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 17-36.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Instituto Liberal, 1994.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et al. (Org.). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 128-147.

_____. Vida reprodutiva e reprodução: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY, André et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 263-278.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1980.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, São Paulo, ano 21, n. 55, nov. 2001.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS. **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: Paulo Tafner, 2006.

_____. **Estudo prospectivo de demanda do mercado de trabalho em Pernambuco (relatório final)**. Recife, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Informativo**, [S. l.], ano 5, n. 155, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/fdescadastra.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2007.

KUENZER, Acácia Zeneide. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do SENAC**, [S. l.], v. 25, n. 2, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/252/boltec252b.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2005.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 63-76, 1996.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Marcelo. A questão da qualificação. **Boletim Técnico do SENAC**, [S. l.], v. 27, n. 1, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/271/boltec271e.htm>>. Acesso em: 16 maio 2005.

LIMA, Roberto Alves; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. Avanços e impasses da política pública de emprego no Brasil: discussão com foco no PROGER e no PLANFOR. In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de (Org.). **Mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 383-422.

MACHADO, Lucília. Divisão internacional do trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 111.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (Org.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões de Nossa Época).

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 64, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2005.

MARÇAL, Juliane. Capacitação. In FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 45.

MARTINS, José de Souza et al. Que fazer para gerar empregos no Brasil. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2006.

MAURO, Frédéric. **História do Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1974.

MELO, Alex Fiúza de. **Mundialização e política em Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2001.

MILITÃO, Maria Nadir. Educação profissional. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 133.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Marília Gouveia. Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 100, p. 37-48, mar. 1997.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Ramon de. O banco mundial e a educação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, [S. l.], v. 27, n. 1, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/272/boltec272c.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Novo momento na política pública de qualificação profissional no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Nilza Maria Corrêa de; ALESSIO, Ricardo Swian (Org.). **Políticas de qualificação do trabalhador em debate: limites, avanços e desafios**. Recife: FASA: 2004. p. 59-77.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **El director de la OIT alerta sobre “una crisis de empleo sin precedentes”**. Disponível em: <www.ilo.org/public/spanish>. Acesso em: 22 maio 2006a.

_____. **Indicadores claves del mercado de trabajo**. 4. ed. Ginebra: Oficina Internacional Del Trabajo, [2007?]

_____. **La globalización no está creando empleos nuevos y de calidad ni reduciendo la pobreza**. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish>>. Acesso em: 26 maio 2006b.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O trabalho sobre fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

PORCELLI, Erika. Continuidade e descontinuidade entre as noções de competência e qualificação profissional. **RE: trabalho e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/trabeduc>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michel. Capitalismo democrático na encruzilhada. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p. 29-44, 1998.

RAMOS, Carlos Alberto. **Las políticas de empleo en Brasil**. Brasília, DF: [s. n.], 2003a. Disponível em: <<http://www.carlosalberto.pro.br/artigos.html>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Políticas de geração de emprego e renda**: justificativas teóricas, contexto histórico e Experiência brasileira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2003b. (Texto, 227).

RAMOS, Carlos Alberto; FREITAS, Paulo Springer de. Sistema público de emprego: objetivos, eficiência e eficácia (notas sobre os países da OCDE e Brasil). **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 17, p. 60-104, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/107/110>>. Acesso em: 16 maio 2005.

RECIFE. Prefeitura. **Documento base para a revisão do Plano Plurianual 2001-2005 da Cidade do Recife**. Recife, [2006]. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/sefin/planoplurianual/plurianual2006/volume1/II-diagnosticos-vol-1.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2007.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. **Alceste**: análise qualitativa de dados textuais. Brasília, DF: Universidade de Brasília, [20--]. Mimeo.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROBINSON, Joan. **Introdução à teoria do emprego**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 721).

ROCHE, Crhis. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGS**. Tradução: Tisel. São Paulo: Cortez; ABONG: Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

ROGGERO, Rosemary. Breve reflexão sobre as relações entre novas demandas de qualificação e formação profissional no movimento do Capitalismo contemporâneo. **Boletim Técnico do SENAC**, [S. l.], v. 26, maio/ago. 2000. Disponível em:

<<http://www.senac.br/informativo/index.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

SALM, Cláudio L. **Escola e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980

SANTOS, Maria Rosimary. Democracia. In: FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucília (Editores). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 89.

_____. Saber prático. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 297-298.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973.

SEADE. **Síntese da metodologia da PCV**. Disponível em:

<<http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/index.php>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985.

SILVA, Edith Seligma. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: SILVA FILHO, João Ferreira; RODRIGUES, Sílvia. **A danação do trabalho**: relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Ed. Te Cora, 1997. p. 19-63.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: PABLO, Gentile; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência**: economia brasileira contemporânea (JK- FH). São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

TAFNER, Paulo (Ed.). **Brasil o estado de uma nação**: mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

THIOLLENT, Michel. Crítica da racionalidade e reavaliação tecnológica. **Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 63-88, set. 1980.

TOLOSA, H.; ROCHA, S. **Políticas de combate à pobreza**: experiências e equívocos. São Paulo: INAE, 1993.

VERÍSSIMO, Mariana; FIDALGO, Fernando; SOARES, Jurandir. Desemprego aberto. In: FIDALDO, Fernando; MACHADO, Lucília (Ed.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudo sobre Trabalho e Educação: UFMG, 2000. p. 92.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2001

ANEXO A - Questionário da Pesquisa: qualificação profissional e globalização

Recife,de de 2007

Nº.....

CURSO DE QUALIFICAÇÃO EM

PERÍODO: início.(mês)..... término (mês)Ano

I-DADOS PESSOAIS

1.1 NOME:

1.2 IDADE:

1.3 ESTADO CIVIL:1- casado (); 2-solteiro (); 3-viúvo (); 4-outros ()

1.4 SEXO: 1- M () 2-F()

1.5 RENDA PESSOAL ANTERIOR AO CURSO DE QUALIFICAÇÃO
R\$.....

1.6 RENDA PESSOAL APÓS O CURSO DE QUALIFICAÇÃO
R\$.....

1.7 RENDA FAMILIAR ATUAL R\$

1.8 SITUAÇÃO DE TRABALHO:

1-empregado () local;

2-trabalho informal ()

3-desempregado ();

4-trabalhos eventuais () quais

.....;

5-procurando emprego () em que atividade.....;

6-estuda e trabalha ()estuda o que.....;

trabalha no que.....;

7-outros ()

1.9 ESCOLARIDADE:

1-() ensino fundamental completo (1ª a 8ª)

- 2-() ensino fundamental incompleto. Cursou até a.....
 3-() ensino médio completo (segundo grau)
 4-() ensino médio incompleto. Cursou até a.....
 5-() curso superior completo. Curso de
 6-() curso superior incompleto. Cursou até operíodo. Curso de.....

1.10 IDADE, SEXO E ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS

(usar **M** para masculino e **F** para feminino) (usar **S** para sim e **N** para não)

<i>IDADE</i>	<i>SEXO</i>	<i>ESTUDA</i>	<i>SÉRIE</i>
1-	() M () F	S () N ()	
2-	() M () F	S () N ()	
3-	() M () F	S () N ()	
4-	() M () F	S () N ()	

1.11 GRAU DE INSTRUÇÃO DO PAI:

- 1-() ensino fundamental completo (1ª a 8ª)
 2-() ensino fundamental incompleto. Cursou até a.....
 3-() ensino médio completo (segundo grau)
 4-() ensino médio incompleto. Cursou até a.....
 5-() curso superior completo. Curso de
 6-() curso superior incompleto. Cursou até o período
 7-() desconhecido
 8-() analfabeto
 9-() assina o nome (analfabeto funcional)
 TRABALHA EM

1.12 GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE

- 1-() ensino fundamental completo (1ª a 8ª)
 2-() ensino fundamental incompleto. Cursou até a.....
 3-() ensino médio completo (segundo grau)
 4-() ensino médio incompleto. Cursou até a.....
 5-() curso superior completo. Curso de
 6-() curso superior incompleto. Cursou até o período
 7-() desconhecido
 8-() analfabeto
 9-() assina o nome (analfabeto funcional)
 TRABALHA EM

II- INFORMAÇÕES E AVALIAÇÕES SOBRE O CURSO

2.1- POR QUE PROCUROU FAZER CURSO PROFISSIONALIZANTE?

.....
.....
.....
.....
.....

2.2- COMO SE DEU O ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (CURSOS)

- 1-() jornais e revistas;
- 2-() TV;
- 3-() agência do trabalho;
- 4-() amigos;
- 5-() outros.

2.3-VOCE JÁ FEZ OUTROS CURSO DE QUALIFICAÇÃO?

Quais? e o ano.....

.....
.....

Por que?.....

.....

2.4- SATISFAÇÃO COM O CURSO

2.4.1 QUALIDADE DO CURSO FOI:

1-()ótima; 2-() boa; 3-() regular; 4-() péssima

2.4.2 QUANTIDADE DE HORAS DO CURSO FOI:

1-() satisfatória; 2-()insatisfatória; 3-() muito satisfatório; 4- () pouco satisfatória;

2.4.3 O DESEMPENHO DOS PROFESSORES DO CURSO FOI:

1- () satisfatório; 2- ()insatisfatório; 3- () muito satisfatório; 4-() pouco satisfatório;

2.4.4 O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO FOI:

1-() satisfatório; 2- ()insatisfatório; 3-() muito satisfatório; 4- () pouco satisfatório;

2.4.5 O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO FOI:

1-() satisfatório; 2-()insatisfatório; 3- () muito satisfatório; 4- () pouco satisfatório;

2.4.6 O LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO FOI:

1-() satisfatório; 2-()insatisfatório; 3- () muito satisfatório; 4- () pouco satisfatório;

2.4.7 VOCÊ CONSIDERA QUE O CONTEÚDO DO CURSO FOI ADEQUADO PARA QUALIFICÁ-LO PARA O TRABALHO:

1- () sim; 2- () não

Por que.....

.....

2.5- CITE OS 3 PRINCIPAIS ASPECTOS POSITIVOS DO CURSO (efeitos)

- 1-.....
- 2-.....
- 3-.....

2.6- CITE OS 3 PRINCIPAIS ASPECTOS NEGATIVOS DO CURSO (efeitos)

- 1-.....
- 2-.....
- 3-.....

2.7- GOSTARIA DE FAZER OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE?

- 1- () sim; 2- () não

Qual?

Por que?.....
.....
.....

2.8- APÓS O CURSO VOLTOU A ESTUDAR? (IMPACTO)

- 1- () sim; 2- () não

O que?.....

Por que?.....
.....

- 1-() cadastrou-se no SINE (Sistema Nacional de Emprego)
- 2-() foi encaminhado a algum emprego
- 3-() ficou no emprego
- 4-() trabalha em atividade relacionada ao curso de qualificação? () sim; () não
- 5-Qual a atividade de trabalho que desenvolve?

2.9- VOCÊ SENTE QUE HOUE MUDANÇAS NA SUA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO, A PARTIR DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO: (IMPACTO)

- 1- () sim; 2- () não; 3-() mais ou menos

POR QUE ?

.....
.....
.....

2.10- INDIQUE 3 ELEMENTOS QUE PODEM SER MELHORADOS NOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

- 1-.....
- 2-.....
- 3-.....

2.11- QUAIS AS três (3) PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PARA SUA VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL, FAMILIAR E NA SOCIEDADE: (IMPACTOS)

PROFISSIONAL

- 1-
- 2-
- 3-

PESSOAL

- 1-
- 2-
- 3-

FAMILIAR

- 1-
- 2-
- 3-

NA SOCIEDADE

- 1-
- 2-
- 3-

2.12- INDIQUE três (3) MUDANÇAS NA SUA VIDA PROFISSIONAL OCORRIDAS A PARTIR DA CONCLUSÃO DO CURSO. (efeitos)

- 1-
- 2-
- 3-

2.13- INDIQUE três (3) MUDANÇAS NA SUA VIDA FORA DO TRABALHO OCORRIDAS A PARTIR DA CONCLUSÃO DO CURSO. (efeitos)

- 1-
- 2-
- 3-

2.14- INDIQUE SE A PARTIR DO CURSO HOUVE MUDANÇAS NAS SEGUINTEs ÁREAS:

- 1-() remuneração; 2-() maior esperança de obter trabalho;
- 3-() maior segurança profissional; 4- () ampliação da capacidade de tomar decisões sobre a sua vida;
- 5-() visão mais positiva na forma como se vê e vê os outros; 6- () condições de vida;
- 7-() melhoria no relacionamento familiar; 8- () melhoria no relacionamento com amigos;
- 9-() maior satisfação com a vida; 10-() maior satisfação consigo mesmo
- 11-() capacidade de orientar e influenciar os outros

HIERARQUISE AS TRÊS (3) MUDANÇAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTES

- 1-.....
 2-
 3-

III CONDIÇÕES DE VIDA

3.1- ANTES DO CURSO A SUA RENDA ERA SUFICIENTE EM RELAÇÃO AS SUAS DESPESAS?

1-() sim; 2- () não

3.2 - DEPOIS DO CURSO A SUA RENDA É SUFICIENTE EM RELAÇÃO AS SUAS DESPESAS?

1-() sim; 2- () não

3.3- ANTES DO CURSO POSSUIA CASA PRÓPRIA?

1-() sim; 2- () não

3.4- DEPOIS DO CURSO POSSUI CASA PRÓPRIA?

1-() sim; 2- () não

3.5- ANTES DO CURSO SUA CASA ERA ALUGADA?

1-() sim; 2- () não

3.6- DEPOIS DO CURSO SUA CASA É ALUGADA?

1-() sim; 2- () não

3.7- ANTES DO CURSO MORAVA COM A FAMÍLIA?

1-()sim; 2- () não

3.8- DEPOIS DO CURSO CONTINUA MORANDO COM A FAMÍLIA?

1-() sim; 2- () não

3.9- COMPRA A CRÉDITO?

1-() sim; 2- () não

Por que?.....

3.10- VOCÊ TEM ASSEGURADAS AS TRÊS REFEIÇÕES DIÁRIAS?

1-() sim; 2- () não

3.11- CONSIDERA SUA ALIMENTAÇÃO SATISFATÓRIA?

1- () sim; 2- () não

Por que ?.....
.....
.....

3.12- RECEBE AJUDA FINANCEIRA DE ALGUÉM?

1- () sim; 2- () não

Por que ?.....
.....
.....

3.13- PARTICIPA DE ALGUM OUTRO PROGRAMA DE GOVERNO?

1- () sim; 2-() não

Por que ?.....
.....
.....

3.14- POSSUI ALGUMA RESERVA FINANCEIRA PARA ALGUMA EVENTUALIDADE?

() sim; () não

3.15- CONTRIBUI PARA O INSS? ?

1- () sim; 2- () não

Por que ?.....
.....

3.16- VOCÊ SE SENTE BEM ASSISTIDO COM RELAÇÃO A:

3.16.1 Atendimento médico-odontológico: 1- ()sim; 2- () não

Por que.....
.....
.....

3.16.2 Transporte: 1- ()sim; 2- () não

Por que.....
.....
.....

3.16.3 Água e energia elétrica: 1-()sim; 2- () não

Por que.....
.....

3.16.4 Saneamento: 1- ()sim; 2- () não

Por que.....
.....
.....

3.16.5- PRATICA ALGUM ESPORTE? 1- ()sim; 2- () não

Por que.....

Com que frequência. 1-()diária; 2-() semanal; 3-()quinzenal; 4-() mensal; 5-()outra

3.17- INDIQUE TRÊS (3) ATIVIDADES DE LAZER PREFERIDAS:

- 1-.....
- 2-
- 3-

**Com que frequência as pratica: 1-()diária; 2-() semanal; 3-()quinzenal; 4-() mensal;
 5-()outra**

3.18- Nos fins de semana quais as suas principais atividades:

- 1-.....
- 2-
- 3-

3.19- VOCÊ FEZ AMIGOS NO CURSO? 1- ()sim; 2-() não. (IMPACTO)

3.20 - QUANTOS AMIGOS VOCÊ TEM? 1-() 1 a 5; 2-() 6 a 10; 3-() mais de 10

**Com que frequência vocês se encontram: 1-()diária; 2-() semanal; 3-()quinzenal; 4-()
 mensal; 5-()outra**

3.21 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO ?

Qual?

Por que?

(ex. líder comunitário, associação de moradores, de pais etc. agente comunitário)

**3.22 - RELACIONE TRÊS PROBLEMAS PRINCIPAIS QUE COMPROMETEM SUA
 QUALIDADE DE VIDA: (áreas em que deveriam ocorrer impactos)**

PROBLEMA	HIERARQUIA DE MUDANÇAS (da de maior para a de menor importância)	O QUE VOCE PODERIA FAZER PARA MUDAR	COMO O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PODE CONTRIBUIR
1-			
2-			
3-			

3.23- O QUE MUDOU NA SUA VIDA A PARTIR DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO?
(IMPACTOS)

MUDANÇAS	HIERARQUIA DAS MUDANÇAS (das mais para as menos importantes)	CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA AS MUDANÇAS
1-		

2-		
3-		

Obrigada pela colaboração!

**ANEXO B - Codificação Numérica Utilizada para os Cursos Considerados na Pesquisa
(Profissionalizantes)**

- 1- MECÂNICA GERAL
- 2- RECEPCIONISTA (Hospitalar, Geral e De Hotel)
- 3- RECREACIONISTA
- 4- SERIGRAFIA
- 5- TELEMARKETING
- 6- ARTESANATO EM GERAL
- 7- ATENDENTE DE ENFERMAGEM
- 8- BIJUTERIAS
- 9- CAMAREIRA
- 10- CORTE E COSTURA
- 11- FABRICAÇÃO DE TAMBOR ALFAIA
- 12- FOTOGRAFIA PARA O TURISMO
- 13- GARÇOM
- 14- GRAFITAGEM
- 15- GUIA DE TURISMO
- 16- ROADIE - Operador de Equipamento e Amplificação de som
- 17- INFORMATICA – Computação Gráfica
- 18- MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES
- 19- MOPE - Movimentação e Operação de Carga Perigosa
- 20- ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO EM EVENTOS
- 21- PREPARAÇÃO DE DOCES E SALGADOS
- 22- SEGURANÇA TURISTICA
- 23- ARTESANATO – Brinquedos Educativos
- 24- EDIÇÃO DE VIDEO
- 25- ELETRICIDADE BÁSICA
- 26- COZINHEIRO
- 27- COSTURA INDUSTRIAL
- 28- MECÂNICO DE AUTOMÓVEL – Injeção Eletrônica

29- OPERADOR DE CAIXA

30- PADEIRO CONFEITEIRO

31- VIGIA

ANEXO C - Agenda de Controle das Aplicações dos Questionários

Tabela Referente ao PNQ 2005

SEMANA DE REFERÊNCIA- de..... a de abril

Total de telefones a ser consultados	166
Números telefones inválidos: com 81 na frente ou incompletos	49
Números telefones que não recebem chamadas	8
Números telefones desligados	12
Nº telefones que só dão ocupado	6
Nº telefones que só chamam (ligações nos 3 expediente)	6
Nº telefones informados errados(não há ninguém com o nome indicado na residência, nem existe um outro participante com outro nome morando no local	5
Nº de telefone não contatados	5
Pessoas que não querem participar	6
Pessoas que alegam não ter tempo para participar	7
Nº de pessoas que não concluíram o curso e constam na lista	5
Nº de pessoas que não moram na residência, embora os que nela moram conheçam o participante mas não têm o nº deles	6
Participantes com menos de 18 anos	1
Marcou e não compareceu	
Nº já contatados	40
Total de entrevistas realizadas até .../.../.....	

Fonte: Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora-2007

ANEXO D - Dados Discriminados dos Egressos com Nível Superior

Principais dados discriminados dos egressos com nível superior

Ordem	Sujeitos	Nível Superior	Curso no PlanTeQ	Idade	Renda	Estado civil	Sexo	Situação de Trabalho Atual
1	S-17	cursou até 1º período de pedagogia	Costura Industrial (2005)	25	340,00	Solteiro	Masculino	Estuda e trabalha
2	S-18	Letras	Telemarketins (2005)	40	não tem	Solteiro	Feminino	Trabalhos eventuais
3	S-27	Cursou até 3º período	Operador de caixa (2005)	41	400,00	Solteiro	Masculino	Empregada (doméstica)
4	S-28	Cursa 1º período	Mecânica geral (2005)	19	não tem	Solteiro	Masculino	Procurando emprego
5	S-45	Cursou até 1º período	Telemarketins (2005)	21	410,00	Solteiro	Masculino	Empregado (CSU)
6	S-48	Cursou até 2º período	Telemarketins (2005)	26	600,00	Casado	Feminino	Empregado (Intervalor)
7	S-50	Letras	Telemarketins (2005)	32	1.000,00	Casado	Masculino	Empregado (Escola Rotary)
8	S-57	Cursou até 6º período	Telemarketins (2005)	41	não tem	Solteiro	Feminino	Procurando emprego
9	S-58	Cursou até 4º período	Telemarketins (2005)	35	menos de 1 SM	Casado	Feminino	Trabalho Informal e procurando emprego
10	S-62	Cursando 1º período	Telemarketins (2005)	20	não tem	Solteiro	Feminino	Procurando emprego
11	S-77	Cursando 3º período	Recepcionista hospitalar (2004)	27	não tem	Solteiro	Feminino	Trabalho eventual (vendas avon)
12	S-98	Cursou até 3º período	Recepcionista hospitalar (2004)	21	não tem	Solteiro	Feminino	Trabalho Informal e procurando emprego
13	S-101	Cursando 4º período	Telemarketins (2004)	21	350,00	Solteiro	Feminino	Estuda (administração) e trabalha
14	S-112	Cursando 6º período	Manutenção de Micro (2004)	25	500,00	Solteiro	Masculino	Estuda (direito) e trabalha
15	S-159	Cursou até 1º período	Bijouteria (2004)	25	menos de 1 SM	Solteiro	Feminino	Empregado (Bom pastor)
16	S-171	Cursou até 3º período	Mecânica geral (2004)	19	370,00	Solteiro	Masculino	Empregado (empresa de cobranças)
17	S-179	Cursando 1º período de sistema de informação	Mecânica geral (2004)	19	300,00	Solteiro	Masculino	Procurando emprego

ANEXO E - Dados Discriminados das Diversas Situações de Trabalho dos Egressos

Trabalhos eventuais

Sujeito	Ocupação	Curso PlanTeQ	Nível de instrução	Renda
S-18	Tradução	Telemarketing	Superior Completo	Não tem
S-40	Consertos eletrônicos	Eletricidade Básica	Médio Completo	Não tem
S-42	Ajudante de pedreiro e vendedor de gás	Padeiro confeitoiro	Fundamental Completo	Não tem
S-63	Embalador e entregador	Mecânica Geral	Cursa 3º ano do ensino médio	Menos de 1 S.M
S-66	Vendas	Mecânica Geral	Médio Completo	Não tem
S-67	Trabalha em bares	Mecânica de automóvel-injeção eletrônica	Médio Completo	Não tem
S-77	Vendas de produtos avon e acessórios íntimos	Recepcionista-hospitalar	Superior incompleto (cursa 3º período)	Não informou
S-125	Artesanato	Fotografia para o Turismo	Fundamental Incompleto (4º série)	380,00
S-130	Promoção de eventos	Artesanato em Geral	Médio Completo	380,00
S-132	Pedreiro, ajudante de pintor e entregador.	Artesanato em Geral	Médio Completo	Não tem
S-135	Pintor e arquivista	Artesanato em Geral	Cursa 3º ano do ensino médio	Não tem
S-142	Música	Artesanato em Geral	Médio Completo	Menos de 1 S.M
S-144	Conserto de aparelhos sonoros	Holding	Fundamental Incompleto (5º série)	Não tem
S-162	Lavar roupas e passar	Telemarketing	Médio Completo	Menos de 1 S.M
S-163	Telemarketind	Telemarketing	Médio Completo	Menos de 1 S.M
S-170	Motorista de caminhão	MOPE	Médio Completo	Não tem

S-173	Conserto de carro e ventilador	MOPE	Médio Incompleto (1º ano)	Não tem
S-180	Artesanato e reciclagem	Preparação de doces e salgados	Médio Completo	Menos de 1 S.M
S-182	Carimbeiro	Telemarketing	Médio Completo	1.000,00

Fonte: Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora-2007

Outras situações de trabalho

Sujeito	Ocupação	Curso PlanTeQ	Nível de instrução	Renda
S-117	Autônomo	Garçom	Médio completo	1.000,00
S-134	Estagiário	Artesanato em Geral	Médio completo	264,00
S-150	Autônomo (produção e vendas de bombons)	Bijouteria	Médio completo	Não tem
S-165	Voluntário	Telemarketing	Médio completo	Não tem
S-123	Benefício de saúde	Fotografia para o turismo	Médio completo	380,00

Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora-2007

Todos os sujeitos estão procurando emprego

Estuda e Trabalha

Sujeito	Ocupação	Curso PlanTeQ	Nível de instrução	Estuda	Renda
S-17	Bompreço	Costura Industrial	Superior Incompleto	Curso Técnico de Segurança do Trabalho	340,00
S-31	Auxiliar de serviços gerais	Costura Industrial	Médio Completo	Curso Técnico em Gestão de Alimentos e Bebidas	350,00
S-101	CIEE	Telemarketing	Superior Incompleto	Curso Superior de Administração e Marketing (4º período)	350,00

S-112	Escrit. Advocacia	Manutenção de microcomputadores	Superior Incompleto	Curso Superior em Direito (6º período)	500,00
S-151	SAMU (estágio)	Artesanato em geral	Médio Completo	Curso Técnico em Enfermagem	Não tem

Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora-2007

Trabalho informal

Sujeito	Ocupação	Curso PlanTeQ	Nível de instrução	Renda
S-88	Vendas Produto Avon	Telemarketing	Médio Completo	380,00
S91	Trabalhos escolares	Telemarketing	Médio Completo	400,00
S-98	Não informado	Recepcionista- hospitalar	Superior Incompleto	Não tem
S-109	Atendente de locadora	Mecânica Geral	Médio Completo	Não tem
S-175	Vendas Produto Avon	Preparação de doces e salgados	Médio Completo	Não tem

Fonte: Dados Primários Coletados e Organizados pela Autora-2007

Todos os sujeitos estão procurando emprego